



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Diego Moraes Guimarães

Foucault e a psicanálise: do dispositivo de sexualidade às interfaces com a teoria freudiana da sexualidade.

**Salvador - BA
2024**

Diego Moraes Guimarães

Foucault e a psicanálise: do dispositivo de sexualidade às interfaces com a teoria freudiana da sexualidade.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientação: Prof.^a Dra. Carlota María Ibertis.

Coorientação: Prof.^a Dra. Suely Aires Pontes.

**Salvador – BA
2024**

Agradecimentos

Escrevo esta seção com um sentimento parecido com o de quem escreve um bilhete de despedida, ao mesmo tempo em que me sinto extasiado por ter vivido tal experiência. Preciso encerrá-la, pois é chegada a hora de partir, ainda que, de certa maneira, queira ficar para viver de novo, rever, reorganizar, repetir, redesenhar e me desviar da rota de colisão, do fim, porque sempre haverá algo por fazer ou que gostaria de ter feito de outra forma.

Neste bilhete, no qual me despeço, descrevo o palco dos acontecimentos, o cenário, as aventuras compartilhadas com as pessoas envolvidas, a trilha sonora, as memórias, depósito emoções e toda gratidão acumulada ao longo do período, assim como também descrevo os arranhões, os tropeços e, em último caso, as perdas. Despeço-me de alguém, de algo ou de algum lugar que conheço porque os considero de toda sorte importantes e pretendo reencontrá-los por meio de algum vínculo. Nesse sentido, agradeço me despedindo.

Parto levando saudades e gratidão por todos que, gentilmente, contribuíram e viabilizaram a realização desta pesquisa:

À Prof.^a Dra. Carlota María Ibertis, orientadora desta tese, que oportunizou trabalharmos juntos desde o mestrado, agradeço pelos aprendizados e por sempre manifestar seu apoio, sua disponibilidade e sua compreensão. Carlota, obrigado pelo companheirismo e pela cumplicidade de todos esses anos, por ter me apresentado à teoria freudiana e ao campo da Filosofia da Psicanálise, pelas aulas de hermenêutica e por ter convidado Suely para trabalhar conosco. São tantos os motivos para agradecer-lá que me escapam as palavras. Grato por ser uma grande mestra desta tripulação em meio às tempestades e aos nevoeiros que atravessamos, enfim, o nosso barco ancorou no cais.

Agradeço também à Prof.^a Dra. Suely Aires Pontes, coorientadora desta tese, pelas inúmeras e agradáveis conversas, pelos aconselhamentos, direcionamentos e estímulos permanentes. Suely, obrigado por ter aceitado o convite-desafio de me coorientar neste trabalho, pela sua generosidade, por me despertar para o exercício de considerar o outro nos momentos em que eu só enxergava a mim mesmo. Obrigado pelos retornos rápidos e precisos, pelas sugestões criativas e pelas indicações de inversão da intenção na construção do texto e por compartilhar seus conhecimentos e repertórios acerca do pensamento e alcance cultural dos autores Foucault e Freud. Além disso, você trouxe para nossos estudos contribuições de ordem afetiva, geralmente raras no meio acadêmico.

Ao Prof. Dr. Malcom Guimarães Rodrigues e à Prof.^a Dra. Sandra Caponi sou grato pela leitura atenta do texto e pelas recomendações valiosas na ocasião do exame de qualificação.

Muito obrigado, queridos professores, pela presença construtiva e enriquecedora nesse processo.

À Naira Aquino, revisora e amiga de infância, obrigado pela correção e formatação dos meus textos. Nai, a cada vez que você me devolvia um texto corrigido eu remoçava. Agradeço, minha amiga, pelo seu profissionalismo, pelo seu comprometimento com o texto, com a língua portuguesa e com a nossa amizade. Só a força que tem uma amizade explica a forma dedicada com que você me auxiliou na produção desta tese. Amo você.

À Norma Lúcia Ramos Moraes, minha mãe, sou imensamente grato pela base e pelo amor a mim ofertados. Agradeço, mainha, pela vida, pelo alimento, pelo lar, pelos dengos, colos e mimos. Amo-te demais e sou grato pela educação que me deste, pelos cuidados e também pelos conflitos que nos trouxeram até aqui. Se hoje tenho a possibilidade de obter o título de Doutor em Filosofia, o êxito é nosso.

Às minhas amigas camaradas que fortalecem meus passos com os seus abraços, agradeço-lhes por serem as mulheres que são e por terem a coragem de gostarem de mim. Amanda Matos, Andressa Ribeiro, Brenda Moraes (prima), Diana Lemos, Elaine Bela Vista, Janaína Alves, Joyce Brito, Luiza Meirelles, Manoela Barbosa, Mila de Mônaco, Nara Silva e Vivian Val. Sou muito grato a vocês, meus amores, pela intimidade, por tantas trocas, gargalhadas, lágrimas e por trazerem sentido a minha vida.

Aos moradores do Vale do Pati, Chapada Diamantina-BA, especialmente aos da *Casa Seu Eduardo*, (Domingos, Virlene, Viviane, Vitor e Marta) obrigado por me receberem nos momentos de alegria entusiasmada e de tristeza profunda e por me guiarem até a fonte da minha força, à Natureza.

À Maria Bethânia, cantora e intérprete, sou grato pelas canções e espetáculos que nos proporciona. Obrigado, Bethânia, pela sua arte que tanto me toca e me inspira. Como um Aedo, o som da sua voz foi melodia na composição desta tese.

Agradeço à UFBA e à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, *Campus São Lázaro*, aos seus docentes e funcionários pelas condições materiais e virtuais oferecidas para o desenvolvimento dos meus estudos. Em particular, sou grato aos professores com os quais estudei diretamente e tive a feliz oportunidade de aprender com eles, assistindo às suas aulas: Nancy Mangabeira Unger, João Carlos Salles Pires da Silva, Ricardo Calheiros Pereira (o Líper), Mauro Castelo Branco de Moura, José Crisóstomo de Souza, Genildo Ferreira da Silva, Acylene Maria Cabral Ferreira, Márcio Augusto Damin, Silvia Faustino de Assis Saes, Juliana Ortigosa Aggio e José Lourenço Araújo Leite (in memoriam). À parte, agradeço também à Marlene, à dona Teresinha e a Edilson, trabalhadores informais / autônomos do

Campus, para com os quais guardo um imenso respeito e carinho, sou grato pelos momentos regados a café e a dedos de prosa.

À comunidade de São Lázaro, localizada no bairro da Federação em Salvador-BA, representada aqui, pelos moradores Silvinha e seu Raimundo, agradeço pelas horas de prazer, alegria e celebração banhadas a comida, a bebida e a música fartas.

À CAPES que, pela concessão de bolsa, possibilitou o desenvolvimento de parte deste trabalho.

Ao IFBA, *Campus* Brumado, onde trabalhei como professor de Filosofia nos últimos dois anos, pela experiência profissional acumulada, pela possibilidade de me manter financeiramente, pelas vivências no sertão da Bahia, pelo acolhimento na figura dos estudantes e amigos de trabalho que conheci durante o período. Em especial, a Rívia Santos, Stela de Jesus, Lis Pimentel e Natália Barbosa, que alegria eu sinto de tê-las encontrado nesse caminho. Enfim, agradeço-lhes por tanto em tão pouco tempo.

À UDV – Centro Espírita Beneficente União do Vegetal, especialmente ao núcleo *Rosa das Campinas*, Mucugê-BA, sou grato pelo contato com a doutrina do Mestre Gabriel e pelas sessões que ritualizamos com o chá ayahuasca. Obrigado, querida irmandade, pelos copos de vegetal comungados cujos efeitos propiciaram-me alcançar estados terapêuticos profundos e obter benefícios psicofísicos importantes nesta travessia do doutorado. Agradeço também pelas histórias, mitologias e ensinamentos compartilhados sobre os mistérios do feitio do chá durante os preparos que participei, pelas vezes em que senti o amor transbordar do meu coração e pelo universo de encantos que acessei dentro e fora de mim.

À Ana Virgínia Santiago, psicanalista com a qual me atendi algumas temporadas deste percurso, agradeço pela escuta ativa, pela habilidade impressionante de se manter em atitude de alerta aos meus dilemas, vícios e delírios, pelas pontuações e interrogações sempre provocativas e por me ajudar na lida com aquilo que reconheço e, sobretudo, com o que desconheço em mim. Obrigado, Virgínia, por estar presente nos momentos de desespero, nos quais comigo me desavim.

Por fim, à cidade de São Salvador-BA, agradeço por tantas bênçãos consentidas.

Resumo

Neste trabalho propusemos discutir a hipótese foucaultiana que relaciona o saber psicanalítico e o discurso freudiano sobre a sexualidade enquanto parte de um dispositivo histórico: o dispositivo de sexualidade. Para defender e sustentar nossa discussão buscamos analisar algumas das proposições presentes na teoria da sexualidade psicanalítica relacionando-as com o que Foucault denomina de conjuntos estratégicos de poder-saber, os quais, por definição, constituem o dispositivo de sexualidade. Escolhemos desenvolver nossa pesquisa a partir do exame da noção de dispositivo de sexualidade. Em linhas gerais, Foucault concebe a noção de sexualidade como interações produtivas das relações de poder e saber. Para o autor, em função dessas interações de poder-saber se formariam os conjuntos da *pedagogização*, da *histerização*, da *psiquiatrização* e da *socialização*, cujas estratégias privilegiam respectivamente, a criança, a mulher, o adulto perverso e o casal reprodutor. Tendo acompanhado a argumentação foucaultiana pretendeu-se, por intermédio dos conjuntos de poder-saber, indicar alguns pontos que permitiriam estabelecer uma problematização sobre a questão do discurso da sexualidade, presente na teoria freudiana, ao relacioná-lo com o dispositivo de sexualidade. Nesse contexto, esta pesquisa procurou evidenciar as possíveis aproximações e os distanciamentos entre ambos, à medida que se considerou os temas por eles compartilhados: a sexualidade infantil, a histeria, as perversões e a procriação. Se, por um lado, esses temas constituem a base das operações dos conjuntos estratégicos de poder-saber, por outro, fazem parte também do arranjo teórico psicanalítico. Coube investigar, portanto, do que se tratam esses conjuntos de poder-saber, segundo Foucault, e ao mesmo tempo examinar as especificidades da abordagem desenvolvida por Freud.

Palavras-chave: dispositivo de sexualidade; psicanálise; Foucault; Freud.

Abstract

In this work we propose to discuss the Foucauldian hypothesis linking psychoanalytic knowledge and Freud's discourse on sexuality as part of a historical deployment: the deployment of sexuality. To support and sustain our argument, we sought to analyze some of the propositions within the theory of psychoanalytic sexuality, aligning them with Foucault's concept of strategic power-knowledge ensembles, which, by definition constitute the deployment of sexuality. Our research delved into the examination of the notion of the deployment of sexuality. In broad terms, Foucault conceives the notion of sexuality as the productive interactions between power and knowledge relations. According to Foucault, as a result of these power-knowledge interactions, there arise the ensembles of pedagogization, hysterization, psychiatrization, and socialization ensembles, which respectively focus on the child, the woman, the perverse adult, and the reproductive couple. By following the Foucauldian argument, we sought, through these power-knowledge ensembles, to indicate some aspects that allow for a problematization of the discourse on sexuality present in Freudian theory, relating it to the deployment of sexuality. In this context, this research aimed to highlight the possible convergences and divergences between the two theories, particularly in their treatment of infantile sexuality, hysteria, perversions, and procreation. On the one hand, these themes form the basis of the operations of the strategic power-knowledge ensembles, while on the other, they also constitute part of the psychoanalytic theoretical framework. It was necessary, therefore, to investigate what these power-knowledge ensembles entail, as per Foucault, while simultaneously examining the specificities of Freud's approach.

Keywords: deployment of sexuality; psychoanalysis; Foucault; Freud.

Sumário

Introdução.....	8
CAPÍTULO 1 - Por uma analítica do poder: a noção de dispositivo de sexualidade em Foucault.....	11
1.1 Sobre o tema da sexualidade.....	11
1.2 Da concepção jurídico-discursiva do poder.....	17
1.3 Relações de força e disciplina: a tecnologia do poder.....	22
1.4 O biopoder: entre as disciplinas do corpo e as regulações da população.....	29
1.5 A situação da sexualidade no biopoder e sua definição como dispositivo.....	33
CAPÍTULO 2 - Dos conjuntos estratégicos de poder-saber à relação com a teoria freudiana da sexualidade.....	39
2.1 A pedagogização do sexo da criança e o tema da sexualidade infantil em Freud	39
2.2 A histerização do corpo da mulher e a questão da histeria na teoria freudiana	52
2.3 A psiquiatrização do prazer perverso e o discurso freudiano acerca das perversões.....	71
2.4 A socialização das condutas de procriação e o problema da reprodução sexual em Freud.....	88
CAPÍTULO 3 - Sobre a irreduzibilidade da teoria freudiana ao dispositivo foucaultiano.....	121
3.1 Unindo as pontas do dispositivo de sexualidade.....	121
3.2 Trançando os fios entre os conjuntos estratégicos e a teoria freudiana.....	140
3.3 Como quem ata e desata os nós: aproximações, distanciamentos e a questão da irreduzibilidade.....	168
Considerações Finais.....	179
Referências Bibliográficas.....	184
Bibliografia Consultada.....	187

Introdução

Em a *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1976 [1988]) Foucault analisa o tema da sexualidade definindo-a ao modo de um dispositivo histórico, a saber, o dispositivo de sexualidade. Segundo a interpretação foucaultiana a sexualidade, nesses termos, seria definida como algo produzido historicamente com base em estratégias que inter-relacionam as categorias do saber e do poder. Foucault, no decorrer de suas investigações sobre a questão da produção da sexualidade na forma de dispositivo e dos conjuntos de poder-saber que o compõem, destaca, em particular, a situação da psicanálise quando da formação do dispositivo de sexualidade. A psicanálise encontra-se entre as condições que possibilitariam a emergência histórica do dispositivo de sexualidade no século XIX, em função do posicionamento teórico tomado por Freud ao compartilhar de temas que seriam centrais para as operações do dispositivo.

O ponto é que a teoria freudiana parece apresentar-se como representativa do dispositivo de sexualidade devido aos múltiplos papéis que desempenharia quando relacionada a ele e, sobretudo, pelo modo específico como ocorreriam essas interações. Para Foucault, a história do dispositivo de sexualidade equivaleria à arqueologia da psicanálise (1976 [1988, p. 122]). Esta é a proposição que, em última instância, nossa pesquisa busca examinar ao propor como objetivo deste trabalho: o exame do conceito de dispositivo de sexualidade e sublinhar as possibilidades de aproximações e de distanciamentos entre a teoria psicanalítica sobre a sexualidade e sua caracterização como um dispositivo.

Para tanto, no primeiro capítulo, buscaremos compreender a noção de dispositivo de sexualidade a partir da analítica foucaultiana acerca do poder, isto é, de como o autor aborda a questão do dispositivo, circunscrevendo-o como resultante das relações produtivas entre poder, saber e sexo. Ao contrário da concepção tradicional em que se pensa a sexualidade tal qual um dado inato ou relativo ao instinto e, também ao contrário de uma ideia do poder por natureza repressor, Foucault defende que a sexualidade, ou melhor, o dispositivo de sexualidade decorreria da produção discursiva-social composta por relações positivas de poder com o saber sobre o sexo.

Ao longo das seções desse primeiro capítulo mostraremos como para Foucault ocorrem as interações do poder com a questão da sexualidade. Sendo assim, nossos estudos dão seguimento à análise da noção de poder foucaultiana e busca refletir sobre o que ele denominou como “concepção jurídico-discursiva” do poder, acentuando o que se reproduz

tradicionalmente quando o problema diz respeito às relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo. Com isso, nosso intuito inicial é discutir a representação comum que se tem do poder, à qual Foucault se opõe, para daí compreender o que ele sugere ao definir as relações de poder como dotadas de produtividade, sendo esse caráter de produtividade uma condição para interpretarmos o que nomeia de dispositivo. Para o autor, o que está em jogo é o deslocamento teórico de se pensar o poder como relações produtivas em detrimento de pensá-las apenas como repressivas, atribuindo uma concepção positiva a tais relações que são expressas no que ele denomina de “tecnologia do sexo”.

Considerando que Foucault analisou tipos diferentes de poder — poder jurídico, poder disciplinar e regulamentar, biopoder — queremos explorar a ideia do poder enquanto relações de força e em seus aspectos técnicos, isto é, o poder de tipo disciplinar e regulamentar. Mas também queremos examinar como ocorre para Foucault essa interface entre disciplina, regulação e biopoder, ao investigarmos as atividades disciplinares do corpo e as operações reguladoras da população como formas de controle sobre a vida individual e social. Por último, ainda nesse capítulo, se indicará a situação da sexualidade em relação aos mecanismos de biopoder e como eles poderão auxiliar-nos a esclarecer a noção de dispositivo de sexualidade.

O segundo capítulo, introduz uma investigação de como a partir dos conjuntos estratégicos de poder-saber que compõem o dispositivo de sexualidade — a *pedagogização do sexo da criança*, a *histerização do corpo da mulher*, a *psiquiatrização do prazer perverso* e a *socialização das condutas de procriação* — poderia ser estabelecida uma problematização em relação à psicanálise, em específico, o discurso freudiano sobre a sexualidade, ao considerar os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* de 1905. Justamente porque, ao descrever a sexualidade como um dispositivo histórico, Foucault contextualiza o discurso psicanalítico sobre a sexualidade em meio à formação e ao desenvolvimento do dispositivo. Portanto, se buscará expor, por um lado, em que consiste cada um desses conjuntos estratégicos em suas definições e objetivos e, por outro, apresentar, segundo a teoria psicanalítica, a abordagem dada por Freud aos temas da sexualidade infantil, da histeria, do prazer perverso e da reprodução sexual, esboçando uma possível relação com a noção foucaultiana de dispositivo.

No terceiro capítulo, uma vez apresentados e, de certa maneira, desenvolvidos os argumentos que procuramos reunir, pretendemos analisar se em relação ao saber psicanalítico será possível averiguar em que medida ele estaria situado em meio aos discursos considerados verdadeiros sobre a sexualidade, podendo determinar assim, regimes de verdade que cumprem

funções reguladoras e normativas sobre as condutas. Queremos investigar também, se ele poderá funcionar como uma modalidade de medicalização dos corpos da criança, da mulher, do adulto perverso e do casal malthusiano ao torná-los objetos de investigação e, nesse sentido, aplicar sobre eles técnicas disciplinares; e, em última instância, examinar se o discurso psicanalítico sobre a sexualidade, se compreendido como domínio do saber acerca da infância, do feminino, das perversões e da reprodução humana, estaria a serviço dos mecanismos de biopoder, os quais visam gerir e controlar a vida individual e coletiva.

A vontade de saber é o primeiro volume da coletânea *História da Sexualidade*, escrito por Foucault em 1976. Posteriormente, teremos o volume II: *O uso dos prazeres* em 1984, o volume III: *O cuidado de si* em 1984 e o volume IV: *As confissões da carne* em 2017 (publicação póstuma). As obras subsequentes não serão abordadas aqui, pois concentraremos nossa pesquisa no primeiro volume. Pertinente salientar que apesar de ter sido um projeto pensado como um plano sequencial pelo autor, os volumes que seguirão *A vontade de saber* não darão continuidade exata às discussões iniciadas nesse livro. Ainda que Foucault continue abordando a temática da sexualidade, o projeto inicial de tratá-la como um dispositivo moderno, será abandonado pelo autor em nome de uma investigação que relacionará a sexualidade às questões éticas e ao problema da subjetividade na antiguidade greco-romana e na tradição cristã.

Posto isso, não poderíamos deixar de mencionar também que a discussão pleiteada nesta tese resulta de pesquisas anteriores iniciada na monografia de graduação (2012) e continuada na dissertação de mestrado (2016), nas quais elaboramos, respectivamente, uma introdução às noções de discurso e de sexualidade em Foucault e, em seguida, um primeiro plano da interlocução do filósofo com a teoria freudiana da sexualidade. Nesse sentido, que a construção desta pesquisa se espelha e busca inserir-se nos estudos e na tradição crítica que problematiza o pensamento de Foucault sobre Freud e a psicanálise e seus desdobramentos. No caso do Brasil, alguns dos expoentes que inspiraram nossa pesquisa foram: Ernani Chaves, Joel Birman, Marcus Teshainer e Renato Mezan.

Capítulo 1

Por uma analítica do poder: a noção de dispositivo de sexualidade em Foucault

1.1 – Sobre o tema da sexualidade

Em *A vontade de saber* (1976 [1988]), Foucault desenvolve a tese de que nas sociedades ocidentais modernas a sexualidade constitui-se como um dispositivo histórico. Temos nesta afirmação a base para o que nos propomos refletir neste capítulo da pesquisa, qual seja: de que modo a sexualidade vem constituir-se como dispositivo e o que o definiria, segundo a análise de Foucault.

De início, podemos dizer que a tese da sexualidade pensada enquanto dispositivo difere da concepção tradicional, em geral associada às ciências sexuais emergentes no século XIX.¹ E por que se faz essa distinção? Porque entre a sexologia e o modo como Foucault pensou a sexualidade prevalecem princípios distintos, que ele mesmo, em meio às suas investigações, insiste em demarcar como diferenças conceituais. Vejamos: *grosso modo*, para a sexologia ou para as ciências sexuais, a sexualidade restringe-se a um dado da natureza ou a algo inato, sendo representada binariamente nas figuras do homem e da mulher, na relação de exclusividade entre eles, manifesta por via de padrões instintivos para fins de reprodução.

Nessa perspectiva, a sexualidade implicaria uma concepção naturalista representada pelo instinto sexual. Tal instinto seria dotado da insubordinação que lhe seria própria, conservando também em suas origens aspectos ocultos, secretos e por isso mesmo se trataria de uma coisa de difícil apreensão e assimilação, porque seria de natureza incompreensível. O instinto sexual seria exercido como uma espécie de energia insurgente a ser dominada, que careceria de um poder que lhe domesticasse e submetesse a certas regras. Dessa maneira, compõe-se a concepção de sexualidade humana em seus moldes mais formais, apoiada no que Foucault chama de hipótese repressiva: a ideia de que há um estado generalizado de repressão social à sexualidade. A hipótese repressiva estaria no cerne das teorias sexuais e no modo como essas teorias relacionam poder, saber e sexualidade. Foucault a expressa na seguinte síntese: o poder com sua natureza repressora interditaria a totalidade do que diz respeito ao sexo,

¹ Foucault faz referência aos clássicos teóricos da sexualidade e suas respectivas publicações que os consagraram como fundadores da sexologia no final do século XIX, a saber, Krafft-Ebing em *Psychopathia sexualis* (1886), Havelock Ellis, autor dos *Estudos de psicologia sexual* (1897) e Albert Moll com sua obra *Libido sexualis* (1897).

determinando o que se pode e o que não se pode no campo do sexual e o que se relaciona a ele.

De acordo com Foucault, quando se faz a história da sexualidade, existe uma concepção tradicional de como se interpretam as questões em torno do sexo e da vida sexual humana; concepção ligada à sexologia, cuja interpretação e cujo discurso forjam-se em bases biológicas ao pensar a sexualidade em termos de instinto e logo relacioná-la com a ideia de predeterminação. A sexologia, portanto, insere-se entre os discursos que tratam da sexualidade, da conduta sexual, entendendo-a como um comportamento de antemão estabelecido na vida dos indivíduos.

Mas, para Foucault, a sexualidade se configuraria consoante outros princípios, pela recusa do modelo do instinto. Ele tampouco considera que o instinto requisitaria a ação constante de um poder que lhe inflija coerção a fim de dominá-lo, seja no plano individual — pelo autocontrole da vontade —, seja no plano coletivo — pela repressão dos instintos por meio de regras morais para o convívio pacífico na sociedade. O dispositivo foucaultiano definido em *A vontade de saber* (1976 [1988]) traz antes a concepção da sexualidade como algo produzido historicamente com base em estratégias de saber e de poder, do que a partir de uma tendência inata reduzida a objeto de censura. Mas o que significa pensar a sexualidade como um dispositivo? O que Foucault entende exatamente por esse termo? E por que vinculá-lo às formas do saber e às relações de poder?

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 100]).

Nessa passagem, encontramos o ponto referencial das questões que nos propomos refletir neste capítulo e o objeto da análise que buscamos empreender: a definição da sexualidade como um dispositivo e o que se pode deprender dessa noção ao observar as consequências teóricas da sexualidade definida nos termos do pensamento de Foucault. Na própria citação já temos alguns conceitos-chaves que podem nos orientar nessa investigação: o dispositivo é uma rede onde o que está em jogo é o estímulo, a intensidade, a incitação, a formação, o reforço do controle e a resistência; esses elementos se encadeiam mutuamente relacionados com estratégias de saber e de poder.

O suporte capital, portanto, para o exame do conceito de dispositivo se encontra em *A vontade de saber* (1976 [1988]). Nessa obra, em um dos capítulos intitulado “Dispositivo de

sexualidade”, Foucault nos apresenta o seguinte esquema para conhecermos o que ele propõe como dispositivo: 1. O que está em jogo, 2. Método, 3. Domínio e 4. Periodização. Nosso objetivo está em examinar o que Foucault expõe na sequência dessas seções do capítulo do “Dispositivo de sexualidade”, para assim chegarmos ao nosso objetivo geral que é, trazer os pontos-chave que cada seção acima apresenta e, dessa maneira, poder reunir os elementos que ao longo da pesquisa nos darão condições para compor a concepção foucaultiana de dispositivo.²

Começamos então, por nos atualizar quanto à natureza das investigações de Foucault em a *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1976 [1988]). Trata-se de uma série de estudos sobre os discursos acerca do sexo e de como o sexo, tomado como objeto científico de um campo do saber denominado de sexualidade, pôde a partir daí ser combinado a certas relações de poder tornando-se objeto de conhecimento e de regulação nas sociedades ocidentais. Foucault inicia o capítulo sobre o “Dispositivo de sexualidade” dizendo transcrever em história a fábula das joias indiscretas. Essa associação do sexo como joia é precisamente uma referência ao livro de Denis Diderot, de mesmo título, *Joias indiscretas* (1748 [1986]), no qual, em linhas gerais, narram-se as peripécias de um sultão do Congo de nome Mangoggul. Diz Foucault:

Vivemos todos, há muitos anos, no reino do príncipe Mangoggul: presa de uma imensa curiosidade pelo sexo, obstinados em questioná-lo, insaciáveis a ouvi-lo e ouvir falar nele, prontos a inventar todos os anéis mágicos que possam forçar sua discrição. Como se fosse essencial podermos tirar desse pequeno fragmento de nós mesmos, não somente prazer, mas saber e todo um jogo sutil que passa de um para o outro: saber do prazer, prazer de saber do prazer, prazer-saber (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 75]).

Na fábula de Diderot, o sultão Mangoggul recebe do gênio Cucufá um anel mágico, cujo poder era torná-lo invisível e, em especial, fazer com que as mulheres — e apenas aquelas para as quais esse anel fosse apontado — revelassem involuntariamente suas aventuras “secretas” ou sexuais. O inusitado é que, além de serem forçadas a confessarem suas aventuras em alto e bom som, a façanha se realizava por meio de uma voz emitida pela genitália, e não pela boca, como de costume. Desse modo, as mulheres tinham sua vida sexual exposta ao público por elas mesmas, mediante sua “joia”, a troco da curiosidade do sultão. A reflexão feita por Foucault é que a atitude tomada pelo sultão Mangoggul de tornar pública,

² Advertimos (segundo indicações dos comentadores utilizados por nós ao longo do texto) que quando se analisa os temas do sexo e da sexualidade nos termos de dispositivos sexuais, isso implicará em desdobramentos correlacionados às categorias de gênero e de sexualidade. Por exemplo, como o fato de podermos depreender e considerar que os dispositivos de sexualidade definem as posições de gênero que devem ser assumidas pelos indivíduos de uma dada sociedade.

por sua livre vontade e em exercício de seu poder, a vida secreta das mulheres do seu reino, é análoga à situação vivenciada por nós na cultura ocidental: cultivaríamos um posicionamento de especulação do sexual, uma vontade de saber impositiva que nos levaria à hipervalorização do sexo tornando-o uma joia, um objeto precioso e sujeito à apreciação.

Foucault utiliza-se da fábula de Diderot porque vê na figura do sultão curioso a representação do modo como historicamente nos relacionamos com as questões relativas ao sexo. Mas o que mais poderíamos inferir a partir dessa fábula se a relacionarmos ao pensamento de Foucault? Parece-nos que a história do sultão Mangoggul e das extravagâncias provocadas por ele ao fazer as vaginas falarem revelam alguns traços dos costumes desse reinado e do povo de seu tempo.³ Primeiro, observemos que é o sultão quem está em posse do anel mágico que dá voz às “joias”. Ou seja, o poder de fazer as vaginas falarem — e de falarem a verdade — está nas mãos da autoridade máxima desse povo. Dentre todos os membros dessa nação é o soberano quem mais quer saber e é justamente ele quem detém o poder de fazer falar.

Por analogia podemos dizer que, em Foucault, o sultão com todo seu poder e curiosidade representaria o estatuto que tem o saber para as sociedades ocidentais e, sobretudo, simbolizaria a vontade e o interesse por parte dessa sociedade em saber sobre as questões relativas ao sexo. As ciências sexuais — nas quais repousa a fonte tradicional acerca do conhecimento da sexualidade para nós, por estabelecerem um critério de verdade, justamente por que fazem parte do campo científico — acabam por deter um poder e desse poder a possibilidade de conjecturar o que seria o verdadeiro do sexo e da sexualidade. Não é por acaso que Foucault se vale do conto de Diderot, pois nele o sultão Mangoggul além de ter um espírito curioso é um homem justo, bem instruído, dotado de sapiência e tido como um soberano bom e verdadeiro para seus súditos e, finalmente, ele é um personagem que tem qualidades que se assemelham aos pressupostos das ciências sexuais. A ciência estaria para a nossa sociedade assim como o sultão está para seu povo, ambos, ciência e sultão, deteriam a verdade, o poder e o interesse sobre o sexual. Para Foucault (1976 [1988, p. 76]), se se faz a história da sexualidade nas sociedades ocidentais, o que podemos constatar é o esforço para

³ Esse conto de Diderot, *Jóias indiscretas*, faz parte da chamada literatura libertina do século XVIII e propõe a reflexão dos princípios morais do seu tempo, principalmente àqueles relacionados à moral sexual. Quando dissemos que o comportamento do sultão acaba por revelar traços dos costumes desse povo — além de revelar por analogia os nossos próprios costumes, como diz Foucault — estamos nos referindo tanto ao povo da história do reinado de Mangoggul, quanto ao contexto social do qual Diderot faz parte e a partir do qual escreve seu livro. Isto é, o conto reflete, através dos seus personagens e de suas práticas, não apenas os costumes sexuais atuais, como quis Foucault, mas também os princípios morais da sociedade francesa do século XVIII. O próprio Diderot esclarece numa nota, que, dentre seus personagens, encontra-se o rei da França, Luís XV, representado justamente pela figura central da história, o sultão do Congo, Mangoggul.

fazê-la objeto a conhecer. Ainda segundo ele, há aí um valor cultural associado ao sexo, que precisa ser melhor investigado, pois faz do sexo alvo dos discursos científicos e, conseqüentemente, faz com que lhe seja atribuída tamanha importância a ponto de buscar nele uma verdade, a verdade do que é o homem através do seu sexo.

Outra questão que resulta da relação que podemos estabelecer entre a fábula de Diderot e as ideias de Foucault é a dimensão do prazer que circunscreve o saber acerca do sexual. Mas não nos referimos à obviedade de se estudar a questão do prazer e da sua correlação ao tema da sexualidade, mas sim, como o prazer pode compor o processo investigativo. Tanto para o personagem do sultão quanto para as ciências sexuais haveria o aspecto do prazer nessa investigação sobre o sexual, equivalendo a uma espécie de estímulo ligado à satisfação proveniente do processo de procura, de averiguação. Como sintetiza Foucault no final da citação que reproduzimos logo acima: “saber do prazer, prazer de saber do prazer, prazer-saber” (1976 [1988, p. 75]). O sultão Mangoggul muito se apraz na busca por uma “joia” que declare suas práticas mais secretas e seu prazer aumenta ao passo que ele descobre que as “joias” de sua corte têm práticas que estão na contramão, digamos assim, da moral sexual de seu reino. As “joias”, quando tem o anel apontado para a direção de suas receptoras donas, enunciam ou denunciam as aventuras extraconjugais dessas mulheres, que, insatisfeitas com apenas um parceiro e confiantes na imagem social de recato atribuída e exigida das mulheres, passam a desfrutar e a estabelecer outros tipos de parcerias sexuais. Vejamos o que diz o sultão Mangoggul a Mirzoza, uma estimada sultana amiga e sua amante, após compartilhar a primeira experiência com o novo anel e ela o repreender:

Não, senhora, não: ficarei com o anel. E, a mim, que importam estes maridos desenganados, estes amantes desesperados, estas mulheres perdidas, estas mocinhas desonradas, contanto que me distraia? Para que, então, sou sultão? Até amanhã, senhora. Esperemos que as próximas cenas sejam mais cômicas que a primeira e que, insensivelmente, a senhora acabe gostando da brincadeira. Pois garanto que a senhora encontrará joias divertidas, e tão divertidas que não poderá impedir-se de conceder-lhes audiência [...] mas o relato de suas aventuras a senhora ouvirá de minha boca ou da delas. Está decidido, e não posso modificar esta decisão. Trate de familiarizar-se com estas novas faladeiras (DIDEROT, 1748 [1986, p. 32-33]).

Notemos como, a partir das palavras do sultão, podemos perceber, junto à sua atitude determinada, o grau de prazer de sua parte no processo de busca pelos relatos emitidos das “joias” das mulheres; o que acompanhamos na fábula é um sultão e o seu prazer obstinado em saber do sexual. Nesse sentido, assim como o sultão curioso que com o seu poder procura prazerosamente pelo relato detalhado das “joias”, haveria na ciência e, especificamente nas ciências que tomam a seu cargo o sexo, uma relação muito aproximada entre prazer, saber e

poder. Desse modo, acrescenta uma categoria diferente à investigação científica, a categoria do prazer, isto é, o prazer não só como objeto dos estudos sobre a sexualidade, mas também o prazer que se obtém ao passo que se faz a investigação. Nessa direção escreve Foucault:

O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer *não* a todas as sexualidades errantes ou improdutivas mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela [...] poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. Captação e sedução (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 45]).

Observemos que a proposta de Foucault quando aborda as relações entre sexualidade e poder não destaca a questão da censura generalizada que o poder exerceria sobre o sexo, como apontamos ser o proposto nas teorias sexuais. Mas, ao contrário, afirma que entre o discurso da sexualidade e as relações de poder existe algo a mais que a repressão. Existe a proliferação discursiva e, em especial, o prazer nessa produtividade, o qual pode ser notado na exaltação dada aos aspectos sexuais pelas instituições presentes na nossa sociedade, como a Medicina, a escola e a família. Esse aspecto evidenciaria para Foucault tanto a vontade de saber, que cerca a coisa sexual, quanto o investimento na elaboração de aparatos que possibilitem e garantam a formação da sexualidade como um conhecimento e como produto das relações entre saber e poder. Daí as primeiras indicações para que comecemos a nos aproximar dessa dimensão produtiva do poder em relação ao sexo e nessa medida compreender melhor a noção de dispositivo.

Se a sexualidade se constitui como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instruíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 93]).

Foucault nos dá elementos para refletir de que forma o caráter positivo do poder se expressaria na sua interação com o saber da sexualidade. E talvez seja essa a principal diferença entre a concepção foucaultiana de sexualidade e as teorias sexuais tradicionais: a possibilidade de avaliar a real capacidade produtiva entre as relações de poder e o sexo e do poder ser pensado como algo também positivo por estabelecer e cumprir certas metas ou mesmo por operar determinadas atividades no interior de um sistema, fazendo-o funcionar, tornando-o útil. No caso da sexualidade, esse aspecto produtor pode ser ligeiramente exemplificado no próprio fato de o sexo ser formatado em discurso, em discurso científico, e

que, combinado a certos conjuntos estratégicos de poder-saber, pôde produzir o que se entende por verdadeiro no campo da sexualidade humana. Desse modo, há a possibilidade de prescrever uma série de condutas aos indivíduos, ao mesmo tempo em que essas condutas reafirmariam o discurso estabelecido, e assim, manteria um ciclo permanente entre enunciados que geram comportamentos e comportamentos que validam enunciados.

1.2 – Da concepção jurídico-discursiva do poder

A princípio, antes de apontarmos para as argumentações foucaultianas sobre o aspecto positivo do poder e a relação dessa positividade com o dispositivo, é necessário retomarmos, de forma mais detida, o que se entende por representação tradicional do poder, ou seja, pensando-o exclusivamente como agente de repressão. E por que essa retomada? A fim de compreendermos a analítica do poder como produtivo, sugerida por Foucault, e assim chegarmos à noção de dispositivo de sexualidade. É preciso superar tal representação do poder que Foucault denomina de jurídico-discursiva, pois do modo como esse autor conceitua o dispositivo, não caberia mais o recurso teórico ao poder como tendo ação ou efeito privilegiado de censura.

Assim sendo, colocam-se as seguintes questões: em que consistiria a ideia de um poder jurídico-discursivo e quais as razões para que esse modelo de poder tenha se fixado entre as teorias sexuais do século XIX? Aliás, não somente entre as teorias sexuais, mas, como diz Foucault (1976 [1988, p. 80-81]), em toda a teorização que tem por objeto a temática do poder. Segundo o autor, é possível identificar alguns traços característicos dessa concepção de poder já presentes há algum tempo na história das sociedades ocidentais, os quais apresentaremos a seguir:

1. O poder como *relação negativa*: significa pensá-lo sempre como um ato que exprime negação ou recusa e que, em relação ao sexo, manifesta-se na forma da rejeição, da barragem e da ocultação.

2. O poder como *instância da regra*: é a ideia da caracterização do poder como uma forma de ordem expressa, como aquilo que prescreve e que acaba por delimitar o permitido e o proibido. Quanto ao sexo, por exemplo, determina o comportamento normal e define o anormal.

3. O poder como *ciclo da interdição*: é a representação do poder entendida como parte de um ciclo, de um movimento regular, em que sua ação pesaria sobre o sexo como uma espécie de anulação, ao mesmo tempo em que o sexo só poderia existir sob a condição de uma

dada restrição. Isto é, que o sexo exista, mas que exista também uma série de renúncias, formando assim este ciclo que menciona Foucault, no qual se dá um regime de alternância entre o fato de o sexo existir e a coerção sobre sua existência.

4. O poder como *lógica da censura*: significa que entre o poder e o sexo se operaria uma lógica cujo fundamento traria o impedimento ao sexo e a qualquer coisa a seu respeito, até que se negasse forçosamente a sua existência.

5. O poder como *a unidade do dispositivo*: nesse ponto o poder seria concebido de forma a homogeneizar sua ação de coerção em qualquer instância que se aplicasse, fosse nos aparelhos do Estado, nas relações profissionais, familiares e amorosas, ou ainda nas formas mais variadas do convívio em sociedade. O poder funcionaria como uma interdição estendida a todo corpo social e expressa, de acordo com Foucault, na forma do Direito. Para ele, o Direito enquanto saber consolidado por estabelecer historicamente as fronteiras do ilegal e do obrigatório, acaba por se tornar um protótipo no pensamento ocidental das reflexões acerca do tema do poder, e do poder entendido como ação que coage e que tem por efeito geral a submissão.

Ao reunirmos esses cinco traços que correspondem a aspectos relativos à concepção tradicional de poder, ou seja, a partir do modelo jurídico-discursivo, temos alguns indicativos de como Foucault entende esse modo de representação do poder. Observamos primeiro que todas essas modalidades pelas quais se apresenta o poder vinculam-no a alguma operação de natureza repressiva, seja na *relação negativa*, na *instância da regra*, no *ciclo da interdição*, na *lógica da censura* ou na *unidade do dispositivo*; o poder sempre assume o papel de censor ou meio através do qual se aplica a censura. Logo, considerando os mesmos traços característicos do poder, podemos inferir que para Foucault há um privilégio do exercício do poder na forma da lei, isto é, o poder se expressaria como uma prescrição, como um ato discursivo que, pelo próprio fato de enunciar, estabelece a regra e a obediência devida, dando poder à lei. Daí a combinação entre o jurídico e o discursivo, pois o poder é enunciado (campo do discurso) tal qual uma lei (campo jurídico).

A ideia do poder tanto como interdição quanto como lei já está presente no pensamento de Foucault desde *Vigiar e punir* (1975 [2013]), obra que precede em um ano *A vontade de saber* (1976 [1988]) e que traz como contribuição, mediante a história da teoria do Direito e da legislação penal, uma luz sobre a questão do poder jurídico-discursivo. Em *Vigiar e punir* (1975 [2013]) Foucault descreve como a justiça criminal vem se estabelecendo como esboço do exercício do poder ao utilizar determinados métodos punitivos na repressão da criminalidade. Ao tratar do tema do Direito, especificamente do Direito Penal, Foucault (1975

[2013, p. 26-27]) intenta retratar a diversidade e as transições pelas quais passaram as formas de julgamento e castigo adotadas na sociedade francesa. Para isso, recorre a uma série de teóricos do Direito como Beccaria, Servan, Barnave, dentre tantos outros⁴, para documentar historicamente as formas manifestas de como se estabelecem as correspondências entre uma transgressão cometida e o castigo a justapor.

Foucault situa suas análises acerca da prática do poder de punir considerando primeiro as instituições de poder desenvolvidas a partir da Idade Média, como o Direito Monárquico, representado em geral na figura do soberano.⁵ Nesse contexto, o recurso ao suplício era uma constante. Inúmeros são os casos de punição e sofrimento corporal como maneiras de exercício do poder e de controle da criminalidade. Para Foucault, a tortura provocada pelo suplício revela a relação de força que garante poder à lei do monarca.

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” do suplício se investe toda economia do poder (FOUCAULT, 1975 [2013, p. 36]).

Em Foucault, o suplício entendido como ritual não é uma prática aleatória que se restringe à função pura e simplesmente punitiva, mas é a criação variada de formas de infligir dor e causar sofrimentos para que se estabeleça o registro no nível da pele e que se aniquile todo o corpo. No suplício não se trata da morte como questão, mas da importância atribuída ao fazer morrer, da habilidade em matar sendo cruel e implacável, de extirpar. A própria execução dessa pena é algo pensado e arquitetado pelo soberano, no sentido não somente de que ele elabora a maneira sistemática de como ocorrerá a tortura, mas, em especial, pela

⁴ São alguns dos autores reformistas do Direito Penal, entre filósofos e teóricos do Direito vinculados ao movimento Iluminista do século XVIII. Cesare Beccaria escreveu *Dos Delitos e das Penas*, publicado em 1764; Joseph Michel Servan, *Discursos sobre a administração da justiça criminal* de 1767; e Antoine Barnave, autor dos textos, *Da Revolução e da Constituição* e *Arquivos parlamentares*, 1761.

⁵ O poder soberano, a que Foucault faz referência, diz respeito ao exercício do poder típico do *dispositivo de aliança*, que é o modelo anterior ao dispositivo de sexualidade na genealogia proposta por ele. Segundo o *dispositivo de aliança*, que trata das relações de parentescos e transmissão de bens, o poder se aplica essencialmente de modo unilateral, por via exclusiva da autoridade, utilizando as relações familiares como fonte da qual emana tal poder. Assim, o poder soberano garantiria a manutenção daqueles que já se encontram nas instâncias de controle, consolidando a dualidade social entre opressores e oprimidos. Para Foucault, o *dispositivo de aliança* não desaparece com o surgimento do dispositivo de sexualidade, o primeiro é realocado no interior do segundo, alimentando-o em suas formas modernas de controle. Mas a diferença reside no modo como lidam com o poder, na forma de seu exercício e na maneira de compreendê-lo. Se no *dispositivo de aliança* o que é central é o poder jurídico repressor e seu sistema de regras, preservando por excelência a família, no dispositivo de sexualidade o que está em jogo é a dimensão produtiva do poder e seu caráter polimorfo presente nas relações sociais como um todo.

figura de autoridade que ele representa, que deve garantir o direito de validar sobre um dado crime a punição como expressão de respeito do povo para com o seu soberano.

O crime, além de sua vítima imediata, ataca o soberano; ataca-o pessoalmente, pois a lei vale como a vontade do soberano, ataca-o fisicamente, pois a força da lei é a força do príncipe [...] o castigo então não pode ser identificado nem medido como reparação do dano; deve haver sempre na punição pelo menos uma parte, que é a do príncipe; e, mesmo quando se combina com a reparação prevista, ela constitui o elemento mais importante da liquidação penal do crime (FOUCAULT, 1975 [2013, p. 48]).

Com isso pode-se dizer que entre o crime e a punição existe o privilégio da vontade do soberano. Assim como uma lei, o soberano sintetiza e personifica a autoridade que possui; o que Foucault diz caracterizar o poder jurídico-discursivo. Desse modo, o grau de punição teria como medida o ultraje ao soberano e a atitude dele frente a um desacato, deveria não apenas determinar que se liquidasse o condenado, mas também que quem assiste à tortura registrasse na memória os efeitos severos para não seguir na mesma direção. Se pensarmos bem, a partir dessa lógica, o ato de punir deixa de ser um processo puramente jurídico, que visa à justa adequação entre o crime e a pena regulamentar, e passa a caracterizar-se como um gesto de vingança pessoal por parte do soberano àquele que infringiu suas regras.

Embora não haja limites para o escopo do poder soberano (tudo e todos são sujeitos, em princípio, ao soberano), o exercício real daquele poder deve sempre ser descontínuo e negativo. O poder soberano entra em jogo apenas em pontos específicos onde a lei ou os direitos foram violados, e pode apenas agir para punir ou restringir a violação [...] o poder soberano proíbe, apreende ou destrói aquilo que o juízo soberano declara ilegítimo. Foucault fala, portanto, de modo intercambiável em “poder soberano” e “poder jurídico” (ROUSE, 2016, p. 136).

Em seus estudos sobre as relações entre o poder e o conhecimento no pensamento de Foucault, Joseph Rouse (2016) esclarece formas de ação e grau de alcance de um poder que ora se diz soberano e ora se diz jurídico. Podemos pensar essa alternância entres os termos “soberano” e “jurídico” como uma necessidade teórico-argumentativa para compreender essa concepção tradicional de poder à qual Foucault se opõe. Sendo, nesse contexto, um tipo de poder que está exclusivamente a serviço da punição e que se expressa no Direito Monárquico na figura do soberano, através das práticas de suplício e que esquematizaria um exemplo do registro de como historicamente o poder vem se afirmando como proibição no pensamento ocidental.

O exame da noção de poder jurídico-discursivo realizado por Rouse (2016) nos orienta a um segundo momento da análise acerca do poder de punir, sinalizada por Foucault. Após as instituições de poder desenvolvidas na Idade Média, como mostramos ser o Direito

Monárquico, Foucault nos leva a notar a transição entre as especificidades desse poder de punir ligado à soberania para as formas de punição encadeadas à reforma do Direito Penal na Modernidade.⁶ Segundo ele, se ficamos presos a uma primeira impressão, o que se encontra nos manuais reformistas são apenas novas proposições e conjuntos de leis que reorganizam os direitos e deveres no âmbito do campo penal, são publicações com fins de reivindicação por mudanças nos métodos e no regimento das formas de punição levando em consideração a proporcionalidade em relação ao delito.

Para Foucault (1975 [2013]), mais do que a luta pelo fim dos suplícios e do uso abusivo dos seus poderes como faz um soberano, o que podemos acompanhar, por trás do caráter radical do período humanitário atrelado ao Direito Penal, é a elaboração de uma nova prática de poder de punir baseada agora na administração e nos códigos, em detrimento da vontade do soberano.

No projeto dos juristas reformadores, a punição é um processo para requalificar os indivíduos como sujeitos de direito; utiliza, não marcas, mas sinais, conjuntos codificados de representações, cuja circulação deve ser realizada o mais rapidamente possível pela cena do castigo, e a aceitação deve ser a mais universal possível (FOUCAULT, 1975 [2013, p. 126]).

Segundo Foucault, os juristas reformadores veem na punição um instrumento por meio do qual se pode resgatar a cidadania do indivíduo tido como criminoso. Ou seja, que ele possa readquirir seus direitos e deveres perante a sociedade e que, em última instância, a penalização a que foi condenado atualize sua humanidade — para com ele mesmo, pela conscientização de sua culpa, ou para com a sociedade, ao ser condenado e cumprir devidamente sua pena. A novidade nesse modo de punir reside exatamente no método utilizado para inibir o cometimento de determinado crime. Como diz Foucault, são pelos sinais, pelo conjunto de representações, que a possibilidade de inibição ocorre. Isto é, é a partir da ideia do que pode me acontecer, da condenação que pode pesar sobre mim, que eu nem mesmo devo cogitar um crime em pensamento, muito menos chegar a cometê-lo. Dito de outro modo, é pela ideia e tomada de consciência, e não mais pelo confronto direto com a tortura como forma imposta de espetáculo, que se memoriza o medo da penalidade. É na medida em que imagino e não mais na medida em que objetivamente vejo, que percebo as desvantagens que acometem aqueles que dentre meus pares executam alguma transgressão.

⁶ A transição diz respeito às mudanças históricas das formas de aplicabilidade do poder que, segundo Foucault, parte da concepção de poder monárquico-soberano e passa à ideia de poder ligada à reforma do Direito Penal. Essa transição acontece no contexto do Iluminismo, quando se inicia o denominado período humanitário do Direito Penal, movimento que pregou a reforma das leis e da administração da justiça penal no fim do século XVIII.

Rouse (2016) chama a atenção ainda para outro aspecto da interpretação foucaultiana, que nos interessa quando se considera e relaciona o que Foucault desenvolve em *Vigiar e punir* (1975 [2013]) e na *Vontade de saber* (1976 [1988]): tanto no campo jurídico quanto no da sexualidade, se entendidos como campos do conhecimento, haveria uma correspondência quanto ao modo com que os manuais e seus teóricos vêm tratando respectivamente o tema do sexo e o da consolidação das leis.

As narrativas de Foucault sobre a emergência concomitante dessas novas formas de conhecimento e poder têm um lado irônico. Elas visam ser um contraponto às narrativas comuns sobre a humanização iluminista da punição e sobre a liberação da repressão sexual. A ironia de Foucault atua retratando as próprias práticas de reforma penal humanizante e de liberação sexual como, ao contrário, nos enredando ainda mais em uma “sociedade carcerária” e em um regime de verdade imposto (ROUSE, 2016, p. 133).

A ironia a que se refere Rouse (2016), e que está presente no pensamento de Foucault, é que tanto a reforma pleiteada pelos autores do Direito moderno quanto a liberação sexual prometida pelos cientistas sexuais no século XIX, compartilham das mesmas limitações daquilo que criticam. Se os reformistas do Direito buscam por metodologias com vistas a atenuar as penalidades, talvez seja menos pela razão da violência extrema que está em jogo na tortura pública do condenado, que é um ser humano, do que pela procura da maneira mais econômica e eficiente de punição. Se os teóricos da sexualidade buscam por liberdade sexual num contexto de tanta represália, talvez seja menos para promover a liberdade individual no campo dos comportamentos, do que para instaurar outra verdade do que seja o sexo e assim acabem por determinar novas normas de conduta.

O que queremos dizer com isso é que Foucault nos leva à conclusão de que tanto o modelo jurídico, quanto o da sexualidade mantêm, mesmo se consideramos essas propostas de mudança, uma espécie de controle sobre aquilo que é seu objeto: tanto controle dos crimes e dos criminosos, quanto controle do sexo e das práticas sexuais. O que acontece de fato nos dois casos é que, na passagem entre sistemas — do poder soberano à reforma do Direito Penal e da repressão sexual às ciências sexuais —, o que ocorre não é uma transformação radical das formas de punição e das exigências em torno da sexualidade, mas uma transição singular de um modelo para outro, regido segundo outras estratégias, para assim obter a ampliação dos métodos de vigilância e de regulação.

1.3 – Relações de força e disciplina: a tecnologia do poder

Até este ponto, buscamos pensar a sexualidade considerando as hipóteses presentes em *A Vontade de saber* (1976 [1988]), analisando a ideia da sexualidade como um dispositivo histórico cuja formação está relacionada às interações do poder com o saber e o sexo. Mostramos em que consiste a concepção tradicional de poder da qual Foucault é crítico, denominada de poder soberano ou jurídico, para compreender de qual tipo de concepção de poder ele se distancia e que lhe parece insuficiente para investigar a formação do saber da sexualidade em termos de relações de poder. Desse modo, pode-se examinar a teoria do poder de interesse para a argumentação: o poder entendido enquanto relações de força, em seu aspecto disciplinar, ou ainda, a dimensão produtiva das relações de poder.

Portanto, para apresentar o poder sob este ponto de vista, Foucault faz uma análise genealógica das relações entre poder, saber e sexo, considerando o poder não apenas como expressão da proibição, mas, sobretudo, em função de uma ação positiva.

Como, então, analisar o que se passou, na história recente, a respeito dessa coisa, aparentemente uma das coisas mais interditas de nossa vida e de nosso corpo, que é o sexo? Como o poder lhe tem acesso senão através da proibição e da barragem? Por que mecanismos, táticas ou dispositivos? [...] suponhamos que a análise histórica tenha revelado a presença de uma verdadeira “tecnologia” do sexo muito mais complexa e, sobretudo mais positiva do que o efeito excludente de uma “proibição” [...] trata-se portanto de, ao mesmo tempo, assumir outra teoria do poder, formar outra chave de interpretação histórica; e, examinando de perto todo um material histórico, avançar pouco a pouco em direção a outra concepção do poder. Pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 87]).

Foucault — quando questiona a relação tradicional de interdição que haveria entre o poder e o sexo e o privilégio do sexo como alvo dessa interdição — sugere que a mudança do modelo que interpreta historicamente a noção de poder poderia nos levar a outra concepção das relações entre poder e sexo. Mas a que tipo de mudança ele estaria se referindo ao tratar do poder? Ora, ao deslocamento teórico de se pensar o poder como relações produtivas em detrimento de pensá-las como repressivas, atribuindo uma concepção positiva a tais relações, expressa no que ele chamou de “tecnologia” do sexo: o conjunto estratégico que envolve tipos de saberes, relações de poder, mecanismos e técnicas disciplinares cuja função estaria no poder de produção da sexualidade, e, por isso mesmo, na base da formação do dispositivo de sexualidade. O conceito de poder é positivo justamente porque, segundo a hipótese foucaultiana, se configuraria como relações de forças que produziriam o saber sobre o sexual.

Nesse sentido é que se busca examinar a ideia de Foucault de considerar a noção de poder, em sua dimensão produtiva: o poder como agente de forças, em particular, como produção de relações disciplinares. E, em seguida, dispõe-se dos elementos que nos permitem

examinar as correlações entre o poder de produção das relações disciplinares e a produção da sexualidade como dispositivo. Desse modo, pode-se averiguar em que medida a nuance disciplinar do poder contribui para pensar, como diz Foucault, “o sexo sem a lei e o poder sem o rei” (1976 [1988, p. 87]): quer dizer, o sexo sem a regra da repressão e o poder sem a centralidade e a onipotência representada pela figura do soberano.

E se é verdade que o jurídico pôde servir para representar, de modo sem dúvida exaustivo, um poder essencialmente centrado na coleta e na morte, ele é absolutamente heterogêneo com relação aos novos procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 86]).

Considera-se essa transição entre poderes, da lei à normalização e do castigo ao controle, para perceber, a partir daí, que, no texto foucaultiano, há também outra mudança essencial na concepção de poder, a qual advém da permuta da visão de um poder de punir para um poder de produzir controle, em que as relações de poder são expressas para além do Estado e seus aparelhos. Nesse sentido, escreve Roberto Machado (2017):

As novidades dessa abordagem histórico-filosófica foram muitas: rejeitar a identificação entre poder e Estado, dando importância aos micropoderes, à rede de poderes moleculares estendida por toda a sociedade: escola, prisão, caserna, hospital, hospício. Caracterizar o poder não apenas como repressivo, negativo destruidor, mas também como disciplinar, positivo, produtivo, normalizador [...] o poder, tal como exercido na modernidade, não pode se contentar em reprimir; precisa gerir a vida dos indivíduos e das populações para utilizá-los ao máximo, com um objetivo ao mesmo tempo econômico e político: torná-los úteis e dóceis, trabalhadores e obedientes (MACHADO, 2017, p. 38).

De acordo com Machado (2017), uma novidade do pensamento de Foucault reside na descentralização do poder do Estado, distribuindo-o entre as diversas instituições, em todo tipo de relação e por todo corpo social. Outra novidade está na caracterização do poder como disciplinar, descrevendo-o na sua capacidade reguladora e administrativa dos indivíduos. Entende-se dessa maneira que os novos procedimentos de poder estão aí para gerir e exercer ordem à base de modernas técnicas disciplinares. Nessa perspectiva, o poder disciplinar utiliza-se das forças do indivíduo, de sua capacidade de operar e de fazê-lo operar, resignado no interior de um mecanismo com objetivos econômico e político.⁷

Mas em que consistem esses novos procedimentos de poder? Como se pode demarcar seu alcance no indivíduo e quais as consequências para seu meio social? Em que se

⁷ Discutiremos, posteriormente, a dimensão político-econômica da concepção foucaultiana de dispositivo de sexualidade.

configuram as técnicas disciplinares e o poder disciplinar? Parece que na noção foucaultiana de disciplina pode estar a chave para a compreensão do que há de essencial na modalidade disciplinar do poder: seu princípio de produtividade em consequência do controle e da obediência individual. Retomando a obra *Vigiar e punir* (1975 [2013]), em específico a terceira parte do livro intitulada “Disciplina”, pode-se compreender melhor em que direção Foucault define esse termo:

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (FOUCAULT, 1975 [2013 p. 133]).

Nota-se que, ao destacar as disciplinas, no plural, como métodos de operações de controle, Foucault descreve esse controle como processos que se dão sobre o corpo. A disciplina seria, seguindo esse raciocínio, tipos de procedimentos cuja especificidade incide diretamente nos corpos dos indivíduos, sujeitando-os, e que diagnostica, a partir de técnicas de controle, o que um determinado corpo é capaz de produzir ou de bem fazer. É o que Foucault chama de “docilidade-utilidade”, em que, numa dada relação, se estabelece um vínculo de dominação segundo certo grau de eficácia e aceitabilidade que esse tipo de vínculo deve gerar.

O que está em jogo na docilidade-utilidade é a submissão, ou melhor, é a disposição em geral para a obediência e em que medida ela é aceita. Para Foucault, o que é peculiar não está no fato de haver processos disciplinares, porque a disciplina — entendida como um conjunto de regras para o bom andamento de uma instituição e como um caminho prático para o desenvolvimento de seus membros — é uma atividade antiga. O ponto é que, para ele, as disciplinas passaram a funcionar como operações modernas de dominação sobre os corpos.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria do poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 1975 [2013, p. 133]).

Deve-se entender o corpo, como objeto privilegiado da disciplina, em sua materialidade: o corpo enquanto estrutura do organismo vivo. A existência física de alguém, sua extensão material e concreta no espaço, o corpo como algo passível de ser formado ou corrigido. Daí Foucault citar o surgimento da “anatomia política” e de uma “mecânica do poder”: porque sobre o corpo humano uma espécie de dissecação de sua organização interna e uma série de investidas sobre sua estrutura, cujo objetivo consiste em averiguar as possibilidades de produção que um corpo hábil é capaz, e ainda, por quais técnicas se pode fazê-lo funcionar melhor. As disciplinas se caracterizam, conforme Foucault (1975 [2013]), como relações de poder que recaem sobre o corpo do outro e para o controle do outro, as quais não atuam somente para que se restrinja esse outro em suas funções, mas para que se possa antever suas habilidades e exaurir seu potencial. Mas há também, para Foucault, em paralelo à ideia das disciplinas enquanto ações de controle sobre o outro, a concepção a partir da qual as atividades disciplinares são compreendidas como ações voltadas ao autocontrole e à docilização autoproduzida⁸.

Um corpo bem disciplinado resulta em um indivíduo dócil, que se submete sem oferecer resistência e deve aprender com facilidade o que lhe foi imposto. Talvez seja esse o ponto que Foucault queira destacar quando insiste em tratar da questão do poder como produtivo e partindo de modernos procedimentos de controle: demarcar o salto qualitativo da transição histórica entre o poder jurídico, em que se utilizaria do corpo do indivíduo como objeto explícito de posse e assim o puniria, para o poder do tipo disciplinar, que se apropria do corpo não mais para castigar ou fazer morrer, mas para conservá-lo, tornando-o dócil no cumprimento das tarefas que lhe são continuamente exigidas. Se estiver atento, é possível notar as sutis diferenças entre esses sistemas de poderes, mesmo que neles se tenha o corpo como lugar singular de relações de forças. Se no poder jurídico o corpo daquele que comete um crime, por exemplo, é aniquilado pelos processos de tortura, no poder disciplinar o corpo de um dado infrator passa a ser reformado.

O corpo, então, passa a estar sujeito às técnicas que promovem a sua mudança, alterando o comportamento, as práticas, mudando sua constituição para lhe dar uma melhor forma: enfim, o corpo torna-se supostamente mais adequado, o que levaria à ideia de figurar como objeto e alvo de poder, com toda a atenção que se forja em torno do corpo e dos procedimentos criados na direção de manipular e fazer obedecer a ele. A noção de disciplina

⁸ A respeito das disciplinas também se caracterizarem como práticas de produção de controle e dominação executada pelo próprio indivíduo em direção a si mesmo, e não apenas como formas de exercer restrições sobre o corpo do outro, ver o ensaio *Sujeição, resistência, resignificação: entre Freud e Foucault* de Judith Butler, no seu livro *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição* (2017).

se apresenta, portanto, como um conceito que abarca procedimentos e técnicas direcionadas ao conhecimento detalhado do corpo na função de sua dominação consentida. Foucault (1975 [2013, p. 131]) nos dá alguns exemplos de técnicas disciplinares utilizadas no contexto de variados órgãos e instituições, como a militar, a médica, a escolar, a industrial, a prisional etc., com a finalidade de evidenciar como essas técnicas foram elaboradas ou revitalizadas no interior dessas instituições, ao mesmo tempo em que as mantêm.

Para Foucault (1975 [2013]), a disciplina é elaborada e aplicada no interior das instituições seguindo alguns princípios que giram em torno da distribuição dos indivíduos, do controle de suas atividades, da organização das gêneses e da composição das forças. Em linhas gerais, em que consistiriam esses princípios, ou melhor, essas técnicas que caracterizam o poder disciplinar? Primeiro, vamos eleger aqui os exemplos da indústria e o da escola, utilizados em *Vigiar e punir* (1975 [2013]), com o intuito de ilustrar como nessas instituições pode-se observar a manifestação de quatro técnicas disciplinares e suas especificidades:

1. *a arte das distribuições*: para que haja disciplina é necessário haver uma distribuição dos indivíduos, isto é, a repartição de seus corpos num determinado espaço. A distribuição tem como objetivo promover o posicionamento tático de um corpo no contexto em que ele se encontra. No caso das indústrias, há toda uma engenhosidade em alocar seus operários segundo uma ordem específica, para que se possa fazê-los operar e mantê-los em operação ao menor custo e em maior eficácia.

A arte das distribuições também codifica um espaço com funções específicas para torná-lo tão útil quanto possível. Como um exemplo de codificação, Foucault se refere à produção de tecidos estampados na fábrica Oberkampf, em Jouy. As oficinas das fábricas eram divididas em operações [...] cada trabalhador ocupava um espaço definido pela sua função específica dentro do processo de produção como um todo (HOFFMAN, 2018, p. 43-44).

Marcelo Hoffman (2018) insiste ainda que, além do processo de codificação pelo qual o corpo do trabalhador passa no interior da arte de distribuí-lo, junto a seus pares, existe também o aspecto da individualidade gerada por esse tipo de processo. De como cada trabalhador é considerado em sua qualidade de indivíduo. E de como, na rotina de uma indústria, as atividades e os treinamentos são voltados para que se aprimore o corpo operário, em especial, cada corpo por sua vez, buscando assim alcançar o grau de excelência do corpo industrial como um todo. O poder disciplinar, quando age na distribuição dos corpos, tem a sutileza e o cuidado de se voltar a cada corpo individualmente. Aí reside a sua força, o seu poder de fixação para o cumprimento das normas. É no investimento para o trabalho e no aperfeiçoamento do corpo individual que está o sucesso do poder disciplinar.

2. *o controle da atividade*: nesse aspecto da técnica do poder disciplinar, Foucault descreve como característica central a questão relativa ao monitoramento da maneira como atua ou se comporta alguém no decurso de suas atividades, sendo avaliado em termos de eficiência e de rendimento. Controlar as tarefas produziria, a partir da fiscalização, um domínio sobre o corpo que a executa. Ao considerar o exemplo da escola ou das instituições de ensino, pode-se encontrar no histórico dos alunos um modelo de como se dariam as relações de poder disciplinar, como assinala Richard Lynch (2018):

Portanto, um histórico acadêmico, que é o registro dos cursos e do desempenho de um aluno, torna-se um instrumento de poder (quantas vezes lhe foi dito que “isto constará no seu registro permanente?”) [...] cada estudante tem um histórico, e este registro do seu desempenho, o fato de cada um ser observado (e não de a escola ter um diretor) é o que influencia o comportamento dos alunos. O histórico acadêmico é um instrumento de poder disciplinar: serve para fazer um aluno regular ou disciplinar o seu próprio desempenho e comportamento (LYNCH, 2018, p. 24).

Neste caso, levando em conta o histórico escolar e o fato de o aluno estar sujeito ao crivo da monitoração, o que se tem como consequência em meio aos alunos é o jogo comparativo que acaba por separá-los, seja por aptidão, habilidades ou desenvoltura. O que vigora no controle das atividades é o patrulhamento dos indivíduos e, especialmente, como desenvolver no próprio indivíduo a capacidade de autovigilância.

3. *a organização das gêneses*: nesse quesito do poder disciplinar o tempo é primordial, porque há de se tomar por base o curso do tempo para que se pense na divisão do trabalho, nos modos de elaborar o conjunto das atividades dentro de uma organização temporal para produzir algo. Tal organização acontece na indústria, com o objetivo de capitalizar o tempo de produção fundamentada no que cada operário deve trabalhar num período otimizado para bem produzir. E, na escola, ao seccionar as atividades dos alunos estimula-os a produção constante ao mantê-los ocupados em atividades sucessivas.

4. *a composição das forças*: essa técnica de poder lida com a localização estratégica dos corpos. Cada indivíduo é condicionado a operacionalizar suas atividades dentro de um campo de ação organizado. O que importa nessa técnica disciplinar é o modo pelo qual os elementos constituintes do todo se dispõem e se integram. E para que a composição de forças aconteça, é imprescindível a presença dos seguintes instrumentos: *a vigilância hierárquica*, que se caracteriza pelo poder de vigília sobre os corpos, sendo o princípio de observar sem ser observado, representado por Foucault na arquitetura do panóptico⁹; *a sanção normalizadora*,

⁹ O panóptico é um modelo arquitetural para prisões concebido por Jeremy Bentham no século XVIII e que acabou a serviço da estruturação física de outros espaços: como escolas, indústrias, hospitais, etc. devido a sua funcionalidade para o controle dos indivíduos. Para Foucault, o panoptismo é a expressão máxima do que se

que é uma espécie de medida e de validação que visa homogeneizar os comportamentos e medir capacidades segundo a comparação entre os integrantes de um dado nicho; e *o exame*, que é a dimensão ritualística da disciplina, o qual resulta da combinação da vigilância hierárquica com a sanção normalizadora em prol do exame detalhado do corpo, o corpo tomado como objeto documental, como caso a ser investigado.

Essas são algumas das técnicas do poder disciplinar que Foucault evidencia com o intuito de esclarecer os tipos de atividades disciplinares que as relações de poder colocariam ao indivíduo por intermédio do seu próprio corpo. Analisamos certas relações de poder objetivando identificar como, para Foucault, chegou-se a uma sociedade disciplinar, cujo modelo caracterizou, segundo ele, a sociedade moderna. Mas acumulamos também mais questionamentos: como a noção de disciplina nos levaria a pensar as relações produtivas entre poder e sexo? E como as técnicas disciplinares nos auxiliariam na discussão acerca do dispositivo de sexualidade?

1.4 – O biopoder: entre as disciplinas do corpo e as regulações da população

Foucault, ao desenvolver a tese de que nas sociedades ocidentais modernas a sexualidade constitui-se como um dispositivo histórico, caracteriza o dispositivo de sexualidade, em linhas gerais, como uma espécie de rede: “a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, [...] a incitação aos discursos, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles [...] encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 100]). Para compreender o significado da concepção de dispositivo, examinaremos a noção de biopoder.

Primeiro, ao apresentar a sexualidade em termos de dispositivo, Foucault está propondo pensá-la a partir de relações produtivas de poder; de como as interações entre poder, saber e sexo, a partir de relações que promovem, incitam e reforçam, produzem o dispositivo de sexualidade. O biopoder, seguindo esse raciocínio, representa a expressão máxima da capacidade de produtividade, da qual as relações de poder são dotadas, justamente por reunir operações que disciplinam o corpo e que regulam a população: operações de caráter produtor na dinâmica das relações de poder que funcionam como propulsores na formação do dispositivo.

constitui como poder disciplinar, onde o que está em jogo é a vigília e a autovigília do corpo para o seu controle pelos sistemas de dominação (FOUCAULT, 1975 [2013]).

Segundo, o biopoder estabelece em relação ao dispositivo a função do poder de gestão sobre a vida. E para que a vida seja bem gerenciada, a sexualidade aparece na análise foucaultiana como um instrumento facilitador para que ocorra essa gestão. A sexualidade é o ponto entre as disciplinas do corpo e as regulações da população que viabiliza, por meios específicos, o biopoder de administrar a vida mediante o vínculo que mantém com suas operações. Se quisermos investigar a proximidade entre as noções de dispositivo de sexualidade e biopoder, e também de como as operações de biopoder contribuem para a produção da sexualidade como dispositivo, devemos compreender o que o define, considerando os aspectos do poder disciplinar e as especificidades do poder regulamentar.

No curso *Em defesa da sociedade* (1975-1976 [1999]), Foucault define a disciplina como atividade que tem por alvo o corpo individual e, por conseguinte, o adestramento e a obediência desse indivíduo; nela, o que está em jogo são as técnicas detalhadas sobre cada corpo. O autor define também, junto à disciplina, a regulação como atividade que se distingue por ter como alvo o corpo social, que, nesse sentido, funciona como operação voltada a produzir uma série de processos relacionados à vida em comum e de estratégias desenvolvidas para a administração das massas, compreendida, portanto, como fenômeno de população. Segundo Foucault (1975-1976 [1999]), foi pelo entendimento das massas enquanto população que se pôde estabelecer o poder regulamentar e lidar com as demandas próprias da vida em sociedade: média de natalidade, índice de mortalidade, estatísticas de produção e consumo de seus membros.

As disciplinas lidavam praticamente com o indivíduo e com seu corpo. Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder [...] não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito, necessariamente numerável. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder (FOUCAULT, 1975-1976 [1999, p. 292-293]).

Nota-se que, para Foucault, a população e a gestão deste conjunto, particularmente novo, são objetos da biopolítica. Daí a biopolítica ter de implementar a regulação como ferramenta, porque é sobre um grande número de pessoas vivendo em grupo que ela se aplica como um mecanismo de ordenação. Pois as demandas características das sociedades modernas colocaram os processos relativos ao que Foucault chamou de “homem-espécie” no centro de preocupações político-regulamentares. Portanto, o termo biopolítica designaria relações produtivas de poder, cuja capacidade regulamentar-administrativa age sobre a constituição da população, entendida como espécie e fenômeno político-social.

A biopolítica governa a vida ao regular a população, de modo que essa regulação, por sua vez, é uma das formas de expressão do biopoder. Mas, de que maneira as noções de biopolítica e biopoder se articulariam em específico? São sinônimos para Foucault ou diferem na sua aplicabilidade? Ora, ao recapitular a questão do poder observa-se que se trata de um termo relacional, isto é, que se dá por meio de relações de poder com natureza de caráter positivo: sendo propositivas, coordenativas e que promovem determinados efeitos, tendo certas finalidades a serem alcançadas no interior de um dado sistema. O biopoder, como complexo de relações produtivas de poder, é um composto: de poder sobre o corpo e poder sobre a população; respectivamente, poder disciplinar e poder regulamentar. É desse último, do poder regulamentar relativo à gestão populacional, que se ocupa a biopolítica; da questão da vida em coletividade como parte do poder.

Por isso, a biopolítica se encarrega da população como um problema político, de poder, pois a população passa a ser encarada como um conjunto passível de administração apoiada em órgãos e instituições que visam lidar, de forma estratégica, com necessidades prementes da convivência social. Por outro lado, a biopolítica se encarrega também da população como um problema biológico, pois é entendendo a população enquanto espécie, enquanto seres divididos em grupos que partilham de certas características, que se busca regulamentar a massa de indivíduos por meio da reunião de práticas e conhecimentos relacionados à manutenção vital dessa mesma massa.

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas e medições globais [...] de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos (FOUCAULT, 1976-1975 [1999, p. 293-294]).

Ainda no curso *Em defesa da sociedade* (1975-1976 [1999]), Foucault chama a atenção para a centralidade da função reguladora das operações biopolíticas: mecanismos de previsão, de estimativa, de medição que, quando aplicados à população, têm por finalidade não apenas precaver, mas também estabelecer uma espécie de equilíbrio social ao regulamentá-la. E assim, possibilitar um estado de equilíbrio, uma estabilidade de forças entre a diversidade de mecanismos reguladores e a conformação da população a certas leis. Mas, quais princípios direcionariam esse equilíbrio e essa administração do social via regulação, isto é, via operações biopolíticas? Os princípios básicos do biopoder, modos de promover e manter a

vida, não a ameaçando. Deve-se gerenciar a vida para que se possa mantê-la durante o maior tempo e sob o menor custo.

O que está em questão quando Foucault propõe pensarmos o biopoder é sua defesa da perspectiva produtiva das relações de poder, as quais são exercidas como poder sobre a vida. A concepção de biopoder, expressa na forma da disciplina dos corpos — anatomopolítica — ou na forma da regulação da população — biopolítica —, retrata esse investimento sobre a vida. Isso é o que Foucault nos diz em *A vontade de saber* (1976 [1988]), ao se referir à disciplina e à regulação como os dois polos em que as relações de poder em torno da vida se interligam:

Um dos polos, o primeiro a ser formado [...] centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade [...] o segundo, que se formou um pouco mais tarde [...] centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 131]).

Para Foucault, é importante que se identifique as diferenças entre o polo da disciplina e o da regulação. Mas também, é importante perceber que, em última instância, ambos os polos fazem parte de uma mesma categoria: o biopoder. Tanto as técnicas disciplinares quanto os controles reguladores funcionam como instrumentos voltados à manutenção da vida individual e social. Na disciplina, o poder sobre a vida ocorre por meio do corpo do indivíduo, compreendido como máquina, que deve funcionar bem e manter-se numa constante utilidade. Na regulação, o poder sobre a vida acontece por meio da população, considerada como base na lida com processos de tipo biológico.

Deste modo, a anatomopolítica e a biopolítica, respectivamente, atividades investidas em torno do indivíduo e da população, compõem o biopoder. O biopoder representaria o conjunto de relações de poder formado por técnicas disciplinares e operações reguladoras, as quais consistem em atividades que, quando associadas, promovem a vida individual e a sobrevivência em coletivo. Essa é, em suma, sua função: produzir e defender a vida em todos os níveis. Foucault faz alusão à “era do biopoder”, pois o que podemos acompanhar é uma espécie de marco histórico, de mudança no modo como se concebe a vida dos indivíduos e como se manejam as massas. Nessa direção, escreve Dianna Taylor (2018):

A ideia de enumerar a totalidade de uma população só foi introduzida nos países ocidentais no final do século XVII e tornou-se cada vez mais detalhada nos séculos seguintes. Logo, o censo assegurou dados sobre datas e locais de nascimento, estado civil e ocupações. Os estados modernos reconheceram a necessidade de entender as características, estruturas e tendências das suas populações a fim de gerenciá-las ou para compensar o que não podiam controlar (TAYLOR, 2018, p. 65).

Baseando-se na concepção de biopoder foucaultiana, Taylor (2018) destaca quão recente é o fato de o Estado ter passado a contabilizar seus membros e a ordená-los segundo o modelo populacional. Essa é uma operação peculiar dos Estados modernos, nos quais se procura antever as necessidades e as tendências de um dado grupo, mapear os comportamentos de seus membros, a fim de que se possa determinar o modo de sua organização. Em síntese: manter a vigília para que não se perca o controle. Talvez, por isso, tenha se utilizado do censo como instrumento de estimativas e de listagem individual para medição pública, como aponta Taylor (2018). Possivelmente, porque as informações colhidas na forma de conjunto de dados serviriam para obter a identificação de cada cidadão, e assim, controlá-lo, localizá-lo num contexto de convivência coletiva e vigiá-lo.

O biopoder, com seus mecanismos, encontrou no homem e nas suas necessidades, um alibi que o tornasse uma questão política. É sob o discurso da defesa da vida que o biopoder se mantém como instrumento administrador das sociedades modernas. E a síntese entre o que é essencial à espécie humana e as exigências da vida social dessa espécie, passou a compor o centro das estratégias políticas. Esse é o ponto em que o tema da sexualidade se apresenta: na intersecção entre as disciplinas do corpo e as regulações da população.

Nesse sentido, a sexualidade pôde ocupar um lugar privilegiado no interior de estratégias biopolíticas justamente porque funcionou como elemento diferenciado: ao viabilizar, de forma simultânea, tanto o acesso à dimensão corpórea individual, por meio de técnicas disciplinares, quanto o acesso à dimensão da população, por meio de operações regulamentadoras. Logo, se o biopoder se faz da união entre operações de disciplina e regulação, a sexualidade, por sua vez, é o instrumento que melhor engendra essas operações. Pela sexualidade se pode ter mais eficácia nas atividades de gestão e controle, próprias dos mecanismos de biopoder.

1.5 – A situação da sexualidade nos mecanismos de biopoder e o conceito de dispositivo

A importância assumida pela sexualidade para o funcionamento otimizado das ações do biopoder deve-se ao grau de maleabilidade do sexo, o que o torna central para as relações produtivas de poder. O sexo está relacionado às técnicas disciplinares pelo adestramento do corpo e dos comportamentos, pela distinção entre o normal e o anormal; e está ligado às regulações pelo controle da reprodução populacional e das doenças/infecções sexualmente

transmissíveis, por exemplo. O sexo faz parte tanto do uso que o indivíduo faz do seu corpo, isto é, daquilo que lhe pertence e que lhe constitui; como faz parte também do corpo social, quando pensamos nos índices demográficos e no estado de saúde de uma dada população.

[...] pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política. É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros [...] o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 136-137]).

Foucault salienta em seu argumento como o sexo pôde ser tornado objeto de interesse político exatamente por situar-se como algo transversal tanto ao indivíduo quanto à população. Destaca ainda como o sexo — pelo fato de ser um elemento presente, ao mesmo tempo, na conformação física, orgânica e particular de uma pessoa, e também por fazer parte de questões sociais relativas à manutenção da espécie — funcionou como instrumento facilitador, por meio do qual, as estratégias políticas tornaram-se aplicáveis em proveito do controle individual e coletivo. Nessa direção, Foucault (1976 [1988]) afirma haver uma espécie de ambivalência característica do sexo que seria utilizada em benefício da administração pública. De modo que, para a vigência duradoura dessa estratégia, o sexo e tudo aquilo que lhe circunda e diz respeito passa a centralizar as discussões e operações políticas que buscam por melhores maneiras de assegurar, num determinado contexto social, a monitoração individualizada de seus membros, assim como garantir a coordenação da vida em comum deles.

Nota-se, nesse cenário apontado por Foucault, porque é atribuída ao sexo uma condição privilegiada nos mecanismos de biopoder. Nele, as estratégias políticas encontram a concessão para acessar as pessoas individualmente e as suas demandas em conjunto. O caráter simultâneo dessa dupla via de acesso aos indivíduos como um todo, possibilitada pelo sexo, é um atributo fundamental para que o biopoder o solicite como parte central desse arranjo de poderes, por seu valor econômico. Para as operações de biopoder obterem êxito em suas funções de controle em geral, a economia nas formas e nos procedimentos de como se impõem modos de controles vai determinar o critério que fez do sexo “foco de disputa política”, como defende Foucault (1976 [1988, p. 136]).

É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes [...] tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. Mas vemos-la também tornar-se temas de operações políticas, de intervenções econômicas [...] de

campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice de força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um polo a outro dessa tecnologia do sexo escalam-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 137]).

Para o autor, a sexualidade efetiva-se como o recurso mais econômico e, por isso, é utilizada prioritariamente nas políticas de biopoder, pois faz alcançar objetivos subsequentes a partir de um mesmo instrumento: o sexo. No indivíduo, o biopoder, representado nas técnicas disciplinares, atua ao exercer vigilância e controle em torno da conduta sexual individual, investigando, por meio de exames médicos e psicológicos, suas práticas e desejos particulares ao buscar o domínio sobre esse corpo; na população, representado nas operações de regulação, o biopoder promove intervenções que atingem o corpo social ao pautar campanhas de moralização do sexo e de incitação ou ao frear a procriação, por exemplo, tendo em vista a sobrevivência da espécie e a saúde coletiva. Foucault descreve esse duplo processo em torno do sexo: “De um modo geral, na junção entre o “corpo” e a “população”, o sexo tornou-se o alvo central de um poder, que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte” (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 138]).

Ao defender o caráter essencial do sexo para o biopoder na questão sobre a gestão da vida, Foucault propõe uma primeira análise em que seja possível distinguir quatro conjuntos estratégicos que, desde o século XVIII, desenvolveram dispositivos de saber e poder a respeito do sexo, quais sejam, a *Pedagogização do sexo da criança*, a *Histerização do corpo da mulher*, a *Psiquiatrização do prazer perverso* e a *Socialização das condutas de procriação*. Esses conjuntos de poder-saber são descritos como “quatro grandes linhas de ataque ao longo das quais a política do sexo avançou nos últimos dois séculos. Cada uma delas foi uma maneira de compor as técnicas disciplinares com os procedimentos reguladores” (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 137]). Esses conjuntos exemplificariam a natureza positiva das relações genealógicas entre poder, saber e sexo e, nesses termos, a própria produção da sexualidade na forma de dispositivo. De modo que, se o biopoder pôde encontrar no sexo o apoio sobre o qual ele poderá gerir a vida das pessoas e, por outro lado, a vida em sociedade, isso ocorre em consequência do fato de tais conjuntos terem se definido a partir da apropriação do tema do sexo segundo estratégias políticas específicas (técnicas disciplinares e procedimentos reguladores) que o tornou domínio do saber.

Portanto, se há um domínio do saber acerca da sexualidade esse arranjo se formaria a partir da tecnologia política do sexo desenvolvida em torno das figuras centrais da criança

masturbadora, da mulher histérica, do adulto perverso e do casal reprodutor. Se a sexualidade é um dispositivo histórico, para Foucault (1976 [1988]), as ações estratégicas de poder-saber da *pedagogização*, *histerização*, *psiquiatrização* e *socialização* junto às personagens que por elas são investidas, em união, formariam a base sobre a qual se elabora o moderno dispositivo de sexualidade. Seguindo esse raciocínio, podemos nos perguntar: o que definiria a noção de dispositivo? Como Foucault irá, em sua análise, constituir esse termo em relação ao tema da sexualidade? Consideremos, primeiro, a definição proferida em *Sobre a história da sexualidade*, uma interlocução transcrita no livro *Microfísica do poder* (1979 [1988]):

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979 [1988, p. 244]).

Foucault constitui uma primeira caracterização da noção de dispositivo de sexualidade: um tipo de conjunto de natureza heterogênea, ou seja, de um modelo de agrupamento que reúne componentes distintos entre si e que os dispõe de maneira não uniforme. Essa variedade de elementos que se apresenta reunida na forma do dispositivo abrange desde categorias discursivas até instituições sociais; discursos científicos e filosóficos, leis e medidas administrativas, empreendimentos arquitetônicos e práticas sociais etc. A dificuldade nessa primeira caracterização acerca do dispositivo, descrita por Foucault, reside justamente na ampla heterogeneidade de elementos que marca essa espécie de conglomerado identificado por ele. Ainda em *Sobre a história da sexualidade* (1979 [1988]), o autor aponta um segundo aspecto que lhe interessa situar em relação ao dispositivo:

Gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos [...] em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes (FOUCAULT, 1979 [1988, p. 244]).

De acordo com Foucault, se “o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”, é preciso examinar também a natureza das relações que formam essa rede e não apenas os pontos que a ligam. Assim, as relações estabelecidas entre os elementos que compõem o dispositivo, além de não serem uniformes, porque se tratam de elementos diferentes entre si, se caracterizam como um tipo de jogo. E, nesse sentido, envolve movimento, táticas, mudanças e correlações; portanto, a natureza das interações entre os

elementos que constituem o dispositivo se apresenta na forma relacional de tipo descontínua, irregular, desigual.

Foucault aponta ainda uma terceira característica que diz respeito ao dispositivo: “[...] entendendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1979 [1988, p. 244]) Para o autor, o dispositivo se formaria a partir de uma necessidade circunstancial para atender às demandas de uma época; sua função é sumamente estratégica, pois visaria aplicar com eficácia os recursos que dispõe e exploraria as condições favoráveis com vistas a alcançar determinados objetivos. Logo, em relação à noção de dispositivo, Foucault faz menção a três de seus aspectos: o de conjunto heterogêneo, a natureza relacional na forma de jogo e a função estratégica.

A estes três aspectos do dispositivo (sua heterogeneidade, sua natureza e sua função) Foucault acrescenta um último: o dispositivo também é uma “gênese”. Foucault explicita este último aspecto dividindo-o em dois momentos distintos. O primeiro momento é aquele em que se define um objeto estratégico qualquer, uma urgência: a docilização dos corpos, o controle da loucura, da sexualidade perversa etc. Definido o alvo, o segundo momento é o da constituição e desenvolvimento do dispositivo, momento em que, por sua vez, engloba dois submomentos: um, o da “sobredeterminação funcional”, pois cada efeito, positivo ou negativo, dos elementos que compõem o dispositivo, provoca rearticulações e reajustamentos em relação aos outros elementos do conjunto; daí a necessidade de um segundo aspecto, o “processo de perpétuo preenchimento estratégico”, isto é, de crescentes reajustamentos e reapropriações visando a novos objetivos e as novas urgências (CHAVES, 1988, p. 94).

Ernani Chaves (1988) descreve nessa passagem um último aspecto que, junto ao da heterogeneidade, da natureza e da função, demarcaria o termo dispositivo, o aspecto da “gênese”. Chaves (1988) explica como Foucault distingue dois momentos: o primeiro em que se define o alvo ao qual será aplicada à estratégia e o segundo que se refere à formação do próprio dispositivo. Esse segundo momento, por sua vez, consideraria dois elementos; um, os efeitos de rearticulação entre os elementos do conjunto; dois, a constância na renovação de objetivos e urgências. Em síntese, o que está em questão na gênese e suas subdivisões é o que Foucault denomina de “preenchimento estratégico do dispositivo” (FOUCAULT, 1979 [1988, p. 245]), isto é, em quais condições possíveis ele se forma e sobre quais linhas estratégicas atua em seus objetivos.

Com base nesses quatro aspectos Foucault buscou caracterizar uma concepção geral a partir da qual se pôde compreender a ideia de dispositivo. Um tema que, aliás, ele desenvolve em *A vontade de saber* (1976 [1988]), mas apresenta uma proposta de definição mais integral em *Sobre a história da sexualidade* (1979 [1988]). Caso se reúnam as argumentações

presentes nesses textos para se pensar o dispositivo e considerando o que vem sendo desenvolvido sobre o tema das relações de poder em Foucault, poderíamos destacar alguns pontos do dispositivo foucaultiano: o que configura um conjunto heterogêneo, estratégico, atravessado por uma rede de interações que tem no modelo do jogo sua natureza; que se forma a partir de uma demanda social com vistas a alcançar certos objetivos urgentes os quais passam pela questão do controle e da dominação.

O dispositivo abarca, em sua variedade de elementos, o dito e o não dito, ou seja, os discursos e as práticas. Está estruturado com base nas relações de poder-saber, de relações produtivas entre formas de conhecimento e práticas sociais. O caráter positivo das relações de poder é fundamental para compreendê-lo, uma vez que suas ações produzem, geram, criam. Nesse sentido, o dispositivo na modalidade do dispositivo de sexualidade produziria a sexualidade por meio de estratégias de poder-saber específicas que o consolidariam na modernidade, a saber, os conjuntos da pedagogização, histerização, psiquiatrização e socialização. Todos eles reunidos e combinados operariam na composição do dispositivo de sexualidade.

Nessa vertente, o próximo passo desta pesquisa consiste em examinar como, a partir dos conjuntos estratégicos de poder-saber, poderíamos estabelecer um dado diálogo com a psicanálise, em específico, com o discurso freudiano da sexualidade, ao considerar os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905. Isso porque, ao descrever a sexualidade como um dispositivo histórico, Foucault (1976 [1988]) destaca a variabilidade de papéis desempenhados pelo discurso psicanalítico da sexualidade na formação e no desenvolvimento desse dispositivo. Resta-nos, portanto, definir o que seriam esses conjuntos estratégicos de poder-saber e, ao mesmo tempo, problematizá-los em relação aos *Três ensaios...* (1905 [2016]), examinando se compartilhariam de princípios e funções semelhantes.

Capítulo 2

Dos conjuntos estratégicos de poder-saber à relação com a teoria freudiana da sexualidade

2.1 – A pedagogização do sexo da criança e o tema da sexualidade infantil em Freud

Neste capítulo será analisada a questão da caracterização do discurso freudiano como um dispositivo de sexualidade, a partir dos conjuntos de poder-saber definidos por Foucault, como estratégias por meio das quais se constitui a apropriação e a importância socioculturais atribuídas à sexualidade, mediante interações de poder, saber e sexo (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 99]). Objetivamos discutir a relação do discurso freudiano da sexualidade com os conjuntos estratégicos de poder-saber, de modo a compreender o que representam e como funcionam esses conjuntos de poder-saber, referentes ao sexo, no interior dos mecanismos de biopoder, e também, questionar, ao analisarmos a teoria da sexualidade psicanalítica, sua participação nesse movimento que privilegia a problematização do sexo, identificando de quais modos se dariam suas contribuições, assim como seus distanciamentos na formação do dispositivo de sexualidade.

Segundo Foucault (1976 [1988]), os conjuntos de poder-saber são: a *pedagogização do sexo da criança*, a *histerização do corpo da mulher*, a *psiquiatrização do prazer perverso* e a *socialização das condutas de procriação*. Propomos aqui priorizar e submeter a exame os quatro conjuntos com o intuito de estabelecer uma discussão que envolva diretamente as hipóteses presentes na teoria freudiana da sexualidade. E, nesse sentido, entende-se que os temas da infância, da histeria, do prazer perverso e da procriação sobressaem em meio às formulações do discurso freudiano.

Inicialmente, considera-se a proposta de relacionar o conjunto da pedagogização do sexo da criança com o tema da sexualidade infantil presente no discurso freudiano, justamente pela proximidade temática a ser problematizada: a sexualidade na infância. Desse modo, no tocante à pedagogização do sexo da criança, para Foucault (1976 [1988]), o que está em questão nesse tipo de estratégia de poder-saber é todo o investimento e a crescente especulação em torno do período que abrange a infância e a totalidade de acontecimentos envolvidos nessa fase específica; desde a formação de uma série de discursos, de saberes que têm por objetos o universo infantil, ao corpo da criança e à sexualidade de que esse corpo seria dotado. Daí o caráter pedagógico dessa estratégia, porque se desenvolve em vista de

determinadas técnicas que objetivam educar, instruir, aprimorar a conduta da criança, que, por conseguinte, será o futuro adulto. Desse modo, se combina, metodologicamente, a escolha daquilo que pode ser ensinado como verdadeiro às formas mais eficazes de como alguém deva aprender, adquirir uma habilidade ou assimilar um comportamento.

É entre os moralistas e educadores do século XVII que vemos formar-se esse outro sentimento da infância [...] e que inspirou a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia como no povo. O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral (ARIÈS, 1973 [1986, p. 162]).

Em *História social da criança e da família* (1973 [1986]) podemos acompanhar como Philippe Ariès contextualiza o cenário em que emerge a multiplicidade de discursos acerca da infância e a consequente apropriação do que concerne ao infantil por parte da moral e da educação. É segundo a perspectiva dos moralistas e educadores que, desde o século XVII, vem se consolidando o saber da infância que compreende não mais as crianças como seres destinados à distração e às brincadeiras, mas sim, como seres sujeitos à intervenção moral e psicológica. O que Ariès (1973 [1986]) denomina de “outro sentimento da infância” é o que se vê emergir em discursos cujo interesse pela puerícia segue por afirmar e garantir a instrução das crianças por meio da orientação psicológica e da educação moral.

Não se tratava de afirmações isoladas, mas de uma verdadeira doutrina [...] que em partes explica a multiplicação das instituições educacionais como os colégios, as pequenas escolas e as casas particulares, e a evolução dos hábitos escolares em direção a uma disciplina mais rigorosa. Alguns princípios gerais decorrentes dessa doutrina figuravam como lugares-comuns na literatura da época (ARIÈS, 1973 [1986, p. 141]).

Para Ariès (1973 [1986]), a marca desse período de intensa pesquisa em torno da infância está representada naquilo que é equivalente à formação de uma doutrina. O que significa que as teorias da infância não são casos isolados ou eventuais, que ora versam sobre o comportamento infantil, mas, sim, que correspondem a um conjunto discursivo coerente de ideias a serem transmitidas com finalidades claras de dirigir e disciplinar a conduta da criança. E, em decorrência disso, há a aparição massiva de instituições educacionais que sustentam esse conjunto de discursos e que garantem a manutenção de seus preceitos. Considerando esse contexto, se pensarmos no conjunto da pedagogização do sexo da criança indicado por Foucault (1976 [1988]), pode-se notar como ele parece derivar desse movimento apontado por Ariès (1973 [1986]), de valorização sociocultural atribuída à infância e às potencialidades do corpo da criança para que se possa melhor educá-la.

A pedagogização do sexo da criança, enquanto estratégia, baseia-se na educação e na orientação da conduta da criança. E, para isso, desenvolve métodos e procedimentos que validam os discursos sexuais emergentes sobre a verdade acerca da sexualidade infantil ao mesmo tempo em que buscam garantir o aprendizado, por parte da criança, de dadas crenças ou comportamentos a serem incorporados. E por que o retorno à infância envolve, nessa investigação, uma atenção aos aspectos sexuais? Porque se trata de um conjunto cujos componentes de poder e saber partem de princípios relacionados ao biopoder de administrar a vida em sociedade, considerando a dimensão sexual da vida dos indivíduos e utilizando da importância do sexual para efeito de controle individual e social. E, por essa razão, retorna-se às bases da vida humana: ao período da infância e suas possíveis manifestações sexuais, uma vez que a monitoração e a vigilância precisam ser exercidas desde o primeiro momento para que se obtenha sucesso.

Para Foucault (1976 [1988]), os discursos que sustentam as formas modernas pelas quais se exerce o controle na infância, ora defendem a importância do sexual para efeito de domínio sobre a conduta das crianças, ora privilegiam as ideias que defendem a negação da sexualidade infantil, no sentido de que ela estaria simplesmente ausente nessa fase. Como se pode pensar, junto a Foucault, as investigações em torno da sexualidade infantil como algo de extrema importância para os procedimentos de controle e que é, simultaneamente, negado ou caracterizado como um perigo quando encontrado no comportamento das crianças?

Pedagogização do sexo da criança: dupla afirmação, de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais “limiáres”, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação [...] essa pedagogização se manifestou sobretudo na guerra contra o onanismo, que durou quase dois séculos no Ocidente (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 99]).

De acordo com a perspectiva da pedagogização, as crianças são encaradas como seres passíveis de experimentar atividades sexuais e, no geral, as experimentam. Esse mesmo discurso considera que as expressões da sexualidade infantil são definidas como marcas de anormalidade, impróprias, em que a precocidade indicaria certa corrupção, isto é, um discurso de negação do caráter espontâneo ou regular de manifestações sexuais em crianças.¹⁰ Foucault resolve esse impasse teórico presente na pedagogização, sobre a simultaneidade entre os

¹⁰ Dentre os discursos médicos que representam essa perspectiva patologizante da sexualidade infantil, em especial, da masturbação, no século XIX, estão os já referidos: Krafft-Ebing, Havelock Ellis e Albert Moll. Interessante notar que esses autores são os mesmos apontados, tanto por Foucault em *A vontade de saber* (1976 [1988, p. 63]), quanto por Freud nos *Três ensaios...* (1905 [2016, p.20]).

discursos de negação da sexualidade infantil e os discursos que a afirmam, ao identificar as crianças como seres sexuais “limiaries” nesse conjunto estratégico, as quais já trariam em si, em potência, certas características ditas sexuais, mas que ainda não estariam reguladas pelo que se espera como função sexual na vida adulta: a união sexual para a reprodução da espécie. Desse ponto de vista, a manifestação de características e atividades sexuais em crianças é considerada como conduta desviante, justamente porque escapa à finalidade da reprodução, assim como não se adéqua aos preceitos morais da época.

Por isso, caso se manifeste a sexualidade infantil, há também de se conhecê-la, para cuidar de bem conduzir a criança ao seu futuro papel e, nesse processo de desenvolvimento sexual, garantir como desfecho a função de reprodução do adulto. O conjunto da pedagogização reflete o modo como se buscou, na cultura ocidental, estar atento às ditas ameaças das quais se deve precaver: o onanismo¹¹ ou a masturbação¹², que, durante muito tempo, figurou como exemplo de perigo à saúde sexual. A criança que se dedicava às atividades sexuais masturbatórias, que estimulava a si mesma para obter prazer, tornava-se alvo de pesquisas exaustivas e permanentes. A infância e a criança onanista foram colocadas no interior de um conjunto de técnicas disciplinares e operações reguladoras, a fim de delinear seu comportamento e obter algum controle sobre tais práticas.

O masturbador, a criança masturbadora, é uma figura totalmente nova no século XIX (é na verdade própria do século XVIII) e cujo campo de aparecimento é a família. É inclusive, podemos dizer, algo mais estreito que a família [...] é um espaço muito mais estreito. É o quarto, a cama, o corpo; são os pais, os tomadores de conta imediatos, os irmãos e irmãs; é o médico, toda uma espécie de microcélula em torno do indivíduo e do seu corpo (FOUCAULT, 1974-1975 [2001, p. 73-74]).

No curso *Os anormais* (1974-1975 [2001]), Foucault já destacava, dentre as figuras que constituem o domínio da anomalia entre os séculos XVIII e XIX, a figura do masturbador. A criança masturbadora tornou-se um novo objeto de exame, que partia de dentro do seio de sua família para os confins dos consultórios médicos. Esse saber sobre a criança, em especial, buscou destrinchar o que mais intimamente dizia respeito a ela, desde o local onde dormia até a esfera do seu próprio corpo. Em *A vontade de saber* (1976 [1988]), Foucault retoma a temática da masturbação ao reafirmar o papel do saber médico nesse contexto, uma vez que a masturbação está associada à anormalidade e à doença.

[...] (foi um dos dogmas da medicina dos séculos XVIII e XIX, supor que a precocidade sexual provocaria mais tarde a esterilidade, a impotência, a frigidez, a

¹¹ Termo bíblico associado tradicionalmente ao pecado.

¹² Termo ‘científico’, sem valor de pecado, cuja moralidade está associada à certa concepção de família e natureza.

incapacidade de sentir prazer, a anestesia dos sentidos), sexualizando-se a infância, constituiu-se a ideia de um sexo marcado pelo jogo essencial da presença e da ausência, do oculto e do manifesto; a masturbação com os efeitos que lhe atribuem revelaria, de maneira privilegiada, este jogo da presença e da ausência, do manifesto e do oculto (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 143-144]).

Passou-se dessa maneira a vincular, num mesmo discurso, a masturbação, entendida como um modo precoce e irregular de conduta, e a etiologia de certas doenças. Daí o esforço de luta contra o onanismo, entre os séculos XVIII e XIX, por meio da estruturação de uma série de instrumentos de vigilância e controle; primeiro, para a garantia do ensino de uma conduta moral para a criança, pois, não era correto, de acordo com os costumes da época, a atividade de se masturbar. Segundo, para uma suposta manutenção da saúde, uma vez que tal atividade desencadearia na criança ou no futuro adulto graves prejuízos à saúde individual, além de produzir consequências danosas que poderiam recair sobre a saúde coletiva. Vê-se surgir, para Foucault (1976 [1988]), em consequência do interesse geral pela sexualidade na infância, uma nova tecnologia do sexo.

Ora, nesse mesmo fim do século XVIII, e por motivos que será preciso determinar, nascia uma tecnologia do sexo inteiramente nova, porque sem ser inteiramente dependente do tema do pecado escapava, basicamente, à instituição eclesiástica. Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado; ainda melhor, uma questão em que, todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 110]).

A tecnologia do sexo a que Foucault faz referência diz respeito às relações produtivas de poder, como mostrado no capítulo anterior, as quais são expressas na forma de operações disciplinares e reguladoras em torno da sexualidade do indivíduo e da população. Operações que funcionam na base da vigilância e do controle para a formação do dispositivo de sexualidade. A novidade que acompanha essa tecnologia está na apropriação do tema do sexo pela Pedagogia, pela Medicina e também pela Economia; do deslocamento de agora se pensar as questões relativas ao sexo sob o prisma desses saberes, e não mais como tarefa exclusiva das instituições religiosas. Caberia então a cada campo cumprir uma função no que diz respeito à sexualidade das crianças: à Pedagogia cabe educar, à Medicina indicar o risco da doença do indivíduo e à Economia controlar os gastos e perdas para a população. Assim, à medida que esses saberes se desenvolviam no século XVIII, crescia o movimento especulativo e de monitoração ao redor da infância, dando forma à configuração do conjunto estratégico de poder-saber que Foucault (1976 [1988]) chamou de “pedagogização do sexo da

criança”: essa espécie de investigação, de educação, de domínio do saber sobre a infância para exercer controle sobre os corpos, em especial, do que havia de atributos sexuais neles.

Por meio de toda essa especulação da sexualidade na infância e com base nos saberes pedagógicos, médicos e econômicos, o biopoder realiza, por meio da pedagogização, a ação final de produzir técnicas disciplinares que incidem sobre o corpo individual da criança e mecanismos reguladores, que buscam atingir seus efeitos nas crianças como um todo. Nesse aspecto, Foucault (1976 [1988, p. 110]) afirma que, por meio das contribuições da Pedagogia, da Medicina e da Economia, a questão do sexo se tornou negócio de Estado. Na Pedagogia e na Medicina, pode-se ver o uso mais explícito de técnicas disciplinares, que incidem na garantia de instrução e na manutenção da saúde de cada criança. E na Economia, a atuação de mecanismos reguladores que, por meio de campanhas, visam o controle e a administração do comportamento da população infantil. Desse modo, o Estado moderno e suas instituições encontram no biopoder, nesse mecanismo mantenedor da vida, o apoio necessário para cumprir o objetivo de administrar a população infantil, de garantir a saúde de seus membros e, por conseguinte, a sobrevivência da espécie.

Na sexualidade da infância elabora-se a ideia de um sexo que está presente (em razão da anatomia) e ausente (do ponto de vista da fisiologia), presente também caso se considere sua atividade e deficiente se nos referirmos à sua finalidade reprodutora; ou ainda, atual em suas manifestações mas escondido em seus efeitos, que só aparecerão em sua gravidade patológica mais tarde; e no adulto, se o sexo da criança ainda estiver presente, será sob a forma de uma causalidade secreta que tende a anular o sexo do adulto (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 143]).

Em resumo, para Foucault, a formação do conjunto estratégico de pedagogização está direcionada, por um lado, à ideia de uma espécie de ambivalência sexual da infância, ao fato de existir manifestações sexuais desde esse período e, em simultâneo, à negação das atividades sexuais infantis, por não estarem sob a orientação da reprodução e, por outro lado, em relação ao discurso que apresenta a precocidade das atividades sexuais infantis como propensas a desencadear doenças. Tendo como base esses dois princípios, o tema da sexualidade infantil é desenvolvido e utilizado desde o século XVIII como instrumento no conjunto da pedagogização para fins de controle e de regulação.

Frente a essas condições, nas quais se encontram a criança e a sexualidade infantil, nos propomos colocar a questão da pedagogização à psicanálise, uma vez que Foucault dá destaque em *A vontade de saber* (1976 [1988]) aos papéis que a psicanálise desempenharia na formação do dispositivo de sexualidade, e também porque um dos fundamentos teóricos que sustentam o discurso psicanalítico se encontra na hipótese, desenvolvida por Freud, de

regularidade da sexualidade na infância. Nesse contexto, podemos nos perguntar: em que consiste o discurso freudiano acerca da sexualidade infantil? E de que modo a presença da sexualidade na infância apareceria no texto freudiano junto ao tema da masturbação?

Seguindo essa lógica, buscamos investigar em quais aspectos ou em que medida a psicanálise poderia compor, contribuir, para a formação do dispositivo de sexualidade, como defende Foucault (1976 [1988]). Para isso, questionamos se a teoria freudiana da sexualidade infantil explora a ideia de uma relação entre as manifestações sexuais infantis e o desenvolvimento de certas afecções e, como consequência, buscamos averiguar se caberia à teoria freudiana a afirmação feita por Foucault de que “no adulto, se o sexo da criança ainda estiver presente, será sob a forma de uma causalidade secreta que tende a anular o sexo do adulto” (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 143]).

Em síntese, nossa proposta reúne alguns questionamentos com vistas a examinar sob quais aspectos o discurso freudiano se aproximaria ou se distanciaria das técnicas que disciplinam o corpo da criança e das campanhas de regulação que recaem sobre a parte infanto-juvenil de uma população. Para tanto, será utilizado o texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* de 1905, no qual se pode encontrar como tema do segundo ensaio, a sexualidade infantil.

Na concepção popular da pulsão sexual¹³, ela está ausente na infância e desperta somente no período da vida que designamos como puberdade. Isso não é um erro qualquer, mas de grandes consequências, pois principalmente a ele devemos nosso atual desconhecimento das condições fundamentais da vida sexual. Um estudo aprofundado das manifestações sexuais infantis provavelmente revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, mostraria seu desenvolvimento e nos faria ver sua composição a partir de várias fontes (FREUD, 1905 [2016, p. 73]).

Nesse fragmento que introduz o ensaio sobre a sexualidade infantil, Freud (1905 [2016]) defende a ideia da existência de manifestações sexuais da infância, isto é, da presença da pulsão sexual desde esse período como expressão comum, observável dentre os comportamentos de uma criança e, em consequência disso, sugere investigar as formas específicas como as atividades sexuais infantis se manifestam e os processos psíquicos envolvidos nelas. Além de caracterizar certas condutas da criança como manifestação de tipo sexual, Freud (1905 [2016]) afirma quão equivocada é a interpretação tradicional que se faz,

¹³ *Trieb* é um termo controverso em psicanálise. Existe, dentre os pesquisadores da obra de Freud, uma discussão quanto à melhor tradução para essa palavra, haja vista a polissemia presente nos idiomas. Neste trabalho, apesar de fazermos uso da edição traduzida por Paulo César de Souza, que verte *Trieb* por “instinto”, optamos pelo uso do termo “pulsão”, apoiados em autores como Laplanche e Pontalis (1967 [1991]) e Tavares (2013). Entendemos que essa terminologia se aproxima mais da concepção freudiana de *Trieb*, uma vez que “instinto” faria referência aos comportamentos fixos e pré-determinados. Por isso, vamos substituir a cada trecho “instinto sexual” por “pulsão sexual”. A noção de pulsão será melhor examinada na penúltima seção deste capítulo.

em sua época, ao afirmar a ausência da pulsão sexual na infância. Para ele, considerar o fato da sexualidade na infância poderia tanto desfazer essa concepção equivocada, quanto evidenciar as origens da pulsão sexual e o curso de seu desenvolvimento nos indivíduos. Ainda nessa direção, Freud escreve:

É certo que encontramos, na literatura sobre o tema, notícias ocasionais sobre atividade sexual precoce em crianças pequenas, sobre ereções, masturbação e até mesmo condutas análogas ao coito, mas sempre são apresentadas como eventos excepcionais, curiosidades ou exemplos assustadores de depravação precipitada. Ao que eu saiba, nenhum autor percebeu claramente a regularidade de uma pulsão sexual na infância, e nos trabalhos, agora numerosos, sobre o desenvolvimento da criança é geralmente omitido o capítulo “Desenvolvimento Sexual” (FREUD, 1905 [2016, p. 73-74]).

Freud afirma que, quando reconhecida, a atividade sexual infantil está, em geral, associada a uma manifestação prematura ou a casos esporádicos caracterizados como exemplos de depravação na conduta das crianças. Segundo ele, nenhum autor, até então, teria reconhecido o caráter regular da pulsão sexual na infância, nem o processo pelo qual passa o desenvolvimento sexual infantil.¹⁴ Sob essa perspectiva, Freud propõe como um dos temas de seus ensaios: um estudo dos fenômenos corporais e anímicos relacionados à sexualidade na infância, procurando compreender a natureza da pulsão sexual que, ao que constata, emerge desde esse estágio. Em seguida, Freud passa a descrever o que identifica como manifestações sexuais infantis.

Ou seja, podemos considerar o discurso freudiano da sexualidade como relacionado a um aspecto da pedagogização pela possibilidade de sexualizar seus corpos, ao atribuir a certas experiências infantis caráter sexual. Sexualizar articula-se a um movimento crescente de poder-saber por parte das instituições sociais, em especial, da comunidade médica e de pedagogos, em torno do corpo da criança, tornando-o objeto de especulação por meio principalmente da sexualidade que lhe é conferida. A sexualização, descrita assim, é identificada no processo de erotização do corpo da criança: na tendência de se ocupar ou de

¹⁴ Em notas acrescentadas aos *Três ensaios...* (1905 [2016, p. 74-75]) nos anos de 1910 e 1915, Freud muda seu posicionamento quanto ao fato de não encontrar na literatura de sua época uma abordagem clara, avançada, sobre o tema da vida amorosa das crianças. Essa afirmação não se sustentaria mais, devido aos trabalhos desenvolvidos por Stanley Hall (1904), Bleuler (1908) e H. v. Hug-Hellmuth (1913), os quais, segundo Freud, “levam inteiramente em conta o negligenciado fator sexual” (1905 [2016, p. 75]). Dessa maneira, a afirmação de que nenhum autor teria reconhecido a regularidade e a importância da pulsão sexual para a infância não se mantém. Para nossa pesquisa, destacar essas notas, acrescentadas por Freud em anos posteriores à publicação de 1905, nos auxilia a compreender como o discurso freudiano, por não estar teoricamente isolado, tanto se situa em meio ao agrupamento discursivo acerca da sexualidade infantil, em expansão no século XIX, quanto de certa forma impulsiona esse movimento que teoriza a infância, como é indicado por Foucault, na questão da pedagogização do sexo da criança. Ao mesmo tempo, as notas de rodapé apontam para os desenvolvimentos posteriores do pensamento freudiano.

exaltar, diante das especificidades desse corpo, o que o vincula à conduta de tipo sexual. Ora, ao notar o que está escrito no segundo ensaio, pode-se observar que Freud (1905 [2016]), ao apresentar sua teoria da sexualidade infantil, inicialmente parte do pressuposto de que existe um descaso para com os aspectos da sexualidade na infância. Além de propor que as expressões na conduta da criança são próprias da pulsão sexual, ele também amplia, nesse sentido, as investigações acerca da sexualidade infantil, contribuindo para o aumento das teorias sexuais sobre a infância.

[...] tomaremos como modelo, entre as manifestações sexuais infantis o ato de chupar (sugar com leite) [...] o ato de chupar ou sugar, que aparece já no lactente e pode prosseguir até o fim do desenvolvimento ou se conservar por toda a vida, consiste na sucção, repetida de maneira rítmica, com a boca (os lábios), sem a finalidade da alimentação [...] a sucção deleitosa absorve completamente a atenção, e conduz ao adormecimento ou, inclusive, a uma reação motora da natureza de um orgasmo (FREUD, 1905 [2016, p. 82-83]).

Para Freud (1905 [2016]), o ato de chupar ou sugar caracteriza a primeira manifestação sexual infantil, sendo uma característica que, aliás, pode perdurar para além da infância. Ele identifica nesse comportamento da criança, no sugar com leite, o modelo da vida sexual, justamente por advir dessa ação as primeiras sensações de satisfação, isto é, as primeiras experiências de prazer¹⁵. Ao localizar nos lábios uma zona erógena¹⁶ que em contato com o peito materno proporciona ao bebê satisfação para além da função de nutri-lo, Freud não estaria estabelecendo aí uma forma de sexualização do corpo infantil, como diz Foucault? Se seguirmos entendendo que sexualizar implica em atribuir caráter sexual a certas condutas, podemos dizer que Freud, ao tomar como modelo a conduta erótica da criança a partir do ato de chupar, formularia um discurso que associa a sucção a uma atividade de tipo sexual.

[...] o ato da criança que chupa é determinado pela busca de um prazer, já vivido e agora lembrado [...] também é fácil imaginar em que ocasiões a criança teve as primeiras experiências desse prazer que agora se empenha em renovar. A primeira e mais vital atividade da criança, mamar no peito da mãe (ou de seus substitutos), já deve tê-la familiarizado com esse prazer. Diríamos que os lábios da criança comportam-se como uma *zona erógena*, e o estímulo gerado pelo afluxo de leite quente foi provavelmente a causa da sensação de prazer [...] a atividade sexual se apoia primeiro numa das funções que servem à conservação da vida, e somente depois se torna independente dela (FREUD, 1905 [2016, p. 85-86]).

¹⁵ Iremos explorar a ideia de prazer, na teoria freudiana, nas seções sobre a psiquiatrização do prazer perverso e a socialização das condutas de procriação.

¹⁶ As zonas erógenas referem-se, em geral, às partes específicas do corpo que, a partir de uma determinada qualidade de estímulo, são aptas a produzirem prazer. Mas depois, em nota acrescentada em 1915, Freud (1905 [2016, p.89]) atribui a propriedade de erogeneidade a todas as partes do corpo e a todos os órgãos internos; o corpo como um todo, passa a ser entendido como território erógeno ou suscetível aos estímulos de prazer (LAPLANCHE e PONTALIS 1967 [1991]).

Nessa passagem, podemos acompanhar como Freud vê no ato de mamar no peito da mãe uma relação direta com as primeiras experiências de prazer. Isto é, o bebê, a partir da alimentação, estaria experimentando uma espécie de satisfação para além da saciedade alimentar que vem do leite materno. Essa satisfação à parte, digamos assim, estendida do fato de ser alimentada, gera na criança a necessidade de repeti-la. Por isso, Freud (1905 [2016]) formula a ideia que a atividade sexual infantil emerge, por apoio¹⁷, da função vital de se alimentar, pois é do toque dos lábios do bebê com o peito da mãe, e claro, do conjunto de coisas envolvidas nesse ritual, como o próprio fato de ser alimentada, a troca de carinhos, a temperatura do leite, que se tem despertadas na criança a pulsão sexual e a significação erógena da boca. E só depois de dissociar-se da função de nutrição, a pulsão sexual passa a seguir por um desenvolvimento independente da pulsão de nutrição na vida dos indivíduos. Freud, ao descrever o ato de chupar da criança definindo-o como atividade sexual, o faz, baseando-se nessa premissa de autonomia que a pulsão sexual adquire em relação à alimentação. A criança manteria o comportamento de sucção rítmica da boca, porém agora não buscaria somente ingerir alimento, mas procuraria comprazer-se por outras vias, uma vez que lhe fosse registrada a sensação de prazer que adviria dessa ação.

Passemos, agora, a outra conduta, também indicada por Freud, que pode auxiliar-nos especialmente na discussão levantada aqui e que é encontrada entre as atividades sexuais das crianças: as manifestações masturbatórias. Para ele, a atividade de se masturbar, caracterizada pela ação de fricção sobre alguma parte erógena do próprio corpo, compõe uma das fases da sexualidade infantil e parece decorrer do ato de chupar: “Não é raro que a sucção deleitosa seja combinada com a fricção de algumas partes sensíveis do corpo, como o peito ou os genitais externos. Por essa via, muitas crianças passam da sucção à masturbação” (FREUD, 1905 [2016, p. 85]). De acordo com Freud, o ato de chupar da criança a atrairia, como que num movimento espontâneo na procura por satisfação, a masturbar-se. As manifestações masturbatórias, segundo a teoria freudiana, se dão de duas maneiras; uma como atividade da zona anal e a outra como atividade das zonas genitais.¹⁸ Essas atividades estão ligadas a zonas

¹⁷ A designação do termo “apoio”, por Freud, para caracterizar o modo pelo qual surgem as atividades sexuais infantis junto às funções vitais do corpo, já estava incorporada ao texto desde a publicação de 1905, mas somente no ano de 1915 passou a ser de fato considerada uma das características essenciais de uma manifestação sexual infantil. Essa questão da importância da noção de “apoio” para o sistema conceitual freudiano pode ser encontrada em J. Laplanche, *Vida e morte em psicanálise* (1970 [1985]).

¹⁸ Em um parágrafo acrescido em 1915, ao segundo ensaio, Freud reformula a questão da masturbação como atividade expressa em apenas duas fases. Desde essa modificação, para ele, é possível distinguir três fases da masturbação infantil “a primeira delas pertence ao período da amamentação; a segunda, ao breve período de florescimento da atividade sexual [...] a terceira corresponde à masturbação da puberdade, frequentemente a única levada em conta” (FREUD, 1905 [2016, p. 95]). Ou seja, segundo esse novo modo de considerar, passa a

erógenas distintas e que seguem procedimentos diferentes para o alcance da satisfação. No tocante à significação erógena da zona anal, Freud afirma:

Assim como a zona labial, a localização da zona anal a torna adequada para favorecer um *apoio* da sexualidade em outras funções do corpo. [...] as crianças que utilizam a excitabilidade erógena da zona anal se revelam no fato de reter a massa fecal até que esta, acumulando-se, provoque fortes contrações musculares e, na passagem pelo ânus, exerça um grande estímulo na mucosa. Isso deve produzir, juntamente com a sensação de dor, uma sensação de volúpia (FREUD, 1905 [2016, p. 91]).

Na mesma direção da zona labial, a excitabilidade erógena da zona anal também se apoia numa função vital do corpo, na necessidade de evacuar a massa fecal em consequência da alimentação. A masturbação da zona anal está presente no reter das fezes, na fricção gerada a partir dessa retenção, que causará o estímulo prazeroso durante o ato de defecar, dando fim às contrações. Para Freud, a criança experimental, na masturbação da zona anal, uma mistura das sensações de prazer e dor, uma vez que uniria a dor das contrações e o prazer, acompanhado do alívio, durante o evacuar. Junto à natureza erógena da zona anal está outra forma de manifestação masturbatória, que se relaciona às atividades das zonas genitais. Diz Freud:

Entre as zonas erógenas do corpo da criança, há uma que certamente não desempenha o papel principal, nem pode ser a portadora dos mais antigos impulsos sexuais, mas que está destinada a grandes coisas no futuro. Tanto no menino como na garota, ela é relacionada à micção (glande, clitóris) [...] as atividades sexuais dessa zona erógena, que pertence aos órgãos sexuais propriamente ditos, são o começo da futura vida sexual “normal” (FREUD, 1905 [2016, p. 93-94]).

A prática da masturbação por meio do estímulo dos genitais, assim como o ato de chupar e a masturbação da zona anal, está também vinculada por apoio a uma função do corpo, nesse caso, a de micção. Considerados como os órgãos propriamente sexuais, os genitais, além de cumprirem a função de emissão de urina, são órgãos que proporcionam prazer devido à sua natureza erógena. Segundo Freud (1905 [2016]), a masturbação dos genitais na criança seria o início da vida sexual adulta, dita normal. Os genitais, apesar de ainda não estarem em função da reprodução, já se comportam como fontes de prazer para as crianças e, por isso mesmo, elas recorrem também ao estímulo dessa região de seu corpo.

Portanto, é possível considerar, de acordo com a teoria freudiana da sexualidade infantil, que as atividades sexuais se manifestam ao longo do processo de desenvolvimento da criança, sendo a primeira delas, o ato de chupar, depois acompanhada das masturbações anal e genital.

ser incluída às manifestações masturbatórias, também, o ato de chupar, por conta dos aspectos que o assemelham ao que caracteriza a masturbação: ritmo, repetição etc.

Se reunidas, essas atividades sexuais revelam, segundo Freud, alguns aspectos essenciais da sexualidade infantil: primeiro, são atividades orientadas pelas pulsões parciais¹⁹ e partem de zonas caracterizadas como erógenas, pois são fontes suscetíveis aos estímulos prazerosos; segundo, as zonas erógenas localizam-se e emergem de zonas relacionadas às funções vitais do corpo; terceiro, o alvo sexual infantil se encontra no próprio corpo; e esse é um dos pontos importantes da teoria freudiana, a definição da conduta sexual das crianças como autoerótica, baseada na capacidade da pulsão sexual de encontrar satisfação no corpo em que se origina independente de outrem, independente de um objeto sexual externo a si.

O autoerotismo é uma conduta orientada pelo que Freud (1905 [2016]) chama de pulsões parciais, ou seja, que a pulsão sexual ainda não se acha subordinada à primazia dos genitais e se dispõe em zonas erógenas diferentes no corpo, que independem umas das outras quanto à produção de prazer, mesmo que por vezes sejam atividades combinadas na busca da criança pela satisfação. No pensamento freudiano, essa relação entre as pulsões parciais e sua distribuição na variabilidade de zonas erógenas define a sexualidade infantil como perversa polimorfa, justamente porque se refere à insubordinação da pulsão sexual na conduta infantil. A disposição perversa polimorfa se deve ao fato de as pulsões sexuais, ao surgirem por apoio em certas funções vitais do corpo, se desprenderem dessas funções ao longo do desenvolvimento da criança, para assumir a função específica de produzir prazer e, nesse sentido, efetuarem uma alteração da função a que antes estavam associadas. Por isso perversa, porque a pulsão sexual se perverte da função da qual se origina. E polimorfa, porque as fontes de excitabilidade sexual são variadas na infância.

Assim, esses são alguns dos traços principais presentes na teoria freudiana acerca da sexualidade infantil que se pode observar e é baseando-se neles que se atualiza uma das questões colocadas anteriormente: pode-se dizer que o discurso freudiano estabelece uma forma de sexualização do corpo da criança? Considerando que Freud atribui a certas condutas infantis o caráter sexual, tem-se alguma razão para afirmar que há na teoria freudiana uma espécie de sexualização, quando Freud descreve como atividades sexuais regulares da criança, o ato de chupar e as formas de masturbação, por exemplo.

Segundo Foucault (1976 [1988]), a pedagogização do sexo da criança parte de duas premissas: uma, a proposição do tema da sexualidade infantil como ponto de problematização e a outra, os discursos que afirmam e negam a manifestação de atividades sexuais na infância.

¹⁹ As pulsões parciais têm ligação direta com os estímulos relativos às zonas erógenas e representam uma primeira forma de manifestação da pulsão sexual, que não está subordinada aos órgãos genitais, nem tampouco à reprodução, mas associada e distribuída em funções vitais diferentes no corpo. As pulsões parciais se caracterizam por sua independência, quanto as suas fontes e metas específicas, para obter satisfação.

Ao que se pôde observar, o texto freudiano parece estar em conformidade com alguns aspectos referentes ao conjunto da pedagogização, já que propõe, primeiro, a formulação de uma teoria da sexualidade infantil que defende a regularidade da pulsão sexual desde esse período e que descreve de quais maneiras se manifestam e se registram as atividades sexuais na criança. Segundo, que descreve a masturbação e amplia a concepção tradicional da prática de masturbar os genitais, para incluir a masturbação da zona anal e, mais tarde, da zona oral. E terceiro, afirma que as zonas erógenas genitais, apesar de estarem ativas na infância, não desempenham ainda a função principal de reproduzir (FREUD, 1905 [2016, p. 93-94]). Esse último ponto nos possibilita interpretar que subjaz ao discurso freudiano a ideia de uma sexualidade presente quanto à atividade e ausente quanto à sua finalidade.

Desse ponto de vista, o discurso freudiano se situa como teoria que problematiza o tema e as manifestações da sexualidade infantil e, em consequência disso, colabora de algumas maneiras com o movimento de investigação crescente no século XIX que sexualiza o corpo e a conduta da criança, ao atribuir-lhes aspectos sexuais, inserindo-a como objeto de saber. Entretanto, apesar de estarmos de acordo quanto à ligação de alguns aspectos da teoria freudiana da sexualidade com o conjunto da pedagogização, é necessário que sejam feitas algumas observações quanto às especificidades do discurso freudiano em meio às demais teorias sexuais e no interior desse conjunto. Primeiro: ao propor uma teoria da sexualidade infantil, Freud procura diferenciar a interpretação dos conceitos e argumentos em relação às teorias sexuais de seu tempo. O que queremos dizer é que Freud, ao formular sua teoria da sexualidade, embora faça recurso e compartilhe de termos utilizados por autores, pesquisadores e médicos contemporâneos a ele, rompe com os discursos correntes que associam as atividades sexuais infantis às formas patológicas, quando situa a masturbação, por exemplo, como conduta regular das manifestações sexuais presentes na criança.

Ao defender a regularidade da pulsão sexual na infância e descrever suas formas de manifestação, Freud, ao mesmo tempo em que produz uma espécie de erotização do corpo da criança, num contexto em que as crianças que demonstram comportamento erótico são punidas e encaradas como depravadas ou doentes, contribui para o esclarecimento sobre o desenvolvimento sexual da criança, em que a punição não deve ser utilizada. Para Freud (1905 [2016, p.73]), o equívoco, que toma grandes proporções, está na negligência em relação aos aspectos sexuais da infância e no conseqüente desconhecimento das condições fundamentais da vida sexual. Daí seu interesse inicial pela infância, por conta da indicação do fator infantil na conduta nos neuróticos, como veremos adiante.

Freud, quando formula a hipótese da sexualidade infantil, introduz seu discurso no debate em torno da problematização da sexualidade e da sexualização da infância. Porém, sua inserção na formação desse saber se estabelece de maneira diferente se o pensarmos em relação aos princípios do conjunto da pedagogização do sexo da criança.

Portanto, ao perguntar sobre o modo como o discurso freudiano poderia se relacionar ao conjunto da pedagogização e, por assim dizer, às relações disciplinares e reguladoras sobre o corpo das crianças, compreende-se que Freud e suas concepções não podem escapar de seu contexto histórico, do momento em que se encontram quando emergem. A teoria freudiana, como toda teoria, faz parte de seu tempo e está submetida ao contexto e aos avanços culturais de uma época. E seus interesses teóricos sobre a infância, sobre a masturbação, num momento em que a Medicina e a Pedagogia se apropriam desse conhecimento, evidenciam isso; seu discurso é um domínio do saber sobre a infância e compartilha do privilégio de um discurso legitimado pela autoridade científica, da qual faz parte.

Mas é interessante notar a maleabilidade desse discurso que, mesmo contextualizado em meio às teorias sexuais infantis, afasta-se da função discursiva de disciplinar a conduta, ao questionar as formas tradicionais de comportamento, a pulsão sexual e os limites entre normal e patológico, o que faz com que esse discurso promova mais rupturas do que condicionamentos. Talvez por isso, a teoria psicanalítica tenha um papel de destaque na formação do dispositivo de sexualidade, para Foucault, pois, assim como está imersa nas relações de poder-saber, não se reduziria ao controle e à regulação, porque de alguma forma as interpela. A dificuldade de aproximar ou distanciar o discurso freudiano da pedagogização está justamente nesse estado de ambivalência no qual ele transita.

2.2 – A histerização do corpo da mulher e a questão da histeria na teoria freudiana

No conjunto estratégico da histerização do corpo da mulher, Foucault destaca o interesse generalizado, por parte dos saberes e das instituições, na apropriação de um dado objeto de investigação, de modo a produzi-lo historicamente como uma forma de conhecimento. Na pedagogização, o objeto em questão é a criança e na histerização, a mulher. Ambos, a partir de seus corpos e de certo momento da história, passaram a protagonizar o movimento de formação de saberes específicos. Essas personagens, segundo Foucault, tornaram-se parte de estratégias de poder-saber sobre a sexualidade no século XIX e, por isso mesmo, parte da constituição do dispositivo de sexualidade. Vimos como as pesquisas em torno da infância se

consolidaram por meio da educação e da Medicina, estabelecendo-se um domínio de saber sobre a sexualidade da infância. Vimos ainda que o tema da masturbação ocupou lugar privilegiado na discussão acerca da conduta infantil, que aponta para a precocidade das manifestações sexuais como parâmetro de distinção entre o normal e o patológico.

Em relação ao conjunto da histerização, podemos acompanhar como o corpo da mulher centraliza os debates, como a especificidade desse corpo se faz enquanto questão. A problematização que se desdobra em torno do corpo feminino tem no comportamento histórico seu principal instrumento. Poderíamos dizer, baseados na interpretação de Foucault, que o tema da histeria está para o conjunto da histerização, assim como o tema do onanismo ou da masturbação está para a pedagogização. Mas de quais formas a mulher histórica é tornada objeto de saber? Sob quais discursos se sustenta esse novo campo do conhecimento? Para Foucault, a formação de um domínio do saber sobre a mulher, representada na estratégia de histerização, implementa-se da seguinte maneira:

Histerização do corpo da mulher: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado, qualificado e desqualificado, como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual enfim foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível desta histerização (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 99]).

No conjunto da histerização, Foucault assinala como o corpo da mulher passa a ser analisado segundo três categorias: a primeira, a qual considera o corpo feminino como algo impregnado de sexualidade, isto é, que em todos os seus componentes e aspectos, sem restrições, estabelece-se a qualidade do que é sexual; a mulher em si, em sua integralidade, entendida como um ser demasiado erótico. A segunda: parte do entendimento de que a mulher está sujeita a uma patologia própria do corpo feminino relacionada ao útero, a histeria, justamente pela natureza sexual da qual esse corpo seria excessivamente dotado. E a terceira: em que a mulher está designada, em função de sua sexualidade, aos papéis sociais de reprodutora e também de mãe na tutela dos filhos gerados. Assim, reunidas essas três categorias, emerge um campo do saber sobre o feminino, cuja orientação — que é a mesma que atua sobre a criança — é dada pela Medicina, pela Biologia e pela moral. Ao redor da mulher, se vê desenvolver uma ampla gama de conhecimentos e assertivas a respeito do que é ser um indivíduo do sexo feminino, que conduta deve tomar, quais funções lhes são inerentes e exigidas no contexto que se inserem e, para Foucault, o que dá suporte a essa série de

discursos é a oposição entre o lugar que é socialmente desejável, esperado para a mulher como mãe, gestora, responsabilizada pela educação das crianças e o lugar indesejável para uma mulher, ou seja, disso que jamais poderia estar presente na sua conduta, a exemplo da esterilidade e da histeria.

Nesse sentido, podemos ver como, na histerização, o corpo da mulher está interposto em três perspectivas que giram em torno daquilo do que ele deve e o que não deve ser. Nessa estratégia, o corpo feminino se encontra entre o conflito da mulher saudável, fértil, zelosa, que esteja apta à condição de ser mãe e a probabilidade de não ser uma mulher saudável, que seja estéril, inadequada, que sucumba à condição de “mulher nervosa”, como denomina Foucault (1976 [1988, p. 99]). Esse conflito, sob o qual se encontra a mulher do século XIX, entre a maternidade e o risco iminente à histeria, constitui a base do processo de histerização, que incide sobre este corpo que, ao mesmo tempo em que evidencia as exigências colocadas à mulher, também demarca os limites entre as mulheres que são consideradas normais e as doentes.

A personagem investida em primeiro lugar pelo dispositivo de sexualidade, uma das primeiras a ser “sexualizada” foi, não devemos esquecer, a mulher “ociosa”, nos limites do mundo, onde sempre deveria figurar como valor, e da família, onde lhe atribuíram novo rol de obrigações conjugais e parentais: assim apareceu a mulher “nervosa”, sofrendo de “vapores”; foi aí que a histerização da mulher encontrou seu ponto de fixação (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 114]).

A histerização da mulher seria o ponto a partir do qual se possibilitou a formação do conhecimento acerca do corpo feminino e dos atributos sexuais presentes nele, além de identificar nesse corpo os riscos relacionados à sexualidade dita anormal. O tema da mulher histórica no século XIX, enquanto conjunto estratégico, também faz parte do dispositivo de sexualidade foucaultiano, porque está estabelecido segundo relações entre poder, saber e sexo; isto é, entre discursos que determinam condutas no campo da sexualidade e que acabam por produzir regimes de verdade sobre o corpo e o comportamento, no caso, o feminino. Como afirma Foucault, a histerização do corpo da mulher representa um domínio específico de saber e poder a respeito do sexo que, assim como a pedagogização do sexo da criança, a psiquiatrização do prazer perverso e a socialização das condutas de procriação, “atingiu certa eficácia na ordem do saber e produtividade na ordem do poder” (FOUCAULT, 1976 [1988, p.99]).

[...] a histerização das mulheres, que levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, a solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 137]).

Nesse contexto, para Foucault, o conjunto da histerização, além de passar pela questão da apropriação do sexo e do corpo da mulher, por meio do discurso e de procedimentos relativos à Medicina, passa também pela responsabilização social, quanto aos cuidados com os filhos, à estabilidade da família e à manutenção da espécie. A importância concedida à mulher não estaria, portanto, relacionada com a finalidade de promover um bem voltado para ela mesma, mas estaria voltada para a garantia de que ela possa cumprir o papel que lhe foi conferido pela natureza; ou seja, cumprir a condição biológica de, quando em união com indivíduo do sexo oposto, gerar outro ser vivo, e, por outro lado, manter a função de promover a educação moral e os bons costumes de sua prole e, por conseguinte, de sua família. A histerização da mulher por meio da sexualização do seu corpo não busca compreendê-la pelo que ela é, em seus anseios individuais e idiossincráticos; ao contrário, as investidas em torno do corpo feminino se dão mais pelo que elas representam para a manutenção do coletivo, pelo que seu corpo sadio é capacitado a fazer e pela produtividade que nele pode ser desenvolvida. Numa passagem acerca dos princípios que orientam a educação feminina no século XIX, Célia Bertin (1989 [1990]) retrata quais os desígnios exigidos à mulher:

É evidente que devem, antes de mais nada, aprender a aceitar os costumes, estar prontas para preencher de boa vontade e com devoção as funções que os homens lhes destinaram. A educação das moças ricas ou pobres obedece a essa lei, que as mães mais amorosas, mesmo tendo consciência de sua insatisfação em seu simples papel de esposa e intendente, nada farão para transgredir (BERTIN, 1989 [1990, p. 111]).

Bertin (1989 [1990]) acentua como, dentre as exigências culturais colocadas à mulher, a obediência ao homem se sobressai enquanto lei, o que pesaria tanto sobre as moças ricas quanto as pobres. A educação das mulheres, em geral, baseia-se em restringi-las à aceitação dos costumes e a submetê-las à vontade de seu parceiro para o bem da família. Bertin, em suas reflexões, é ainda mais incisiva ao citar o pensamento de Otto Weininger²⁰, como exemplo, para melhor ilustrar o lugar destinado à mulher na época. Escreve Bertin: “segundo o autor, as mulheres só podem ser putas ou mães, são escravas de sua sexualidade. Não têm espírito criativo, não têm, aliás, nenhum espírito, nunca terão gênio” (BERTIN, 1989 [1990, p. 99]). De acordo com Bertin, a ideia que Weininger faz das mulheres reproduz uma espécie de antifeminismo disseminado no período e ao longo de toda a história que se justifica, na prática, por inibir o aprimoramento da mulher e a ampliação de seus direitos na sociedade. O

²⁰ Filósofo, autor de *Sexo e caráter*, 1903.

contexto histórico ou cultural no qual elas estão inseridas no século XIX, como indica Bertin, é o mesmo que proporciona as condições de emergência do conjunto da histerização, descrito por Foucault: a mulher identificada e reconhecida por meio dos contornos de sua sexualidade.

Ao seguirmos esse raciocínio é possível perceber como as mulheres, da mesma forma que as crianças, têm nos seus corpos a razão para identificá-las, particularmente, como seres sexuais e, em função disso, tornam-se passíveis de inserção nos conjuntos de poder-saber. Ambas — mulheres e crianças —, de maneira gradativa, são tornadas objetos históricos importantes de investigação por meio de relações entre saberes e instituições, como as educacionais e a Medicina. Mas, não deixemos escapar que, para Foucault, o suporte essencial para que a educação e a saúde possam intervir sobre esses corpos está assegurado pelo papel que cumpre a família na sociedade. A família, por conta do aspecto estrutural e de agrupamento que lhe caracteriza, garante com mais eficácia que seus membros reunidos, no caso a mulher e a criança de cada grupo, possam passar pelo exame e o respectivo diagnóstico médico-pedagógico que lhe cabem. Nessa direção, a pedagogização do sexo da criança e a histerização do corpo da mulher, para que funcionem enquanto estratégias na formação do dispositivo de sexualidade, compartilham da questão da família, entendida enquanto instrumento que viabiliza um maior controle desses indivíduos.

Na perspectiva das estratégias que circunscrevem o corpo da mulher no interior da família, tem-se uma variedade de papéis que lhes são atribuídos e exigidos: como estar apta ao casamento, ser saudável, ter bons modos, e assim constituir sua própria família; estar disponível sexualmente para seu parceiro em função da reprodução e proporcioná-lo o prazer erótico; assim como exercer com sobejo a maternidade e garantir a educação moral dos filhos gerados pelo casal; além de gerir a organização do ambiente doméstico e a manutenção da saúde de seus membros etc. A situação na qual se encontram as mulheres em relação à família lhes enredam profundamente nessa estrutura e as condicionam a realizarem-se socialmente, enquanto indivíduos do sexo feminino, somente nos espaços e nas relações familiares. É desse cenário que Foucault diz emergir o conjunto da histerização associado à família. No entanto, é importante considerar que a ação estratégica da histerização privilegia a mulher que não corresponde às demandas familiares tradicionais, ou seja, aquela que, nesse percurso rumo à conduta ideal de uma mulher dita aceita, digna e normal para o século XVIII, teve seu itinerário desviado por não conter sua sexualidade exacerbada. Nesse momento se insere o saber médico para, a partir da família, chegar à mulher e restabelecer nela seus desígnios ditos naturais e sociais.

A família comporta-se como um espaço relacional que deposita na mulher a base para sua solidificação e longevidade, enquanto instituição. A mulher é a figura responsabilizada e em torno da qual se desenvolve a configuração familiar tradicional, apesar de, mesmo nessas condições, ela não ter reconhecida sua qualidade humana, intelectual e moral; e tampouco ser questionada acerca da sua vontade e vocação para constituir família. A mulher na família transita entre sua função central e seu papel marginal, ou seja, ao mesmo tempo em que é peça indispensável nesse grupo, é alijada de seus desejos pessoais e de seus direitos cívicos. Por isso a importância da família como alicerce para a estratégia de histerização, porque localiza e identifica o corpo da mulher, comprometido num universo restrito, o familiar, podendo-se rastrear melhor suas funções e desvios de conduta em um campo de fácil alcance e intervenção. A família, nesse sentido, é um instrumento importante para a apropriação disciplinar sobre o corpo da mulher e para a produção histórica de sua identidade social, isto é, do que é identificado como próprio do ser feminino e o lugar que lhe é intrínseco para o coletivo.

Nessa esteira, a família que funciona como suporte na histerização da mulher também vai funcionar como elo entre os dispositivos de sexualidade e de aliança.

A família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança. Essa fixação do dispositivo de aliança e do dispositivo de sexualidade na forma da família permite compreender certo número de fatos: que a família tenha se tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha, como ponto privilegiado de eclosão, a família; que, por esta razão, ela nasça “incestuosa” (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 103]).

A ideia de Foucault é que a instituição familiar, além de servir aos propósitos dos conjuntos estratégicos de poder-saber — como a histerização e a pedagogização —, também viabiliza a alternância entre os dispositivos de sexualidade e o de aliança. Isso porque, em ambos dispositivos, o que está em jogo são as relações parentais, em especial, como se articulam os parceiros sexuais inseridos em diferentes processos históricos, econômicos e políticos para a manutenção vital e de riquezas de um grupo específico: pai, mãe e filhos. Se, no contexto do dispositivo de aliança que, segundo Foucault, antecede historicamente o de sexualidade, o fundamental é que se estabeleçam entre os parceiros laços consanguíneos, sistemas de regras e o status das relações ente eles, no dispositivo de sexualidade, o contexto sob o qual se encontram os parceiros, orienta-se pelas relações de poder, pelas técnicas de controle, disciplina e regulação dos corpos. Na aliança, o que caracteriza esse dispositivo são os aspectos jurídico e econômico relativos à transmissão de bens e riquezas, garantindo assim

a linhagem familiar. Já na sexualidade, o que distingue esse outro dispositivo se apresenta na relevância dada à dimensão corporal dos indivíduos envolvidos, à qualidade do prazer e às sensações que seus corpos podem experimentar. Quando Foucault afirma ser a família o permutador entre os dispositivos, considera-a como modelo das relações interpessoais e como base para que se possa manter o movimento de expansão da capacidade de controle individual e social.

Como indica Foucault, essa combinação entre dispositivos, intermediada pela família, revela alguns pontos relativos à sua importância. Primeiro: a família é o lugar, por excelência, dos sentimentos, da afeição; segundo, a família é o sítio por onde se faz nascer e despertar a sexualidade; e, terceiro, revela o aspecto “incestuoso” da sexualidade, pelo fato do sexual emergir a partir da própria família. Para Foucault, a família acaba representando, ao mesmo tempo, a ambiguidade de ser um espaço reconhecidamente ligado ao sexual e um espaço interdito às relações desse caráter. Nesse sentido, o que Foucault defende em sua reflexão é “que a família seja realmente um foco permanente de incitação à sexualidade” (FOUCAULT, 1976 [1988, p.103]).

Ao encontrar na família um instrumento de grande valia para o dispositivo, Foucault aponta o papel da mulher na instituição familiar. E, nessa direção, questionamos: qual indivíduo em uma família está, em geral, associado à sensibilidade e à afeição? Quem, no espaço familiar, está vinculado às primeiras manifestações sexuais na criança, e assim, no emergir da sexualidade? E quem é o primeiro objeto sexual interdito dentre as possibilidades de relações incestuosas? Para todas as perguntas podemos dizer, em última instância, que é a mulher. Ao longo da história, em especial, no século XIX, com a histerização em torno do corpo feminino, as mulheres foram identificadas aos papéis sociais de esposa e de mãe no seio familiar e o sentido de suas vidas orientado pela oportunidade do matrimônio e pelo destino à maternidade.

A partir de então, configurou-se um processo maciço de medicalização do corpo feminino. Através de infinitas regras de higiene, buscava-se minucioso controle da vida e da sexualidade femininas, visando conter seus excessos e ardores, e adestrando as mulheres para a maternidade [...] a maternidade tornou-se o destino politicamente desejável para as mulheres e outras possibilidades subjetivas foram classificadas como “desviantes e antinaturais”. Aquelas que não se adaptaram a esse projeto foram frequentemente descritas como histéricas (NUNES, 2010, p. 376).

Sílvia Nunes (2010), em um estudo sobre a questão da histeria e da psiquiatria no Brasil no período da Primeira República, reitera a ideia em torno das condições sob as quais se encontravam a mulher, segundo a perspectiva médica brasileira: as mulheres mantêm-se sob o

imperativo da higiene e o paradigma da maternidade. O corpo feminino é introduzido num cenário que, por meio de um conjunto de leis — morais e naturais —, o submete ao exame e à vigilância estrita. Isso se deve ao fato de nesse mesmo corpo estar localizada a fonte para o controle tanto da mulher, quanto da família a que pertence. A autora destaca ainda o aspecto político presente na relação da mulher com a maternidade, realçando que o fato de ser mãe ou de não sê-lo é o que vai pesar sobre as mulheres como parâmetro de seu valor pessoal e social. O corpo feminino se insere no jogo político não pela escolha deliberada que a mulher é capaz de fazer, enquanto um indivíduo de direitos²¹, mas pela utilidade que lhe é reservada na preservação de um dado grupo. A histórica, como afirma Nunes (2010), é, em geral, aquela que não se adaptou à projeção maternal-matrimonial.

Com isso, e seguindo a mesma lógica da seção anterior, relativa ao conjunto da pedagogização do sexo da criança e ao tema da sexualidade infantil em Freud, queremos estabelecer em relação ao conjunto da histerização do corpo da mulher uma problematização semelhante, ao considerarmos certos aspectos da teoria freudiana e do seu discurso acerca da sexualidade. Nesse sentido, buscamos compreender qual a importância do fenômeno histórico para Freud e de que modo a teoria psicanalítica propõe um discurso sobre a histeria, podendo vincular-se ao movimento de histerização da mulher ou até mesmo distanciar-se dele. Com vistas a esclarecer tais proposições, questionamos: quais as ligações existentes na psicanálise entre o tema da histeria e o da sexualidade? Como Freud entende o papel da mulher e, por conseguinte, o da família se pensarmos na trama edipiana formulada por ele como estruturante do aparelho psíquico? Essas questões nos permitirão analisar as probabilidades de o discurso freudiano contribuir, por meio da histerização, para a formação do dispositivo de sexualidade.

O ponto inicial de onde se elabora o saber psicanalítico procede de investigações em torno da histeria, no século XIX. Os fenômenos históricos, em particular, o mecanismo psíquico envolvido nesses fenômenos, formam a base do que interessou primeiro a Freud analisar. Em *Estudos sobre a histeria* (1893-1895 [2016]) podemos encontrar suas hipóteses acerca da etiologia dos sintomas históricos, em coautoria com Josef Breuer. Nesse texto,

²¹ Acerca da importância e do papel específico que cumpre a ideia de "sujeito de direitos", para Foucault, ver suas discussões sobre o tema das políticas modernas de governo, em especial, do liberalismo (interpretado como expressão, a partir do séc. XVIII, de uma nova razão governamental ou de governamentalidade), nos cursos: *Em defesa da sociedade* (1975-1976 [1999]), *Segurança, território, população* (1977-1978 [2008]) e *Nascimento da biopolítica* (1978-1979 [2008]).

considerado como um dos iniciais que compõem, propriamente, a literatura psicanalítica, os autores partem da seguinte argumentação:

[...] há alguns anos investigamos, nas mais diferentes formas e sintomas da histeria, o motivo, a ocorrência que suscitou pela primeira vez, frequentemente muitos anos atrás, o fenômeno em questão. Na grande maioria dos casos não conseguimos determinar esse ponto de partida pelo simples exame do doente, mesmo quando é bastante minucioso, em parte porque muitas vezes se trata de vivências cuja discussão é desagradável para os doentes, mas sobretudo porque eles realmente não se lembram, e muitas vezes não fazem ideia da conexão causal entre o evento desencadeador e o fenômeno patológico (BREUER e FREUD, 1893-1895 [2016, p.19]).

Esse trecho, a respeito das pesquisas sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos, mostra como Breuer e Freud (1893-1895 [2016]) apresentam a etiologia dos sintomas na histeria como relacionada, em geral, a eventos ocorridos no passado da vida dos acometidos pela neurose histérica. Eventos que não são conhecidos em profundidade pelos neuróticos por não estarem mais alojados no psiquismo consciente. Os autores insistem como, nos casos de histeria, a variabilidade dos sintomas deriva de circunstâncias específicas que, mesmo acontecidas há muito tempo e não recordadas, permanecem atuantes na vida psíquica dos indivíduos em questão, mas na forma atual de uma patologia. No entanto, o que distingue o quadro de histeria das outras afecções está no fato de haver a presença de perturbações de natureza patológica, mas que não estão associadas a lesões ou a traumas ligados ao corpo físico. Daí, talvez, proceda a dificuldade de diagnóstico: devido à origem psicológica da qual provém os sintomas histéricos.

Quando tal quadro mórbido é encontrado em indivíduo jovem do sexo feminino, cujos órgãos vitais internos (coração, rins etc.) nada revelam de anormal ao exame objetivo, mas que sofreu no entanto violentos abalos emocionais, e quando, em certas minúcias, os sintomas se afastam do comum, já os médicos não consideram o caso tão grave. Afirmam que não se trata de uma afecção cerebral orgânica, mas desse enigmático estado que desde o tempo da medicina grega é denominado histeria [...] nesses casos não consideravam a vida ameaçada e até acham provável o restabelecimento completo. Nem sempre é fácil distinguir a histeria de uma grave doença orgânica (FREUD, 1909-1910 [2006, p. 09]).

Freud, anos depois da publicação dos *Estudos sobre a histeria* (1893-1895 [2016]), na ocasião em que expôs suas *Cinco lições de psicanálise* (1909-1910 [2006]), reuniu e apresentou pela primeira vez as bases sobre as quais se constitui o saber psicanalítico. Nesse contexto, reforça o interesse pelos fenômenos histéricos e o caráter enigmático que envolve a histeria no âmbito da Medicina, exatamente pelo fato de não se apresentar traumas

identificados aos aspectos físicos. Ao contrário, a histeria é caracterizada como uma psicose porque se trata de um conjunto de problemas cuja etiologia é de ordem psíquica, relacionada a uma experiência vivida e à comoção ligada a ela. Na citação acima, podemos notar o quanto Freud considera o quadro histérico como, em geral, encontrado no indivíduo do sexo feminino. Mesmo que essa assertiva não se mantenha, porque em sua trajetória encontra e reconhece casos de histeria masculina²², há uma evidência maior de casos referidos à mulher²³. Mas, por outro lado, independentemente do gênero dos sujeitos em que se apresentam os sintomas, as causas que determinam a histeria, em ambos, são as mesmas: o trauma psíquico e o elo com o fator sexual.

Quando, no procedimento “catártico” que Breuer e eu introduzimos, investigava-se cada vez mais os traumas psíquicos de que derivavam os sintomas históricos, chegava-se finalmente a vivências que pertenciam a infância do paciente e diziam respeito à sua vida sexual [...] sem considerar esses traumas sexuais da infância não se podia elucidar os sintomas, compreender como foram determinados, nem impedir sua recorrência. Desse modo, a importância incomparável das vivências sexuais na etiologia das psicose pareceu estabelecida indubitavelmente, e esse fato permaneceu, até hoje, como um dos pilares da teoria (FREUD, 1906 [2016, p. 351-352]).

Freud, em momentos diferentes do desenvolvimento de sua teoria, seja no primeiro momento de onde parte a formação do seu discurso — com base ainda no método “catártico”, na hipnose —, seja no momento já chamado psicanalítico, ao considerar a associação livre, defende que nos traumas psíquicos o que está em questão são os aspectos relacionados à vida sexual do paciente, em particular, às experiências sexuais vividas por ele na infância. Para Freud, a dissolução do trauma depende do acesso que o paciente pode ter à vivência sexual, quando criança. Mas é importante destacarmos que, mesmo Freud afirmando que os sintomas históricos remontam às vivências sexuais infantis, o entendimento do que ele caracteriza como essas vivências sexuais é distinto, nos diferentes momentos da teoria. Se em *Estudos sobre a histeria* (1893-1895 [2016]), ele compreende as vivências sexuais da infância do paciente, acreditando na ideia de que todo histérico, quando criança, teria passado de fato por uma experiência sexual traumática, já em *Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses* (1906 [2016]), ele entende as vivências sexuais da infância, segundo a

²² No texto *Observação de um caso grave de hemianestesia em um homem histérico* (1886 [1996]), Freud propõe uma investigação sobre um caso de histeria masculina, o que, aliás, é considerado como algo novo para o período, uma vez que se considerava tradicionalmente a histeria exclusivamente entre mulheres. Apenas Charcot e Freud, naquele momento, defendiam a existência de quadros de histeria entre homens.

²³ Prova do expressivo número de casos de histeria feminina, em Freud, encontramos nos *Estudos sobre a histeria* (1893-1895 [2016]) os casos clínicos da Srta. Anna O. (BREUER), Sra. Emmy Von N (FREUD), Miss Lucy R (FREUD), Katharina (FREUD) e Srta. Elizabeth Von R (FREUD). Além da *Análise fragmentária de uma histeria* (“o caso Dora”) (1905 [2016]).

ideia das manifestações sexuais como parte da conduta da própria criança. Isto é, ele considera a hipótese da sexualidade infantil e os desdobramentos que essa nova hipótese traz, tanto para a compreensão da etiologia da histeria, quanto para o saber psicanalítico como um todo.

O material ainda escasso daquele tempo me trouxe um número desproporcionalmente grande de casos em que a sedução sexual por parte de um adulto ou de outras crianças maiores tinha relevante papel na infância do indivíduo. Superestimei a frequência desses acontecimentos [...], pois também não estava em condições, naquela época, de distinguir seguramente entre as enganosas recordações infantis dos histéricos e os traços dos eventos reais, e desde então aprendi a explicar muitas fantasias de sedução como tentativas de se defender da recordação da própria atividade sexual (masturbação infantil) (FREUD, 1906 [2016, p. 353]).

Quando Freud menciona, nos primeiros escritos, ter superestimado o fato da sedução sexual como fonte traumática da neurose histérica, e, nas pesquisas mais atuais, ter aprendido a identificar a importância da dimensão fantasiosa dessa sedução, uma diferença se apresenta. O que está por trás dessa postura ao reavaliar o fator etiológico das neuroses e das razões do trauma psíquico são as modificações teóricas relacionadas ao advento da teoria da fantasia em adaptação à teoria da sedução²⁴. Se, num primeiro momento, a perspectiva da sedução sustentou a teoria etiológica psicanalítica, num momento posterior, a perspectiva da fantasia, a partir de novas observações de casos e da formulação de novos conceitos, passa a contribuir com as investigações acerca das origens da histeria. De maneira muito sucinta, podemos dizer que, segundo a teoria da sedução, a origem da neurose se deve a fatores associados a uma experiência de sedução vivida e às impressões que tal experiência deixou na lembrança. Ou seja, na origem e formação da doença nervosa se encontraria a ação sexual externa, por parte de um adulto, que deliberadamente investiria sobre o corpo da criança.

No entanto, com o desenvolver das investigações sobre novos casos clínicos, a teoria da sedução tem reduzida sua força teórica a partir de evidências obtidas pela experiência psicanalítica, a qual reconhece certa fragilidade no grau de veracidade da sedução, ao menos em sua realização factual. Seguindo esse raciocínio, para que a sedução ocorresse e assim validasse a teoria traumática, ter-se-ia de supor em todos os casos o ato de seduzir, de modo que a maioria, senão todos os pais ou cuidadores das crianças que viriam a desenvolver a disposição neurótica, teria de ser adultos sedutores em sua universalidade. Pareceu a Freud que a realidade não se daria dessa maneira e, junto ao fato de nem todos os pais serem sedutores, coadunam-se outras razões teóricas que o levaram às modificações em sua teoria etiológica. Por exemplo, as vivências infantis não seriam acessíveis à consciência do adulto

²⁴ MONZANI, L.R.: *Freud: o movimento de um pensamento*, 1989.

histórico, as quais se encontrariam encobertas pelo fenômeno psíquico da amnésia²⁵, causado não apenas por um esquecimento fortuito devido à evidente distância entre a infância e a vida adulta, mas provocado pelo processo singular de recalçamento²⁶. E, por extensão, pela hipótese de, no inconsciente²⁷, não se diferenciar realidade e fantasia por conta da lógica própria dessa instância psíquica que torna seu conteúdo diretamente incognoscível. Com isso, a urgência em Freud de reaver os pilares de sua teorização se fez cada vez mais pungente.

Ao considerar esse caráter de transição relativo ao discurso freudiano, escreve Luiz Roberto Monzani (1989):

Monolitismo ou ruptura? Sedução ou fantasia? Nem uma coisa nem outra. O que assistimos foi a um movimento complexo onde, a bem dizer, nada foi abandonado, mas sim redefinido, repensado, retificado. Podemos praticamente tomar como ponto de partida qualquer uma das noções que estivemos discutindo e veremos que ela está intimamente ligada a esse movimento. Para dar estatuto teórico à noção de complexo de Édipo, por exemplo, Freud retoma a ideia de sedução. Só que esta, por sua vez, é redefinida tendo em vista a realidade da sexualidade infantil, a qual agora, não pode mais pura e simplesmente ser pensada como o resultado de um rígido determinismo. E assim por diante (MONZANI, 1989, p. 53-54).

Monzani (1989) defende a ideia de uma espécie de movimento presente no pensamento de Freud; um movimento que não renuncia a seus acúmulos conceituais anteriores, mas os agrega e os amplia na edificação da psicanálise. A interpretação proposta por ele segue na direção de que não se pode generalizar como necessariamente um “abandono” o que ocorre entre as teorias da sedução e da fantasia. Segundo Monzani (1989), o que é feito por Freud está antes no fato de redefinir essa teoria, do que propriamente em eliminá-la como fator de formação do trauma neurótico, ao constatar, em última instância, que a experiência de ser seduzido poderia tratar-se, em parte dos casos, efetivamente duma fantasia. Daí a matriz e a possibilidade de uma reviravolta conceitual que, na perspectiva de Monzani (1989), não se restringe a uma mudança literal de justificativa teórica, que faria valer a fantasia frente à

²⁵A *amnésia infantil* é o fenômeno psíquico cuja característica é o esquecimento das primeiras impressões vividas na infância. Freud compara a amnésia infantil à amnésia histérica afirmando que o processo do recalque presente na histeria é o mesmo que estrutura o esquecimento da primeira infância.

²⁶ O *recalque* se constitui como um mecanismo de defesa do psiquismo frente às representações e pulsões inconciliáveis, mantendo-os na dimensão inconsciente do aparelho psíquico. Assim, o recalçamento caracteriza-se pelo processo de retenção e não pela eliminação de desejos.

²⁷ O *inconsciente* não é o objeto de nossas análises e, por isso mesmo, não trataremos dessa noção com profundidade. No entanto, é definido como um termo que se associa diretamente à concepção freudiana de sexualidade e, considerando isto, faremos menção a este conceito em alguns momentos deste trabalho. A singularidade da apropriação freudiana foi fazer do inconsciente algo substancial à psique humana e não apenas uma qualidade, como fez a tradição médico-científica e a psicologia, ou seja, a inconsciência não é algo que acometa um indivíduo em certas condutas ou situações esporádicas como um estado de “falha” fortuita do comportamento dito normal, mas o inconsciente freudiano caracteriza-se como uma das instâncias psíquicas que constitui o aparelho psíquico, que interfere nos desejos e ações do ser humano, e, em última instância, o definiria.

sedução, mas, sobretudo, à volta aos pressupostos organicistas cuja orientação são os fatores de ordem interna. Para Monzani (1989), se Freud não se servisse mais de sua teoria da sedução, cairia no clássico determinismo orgânico em que os princípios assumidos orientam-se pela formação patológica a partir apenas de processos internos como, por exemplo, a fantasia. Nesse panorama, afirma Monzani (1989, p. 53-54), situa-se a problematização do estatuto teórico dado ao *complexo de Édipo*²⁸, pois, num período em que os alicerces da teoria psicanalítica já consideravam o princípio endógeno ligado à fantasia, a noção de complexo de Édipo, justificada pelo esquema da sedução como fator de origem externa, perderia o peso e a centralidade que desde a sua concepção ocupava no interior do saber psicanalítico. Por isso mesmo, Monzani (1989) defende a hipótese de uma comunhão entre as teorias da sedução e da fantasia, porque uma vez reunidas, caracterizam-se enquanto ganhos evidentes para o campo teórico da psicanálise e, nesse sentido, contribuem para o seu objetivo terapêutico e também para solucionar os possíveis enlaces teóricos dessa prática.

O fato que diretamente nos interessa é que, nas aproximações entre as teorias da sedução e da fantasia, os conceitos de sexualidade infantil e o de complexo de Édipo foram possibilitados e utilizados como recursos conceituais para o saber psicanalítico, como desdobramentos dessa redefinição teórica. Assim, a hipótese da sexualidade infantil emerge a partir do momento em que o esquema da sedução passa por uma reavaliação quanto ao papel que cumpre na questão da etiologia das neuroses. Cabe reputar que na teoria da sedução, Freud ainda não considerava as manifestações da sexualidade nos anos da infância. Após reavaliar seu posicionamento, ele volta seu interesse ao período infantil, pois nota que traços dessa época se mantêm centrais na formação dos desejos e nas condutas sexuais na vida adulta dos neuróticos, indicando, assim, o que Freud chamou de uma espécie de “infantilismo” característico dessa afecção.

Quando afirmamos, seguindo a teoria freudiana, a presença de vivências sexuais infantis na origem das neuroses e consideramos que, tanto nos primeiros textos — *Estudos sobre a histeria* (1893-1895 [2016]) —, quanto em textos posteriores — *Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses* (1906 [2016]) —, esse argumento permanece,

²⁸ O termo *Complexo de Édipo* criado por Freud é inspirado na tragédia grega *Édipo Rei* de Sófocles. Designa o conjunto de desejos amorosos e hostis que o menino experimenta em relação a sua mãe. O que está em questão no complexo edípico é o tema do incesto e das consequências psíquicas para a criança que as proibições morais e sociais que pesam sobre esse tipo de relação promovem nela. Em *Totem e Tabu* (1912-1913 [2012]), Freud ao desenvolver uma discussão que relaciona a possibilidade de aplicação do ponto de vista psicanalítico à psicologia dos povos primitivos, considerando a investigação sobre os fatores psicológicos determinantes na etiologia das neuroses, mostra como tem um valor histórico-cultural a importância dos efeitos no indivíduo e no coletivo das interdições morais ao incesto. Faremos algumas menções a esse termo, por conta de sua centralidade para a teoria psicanalítica do aparelho psíquico e da relação com a pulsão sexual.

estamos buscando destacar a importância do texto dos *Três ensaios...* (1905 [2016]), nesse meio-tempo, como paradigma dessas transições no pensamento freudiano. No texto de 1905 encontramos a formulação da teoria da sexualidade infantil, na qual Freud afirma e distingue as manifestações sexuais infantis, o que lhe possibilitou promover os reajustes de sua teoria etiológica entre a sedução e a fantasia. Ele passou a considerar não somente a probabilidade do fato real de sedução na infância do histérico, mas também a realidade da pulsão sexual na conduta dos indivíduos desde crianças. O aspecto de infantilismo apresentado na histeria é compreendido nesse sentido, em que os histéricos, por meio de impulsos sexuais ditos perversos, atualizam na forma de sintomas as manifestações sexuais da infância.

[...] a neurose histérica pode produzir sintomas em todos os sistemas e, dessa maneira, perturbar todas as funções orgânicas. A análise mostra que se manifestam aí todos os chamados impulsos perversos, que pretendem substituir o genital por outros órgãos. Estes se comportam, então, como substitutos dos órgãos genitais. A própria sintomatologia da histeria nos levou à concepção de que, à parte seu papel funcional, devemos atribuir aos órgãos do corpo também uma importância sexual, erógena, e que o cumprimento daquele primeiro papel é perturbado quando este último lhes faz demandas em excesso (FREUD, 1916-1917 [2014, p. 409]).

Em *Conferências introdutórias à psicanálise* (1916-1917 [2014]), podemos acompanhar como Freud, ao retomar a questão da sintomatologia da histeria, atualiza em suas teses a importância do fator sexual na etiologia da neurose. Freud destaca o quanto no quadro sintomático da neurose histérica pode haver perturbações de diversas ordens para o organismo, de modo a afetar seu funcionamento regular ou a substituir funções atribuídas a um dado órgão para outro. E, ao lado disso, Freud aponta o quanto as manifestações de impulsos sexuais perversos, presentes na histeria, podem cumprir o papel de perturbador funcional dos órgãos aos quais esses impulsos estariam associados.

A questão para Freud é como os sintomas histéricos revelam a dimensão de erogeneidade do corpo e de certos órgãos ligados às funções vitais e, nesse sentido, revelam também os prazeres experimentados pelos histéricos como sendo os mesmos da criança. Essa consideração leva Freud a associar o estado anímico dos neuróticos e parte de seus comportamentos aos da infância e identificar, na sintomatologia da histeria, condutas relacionadas à pulsão sexual como práticas observáveis já nas crianças. Desse modo, se constituem duas teses importantes: a presença e as influências dos aspectos sexuais desde o início da vida; e a substituição, nos histéricos, da via direta por onde se satisfaria a pulsão sexual, na vida adulta, pelo vínculo entre reações sintomáticas e conflitos envolvendo práticas sexuais infantis.

Na *Análise fragmentária de uma histeria “O caso Dora”* (1905 [2016]), Freud procura mostrar como os sintomas histéricos estão intimamente vinculados às vivências de tipo sexual, caracterizadas como próprias da infância:

Acusações de que o pai a havia feito adoecer, com a autoacusação por trás delas; a leucorreia; a brincadeira com a bolsinha; a enurese após os seis anos de idade; o segredo que não quer deixar os médicos extraírem, a evidência circunstancial para a masturbação infantil me parece completa. Eu havia começado a suspeitar da masturbação quando ela me falou das dores estomacais da prima e se identificou com esta, queixando-se da mesma sensação dolorosa durante dias. Sabe-se que dores estomacais surgem frequentemente em pessoas que se masturbam [...] confirmando minha suspeita, Dora me transmitiu dois fatos do seu conhecimento consciente: que ela própria havia sofrido de dores estomacais frequentemente e que tinha boas razões para achar que a prima era uma masturbadora. É bastante comum, nas pessoas doentes, reconhecer em outras pessoas um nexos que, devido a resistências afetivas, não reconhecem em si próprias (FREUD, 1905 [2016, p. 264-265]).

Nesse conjunto de circunstâncias, especificado por Freud, podemos notar a ligação da variedade sintomática apresentada na histeria com a masturbação. Ou seja, na perspectiva freudiana o desenvolvimento da condição histérica de Dora está em torno de seus questionamentos, vivências e impressões relacionadas à prática masturbatória no período da infância; ao modo como ela registrou, ao mesmo tempo, as primeiras experiências de prazer promovidas a partir do ato de se masturbar e as interdições que envolvem esse mesmo ato. A masturbação, nesse contexto, enquanto uma prática socialmente interdita para as crianças e, sobretudo, para as meninas, promove uma situação conflitiva, justamente porque, em simultâneo ao prazer sexual experimentado, coexiste a autocensura frente à transgressão de uma regra moral. Freud, nesse relato, destaca algumas características presentes no quadro clínico de Dora e o quanto a combinação entre os sintomas apresentados de forma gradativa provém de um impedimento de satisfação direta por meio da masturbação, ao substituí-la pela incontinência urinária, pelo corrimento de origem vulvovaginal, pelas cólicas estomacais, isto é, por manifestações patológicas no seu corpo físico. Mas Dora também apresenta manifestações de ordem psíquica ao substituir sua insatisfação pulsional pelos afetos de censura e repulsão em direção à ação de outros, mas que envolve seus próprios conflitos.

No caso de Dora, os alvos de sua censura e repulsão são: o pai, acusado por ela, de tê-la feito adoecer a partir do adoecimento dele mesmo, e a prima, tida como suspeita de ser uma masturbadora. Isso revela, segundo Freud (1905 [2016]), as dificuldades que os pacientes têm, por razões de resistência afetiva, de identificar em si um dado comportamento moralmente condenável, levando-os a apontar no outro atitudes que se encontram presentes neles mesmos. Para Freud, primeiro acontece com Dora de haver nos seus sintomas neuróticos as influências,

marcadas desde as experiências da infância, da relação estabelecida com seus pais, em especial, com o seu pai. Na base de seu conflito familiar, formador de sintomas, estão os sentimentos de amor e ódio em direção ao pai, isto é, o desejo que ele a reconheça como alvo de amor e dê atenção aos seus anseios. Ao mesmo tempo, coexiste a ideia de censura ao pai, ao recriminá-lo por ela ter adoecido, seja por causas hereditárias — em que seu estado patológico seria uma condição herdada advinda de uma doença dele —, seja de forma adquirida, no contato e na convivência direta com o pai adoecido. Em Dora, acontece também, dentre as influências em sua sintomatologia, de ela guardar consigo o desejo infantil e interdito de masturbar-se. A brincadeira da bolsinha, por exemplo, à qual Freud (1905 [2016, p. 264-265]) faz referência, diz respeito a um hábito que Dora passara a ter já adulta, durante as sessões, de colocar e roçar os dedos friccionando-os por entre a abertura de uma bolsa bivalve, o que para ele faria menção à vontade expressa dela de se pôr em contato com a própria genitália.

Os sintomas histéricos de Dora, assim combinados e refletidos na sua constituição psíquica e comportamental, mostram, segundo Freud, o elo entre o desenvolvimento desses sintomas com certas vivências de natureza sexual na infância e, ao mesmo tempo, como o doente limita-se a reconhecer e atribuir manifestações de irregularidade — no que tange à saúde e à conduta moral — como aspectos presentes apenas nos outros. Em síntese, é como se Dora estivesse privada da capacidade consciente de notar em si e a partir de si o estado patológico em que se encontra e as origens que, nas suas próprias vivências e impressões, desencadearam o quadro histérico em questão.

Importante destacarmos, nesse contexto da etiologia da histeria, como o papel das relações afetivas entre pais e filhos, na psicanálise, remete invariavelmente à importância da trama edipiana, quando as primeiras emoções são experimentadas pela criança com peculiar intensidade na troca relacional entre pais e filhos, considerada como base por onde se formam seus conflitos atuais. No que tange ao complexo de Édipo, como complexo nuclear das neuroses, curiosamente observa-se que não é um termo esmiuçado nos *Três ensaios...* (1905 [2016]), e isso se deve a estruturação incompleta desse conceito, por parte de Freud, naquele período. Na versão original de 1905, Freud ainda estava por formular essa noção extremamente importante, de modo a apresentar como a psicanálise situa as bases para o desenvolvimento do psiquismo e da pulsão sexual. Para Freud, trata-se de destacar o drama edipiano, caracterizado como um evento universal pelo qual passa toda criança durante o desenvolvimento de sua pulsão sexual. É na relação triangular com os seus pais que a criança despertaria e nutriria suas primeiras moções pulsionais.

Ao considerar os temas da histeria e da sexualidade, segundo a maneira como essas questões são pensadas no interior do discurso psicanalítico, podemos perguntar: como relacionar aspectos específicos do discurso freudiano ao conjunto da histerização do corpo da mulher? De modo geral, o conjunto da histerização, como o pensou Foucault, tem na mulher o objeto a ser investigado, por onde se pôde desenvolver um conjunto de discursos, de instituições e de relações históricas entre saber e poder direcionadas ao corpo feminino. A histerização compreende o corpo da mulher como um corpo, em última instância, erotizado. E, quando considerada essa suscetibilidade à erotização, à qual a mulher seria naturalmente dotada, dão-se as precauções, via Medicina e educação, visando conter sua sexualidade e seus respectivos riscos. A histeria é a base sobre a qual repousa esse conjunto; por ela e a partir dela se conjecturam uma série de saberes: seja o saber médico, por meio da medicalização e higienização do corpo feminino, seja o saber pedagógico, por meio da educação moral e dos costumes. Além disso, a histerização ampara-se na instituição familiar como parte de sua estratégia sobre a mulher, uma vez que ela ocupa, e espera-se que ela exerça, papéis centrais na estruturação da família tradicional: como o de esposa e o de mãe.

Ao acompanharmos as ideias presentes no discurso freudiano, fica claro como a mulher figura dentre os alvos de interesse desse discurso, um interesse que tem como base os fenômenos histéricos. O texto *Estudos sobre a histeria* (1893-1895 [2016]), por exemplo, nos mostra a prevalência de casos de histeria feminina que Freud elencou e procurou analisar nos primeiros anos de pesquisa junto à Breuer – desde a Srta. Anna O., analisada, em particular, por Breuer, ao caso da Srta. Elizabeth Von R, analisada pelo próprio Freud, cujos casos reunidos formam o ponto de onde parte o saber psicanalítico. Em sua maioria se tratavam de mulheres de classe média, da burguesia; mulheres que em suas vidas sociais tinham acesso a bens de consumo, à literatura e à arte. No entanto, mesmo com suas necessidades materiais e culturais atendidas, sucumbiam à neurose. Isso porque, para Freud, as causas da histeria não estão ligadas às questões relativas à classe social, mas, aproximam-se de aspectos relativos às interdições e aos deveres morais voltados à mulher do século XIX. Cabe considerar o quesito da classe social das pacientes histéricas de Freud, a fim de dialogar com Foucault, já que ele destaca, em *A vontade de saber* (1976 [1988]), que as preocupações de medicalização, higiene e de educação, primeiro estão voltadas para atender o público burguês; para garantir o corpo sadio, a longevidade, a incorporação dos costumes e o controle dessa classe, além de garantir um campo do qual a verdade poderia ser produzida. Assim também acontece com a sexualidade: as preocupações em torno da saúde sexual se deram primeiro sobre a sexualidade

atribuída ao corpo burguês, da regulação de sua vida sexual normal e de manter sob controle seus possíveis desvios.

No caso do discurso freudiano, se pensarmos na questão dos excessos de cuidados voltados à saúde sexual da mulher, o que se nota é que na etiologia da histeria encontram-se vivências de natureza sexual, seja entendida na forma de uma experiência real de sedução ou enquanto uma fantasia. Isto é, de uma forma ou de outra, a importância da sexualidade é relacionada diretamente como fator patogênico da histeria, o que nos leva a compreender como a teoria freudiana da histeria se aproxima do conjunto da histerização por associar a condição histórica das mulheres às perturbações ligadas à vida sexual, uma vez que esse conjunto tem como uma de suas ideias o adoecimento da mulher devido à suscetibilidade ao sexual. Outro tema pertinente à histerização e que pode ser aproximado ao discurso freudiano, diz respeito à família e ao papel da mãe nesse espaço. Se na histerização a família e as funções atribuídas à mulher são peças fundamentais para a manutenção da instituição familiar e do controle sobre o corpo feminino, de qual modo Freud aborda os temas da família e do papel da mulher em relação a ela?

No discurso freudiano a questão da família está representada pelo conflito edípico vivido entre pais e filhos. A família tem um papel estruturante na teoria freudiana, uma vez que faz parte do desenvolvimento psíquico das crianças e ao mesmo tempo da pulsão sexual. E, nesse sentido, a mulher que também é mãe assume função imprescindível ao despertar na criança, por meio da amamentação, as primeiras experiências e os primeiros registros de satisfação provocados pelo prazer de chupar iniciado no peito materno²⁹. No entanto, se observarmos bem a possibilidade de filiação do discurso freudiano com o movimento de histerização, notaremos que pode haver alguns desacordos. Quando o discurso freudiano se ocupa das questões históricas na mulher, assim como faz da mulher alvo de suas discussões, o faz de modo diverso, visto que contribui com certo grau de alívio e liberdade para os anseios femininos ao dar-lhes voz e possibilidade de escuta³⁰; ao utilizar a fala enquanto instrumento

²⁹ Importante ressaltar que Freud, mesmo atribuindo à mãe o papel de despertar na criança sensações de prazer, não limita a função do outro cuidador à figura materna. Ou seja, para o autor, as primeiras experiências e registros de satisfação, por quais passam a criança, podem ser provenientes tanto da mulher gestante — como de modo geral ocorre — quanto de outros indivíduos responsabilizados por exercer a função de cuidar. Dessa maneira, o discurso freudiano posiciona-se de modo particular em relação ao caráter absoluto de tutela ou de cuidadora legado às mulheres, ao relativizar o papel da mulher como única responsável pelos filhos que gera e por fazer emergir neles a pulsão sexual.

³⁰ Por outro lado, em alguma medida, essa relação entre falante e ouvinte promovida pela psicanálise se coaduna com a tese foucaultiana da proliferação de discursos, com a incitação a falar de si. Dessa forma, esse tópico, ao mesmo tempo em que cria distanciamentos da teoria freudiana com a estratégia de histerização (pois refere-se às contribuições positivas trazidas para as mulheres), também cria elos de aproximação (uma vez que insere as mulheres no fenômeno de produção discursiva-sexual, a partir de relatos que fazem de si mesmas envolvendo

metodológico e terapêutico. Em *Análise fragmentária de uma histeria* (1905 [2016]), Freud não parece fazer de Dora alvo de uma investigação a fim de controlá-la, de controlar sua sexualidade a partir do seu corpo. Parece, ao contrário, que a investigação freudiana pôde trazer à luz o conteúdo sexual envolvido nas causas sintomáticas da histeria em Dora, buscando elucidar o caráter conflitivo que liga às vivências sexuais infantis ao fato do adoecimento.

Esse ponto nos leva a outro aspecto da questão da histerização: a associação do risco de doença na mulher ao fato de sua natureza sexualizada. Na teoria freudiana, o papel do fator sexual na etiologia da histeria não se basearia na afirmação de hipersexualização do corpo feminino, nem do seu adoecimento em função disso. O discurso freudiano, ao identificar a raiz sexual dos problemas histéricos, não determina que a razão da histeria esteja no simples fato de estarem ligados, por si só, à vida sexual; não seria a ligação em si com a sexualidade a matriz do problema, mas os equívocos em torno da maneira como se compreende e se vive o sexual numa dada sociedade. Desse modo, Freud questiona, mais do que reitera, o valor social atribuído à sexualidade e acaba por deslocar o problema do caráter negativo do sexual para as formas morais de como se lida com a sexualidade.³¹ Em *Moral sexual “cultural” e nervosismo moderno* (1908 [2015]), Freud, ao desenvolver o argumento de que a etiologia das doenças nervosas vincula-se justamente à repressão social da sexualidade, evidencia o quanto a dimensão da questão moral e as exigências comportamentais excessivas feitas aos indivíduos, acarretariam em prejuízos na vida sexual e, nesse sentido, na manutenção da saúde como um todo.

Nossas suposições, ao problematizar o conjunto da histerização em relação à histeria na teoria freudiana, colocam-nos novamente diante do caráter ambivalente do discurso freudiano. Ao mesmo tempo em que está situado como um domínio de saber sobre a mulher, que tematiza as relações entre sexualidade e histeria, e a importância da família e da mulher para esta, o discurso freudiano questiona os papéis definidos para a mulher na sociedade, desassocia seu corpo da qualidade de erotização e desmistifica as relações familiares como

conteúdos sexuais). Fato que, portanto, fortalece nossas discussões acerca dos tensionamentos entre a teoria freudiana e o dispositivo foucaultiano.

³¹ Esse outro tópico, também reforça a ambivalência do discurso freudiano quando tensionado ao dispositivo de sexualidade, por meio da estratégia de histerização, visto que reflete o que Foucault problematiza na hipótese repressiva: a prevalência de saberes e discursos que afirmariam haver um estado generalizado de repressão social ao sexo. E que, essa censura moral, que pesa sobre ele, seria a razão das complicações, dificuldades e impedimentos por quais passam as pessoas em suas vidas sexuais. O que mostra novamente uma distanciação da histerização, por parte da teoria freudiana (quando não atribui ao sexual fator etiológico isolado, exclusivo), assim como revela uma proximidade (ao afirmar os pressupostos morais repressivos como colaboradores da doença).

fonte apenas de amor e como um espaço tradicionalmente neutro na formação psicosssexual dos seus membros.

2.3 – A psiquiatrização do prazer perverso e o discurso freudiano acerca das perversões

O conjunto estratégico da psiquiatrização do prazer perverso se constitui, assim como os relativos à criança e à mulher, segundo as premissas foucaultianas de eficácia do poder e da produtividade do saber. As relações entre poder-saber formam a base desses conjuntos que são estruturados em torno de um objeto específico submetido à alternância entre atividades disciplinares e reguladoras. Na psiquiatrização, as perversões sexuais são o alvo sobre o qual as relações de poder e saber se aplicam na formação de um domínio do conhecimento acerca do comportamento dito perverso e da especificação sexual inerente a ele. Foucault (1976 [1988]) destaca a importância da ideia de instinto sexual³², no interior da estratégia da psiquiatrização, como peça fundamental nesse processo de apropriação da perversão por meio do saber, do controle e da correção dos corpos.

Psiquiatrização do prazer perverso: o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 100]).

Nesse contexto, Foucault descreve o conjunto da psiquiatrização como estratégia que tem por modo de proceder, primeiro, o isolamento do instinto sexual; isso quer dizer, segundo ele, que há uma separação no âmbito da investigação médica desenvolvida no século XIX, entre uma Medicina do sexo e uma Medicina geral do corpo. Essa cisão parte do pressuposto de se conceber o instinto sexual como dotado de uma autonomia biológica e psíquica frente às demais atividades e funções do corpo. Nessa perspectiva, o instinto sexual, tendo uma vez destacada sua importância, é isolado por ser compreendido como algo que possui leis próprias

³² Em relação ao uso do termo instinto por Foucault, mais à frente, ainda nesta seção, problematizaremos isso em relação ao uso do termo pulsão, por Freud. Lembremos que foi sinalizado em nota, na primeira seção deste capítulo, que manteremos a tradução de *Trieb* por pulsão e não por instinto. No entanto, nossa escolha por pulsão, será utilizada somente quando referenciada ao texto freudiano. Quanto à referência do termo, no texto foucaultiano, será mantido o uso de instinto. Nessa perspectiva, optamos por manter pulsão para Freud e instinto para Foucault, porque acreditamos ser mais profícua para a discussão que estamos tentando estabelecer aqui, acerca dos tensionamentos entre os autores. Embora, saibamos também, que a tradução da obra freudiana para o francês foi tardia e na versão inicial *Trieb* foi traduzido por instinto. Só depois, na releitura crítica e tradução de Laplanche, se verteu *Trieb* por pulsão.

e necessita, por assim dizer, de um exame minucioso dentro de um campo específico do saber desenvolvido a fim de melhor apurá-lo. Ao lado disso, outra ação do conjunto da psiquiatrização encontra-se na enumeração e na classificação feitas das anomalias que afetariam a regularidade do instinto sexual, sob a prerrogativa de identificação e prevenção dos riscos atrelados à perversão sexual. E por último, o conjunto da psiquiatrização atua sobre a validação do instinto sexual como uma espécie de critério, de parâmetro por meio do qual se distingue a conduta normal da patológica. Ou seja, a depender de como se manifeste o instinto sexual num dado indivíduo — se regular ou desviante — pode-se defini-lo, a partir daí, como uma pessoa considerada sadia ou doente. Para Foucault, a causa encontrada nessas ações reunidas em torno do tema do instinto e expressa na forma final do conjunto da psiquiatrização, seria essencialmente o objetivo corretivo-disciplinar voltado às perversões sexuais, consideradas expressões de aberrações ou formas de degeneração do instinto.

O traço dominante seria o fato de as normas sociais enquadrarem todas as manifestações da sexualidade, julgando-as a partir daquilo que é sua finalidade essencial, a reprodução da espécie. Todo desvio deste objetivo é considerado como uma aberração, ligada a uma degenerescência do instinto sexual natural [...] designar esses desvios como monstrosidades (VALAS, 1990, p. 10).

Patrick Valas (1990) pontua como a designação do instinto sexual, enquanto uma aberração, está baseada em normas socioculturais vigentes, dentre as quais vigora a ideia da finalidade exclusiva do instinto sexual para fins reprodutivos. Na medida em que o instinto não se direcione a tal finalidade ou não a cumpra na vida sexual dos indivíduos, têm-se então estabelecido o estado de perversão sexual. Isto é, toda manifestação sexual que transponha a lei da reprodução da espécie será classificada como forma de degenerescência, de anomalia que recai sobre a atividade regular do instinto sexual. É nessa perspectiva de garantir a manutenção da lei e o controle dos comportamentos sexuais que Foucault (1976 [1988]) afirma desenvolverem-se as operações de disciplina e regulação por meio de uma Medicina específica do sexo. A Medicina do sexo, enquanto uma espécie de transmutação do saber médico, viabilizaria toda essa expiação em torno do instinto sexual.

Essa mutação se situa na passagem do século XVIII para o XIX [...] isolou um “instinto” sexual, suscetível, mesmo sem alteração orgânica, de apresentar anomalias constitutivas, desvios adquiridos, enfermidades ou processos patológicos [...] datam desses anos a relativa autonomização do sexo com relação ao corpo, o aparecimento correlativo de uma medicina, de uma “ortopedia” específica do sexo, em suma, a abertura desse grande domínio médico-psicológico das “perversões” que viria tomar o lugar das velhas categorias morais da devassidão e da extravagância (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 111]).

De acordo com Foucault, o surgimento histórico de uma Medicina específica do sexo assenta-se na investigação do instinto sexual e do quanto ele se relacionaria com as formas patológicas do comportamento humano; de como, por meio do discurso médico-psicológico, pôde-se encontrar e identificar no instinto sexual a razão etiológica para um dado estado de anomalia. Para Foucault, a importância de problematizar a aproximação dos aspectos sexuais com as manifestações ditas anormais estaria na possibilidade de fazer emergir o domínio das perversões, a fim de determinar a periculosidade dos indivíduos. Dessa maneira, podemos compreender, seguindo essa perspectiva, que o instinto sexual, por se caracterizar como suscetível aos desvios e às enfermidades, produziria todo tipo de comportamento perverso. Na aula de 19 de fevereiro de 1975 do curso *Os anormais* (1974-1975 [2001]), Foucault apresenta o modo como a Medicina, em particular a Psiquiatria, interpretou as anomalias quando associadas tradicionalmente às questões sexuais.

[...] esse campo da anomalia vai se encontrar, desde muito cedo, quase de saída, atravessado pelo problema da sexualidade. E isso de duas maneiras. De um lado, porque esse campo geral da anomalia vai ser codificado, policiado, vão lhe aplicar logo, como gabarito geral de análise, o problema ou, em todo o caso, a identificação dos fenômenos da herança e da degeneração. Nessa medida, qualquer análise médica e psiquiátrica das funções de reprodução vai se ver implicada nos métodos de análise da anomalia. Em segundo lugar, no interior do domínio constituído por essa anomalia, vão ser identificados, é evidente, os distúrbios característicos da anomalia sexual, anomalia sexual que vai se apresentar primeiro como uma série de casos particulares de anomalia e, finalmente, bem depressa [...] vai aparecer como a raiz, o fundamento, o princípio etiológico geral da maioria das outras formas de anomalia (FOUCAULT, 1974-1975 [2001, p. 211-212]).

Portanto, para Foucault (1974-1975 [2001]), se o tema da anomalia é transpassado pelo da sexualidade, esse processo provém das seguintes proposições: a primeira, pela relação estabelecida entre a questão da anomalia e sua ligação com os fenômenos de herança e de degeneração. E a segunda, pela identificação das anomalias como um todo ao campo específico das perturbações próprias à anomalia sexual. Nesse sentido, o conjunto da psiquiatrização do prazer perverso se baseia na estratégia de apropriação pela Psiquiatria da temática da sexualidade a partir das categorias de anormal e de perverso. Na concepção de anomalia, representada pela manifestação de um estado degenerativo adquirido por hereditariedade, o que está em questão é a natureza sexual inerente à degeneração herdada. Ao considerar que todas as formas de anomalia passam a ser relacionadas à anomalia de tipo sexual ou ao campo das perversões sexuais, pode-se compreender, de acordo com a argumentação foucaultiana, que ambos os aspectos evidenciariam a importância atribuída à

sexualidade e à suposta natureza patogênica do instinto sexual para a formação do saber psiquiátrico e para a ação estratégica da psiquiatrização.

Logo, formidável extensão do campo de ingerência da psiquiatria [...] a psiquiatria vai ter pela frente uma tarefa que é totalmente nova, para ela [...] ela terá de mostrar o jogo entrecruzado do instinto e da sexualidade, no limite o jogo do instinto sexual como elemento de formação de todas as doenças mentais e, mais geralmente ainda, de todas as desordens de comportamento, quer se trate das grandes infrações que violam as leis mais importantes, quer se trate das minúsculas irregularidades que perturbam a pequena (célula) familiar (FOUCAULT, 1974-1975 [2001, p. 351]).

No curso *Os Anormais* (1974-1975 [2001]), Foucault afirma que as categorias de instinto e sexualidade permitiriam à Psiquiatria poder de controle e regulação para além do domínio das doenças mentais, possibilitando também o alcance das novas formas de poder de intervenção aplicadas ao campo do judiciário e à esfera da família, por exemplo. Essa versatilidade de domínios que a Psiquiatria passa a circunscrever faz desse saber uma peça fundamental tanto para o sistema de leis (com base nos limites entre o regular e a irregularidade), quanto para a manutenção da saúde dos membros de uma família (segundo os limites entre o normal e a anormalidade).

Nesse contexto, Foucault busca analisar a proximidade da Psiquiatria com o judiciário, representada na especialidade da Medicina Legal e do exame médico-legal. Compreende-se dessa aproximação que os conhecimentos técnico-científicos da Psiquiatria estariam a serviço de fatos de interesse da justiça e que a concepção de exame nesse sentido funcionaria como um elo entre esses saberes: o diagnóstico médico em função da sentença jurídica. Para Foucault, a importância atribuída ao exame psiquiátrico, antes localizado apenas como instrumento da Medicina, está em assumir um papel crucial também no âmbito do Direito Penal. Mas de que modo se insere o problema do instinto e da sexualidade, como destacado por Foucault (1974-1975 [2001, p. 351]) na correlação entre o jurídico e a Psiquiatria?

Segundo o esquema jurídico-psiquiátrico, cuja natureza é concomitantemente médica e judiciária, as investigações em torno da criminalidade e do criminoso utilizam critérios validados pela Medicina no julgamento do indivíduo que comete determinado crime. Indivíduo considerado um infrator das leis, dotado de desordem no comportamento e, em última instância, identificado como irregular, anormal. De acordo com Foucault (1974-1975 [2001]), haveria na apuração jurídica o privilégio de considerar enquanto fato a associação daquilo que fundamentaria os atos criminosos aos impulsos instintivos, os quais estariam necessariamente na base da atitude e das motivações que levariam a um determinado crime. Nesse contexto, a Psiquiatria se faria útil na avaliação dos aspectos comportamentais e

psicológicos investidos pelo instinto irregular do criminoso, uma vez que não estaria nos limites do campo jurídico examinar os fatores de ordem interna, mas sim debruçar-se sobre a demonstrabilidade dos fatos com base em provas materializáveis.

O exame psiquiátrico possibilita a transferência do ponto de aplicação do castigo, da infração definida pela lei à criminalidade apreciada do ponto de vista psicológico-moral [...] o essencial do seu papel é legitimar, na forma do conhecimento científico, a extensão do poder de punir a outra coisa que não a infração. O essencial é que ele permite situar a ação punitiva do poder judiciário num *corpus* geral de técnicas bem pensadas de transformação dos indivíduos (FOUCAULT, 1974-1975 [2001, p. 22-23]).

Nessa passagem, referente à aula de 8 de janeiro de 1975 sobre *Os anormais* (1974-1975 [2001]), podemos acompanhar como o exame psiquiátrico oferece à instituição judiciária uma perspectiva de avaliação do crime e do criminoso a partir de preceitos médicos, psicológicos e morais. Desse modo, a técnica do exame contribui para a elucidação de aspectos subjetivos que, por ventura, envolvam a conduta infratora e revela, nesse processo, características de ordem psíquica ligadas ao infrator, tais como a estrutura de sua personalidade, a maneira como administra seus afetos e lida com as emoções, o grau de sua capacidade imaginativa etc. Foucault demarca haver nas interações da Psiquiatria com o jurídico algo análogo ao que ele chama de “princípio da porta giratória: quando o patológico entra em cena, a criminalidade, nos termos da lei, deve desaparecer” (FOUCAULT, 1974-1975 [2001, p. 39]). No entanto, apesar do exame psiquiátrico atuar sobre aquilo que a matéria penal não gerencia, as ações jurídicas e psiquiátricas devem ser consideradas como ações conjuntas e não como substitutas uma da outra. Seguindo esse raciocínio, Foucault afirma:

Porque não se trata, na verdade, de um jogo de substituições, mas da introdução de duplos sucessivos. Em outras palavras, não se trata, no caso desses discursos psiquiátricos em matéria penal, de instaurar, como dizem as pessoas, outra cena; mas, ao contrário, de desdobrar os elementos na mesma cena [...] da síntese coercitiva que assegura a transmissão do poder e o deslocamento indefinido de seus efeitos (FOUCAULT, 1974-1975 [2001, p. 19]).

Nota-se que, para Foucault, o que merece destaque nas ações psiquiátricas e jurídicas é como, a partir de princípios distintos de análise, pôde-se empreender toda uma série de investimentos em torno de um mesmo objeto. Como a Medicina — por meio da Psiquiatria — e o judiciário — por meio do Direito Penal —, unidos em prol de uma mesma causa, puderam estabelecer um nicho em comum, representado na produção de uma mesma figura: o anormal, cuja conduta resultaria da união entre delinquência e patologia. Logo, o exame médico-legal encontraria na raiz de toda a conduta instintiva criminosa também a perversão sexual. Outro

aspecto que Foucault (1974-1975 [2001]) destaca das relações entre a Psiquiatria e o judiciário está justamente no fato de essas relações revelarem uma espécie de “síntese coercitiva” que esses saberes combinados exerceriam sobre o indivíduo considerado anormal, a fim de enquadrá-lo nas leis morais e regularizá-lo frente às normas de saúde.

Contudo, pode-se notar como, no conjunto estratégico da psiquiatrização do prazer perverso, é possível encontrar não somente as diretrizes da Medicina e da Psiquiatria, mas também as influências do judiciário para a consolidação dessa estratégia. E desse modo considerar como as intervenções da Psiquiatria no campo do Direito Criminal, por meio dos temas da perversão e do instinto sexual, contribuíram para o fortalecimento da autoridade médico-científica do discurso psiquiátrico, além de ampliar seu campo de ação e os efeitos de poder que detém. Outro aspecto que se pode notar acerca da estratégia da psiquiatrização é que, ao problematizar a questão das perversões sexuais à luz da Psiquiatria, esse conjunto localiza na infância o alvo preferencial sobre o qual recai sua ação.

A infância como fase histórica do desenvolvimento, como forma geral de comportamento, se torna o instrumento maior da psiquiatrização. E direi que é pela infância que a psiquiatria veio a se apropriar do adulto, e da totalidade do adulto. A infância foi o princípio da generalização da psiquiatria; a infância foi, na psiquiatria como em outros domínios, a armadilha de pegar adultos (FOUCAULT, 1974-1975 [2001, p. 386-387]).

Foucault não apenas identifica a infância como primeiro e principal objeto a ser psiquiatrizável, como também a descreve como instrumento e condição de possibilidade por meio da qual a Psiquiatria pôde fazer valer seu discurso e, posteriormente, pôde intervir no campo das perversões no adulto. A psiquiatrização do prazer perverso, enquanto domínio de saber sobre as perversões sexuais, caracteriza-se, portanto, por encontrar na conduta sexual da criança, ou seja, nas formas infantis de experiência de prazer — e, nesse sentido, prazer de tipo perverso —, a matriz das investigações psiquiátricas. A masturbação infantil é a conduta sexual destacada e considerada perversa na criança e em torno da qual irá se aplicar e se desenvolver as operações de poder-saber colocadas pelo discurso psiquiátrico.

Para que uma conduta entre no domínio da psiquiatria, para que ela seja psiquiatrizável, bastará que seja portadora de um vestígio qualquer de infantilidade. Com isso, serão submetidas de pleno direito à inspeção psiquiátrica todas as condutas da criança, pelo menos na medida em que são capazes de fixar, de bloquear, de deter a conduta do adulto, e se reproduzir nelas. E, inversamente, serão psiquiatrizáveis todas as condutas do adulto, na medida em que podem, de uma maneira ou de outra, na forma da semelhança, da analogia ou da relação causal, ser rebatidas sobre e transportadas para as condutas da criança (FOUCAULT, 1974-1975 [2001, p. 388]).

É possível observar, segundo Foucault (1974-1975 [2001]), como a marca do infantil e da infantilidade determinaria aquilo que é passível de psiquiatrização, seja na própria infância — quando na criança se inspeciona a totalidade de suas condutas em vista de atentar para o que nelas se reproduziria do adulto —, seja na vida adulta — quando se apresenta ou se mantém nos adultos alguma conduta identificável na infância. Essa relação inversa entre a criança e o indivíduo adulto acerca do caráter psiquiatrizável de suas condutas revela a dificuldade conceitual em circunscrever as maneiras como se definiram as relações do instinto sexual junto à concepção de infantilidade. O que está em questão nesse aspecto da estratégia de psiquiatrização é acentuar não somente como essa estratégia parte primeiro da investigação acerca da experiência infantil, mas ressaltar também como na psiquiatrização se considera que a conduta sexual em geral e, nessa direção, o instinto sexual, estabelecem uma espécie de vínculo com o que diz respeito à infantilidade. Foucault procura demonstrar como o que subjaz a essa associação do infantilismo com a sexualidade é o problema das perversões sexuais, que tem na masturbação infantil um de seus exemplares.³³ A masturbação passa a ocupar amplamente os debates psiquiátricos, por representar uma espécie de perigo, por estar associada tradicionalmente a formas patológicas do comportamento.

Por último, no tocante ao conjunto da psiquiatrização do prazer perverso, gostaríamos de fazer menção à concepção de prazer tal qual é compreendida e tornada objeto da Psiquiatria, segundo a interpretação foucaultiana. Isso porque, não apenas a categoria das perversões interessa ao saber psiquiátrico, como também a ideia relativa à experiência do prazer que as acompanha. À medida que a perversão se ligar às formas irregulares de prazer, representadas na síntese do prazer perverso, ambos serão objetos psiquiatrizáveis. Na aula de 12 de março de 1975 de *Os Anormais* (1974-1975 [2001]), Foucault indica em que sentido a Psiquiatria faz do prazer categoria psiquiatrizável.

O prazer vai se tornar agora um objeto psiquiátrico ou psiquiatrizável. A desvinculação do instinto sexual relativamente à reprodução é assegurada pelos mecanismos do prazer, e é essa desvinculação que vai permitir a constituição do campo unitário das aberrações. O prazer não ordenado à sexualidade normal é o suporte de toda a série das condutas instintivas anormais, aberrantes, suscetíveis de psiquiatrização (FOUCAULT, 1974-1975 [2001, p. 364-365]).

³³ Cabe indicarmos que não é uma grande categoria (como a perversão) que guiou a pesquisa ou a história da sexualidade desenvolvida por Foucault. Nesse caso, nos parece que o fundamental é esse acontecimento de obsessão com a masturbação infantil. É muito mais a partir disso que se compreende a entrada do instinto, do sexual e da perversão, nas análises feitas pelo autor.

Nota-se como, para Foucault, o fato de se psiquiatrizar o prazer coloca, de certa maneira, questionamentos ao paradigma da reprodução, uma vez que o prazer se manifesta também em outras condutas sexuais que não sejam as reprodutivas. Aliás, a categoria do prazer possibilitou à Psiquiatria questionar a própria finalidade do instinto sexual, como sendo a reprodução da espécie por meio da união sexual, ao ser evidenciado o vínculo essencial que a experiência e o registro de prazer estabelecem na constituição das perversões sexuais. Mas de qual modo se estabeleceria esse vínculo? Quando Foucault afirma que “a desvinculação do instinto sexual relativamente à reprodução é assegurada pelos mecanismos do prazer” (FOUCAULT, 1974-1975 [2001, p. 364-365]) busca reconhecer que o instinto sexual, a partir da concepção psiquiátrica do prazer, pôde ser redefinido naquilo que é considerada tradicionalmente como sua função. Em consequência disso, o instinto sexual deixou de ser relacionado à lei da reprodução, mas, sobretudo, passou a ser compreendido considerando-se os mecanismos do prazer que lhe constitui.³⁴

Nesse sentido, a categoria de prazer aponta para um novo campo de análise das condutas sexuais que não a reprodutiva, possibilitando consolidar-se dessa maneira o campo que investiga a sexualidade considerada anormal, manifesta nas formas de aberrações ou perversões sexuais, denominadas assim porque envolvem experiências de prazer que independem do coito. Daí a temática do prazer perverso, pois o que está em questão são as manifestações do instinto sexual relacionadas ao prazer oriundo de formas anormais de satisfação.

Ao retomarmos a questão que estamos propondo ao longo deste capítulo acerca da relação dos conjuntos estratégicos de poder-saber com a teoria freudiana da sexualidade, podemos nos perguntar: como a teoria freudiana das perversões sexuais se aproximaria ou se distanciaria do conjunto estratégico da psiquiatria do prazer perverso? De que maneira Freud abordaria na teoria da sexualidade o tema das perversões e da pulsão sexual? E por último, o discurso freudiano se caracterizaria como um domínio do saber acerca das perversões em vista do controle e da regulação dessa categoria de indivíduos? Ora, nos *Três ensaios...* (1905 [2016]) Freud apresenta, no primeiro deles, intitulado “As aberrações sexuais”, uma discussão acerca das condutas consideradas como perversões sexuais a partir do exame da noção de sexualidade nos termos de pulsão sexual³⁵.

³⁴ A sexualidade como uma questão entre o prazer e a função reprodutiva será melhor examinada na próxima seção deste capítulo cujo tema é precisamente a socialização da procriação.

³⁵ Abordaremos um pouco mais adiante a questão das diferenças conceituais entre pulsão e instinto no que tange à teoria freudiana sobre a sexualidade.

A opinião popular tem ideias bastante definidas sobre a natureza e as características dessa pulsão sexual. Ela estaria ausente na infância apareceria na época da puberdade, ligada ao processo de maturação desta, e se revelaria nas manifestações da irresistível atração que um sexo exerce sobre o outro; e sua meta seria a união sexual, ou, pelo menos, as ações que se acham no caminho para ela. Mas temos motivos para ver nessas informações um quadro infiel da realidade; a um exame mais atento, elas se mostram plenas de erros, imprecisões e conclusões precipitadas (FREUD, 1905 [2016, p. 21]).

Freud inicia seu primeiro ensaio destacando a conceituação corrente, tradicional, que se têm na ciência e na cultura de sua época sobre as características relativas à pulsão sexual, a saber, de sua ausência na infância; que despertaria apenas no período da puberdade, manifestando-se na atração e união sexual entre indivíduos de sexo oposto para fins reprodutivos. Segundo o autor, essa concepção geral convencionada e aceita sobre o que definiria a pulsão sexual estaria baseada em hipóteses equivocadas, ideias imprecisas, visto que a realidade se apresentaria de outras maneiras. Para Freud (1905 [2016]), a definição de pulsão sexual se basearia em fundamentos teóricos distintos dos vigentes para descrever a sexualidade humana, uma vez que ele defende em suas investigações haver expressões pulsionais sexuais desde a infância e, por outro lado, afirma que a pulsão sexual, em suas formas de manifestação, não se reduziria à união sexual, nem tampouco à exclusividade de relação com o sexo oposto. Freud, ao fazer a crítica da noção tradicional atribuída à sexualidade, justifica suas teses acerca da pulsão sexual considerando os seguintes pressupostos:

Vamos introduzir duas expressões técnicas: se denominarmos *objeto sexual* a pessoa da qual vem a atração sexual, e *meta sexual* a ação à qual a pulsão impele, a observação, cientificamente filtrada, indica numerosos desvios no tocante aos dois, objeto e meta sexual, e a relação entre eles e a norma suposta requer uma investigação aprofundada (FREUD, 1905 [2016, p. 21]).

Ao demarcar de antemão em sua análise a importância dos termos *objeto* e *meta*, ambos relativos à pulsão sexual, Freud procura justificar a partir deles sua tese sobre a sexualidade. Isto é, ao definir o *objeto* e a *meta* como elementos componentes³⁶ da pulsão, o autor vai poder descrever, em paralelo à norma, a série dos considerados desvios pulsionais referente, tanto à forma como se manifestam na relação com os objetos que são causa de atração, quanto nas ações para alcançar a satisfação. Freud, à medida que expõe os desvios de *objeto* e de *meta* sexual, irá contrapor-se às teorias sexuais tradicionais ao discutir o que compreendem

³⁶ Em *As pulsões e seus destinos* (1915 [2010]), Freud, ao sistematizar a sua teoria das pulsões, estabelece seus termos relacionais: *impulso* (elemento motor da pulsão), *alvo* (ato para o qual impele a pulsão), *objeto* (a pessoa que exerce atração sexual) e *fonte* (um processo somático cuja tradução psíquica é exatamente a pulsão). No primeiro dos *Três ensaios*, Freud já define esses termos na tentativa de dimensionar a pulsão sexual, mas não os articula ainda especificamente, nem lhes fornece tanto fundamento teórico como no artigo de 1915.

por desvios, ao mesmo tempo em que suas teses vão questionar a concepção vigente de pulsão e as normas para ela estabelecidas. No tocante ao desvio do *objeto sexual*, Freud escreve:

A teoria popular da pulsão sexual tem uma bela correspondência na fábula poética da divisão do ser humano em duas metades, homem e mulher, que buscam unir-se novamente no amor. Resulta em grande surpresa, então, saber que existem homens para os quais o objeto sexual não é a mulher, mas o homem, e mulheres para as quais esse objeto não é o homem, mas a mulher. Tais pessoas são chamadas Konträrsexuale³⁷, ou melhor, invertidos (*Invertierte*), o fato sendo o da inversão (FREUD, 1905 [2016, p. 21-22]).

Nessa passagem, Freud explica em que se baseiam as teorias tradicionais quando concebem o modelo normal de proceder da pulsão sexual em relação ao seu objeto: na narrativa, cujo fundamento está na ideia de que o *objeto sexual* do homem é exclusivamente a mulher e vice-versa. Os indivíduos que por qualquer razão não seguissem em direção a essa conduta, ao aspirarem como objeto, por exemplo, os indivíduos do mesmo sexo, seriam classificados pela Medicina e Psiquiatria emergentes como sexualmente invertidos. Assim, a pulsão sexual na inversão expressaria um modo anormal da manifestação pulsional; em última instância, expressaria a manifestação de uma perversão. Nesse sentido, segundo as teorias sexuais contemporâneas ao discurso freudiano, a inversão seria definida como um tipo de conduta anormal induzida por impulsos perversos.³⁸ Mencionamos o exemplo da inversão, a partir de seu destaque no pensamento freudiano, para explicar o desvio de *objeto*. Mas, na verdade, os desvios reportados por Freud na sua teoria sexual, no que diz respeito ao *objeto*, são três: a inversão ou homossexualidade, a preferência por animais e a atração por pessoas sexualmente imaturas, mais conhecidas, respectivamente, como zoofilia e pedofilia. Essas escolhas objetais são tradicionalmente classificadas como perversas, justamente porque não cumprem com a escolha do objeto sexual estabelecida como normal. Ao lado dos desvios de *objeto*, Freud pontua também os desvios na *meta sexual*.

³⁷ Nota do tradutor a respeito do significado do termo considerado em desuso no alemão, em que a palavra “konträrsexuale” faz referência aos invertidos como dotados de uma “sexualidade contrária”.

³⁸ Em nota acrescentada aos *Três ensaios...* (1905 [2016, p. 34-35]), em 1915, Freud, em meio à explicação da inversão e do recurso à bissexualidade no ensaio sobre “As aberrações sexuais”, indica como o interesse exclusivo de um homem por uma mulher também merece investigação assim como o de tipo invertido. Para o autor, ambas as condutas requerem exame uma vez que a atração sexual entre indivíduos de sexos diferentes não representaria, de acordo com a concepção psicanalítica, uma evidência comportamental da vida sexual humana. Isso revelaria que, para Freud, o que está em questão no problema da pulsão em relação aos comportamentos normal e o invertido, seria menos o quesito do sexo do *objeto* — pelo qual a pulsão seria atraída e para o qual impele sua ação — do que as razões pelas quais se faz uma escolha entre esse ou aquele *objeto sexual*. O que nos permite dizer, a partir da perspectiva freudiana, que independentemente da natureza da conduta sexual, se dita normal ou perversa, a complexidade que envolve as interações da pulsão com um dado *objeto* residiria em compreender os fatores constitucionais e acidentais que desencadeariam o comportamento sexual definitivo no indivíduo. Dessa maneira, Freud ao privilegiar em sua teoria a atitude de escolha e não o sexo do *objeto* escolhido irá questionar o modelo de manifestação da pulsão sexual estabelecido pelas teorias sexuais tradicionais.

Considera-se meta sexual normal a união dos genitais no ato denominado copulação, que leva à resolução da tensão sexual e temporário arrefecimento da pulsão sexual [...] mas no ato sexual mais normal já se notam os rudimentos que, desenvolvidos, levarão aos desvios que são denominados *perversões*. Há certas relações intermediárias com o objeto sexual (que se acham no rumo da copulação), como tocar e olhar, que são reconhecidas como metas sexuais provisórias [...] e um desses contatos, aquele entre a mucosa dos lábios das duas pessoas, alcançou, com o nome de beijo, grande valor sexual em muitos povos [...] embora as partes do corpo nele envolvidas não pertençam ao aparelho sexual, constituindo a entrada do tubo digestivo (FREUD, 1905 [2016, p. 40-41]).

No caso dos desvios de *meta*³⁹ relacionados à pulsão sexual, Freud (1905 [2016]) destaca as condutas que fogem à união dos genitais masculino e feminino considerada como *meta* sexual normal. Nessa esteira, o ato de duas pessoas se beijarem, por exemplo, seria considerada uma conduta desviante uma vez que não reproduziria a *meta* normal, apesar de se ter reconhecida culturalmente nessa prática uma significação sexual. Mas Freud chama a atenção para o fato de que as condutas desviantes, denominadas perversas, como o beijo, estão presentes no repertório sexual daqueles ditos mais próximos da pulsão sexual normal. Diz ele: “Eis aqui elementos, então, que permitem relacionar as perversões à vida sexual e que podem ser utilizados na classificação dela” (FREUD, 1905 [2016, p. 41]). O que a teoria freudiana parece estabelecer, mediante evidência dos inúmeros desvios sexuais, é uma contraposição à opinião corrente de que existe uma via uniforme, fixa e pré-determinada para a expressão da sexualidade, tal qual a concepção clássica de instinto.

A importância dada por Freud ao estabelecer o que se compreende por *objeto* e *meta sexuais*, de acordo com a sua teoria da sexualidade, e as diferenças que esses mesmos termos representam para as teorias tradicionais, está na definição da sexualidade enquanto pulsão. Tanto os desvios relacionados ao *objeto* quanto os relacionados à *meta* demonstram a perspectiva que a Freud interessa abordar o problema: a partir do tema da sexualidade poder demarcar a natureza e as características da pulsão e retratar o fato da diversidade da vida sexual humana.

Por “pulsão” (*Trieb*) não podemos entender, primeiramente, outra coisa senão o representante psíquico de uma fonte endossomática de estímulos que não para de fluir, à diferença do “estímulo”, que é produzido por excitações isoladas oriundas de fora. Assim, “pulsão” é um dos conceitos de demarcação entre o psíquico e o físico. A mais simples e imediata suposição sobre a natureza das pulsões seria que elas não

³⁹ Escolhemos descrever o desvio de *meta sexual* baseados no exemplo do beijo ou da “utilização sexual da mucosa dos lábios e da boca”. Mas, além da troca de beijos, Freud classifica outros tipos de desvios de *meta* a partir de duas perspectivas: 1) *As extensões anatômicas*: a) superestimação do objeto sexual, b) utilização sexual do orifício anal, c) substituto inapropriado do objeto sexual (fetichismo); 2) *Fixações de metas sexuais provisórias*: a) tocar e olhar; b) sadismo e masoquismo.

possuem qualidade nenhuma em si, devendo ser consideradas apenas como medida de exigência de trabalho feita à psique. O que diferencia as pulsões umas das outras e as dota de atributos específicos é a relação com suas *fontes somáticas* e suas *metas*. A fonte da pulsão é um processo excitatório num órgão, e sua meta imediata consiste na remoção desse estímulo no órgão (FREUD, 1905 [2016, p. 66-67]).

Por definição, o conceito de pulsão nos *Três ensaios...* (1905 [2016]) tem como fonte um órgão específico do corpo humano e desse órgão de função erógena partem os estímulos, cujo mecanismo de excitação traduz-se em expressão psíquica. O que possibilitará a interação ininterrupta entre o somático e o anímico está no atributo de força próprio da pulsão. É dessa ação motora que os impulsos sexuais se darão em nível representacional no psiquismo, caracterizando a pulsão como uma noção fronteira, porque estabelece as combinações do físico com o psíquico. Assim, a pulsão seria definida a partir das interações entre as excitações somáticas e as manifestações no psiquismo dessas excitações. Ainda segundo Freud (1905 [2016]), a pulsão, em si mesma, não possuiria qualidade alguma, seria a zona erógena e a ação específica em busca da satisfação que lhes conferiria atributos. A questão é que, tanto as fontes de excitação, quanto as formas de eliminação dos estímulos, não seguem um tipo de modelo pré-determinado, indicando que a pulsão sexual não poderia se satisfazer de uma única forma.

Interessante pontuar que essa última citação, cujo valor está na definição do termo pulsão elaborado por Freud pela primeira vez, só foi acrescida aos *Três ensaios...* (1905 [2016]) no ano de 1915, após o autor ter publicado *As pulsões e seus destinos* (1915 [2010]), em que o conceito de pulsão foi descrito da seguinte maneira: “[...] a pulsão nos aparece como um conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida de trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo” (FREUD, 1915 [2010, p. 57]). Nesse texto, Freud defende a noção de pulsão semelhantemente à apresentada nos *Três ensaios...* (1905 [2016]), mas agora a partir das distinções entre os estímulos endógenos e exógenos, identificando a pulsão como uma espécie de estímulo interno, diferenciando-a das incitações vindas de fora do corpo. Quando Freud (1915 [2010]) assinala a pulsão como independente de uma estimulação externa, ele considera ser ela um resultante da combinação entre as trocas do corpo com a psique. Por isso, o autor descreve a pulsão como um tipo de estímulo interno e fronteiro, não somente porque partiria de um fragmento específico que compõe o próprio indivíduo — somático ou anímico — mas, sobretudo, porque partiria da união imprescindível entre os dois fatores.

[...] Freud vai designá-lo justamente como um *Grenzbegriff* (conceito limite, conceito fronteira) entre o somático-corporal e o anímico-psíquico. Decidir-se de modo acrítico por uma tradução descomprometida pode fazer desse *Trieb* uma espécie de clandestino que cruza as fronteiras para o “lado” biológico-corporal ou para o psíquico-cultural, naturalizando-se em uma ou outra região. Acontece que Freud não pretendeu neutralizá-lo em qualquer território previamente definido, mas antes preservar sua característica seminal *fronteira* e, portanto, apátrida (TAVARES, 2013, p. 77).

Pedro Heliodoro Tavares (2013) argumenta, considerando o contexto de traduções do vocábulo alemão *Trieb*, quanto à importância de se preservar o caráter ambivalente ou de simultaneidade que Freud procurou atribuir a esse conceito. Considera que *Trieb* não poderia ser identificado como algo que remetesse exclusivamente aos aspectos somáticos ou aos psíquicos, no sentido da exclusão mútua entre eles, e reafirma que é a alternância, o equilíbrio entre esses aspectos e, ao mesmo tempo, o não pertencimento a um deles o que constitui sua base conceitual. Seguindo essa lógica, Tavares (2013) então verte *Trieb* por pulsão, e não por instinto, ao analisar que a palavra pulsão parece ser mais adequada para traduzir com maior fidelidade o conceito freudiano. Verter *Trieb* por instinto, segundo o comentador, limitaria o discurso freudiano a um campo do saber preestabelecido e o vincularia aos determinismos biológicos que Freud com esse termo buscou evitar.⁴⁰ Tavares (2013) é ainda mais incisivo em sua análise:

Quanto à opção por *instinto* [...] essa palavra induz ao erro e inclusive a um pernicioso desvio em relação ao que há de mais central nas proposições freudianas [...] tal desvio parece insistir em recolocar Freud no campo das Ciências Naturais, entre a biologia e a medicina, na verdade, com o conceito de *Trieb*, o fundador da Psicanálise buscou justamente apresentar uma nova proposta para a sua clínica, uma proposta que supera os determinismos da natureza (TAVARES, 2013, p. 83).

Freud ao propor *Trieb*, parecia querer se referir ao sexual antes como algo dinâmico e variável em seus objetos e metas (como sugere a ideia de pulsão), do que o sexual como algo em definitivo e de antemão estabelecido pela natureza (como sugere a ideia de instinto). Todavia, as dificuldades em torno da concepção de pulsão derivam das dificuldades encontradas também pelo próprio Freud ao circunscrever esse termo: “Um conceito básico assim convencional, provisoriamente ainda um tanto obscuro, mas que não podemos

⁴⁰ Essa era uma problemática (que permeava o meio médico e, especialmente, o psiquiátrico), na qual se especulava as relações entre a perversão, a degeneração e a hereditariedade, porque se acreditava que o perverso sexual era aquele doente que herdara certo grau de degeneração de seus antecessores. Freud estudou a questão da degeneração através da temática das perversões e avaliou quão inapropriado seria o uso desses termos. O autor, ao se debruçar sobre o estudo das aberrações sexuais e sua relação com as psicose nos *Três ensaios...* (1905 [2016]) chega a conclusões inusitadas para seu contexto. Para ele, por exemplo, o comportamento dos chamados invertidos, considerados pela sexologia tradicional como casos de degeneração, não significa necessariamente uma forma de conduta degenerada, porque não haveria ali danos nem prejuízos no desenvolvimento psíquico-pessoal ou na qualidade de vida daqueles que têm essa prática.

dispensar na psicologia, é o de pulsão (*Trieb*). Vamos tentar preenchê-lo de conteúdo a partir de ângulos diversos” (FREUD, 1915 [2010, p. 53]).

Na verdade, Freud revelaria essas dificuldades conceituais que envolvem a indeterminação da pulsão ao tentar delineá-la, por vezes, no curso de suas investigações tanto nos *Três ensaios...* (1905 [2016]), quanto em *As pulsões e seus destinos* (1915 [2010]). Dessa maneira, acrescenta posteriormente em nota aos *Três ensaios...* (1905 [2016]), no ano de 1924, a seguinte afirmação: “A teoria das pulsões é a parte mais significativa, mas também a mais incompleta, da teoria psicanalítica” (FREUD, 1905 [2016, p. 67]). Porém, Freud, ainda que imerso em dificuldades desse teor em suas investigações, propõe uma caracterização geral relativa às pulsões sexuais.

Para uma caracterização geral das pulsões sexuais podemos dizer o seguinte: elas são numerosas, originam-se de múltiplas fontes orgânicas, atuam de início independentemente umas das outras, e apenas bem depois são reunidas numa síntese mais ou menos completa. A meta que cada uma delas procura atingir é o de prazer do órgão; somente após efetuada a síntese elas entram a serviço da função reprodutiva, tornando-se geralmente reconhecidas como pulsões sexuais (FREUD, 1915 [2010, p. 63]).

Nesse fragmento, retirado de *As pulsões e seus destinos* (1915 [2016]), Freud procura reunir o que definiria uma pulsão sexual, para além do conceito fronteiro entre somático e anímico. Aliás, a primeira das suas definições compreende a pulsão em termos quantitativos, enquanto pulsões, no plural; e que em sua multiplicidade variam em suas fontes, objetos e metas. Freud também demarca que, de início, ou seja, na infância, as pulsões independem umas das outras, antes de na vida adulta estarem a serviço da função reprodutiva. Ora, frente a algumas das características que definem e constituem as pulsões sexuais, seria interessante a possibilidade de indicar da mesma maneira, no pensamento freudiano, as características gerais referentes às perversões sexuais com as quais as pulsões se relacionariam. Nas *Conferências introdutórias à psicanálise* (1916-1917 [2014]), Freud ao abordar o tema da vida sexual humana na “teoria geral das neuroses” vai retomar a questão das perversões.

Por outro lado, é característica comum a todas as perversões o fato de elas terem renunciado à meta da reprodução. Uma prática sexual é justamente chamada de perversa quando, tendo renunciado ao propósito reprodutivo, persegue a obtenção de prazer como meta autônoma. Os senhores compreendem, pois, que a ruptura e o momento de transição no desenvolvimento da vida sexual reside em sua subordinação aos propósitos da reprodução. Tudo que precede esse momento, assim como tudo que se furta a ele e serve apenas à obtenção de prazer, recebe a designação nada honrosa de “perverso” e é, como tal, proscrito (FREUD, 1916-1917 [2014, p. 420]).

Nessa conferência, Freud — partindo da leitura feita pela Psiquiatria acerca da conduta tida como perversa, isto é, toda a prática não subordinada à função reprodutiva, que teria na experiência do prazer a finalidade última a ser alcançada — coloca em questão essa concepção. Nesse sentido, o perverso (segundo a tradição médico-psiquiátrica) é aquele que, em suas pulsões sexuais ou por meio delas, busca integralmente pela satisfação; seja se pervertendo com outro objeto que não o sexo oposto, seja se pervertendo em outra meta que não a união genital na vida adulta. De modo distinto, o que ocorre no caso das perversões em relação às pulsões na teoria freudiana é a caracterização das próprias pulsões sexuais como perversas, e não que a perversão esteja ligada à pulsão a partir do vínculo que ela manteria com a meta e com o objeto considerados normais. Dito de outra maneira, ao compreender a perversão como um atributo das pulsões sexuais — por conta de sua autonomia em relação à função anatômica, como indicou —, Freud vai se diferenciar da definição tradicional de perversão por não associá-la a uma forma de comportamento anormal que derive de impulsos sexuais perversos num dado indivíduo. Isso revelaria, segundo o autor, que a perversão, se considerada como um atributo pulsional, estará presente numa gama maior de indivíduos que não apenas os neuróticos analisados por ele.

Ao demonstrar que os impulsos perversos são formadores de sintomas nas psicose, aumentamos extraordinariamente o número de pessoas que podem ser incluídas entre os perversos. Deve-se levar em conta não apenas que os neuróticos em si representam uma categoria humana numerosa, mas também que as neuroses, em todas as suas manifestações, formam séries contínuas que se atenuam até chegar à saúde; Moebius pôde afirmar, com bons motivos, que somos todos um pouco histéricos. Assim, a extraordinária difusão das perversões nos obriga a supor que também a predisposição às perversões não é uma peculiaridade rara, e sim parte da constituição julgada normal (FREUD, 1905 [2016, p. 71]).

No fim do primeiro dos *Três ensaios...* (1905 [2016]), após descrever a série de condutas consideradas aberrações sexuais, Freud vai analisar de que maneira se pode pensar as perversões no contexto psicanalítico das neuroses. Em suas observações clínicas, o autor identifica a presença de impulsos sexuais perversos em seus pacientes na formação de sintomas. A questão é que a série de condutas sexuais classificadas como perversas é componente regular da pulsão sexual dita normal, o que o leva a não apenas ampliar a classe de indivíduos classificáveis como neuróticos, mas a aproximar os impulsos sexuais perversos (considerados expressões de anomalia), da pulsão sexual normal (considerada como expressão de uma vida sexual regular e saudável). Na verdade, a passagem acima ilustra bem a conclusão dada pelo discurso freudiano sobre os limites frágeis que há entre o comportamento normal e o dito patológico. Ao remodelar a perversão à categoria de variação, Freud defende

que, em relação à sexualidade, o que existe não é um quadro genérico de patologias, mas uma mera variedade em relação à norma. Com isso, Freud nos previne de que palavras como *degeneração* ou *perversão* são termos que devem ser utilizados com algum cuidado quando referidos às condutas sexuais.

Ainda nos *Três ensaios...* (1905 [2016]) o autor concluirá essa argumentação das relações aproximadas entre perversão e normalidade afirmando: “[...] essa constituição suposta, que apresenta os germens de todas as perversões, poderá ser evidenciada apenas nas crianças [...] vislumbramos assim a fórmula de que os neuróticos mantêm o estado infantil de sua sexualidade ou são remetidos de volta a ele e, desse modo, o nosso interesse se voltará para a vida sexual das crianças” (FREUD, 1905 [2016, p. 72]). Em última instância, a razão para Freud definir a sexualidade como perversa fundamenta-se na sua hipótese da sexualidade infantil, como chave interpretativa desse fenômeno; de modo a evidenciar, para ele, o quanto as moções perversas são formadoras de sintomas nas psiconeuroses indicando o infantilismo na sexualidade dos neuróticos, o que leva o autor à fórmula de que nesses indivíduos se mantém o estado infantil da sexualidade.

Ora, diante dos aspectos reunidos acerca da teoria freudiana sobre as pulsões sexuais e também sobre o tema das perversões, como seria possível problematizá-las ao conjunto estratégico da psiquiatrização do prazer perverso? O discurso psicanalítico, ao passo que investiga o tema das perversões e das pulsões sexuais, caracteriza-se inevitavelmente como um campo do saber sobre esses respectivos assuntos. No entanto, parece diferenciar-se da perspectiva psiquiátrica e médica pela qual define a sexualidade nos termos de pulsão e não de instinto, além de discutir o problema das perversões distanciando-se de uma significação puramente patológica. Em ordem, comecemos primeiro pelo exame do tema das pulsões sexuais e do instinto sexual; se pensarmos no quesito referente às pulsões na teoria freudiana e nessa direção acompanharmos junto a Foucault (1976 [1988]) que a estratégia de psiquiatrização tematiza a questão do prazer sexual, pensado como instinto, é possível reconhecer as diferenças terminológicas e de abordagem entre os autores.

Foucault analisa a noção de “instinto” sem necessariamente se preocupar em discriminá-la em suas especificidades e funções psicossomáticas. Seu objetivo parece ser o de localizar o instinto sexual no interior do saber médico-psiquiátrico como uma categoria que serve de instrumento para o controle individual, a partir da suscetibilidade própria do instinto sexual ao desenvolvimento de anomalias. Já Freud, quando faz uso da noção de “pulsão”, elabora-a no contexto dos fenômenos psicológicos e, ao mesmo tempo, reconhece as dificuldades em

delimitar o que constitui esse conceito, o qual funciona como uma espécie de elo entre os processos que envolvem o corpo e o psíquico.

Foucault argumenta que a psiquiatrização⁴¹ atribuiu ao instinto sexual uma espécie de autonomia frente às demais funções do organismo, possibilitou a emergência de uma especialidade médica voltada ao sexual e associou o prazer sexual como medida distintiva entre o perverso e o normal. Numa primeira impressão, considerando as descrições de Foucault, poderíamos logo abrigar o discurso freudiano sob o desígnio de todos esses papéis. Em primeiro lugar, pelo fato de que as teses freudianas definiriam o caráter de autonomia das pulsões sexuais frente à pulsão de nutrição, após, por apoio, emergir dela e seguir a função autônoma de produzir prazer. Segundo, porque Freud estruturou a partir da psicanálise uma forte teorização acerca das questões específicas que envolvem a sexualidade e conferiu a ela valor significativo para o seu discurso. E, por último, ao atribuir valor etiológico às pulsões sexuais na formação das neuroses, ou seja, de como os sintomas se assentam em grande parte nos fatores sexuais.

Todavia, mais uma vez precisamos fazer algumas considerações em relação ao discurso freudiano, o que o distanciaria do conjunto da psiquiatrização, na medida em que, mesmo reconhecida a imprescindibilidade do fator sexual para Freud, não seria possível reduzir a totalidade do saber psicanalítico a uma disciplina exclusivamente voltada à esfera da sexualidade. Cabe afirmar que, a noção de pulsão sexual é um alicerce da teoria psicanalítica e não o seu fim.

No tocante ao tema das perversões e ao examiná-lo em relação ao discurso freudiano junto ao que Foucault propõe com o conjunto da psiquiatrização, pôde-se observar como as perversões para Foucault se constituíram como um campo do saber que legitimou poder à prática psiquiátrica para assim fazer valer a autoridade médica nas determinações entre o normal e o anormal. Segundo Foucault, por meio das perversões pôde-se penetrar nas manifestações do prazer perverso e identificar as formas irregulares de manifestação sexual. Para Freud as perversões, diferentemente do que pensavam seus contemporâneos, não poderia ser caracterizada como manifestação patológica da pulsão sexual, porque comporia as condutas sexuais dos indivíduos como um todo. Nesse sentido, ou todos os indivíduos seriam de certa forma perversos ou seria preciso reaver o uso e a aplicação desse termo pela ciência.

⁴¹ Vale reforçar a lembrança de que Foucault é sempre muito cuidadoso com a contextualização espaço-temporal, histórica, dos acontecimentos, portanto, não qualquer psiquiatrização, mas aquela europeia do século XIX; não qualquer instinto, mas aquele dos psiquiatras citados, naquele contexto específico etc.

Quanto à questão do prazer relacionado às perversões, vimos, a partir da ideia freudiana da criança como perversa polimorfa, que esta caracterização da conduta infantil expressaria como a pulsão sexual se direciona à satisfação ou à experiência de prazer das mais variadas formas; o que revela a capacidade de variabilidade pulsional ao submeter-se a alternados focos de prazer. E, nesse sentido, nos permite compreender que a pulsão sexual não seria orientada segundo regras ou modelos pré-estabelecidos quanto à maneira de se obter satisfação. Na verdade, a definição da natureza do prazer sexual, ou seja, o que determinaria algo ou alguma conduta como propriamente sexual é uma questão para Freud e merece ser melhor investigada posteriormente. Mas podemos indicar que o discurso freudiano, ao problematizar a questão do prazer e ao desvincular a pulsão sexual como originalmente em função da reprodução, pode se aproximar da estratégia de psiquiatrização, uma vez que esta encontra no tema do prazer um instrumento por meio do qual a Medicina e a Psiquiatria puderam, de acordo com Foucault, desvincular o instinto sexual da meta de reprodução e, assim, adentrarem no campo das perversões.

Por último, queremos destacar que a estratégia de psiquiatrização para Foucault tem suas ações voltadas num primeiro momento para as crianças e depois se volta para o adulto perverso. É interessante notar que, nessa nossa tentativa de aproximação e distanciamento, Freud também se dedicou ao estudo da infância a partir da identificação de infantilismo nas perversões sexuais, afirmando estar nas crianças a origem das perversões, isso que, no futuro adulto, a depender do desfecho entre constituição interna e história individual, pode determinar uma neurose. Freud, ainda quanto à questão da infância, incluiu nas suas investigações o tema da masturbação infantil; tema em torno do qual os processos de psiquiatrização a princípio investiram. Porém, o autor não classifica a masturbação como parte do quadro de anomalias, ao contrário, a associa como atividade regular da infância e que pode perdurar na vida adulta em quantidade significativa de indivíduos.

2.4 – A socialização das condutas de procriação e o problema da reprodução sexual em Freud

Ao nos aproximarmos da conclusão deste capítulo, em vista de encerrarmos a parte da investigação — na qual estamos examinando os quatro conjuntos estratégicos de poder-saber descritos por Foucault (1976 [1988]) e verificando as possibilidades de aproximação e distanciamento da teoria freudiana com cada um deles — nos direcionamos para o exame do

quarto e último dos conjuntos estratégicos: a socialização das condutas de procriação. Assim como nas seções anteriores, iniciaremos circunscrevendo o que caracteriza o conjunto estratégico em questão e os modos como ele se expressa e se operacionaliza. Visto isso, analisaremos os pontos que poderiam correlacionar a estratégia da socialização ao discurso freudiano, considerando a abordagem dada por Freud ao tema da procriação.

Até aqui, procuramos demonstrar como se estabeleceram as operações complexas de natureza disciplinar e reguladora em torno da infância, do feminino e da perversão, manifestas segundo estratégias específicas de poder-saber dadas por Foucault (1976 [1988]), ou seja, nas respectivas formas da pedagogização, histerização e psiquiatrização. Ulteriormente, teremos a oportunidade de observar, ao nos referirmos ao conjunto da socialização, que o alvo sobre o qual incidirão as ações disciplinares e reguladoras não se restringirá a uma classe de indivíduos — crianças, mulheres ou perversos — como se pôde notar nos conjuntos abordados anteriormente, tem a particularidade de ser ampliado para boa parte de uma população. Sendo estendido para uma parcela considerada fundamental à manutenção populacional: adulta e em idade fértil.

Em *A vontade de saber* (1976 [1988]), Foucault define o que denomina socialização das condutas de procriação e também indica o processo pelo qual o casal (formado por um homem e uma mulher) centralizará essa estratégia:

Socialização das condutas de procriação: socialização econômica por intermédio de todas as incitações, ou freios, à fecundidade dos casais, através de medidas “sociais” ou fiscais; socialização política mediante a responsabilização dos casais relativamente a todo o corpo social (que é preciso limitar ou, ao contrário, reforçar), socialização médica, pelo valor patogênico atribuído às práticas de controle de nascimentos, com relação ao indivíduo ou à espécie (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 99]).

Notemos que Foucault (1976 [1988]) destaca três eixos distintos por meio dos quais se estabeleceria o processo de formação da estratégia de socialização, três saberes imprescindíveis nesse intercurso: o econômico, o político e o médico. A hipótese desenvolvida pelo autor é a de que haveria um tipo de ordenação entre esses campos do saber, de modo a colocá-los sempre inter-relacionados e em função de viabilizar operações conjuntas voltadas para o público adulto e com capacidade reprodutiva. Em especial para os casais. Isso significa que a Economia, a Política e a Medicina, quando reunidas e cada uma a sua maneira, instituiriam o cerceamento da conduta sexual dos indivíduos a partir do modelo do casal, ao criar as condições para que medidas interventivas pudessem ser impostas a eles. Segundo Foucault, de que modo esse procedimento se implantaria?

Ora, considerando o pressuposto de que a socialização das condutas de procriação tem na totalidade adulta e em estágio reprodutivo o agrupamento sobre o qual exerce suas operações, Foucault (1976 [1988]) indica que o papel desempenhado pela Economia no interior dessa estratégia é o de operadora de medição da fecundidade entre os casais, ao atuar no controle dos estímulos ou freios à reprodução. Em seguida, indica que a função da Política é a de promover e gerir legalmente a união do homem e da mulher na forma do casamento, a fim de responsabilizá-los pelo montante populacional, ao reforçar ou limitar os vínculos conjugais. E, por último, indica que a atuação da Medicina se constitui no fato de atribuir valor patogênico às práticas de controle de natalidade entre os casais, ao determinar que o exercício de tais práticas possa trazer consequências danosas, individuais e coletivas.

No que diz respeito à perspectiva econômica da socialização, o problema da reprodução sexual dos casais passa a ocupar o centro de uma série de ações e medidas de fiscalização, impostas à conduta íntima deles, que funcionariam como veículos para desempenhar formas de controle da fecundidade. O que está em questão no espectro econômico da socialização é o manejo otimizado da vida sexual entre cônjuges, mediado pelo atributo reprodutivo, para que se atenda a uma demanda social de natureza quantitativa em que se busca equacionar uma média entre o número de indivíduos e o potencial ou a capacidade que teria um Estado para melhor acomodar e administrar seus cidadãos em conjunto, vistos como população.

Para Foucault (1976 [1988]), o fator econômico é utilizado como parte da estratégia de socializar as condutas procriadoras, justamente pelo caráter regulador próprio ao saber da Economia e pela especialidade dessa ciência em criar métodos de distribuição, de proporcionalidade, de coordenação, que podem ser aplicados às campanhas de incitação ou restrição das relações sexuais reprodutivas. Nesse sentido, caberia à dimensão econômica da socialização regular o fluxo de natalidade de um grupo.

Ao que concerne à perspectiva política da socialização, o problema da reprodução sexual dos casais se tornará alvo de medidas do governo, que funcionariam como condutos para desempenhar estratégias administrativas relacionadas à responsabilização social posta sobre os cidadãos com relação ao casamento. O que está em questão no espectro político são o status e a função conferidos historicamente ao casamento — reconhecido como instrumento legal da união do homem com a mulher e base para a constituição da família — e também a apropriação pelo Estado de laços conjugais e familiares como meios de implicar politicamente a vida privada dos indivíduos no projeto de construção de uma nação.

Para Foucault (1976 [1988]), o fator político é utilizado como parte da estratégia de socializar as condutas procriadoras, devido ao caráter superintendente próprio ao saber da

Política e pela especialidade dessa ciência em criar artifícios de governança, de administração, de direcionamento, que podem ser aplicados às campanhas de incitação ou restrição da prática do casamento. Nesse sentido, caberia à dimensão política supervisionar a regularidade com a qual se formam os casais e, por conseguinte, as famílias, em um grupo.

Ao considerarmos a descrição feita de como procedem a Economia e a Política na socialização das condutas de procriação, buscamos enfatizar quão aproximados estão os objetivos econômicos dos políticos. Isso não significa dizer que os objetivos da perspectiva médica não estejam alinhados também, pelo contrário, o próprio Foucault (1976 [1988]) define a estratégia da socialização como resultado de operações conjuntas entre esses três saberes. No entanto, a Economia e a Política, por intermédio das categorias da fecundidade e do casamento, respectivamente, parecem executar de modo mais entrecido a tarefa de regulamentação sociodemográfica. Se na Economia o que importa está no controle da fecundidade dos casais, baseado na relação entre o número de filhos nascidos vivos e nas condições socioeconômicas que disporiam os cônjuges para a manutenção de suas famílias, na Política se trata a gestão dos elos matrimoniais e a garantia de que a partir daí se formariam as famílias. Ambos os aspectos, tanto o econômico quanto o político, ao fundamentarem suas ações com base no modelo do casal e da família, trabalhariam em união a fim de atender às necessidades do Estado. O que nos leva à seguinte síntese: a Política se ocupa de lidar com as questões sociais das demandas periódicas pelos casamentos e, em paralelo, a Economia cuida de monitorar a média de fecundidade entre os casais formados, mediante quantidade de filhos e condições financeiras para mantê-los.

Na obra *Ensaio sobre a população* (1798 [1996]), ao abordar o tema da dinâmica demográfica nas sociedades europeias dos séculos XVIII e XIX, o economista-político Thomas Malthus nos explica as razões pelas quais se manifesta o fator de lento crescimento populacional:

A causa desse lento crescimento da população não pode ser encontrada no declínio da paixão entre os sexos. Temos suficiente razão para pensar que essa tendência natural ainda existe com força inquebrantável. Por que então seus resultados não se manifestam num rápido crescimento da espécie humana? Uma visão minuciosa do estado da sociedade em qualquer país da Europa [...] nos possibilitará responder a esta questão e afirmar que uma previsão das dificuldades em atender ao sustento de uma família atua como um obstáculo preventivo; e a miséria efetiva de algumas das classes mais pobres, em razão da qual estas não são capazes de dar o alimento e os cuidados adequados para seus filhos, atua como um obstáculo positivo, impedindo o crescimento natural da população (MALTHUS, 1798 [1996, p. 263-264]).

Para Malthus (1798 [1996]), a causa do lento crescimento em uma parte do período (entre os séculos XVIII e XIX) se deve a dois tipos de obstáculos de naturezas distintas: um

obstáculo de ordem preventiva e outro de caráter positivo. E de que maneira eles se efetuariam? O primeiro obstáculo à natalidade, o preventivo, estaria na questão relativa aos altos custos adquiridos quando se forma uma família: ao se casar, ao suprir as despesas da casa, ao garantir o sustento dos familiares. Nessa direção, acrescenta o autor: “existem alguns homens, mesmo nas classes mais altas, que evitam se casar, por pensar nas despesas que deveriam cortar e nos apreciados prazeres dos quais eles deveriam ser privados, na suposição de ter uma família” (MALTHUS, 1798 [1996, p. 264]), ou seja, a decisão de constituir uma família nesse contexto implicaria para o indivíduo de sexo masculino, independentemente de sua origem social, assumir para si responsabilidades e gastos excessivos, além de abdicar dos prazeres e da liberdade que a vida de solteiro lhe proporcionaria.

O segundo obstáculo à natalidade, o positivo, se encontraria nas condições de miserabilidade das classes mais pobres. Malthus (1798 [1996]) exemplifica considerando os altos índices de mortalidade infantil, por situação de penúria, presente em parte da população, que acarretam, muitas vezes, em consequências trágicas:

[...] o número de crianças que morrem anualmente, numa proporção demasiada grande, se refere aos pais que podem ser considerados incapazes de dar alimento e cuidados adequados a sua prole, pois, ocasionalmente, ficam entregues à rigorosa miséria e são, às vezes, confinados em habitações insalubres e sujeitos a um árduo trabalho (MALTHUS, 1798 [1996, p. 267]).

De acordo com o autor, os dados estatísticos que revelam o aumento da taxa de mortalidade entre as crianças é uma evidência de como a miséria e a pobreza são fatores condicionantes para o lento crescimento populacional, uma vez que os mais pobres se deparam com dificuldades que vão desde a vulnerabilidade e escassez material à manutenção da própria vida.

Se retomarmos os obstáculos preventivo e positivo, identificados por Malthus (1798 [1996]) como impedimentos para a aceleração dos níveis de natalidade de uma população, concluiremos que a natureza preventiva reside no problema do custeio familiar, ou seja, o fator financeiro funciona como uma espécie de atenuante para os índices de natalidade, porque família e filhos são dispendiosos. Então, segundo essa lógica, casamento e procriação são condutas que passam pelo critério da escolha individual de querer ou evitar tomar tais decisões, pois o que está em jogo na prevenção é o recurso de resguardar-se do desembolso de altos valores em dinheiro que um casamento e a criação de filhos exigiriam.

Já a natureza positiva atribuída ao outro obstáculo à natalidade, também apontado por Malthus (1798 [1996]), reside na questão da miséria proveniente da desigualdade social. Isso

significa que a assimetria na distribuição de bens materiais e das condições básicas de existência funciona como freio para os índices de natalidade, pois não há como ter mais filhos quando o estado de pobreza não permite nem mesmo manter vivos àqueles que já existem. O que está em jogo no caráter de positividade desse tipo de obstáculo é o fato de que não se casar ou não procriar são condutas positivas num contexto de extrema privação, tendo em vista que casamento e procriação combinados com carestia produziriam mais indivíduos pobres aglomerados e, por consequência, o aumento extensivo do estado de miserabilidade.

Contudo, partindo das reflexões de Malthus (1798 [1996]) e dos dados estatísticos ressaltados por ele, algumas questões se apresentam para nós quando consideramos os atributos preventivo e positivo dos dois obstáculos à natalidade populacional. Primeiro ponto: se compreendermos com Foucault (1976 [1988]) que a Economia na socialização das condutas procriadoras tem a função de regular a fecundidade dos casais, a partir de medidas sociais de fiscalização, e a Política tem a função de gerir a periodicidade dos casamentos, a partir de medidas governamentais, em que sentido a teoria malthusiana contribuiria para as campanhas que controlam os estímulos ou bloqueios das práticas reprodutivas e dos matrimônios? Como poderíamos pensar os obstáculos preventivo e positivo que são colocados ao lento crescimento populacional? Não como obstáculos naturais ou inerentes à vida em comum, mas como resultados de medidas fiscais e de governo elaboradas e dirigidas aos casais.

Segundo ponto: sabendo que o agrupamento — ao qual se dirige a estratégia da socialização — se refere à parte adulta e em idade fértil de uma dada população, de quem são esses corpos adultos e férteis sobre os quais recaem as exigências estratégicas? De quais condições socioeconômicas partem? Há recomendações distintas para classes sociais diferentes? E, por último, a que conclusões podemos chegar quanto ao posicionamento teórico do malthusianismo ao refletirmos sobre a relação da fecundidade e do casamento com as contingências sociais que influenciam nas oscilações demográficas próprias dos grupos populacionais?

Pois bem, no que diz respeito aos questionamentos elaborados no primeiro ponto, entendemos que as contribuições da teoria malthusiana e as ações de controle das práticas reprodutivas advêm do aparato teórico elaborado por Malthus ao desenvolver uma análise social (em termos demográficos e segundo princípios da economia política⁴²), que serviu

⁴² A economia política é tradicionalmente uma área do campo da Economia responsável por transpor para a atividade estatal os princípios econômicos, os quais se orientam por relações sociais de produção, distribuição e consumo de riquezas. No entanto, segundo Foucault, essa é uma definição estrita e limitada. O autor propõe

como suporte discursivo para a criação de campanhas populacionais voltadas a uma sociedade capitalista emergente. Nesse sentido, a teoria malthusiana funcionaria como fonte teórica e apoio metodológico ao exercer forte influência no interior de um conjunto de medidas que buscam reunir instrumentos e esforços com a finalidade de controlar as taxas de crescimento de uma população. Como um controle manifesto nas formas de campanhas comportamentais, que, a depender da situação econômica e política, relativiza-se entre os ideais de incitação ou de recuo à conduta procriadora.

No caso específico da teoria malthusiana, podemos observar a sua cota de participação junto às campanhas comportamentais, a partir da hipótese apresentada de que existem dois obstáculos distintos colocados ao crescimento populacional, um preventivo e outro positivo. Para Malthus (1798 [1996]) tanto os aspectos financeiros quanto as condições sociais são considerados fatores de impacto na questão da natalidade. A natureza preventiva, relativa aos aspectos financeiros, atuaria como um tipo de impedimento antecipatório à alta da natalidade, pelo fato de que o casamento e a procriação não seriam condutas oportunas, ou melhor, economicamente viáveis para os cidadãos. E, por outro lado, a natureza positiva, relativa às condições sociais, atuaria como um tipo assertivo ou colaborativo de impedimento à natalidade, por não ser vantajosa e produtora de uma união conjugal com reprodução sexual entre indivíduos encontrados em situação de miserabilidade socioeconômica.

Se notarmos bem, o obstáculo considerado preventivo parece pressupor que casar e reproduzir são questões que passariam pelo critério da escolha pessoal dos cidadãos em fazê-las ou não. Portanto, seria um problema de predileção individual não ter família e filhos pelos altos custos associados. Já o obstáculo considerado positivo parece não pressupor que casar e reproduzir sejam questões relacionadas apenas às preferências pessoais, mas antes, a uma espécie de imposição do social colocada aos indivíduos por meio da ameaça iminente dos efeitos trazidos pela miséria. Portanto, não ter família e filhos, seguindo esse raciocínio, se trataria de um problema relativo ao alto grau das dificuldades e das limitações que a pobreza impõe.

Mas quais as questões suscitadas a partir da ideia de se pensar o obstáculo preventivo como uma escolha individual e o obstáculo positivo como uma imposição social em Malthus?

ampliar a análise da economia política entendendo-a como um instrumento que possibilitou assegurar a autolimitação da razão governamental. Essa ideia consta no texto *Segurança, território e população* (1977-1978 [2008]), na aula de 1º de fevereiro de 1978, e está mais bem desenvolvida em *Nascimento da biopolítica* (1978-1979 [2008]), na aula de 10 de janeiro de 1979. Em linhas gerais, a razão governamental refere-se ao modo próprio de funcionamento e orientação interna dos Estados no processo de elaboração de ações estratégicas para a gestão do social. Nesse sentido, a economia política atua na qualidade de moderadora na escolha das práticas governamentais julgadas como adequadas para cada contexto, em proveito da máquina pública.

Justamente o que procuramos compreender quando lançamos questionamentos correspondentes ao segundo ponto que indicamos acima: quem são esses corpos adultos e férteis sobre os quais recaem as exigências estratégicas? De quais condições socioeconômicas partem? Há recomendações distintas para classes sociais diferentes?

De início, sobre o obstáculo preventivo como uma escolha individual, é possível depreender: ao afirmar que o obstáculo preventivo à natalidade de uma população perpassaria tanto as classes baixas como as classes mais altas, Malthus (1798 [1996]) observa que pobres e ricos, diante das escolhas de formarem uma família e de terem filhos, optariam igualmente por não tê-los, devido aos custos implicados. Assim, coloca uma questão para nós sobre essa relação entre o ato de escolha e a classe social de quem escolhe. Será que de fato está dada aos pobres a oportunidade ou o direito a escolha pela família e pelos filhos? Questionamos isso porque parece não haver no argumento malthusiano uma diferenciação quanto à categoria da classe social, ao explicar o obstáculo preventivo, uma vez que o apresenta, *grosso modo*, como um recurso ou uma possibilidade real de escolha que poderia ser feita por todas as pessoas, indistintamente.

A partir do entendimento e nos referindo ao contexto das classes mais altas, vemos que há para elas, ao menos de forma mais concreta, o direito de fazer de suas vidas aquilo que pretendem e, em virtude disso, desfrutarem da liberdade de escolha entre optar ou não pelos laços matrimoniais e de filiação, por exemplo. Mas quando pensamos nas classes mais pobres, a conjuntura se reconfigura. Enquanto que para o homem rico estaria dada a oportunidade de avaliar se o objeto do seu desejo seria realmente deixar a vida de solteiro para se casar, constituir família e ter filhos (pelas condições materiais que possui e pelo capital cultural que acessa), para o homem pobre, tais direitos e privilégios apresentam-se bem mais reduzidos. Acreditamos que analisar o tema do obstáculo preventivo, caracterizado pela recusa da escolha pelo casamento e pelos filhos, exige certa cautela quando colocado às classes pobres devido aos custos.

A complexidade do problema no qual se encontram os pobres não parece estar unicamente na situação de preferir evitar o casamento e os filhos por causa dos custos. Afirmar isso não significa negar a realidade da dimensão financeira que está manifesta, como bem compreendemos no contexto indicado por Malthus (1798 [1996]). Compreendemos também que a abordagem dada pelo autor deixa de considerar outro aspecto como o processo em que o campo das possibilidades de escolha é retirado dos indivíduos. Dito de outra maneira: ao evitar casamento e filhos não significa que o pobre toma uma atitude necessariamente motivada pelos gastos implicados nem tampouco ocorre por uma predileção

pessoal, mas significa, em particular, ter negado o acesso aos seus direitos de cidadão de não poder optar pelo que almeja de maneira livre. Por exemplo, quando ama alguém e em uma união conjugal não pode ter, com alguma dignidade, o número de filhos que deseja, uma vez que estaria sujeito às condições sociais limitantes, isso revela que junto ao quesito dos altos valores está também o da alienação de direitos.

O que estamos questionando é a ideia malthusiana de que pobres e ricos se baseariam, de modo semelhante, em aspectos de predileção pessoal na escolha por não se casarem e nem terem filhos. Entendemos que, no caso do pobre, não se trata de uma questão de escolha, trata-se da falta de acesso a direitos. Desde o direito basilar de o indivíduo permitir a si mesmo conjecturar com a ideia de formar sua própria família, até o direito de acesso a instrumentos materiais que viabilizem sua escolha.

Segundo essa perspectiva, não se pode inferir com Malthus (1798 [1996]) sobre o obstáculo preventivo — de que seria tão somente por uma questão de favoritismo pessoal e pelo alto custeio familiar que pobres e ricos decidissem igualmente e antecipadamente pela negativa do casamento e dos filhos — justo porque os pobres não escolhem, apenas são submetidos. Além do mais, eles não usufruem da variedade de privilégios que o dinheiro pode proporcionar e, nesse sentido, têm menos direitos pessoais garantidos e oportunidades para manifestarem livremente suas preferências.

O problema da garantia de direitos do cidadão não sucede de uma função do Estado de promover o conhecido *estado de direito* dos indivíduos, que assegura para a totalidade de uma população o acesso a direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, à mobilidade social e outros. Mas, ao que parece, a garantia do *estado de direito* seria viabilizada pelo acúmulo pessoal de capital financeiro, quando, na realidade, deveria ser uma situação jurídica aplicada a todos. Conforme esse contexto, a lógica funcionaria de modo que quem tem mais dinheiro tem mais acesso a direitos, a benefícios e à própria liberdade.

Feitos esses apontamentos suscitados da ideia de obstáculo preventivo em Malthus (1798 [1996]) (não somente como uma questão de impedimento relacionado às altas despesas e com base em critérios de inclinação pessoal, mas, em particular, como um tema que também possibilita refletir sobre a falta da garantia individual de acesso a direitos), passaremos agora às ponderações relativas ao obstáculo positivo e aos desdobramentos de abordá-lo como uma imposição social, com o intuito de complementar nosso exame dos referidos obstáculos postos ao crescimento da população, também segundo a teoria malthusiana.

Como mencionado anteriormente, Malthus (1798 [1996]) — ao definir que o obstáculo positivo à natalidade de uma população se fundamenta nas condições de miserabilidade das

classes mais pobres — conclui que a miséria atuaria como fator positivo, isto é, interferindo cooperativamente no processo demográfico, por incitar a queda dos índices de nascimento entre os pobres, de modo a evitar um número maior de pessoas em quadro de indigência. Notemos a peculiaridade do obstáculo positivo, que se aplica às classes pobres com o objetivo de que não se produzam mais indivíduos sem recursos reunidos, agrupados, avaliando que pessoas em situação de privação e de extrema pobreza, poderiam ser julgadas incapazes de se manter e de dar o alimento e os cuidados adequados para seus filhos.

Ainda assim, o que queremos destacar é a natureza deste obstáculo, concebido como positivo quando relacionado à pobreza, a fim de compreendermos em benefício de quem ou de quais circunstâncias ele irá operar. Vimos que o aspecto de positividade, segundo Malthus (1798 [1996]), caracteriza-se, em suma, pela atuação considerada assertiva ou colaborativa, por exemplo, quando houver um cenário específico de escassez socioeconômica no qual não parecesse vantajoso e produtor (do ponto de vista dos Estados) que os mais pobres estabeleçam união conjugal e relações sexuais reprodutivas, visto que acarretaria multiplicação do número de indivíduos como eles e, nessa direção, inevitável amplificação da pobreza.

Compreendemos quando Malthus (1798 [1996]) destaca a situação de miséria que é algo obviamente que impossibilita e coloca uma série de dificuldades na vida das pessoas pobres, além de requerer maior organicidade do Estado na gerência dos efeitos que a miserabilidade traz para o coletivo. Porém, questionamos o argumento malthusiano porque, primeiro, embora o autor reconheça e identifique no fato de haver desigualdades sociais o motivo de a miséria poder funcionar como um obstáculo real, ele atribui valor positivo a esse obstáculo que, por sua vez, está ligado a um contexto de desamparo material e de mortalidade infantil; e, segundo, questionamos também a forma sugerida para se obter a redução desejada da quantidade de pobres e do problema social da pobreza, que se daria pela restrição das relações amoroso-reprodutivas entre pessoas pobres. De maneira a responsabilizá-las totalmente pelas condições pelas quais se encontram submetidas.

Ao insistirmos na análise da questão do obstáculo positivo de Malthus (1798 [1996]), fica claro como ele localiza uma das causas que funcionaria como entrave para o aumento da natalidade, mas, ainda assim, acaba por defini-la como um tipo de operação cooperativa, em virtude de ela atender a uma demanda socioeconômica de Estado. De modo que, com esse raciocínio, somos conduzidos a concluir que a situação de miserabilidade social poderia ser julgada um obstáculo razoável, por estar a serviço do Estado e de suas instituições o controle da dinâmica populacional mediante procedimentos menos dispendiosos.

O modelo econômico-político, proposto pelo autor, parece então privilegiar as discussões acerca dos meios pelos quais um governo conseguiria preservar seu bom padrão de regularidade nos dados estatísticos e índices demográficos, em detrimento de problematizar as razões pelas quais se produzem e se mantêm numa sociedade o fenômeno da miséria e da precarização da vida das pessoas que, por vezes, são movimentos validados pelo próprio Estado⁴³.

Com esse entendimento e em posse de alguns componentes que nos permitiram demonstrar como a miséria é integrada à qualidade de obstáculo positivo, segundo Malthus (1798 [1996]), poderemos então reconhecer como o seu discurso revela um posicionamento de total sobrestima aos processos econômicos e políticos. Isso significa dizer que a abordagem dada pela teoria malthusiana às questões demográficas parece não utilizar as especialidades da Economia (em criar métodos de distribuição, de proporcionalidade e de coordenação) e da Política (em criar artifícios de governança, de administração e de direcionamento) para a devida finalidade de garantir bem-estar social à própria população, mas sim, utilizá-las na medida em que possa, acima de tudo, atender às conveniências do Estado.

Portanto, é possível concluirmos que a miséria é um obstáculo característico de uma imposição social que impediria o crescimento natural da população, como defende Malthus (1798 [1996]). E, quando encarada como algo positivo, coloca uma questão para nós sobre as formas como os Estados europeus (a partir do século XVIII) passaram a administrar as disparidades sociais e a estabelecer medidas regulamentares quanto à quota ideal de indivíduos pobres por população, justificada pela busca do fim deles. De maneira geral, as formas administrativas adotadas e reproduzidas por esses Estados na gestão da pobreza de suas populações caracterizaram-se pela criação de estratégias econômicas e de políticas públicas que procuraram contornar o problema da desigualdade por meio do abandono e do descarte das pessoas pobres, e não, por garantir-lhes a vida plena e os bens necessários para a sua real sobrevivência.

Recordemo-nos que as ideias propostas por Thomas Malthus (1798 [1996]) fazem parte de um contexto histórico, no qual a Inglaterra e outras civilizações europeias se encontravam

⁴³ Sobre a validação das desigualdades pelos Estados, uma discussão importante é encontrada no livro *Racismo estrutural* (2021), de Silvio Almeida, o qual afirma que a partir de aproximações das categorias da raça e da classe examina-se a hipótese de haver uma inteligibilidade constitutiva do Estado capitalista, que opera de modo a produzir e manter (com base nas próprias estruturas estatais) os antagonismos vigentes nas sociedades, em especial, os relativos às relações raciais e classistas. É importante mencionar aqui que a análise proposta por Almeida (2021) tem inspiração no pensamento de Foucault sobre a ideia do racismo estar diretamente relacionado à formação dos Estados desde o século XIX. E também, no de Achille Mbembe, teórico central no debate contemporâneo sobre os elos entre necropolítica e biopolítica.

em plena transição desenvolvimentista, isto é, no processo de afastamento das práticas feudo-mercantilistas para a eclosão das sociedades técnico-industriais dos séculos XVIII e XIX. Portanto, as suas ideias já se orientavam e atendiam os apelos do modelo econômico de produção capitalista. Naquele momento, as urgências sociais do Estado a respeito da dinâmica populacional humana, determinadas pelo capitalismo, eram: a alta demanda de indivíduos por população e a exigência quanto ao potencial que dispunham esses indivíduos em relação à qualidade de força de trabalho e à capacidade de consumo, cujos objetivos subsequentes estariam em constituir grupos operários aptos para a mão de obra nas indústrias, assim como estabelecer centros urbanos com amplo mercado consumidor.

Ao considerar essa conjuntura, podemos depreender que o malthusianismo também preconiza (mediado pela produção de discursos e de orientações voltadas para um objetivo especial e para um público em particular) a utilização de certas medidas fiscais e ações governamentais forjadas diretamente pelos Estados capitalistas para as classes mais pobres. Por exemplo, quando o discurso malthusiano (ao refletir sobre o problema do baixo fluxo de natalidade e de como a miséria funciona como um obstáculo cooperativo para essa baixa) sugere que é positivo, economicamente e politicamente, o estímulo para que os pobres não se casem e nem se reproduzam, pois supostamente reduzem o número de indivíduos pobres, o índice de mortalidade infantil e a extensão da miserabilidade de uma população.

Demonstra-se, dessa maneira, como a teoria malthusiana (ao reunir e oferecer recursos discursivos e metodológicos) mobilizaria o interesse econômico do Estado na promoção de políticas públicas e campanhas de controle dos casamentos e relações sexuais reprodutivas, pensadas exclusivamente para as classes pobres. A fim de que se pudesse gerir “melhor” o contingente populacional, manipulando-o ou adequando-o às necessidades estatais apresentadas à época que, por um lado, pregaria a incitação à natalidade pela necessidade de pessoal para o capital e, por outro lado, prescreveria os freios à natalidade para certa parcela da população.

Nessa direção, Foucault (1976 [1988]) sintetiza:

[...] um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista, às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 29]).

De acordo com Foucault (1976 [1988]), por haver um ideal estabelecido de controle das práticas sexuais da população, mediado pelas operações econômicas e políticas da socialização das condutas procriadoras, foi que se buscou elaborar um discurso hegemônico

que orientasse a conduta da vida sexual dos indivíduos, tornando-a um centro de possíveis investidas de saberes como a Economia, a Política e a Medicina. Cabendo à Economia e à Política intervirem e se apropriarem das questões a respeito da sexualidade da população e de tudo àquilo relativo ao tema da procriação: a regularidade dos casamentos, a periodicidade e o modelo das relações sexuais entre os casais, os nascimentos dos filhos, o número de nascidos vivos, a mortalidade infantil, dentre outros.

No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecunda ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 28]).

Assim sendo, as atividades econômicas e políticas da socialização, ao operarem por meio do confisco da vida sexual dos cidadãos e a partir do controle da prática reprodutiva entre eles, estabeleceram-se como pilares sociais de regulamentação do coletivo humano. E quando nos propusemos a explorar as questões em torno da economia política malthusiana, foi exatamente com o objetivo de demonstrar como os obstáculos preventivo e positivo à natalidade puderam funcionar como medidas fiscais e governamentais dirigidas ao público adulto e em idade fértil, em especial, aos casais pobres. E não apenas como obstáculos naturais ou inerentes à vida em comum, como defendia Malthus (1798 [1996]).

De todo modo, o que se assimila dos aspectos econômicos e políticos constituintes do conjunto da socialização das condutas de procriação, uma vez que nos baseamos na teoria malthusiana acerca dos obstáculos postos à natalidade, são reflexões que revelam questões do tipo: de negligência à garantia de acesso a direitos a uma parte da população, de despreço pelos mais pobres e, ao mesmo tempo, a manutenção deles na miserabilidade, na elaboração de medidas interventivas específicas para as famílias pobres e o soerguer de Estados cujos governos orientam-se por conservar a própria máquina estatal em prejuízo à vida das pessoas.

Por fim, examinaremos agora o problema da reprodução sexual dos casais quando relacionado à perspectiva médica da socialização. De acordo com esse ponto, o casal heterossexual se tornará o centro de uma série de ações medicinais cuja função está em criar sistemas de inspeção acerca das práticas contraceptivas realizadas pelos indivíduos nas suas relações sexuais. O que está em questão no espectro médico é a caracterização dos métodos anticoncepcionais (dos praticados na intimidade pelos casais), como patogênicos, ante a premissa de fomentarem consequências nocivas à saúde, cujo impacto resvala tanto sobre o corpo individual quanto sobre o corpo coletivo.

Para Foucault (1976 [1988]), o fator médico é utilizado como parte da estratégia de socializar as condutas procriadoras, justamente pelo recurso terapêutico próprio ao saber da Medicina e pela especialidade dessa ciência em promover a manutenção da saúde, bem como à prevenção, o tratamento e a cura das afecções em geral. Em virtude disso, o saber médico contribuirá para o conjunto da socialização aliando-se às campanhas de direcionamento quanto à incitação ou restrição das atividades sexuais anticonceptivas. Desse modo, competirá à dimensão médica, orientar e advertir os casais em relação ao uso indiscriminado do recurso contraceptivo na ocasião do ato sexual.

[...] a medicina penetrou com grande aparato nos prazeres do casal: inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais “incompletas”; classificou com desvelo todas as formas de prazeres anexos; integrou-os ao “desenvolvimento” e às “perturbações” do instinto; empreendeu a gestão de todos eles (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 41]).

Portanto, pela autoridade científica e pelo prestígio social construído ao longo do tempo, a Medicina pôde estabelecer, sem maiores barreiras, uma relação de forte proximidade com os indivíduos, em particular, com os casais. De forma a conseguir acessar (como nenhum outro saber) a vida íntima relativa aos prazeres e à sexualidade humana. Se no conjunto estratégico da socialização vimos que há um entrelaçamento maior das operações econômicas e as políticas — e, nesse sentido, uma otimização das ações de controle dos casamentos e da natalidade —, poderemos acompanhar como as operações médicas detêm uma espécie de privilégio em relação à Economia e à Política, quanto ao seu poder de alto alcance ao campo amoroso-sexual e ao universo das privacidades; que permitiu à Medicina uma otimização das ações de controle das práticas contraceptivas como parte das relações sexuais.

Nesse sentido é que Foucault, na citação logo acima, identifica que “a medicina penetrou com grande aparato nos prazeres do casal” (1976 [1988]). Com essa ideia o autor procura explicitar a questão da ampla concessão dada à Medicina que, representada na figura do médico, pôde conhecer e codificar como os indivíduos se comportam sexualmente nas suas relações conjugais cotidianas. Consoante a isso, a Medicina pôde assegurar também, a partir da maneira como cada pessoa ou cada casal lida na intimidade com o prazer, medidas de inspeção em nível coletivo. É considerando essa argumentação e relacionando-a com o problema da reprodução sexual que buscaremos aprofundar como ocorre toda a movimentação de ingerência relativa à sexualidade.

Antes de nos referirmos às operações das quais se originariam as medidas interventivas feitas pela Medicina à conduta sexual dos casais, é imprescindível compreender primeiro que

essas intervenções e o exercício de gestão direcionada ao campo da sexualidade só serão possíveis porque se inserem em um processo mais amplo. Pode-se dizer mais ambicioso: a consolidação da Medicina, entre os séculos XVIII e XIX, na qualidade de um saber científico elementar para a ordenação e configuração social. Isto é, a Medicina enquanto um âmbito do saber, ao qual se irá conferir uma permanente responsabilização acerca da manutenção da vida coletiva. Essa dinâmica criada ao redor da Medicina será explicada com base no que é descrito como a medicalização do social ou o que se convencionou chamar de medicina social⁴⁴.

Começamos por elucidar o modo como ocorre o estabelecimento e a expansão do processo de medicalização do social, para depois compreendermos a subsequente medicalização do sexo. O primeiro ponto destacado pelo autor diz que se a Medicina consolidou-se socialmente, ou seja, não apenas como uma ciência natural ou biológica, mas também como uma ciência social, isso se deve às razões políticas e econômicas que a impulsionaram a alcançar esse lugar no projeto de ordenação, administração e controle das civilizações modernas. Prova disso está na criação de políticas públicas de saúde e de um sistema médico voltado para atender o fenômeno emergente das grandes populações e, além disso, a integração progressiva da Medicina à questão do desenvolvimento econômico das sociedades, a fim de promover melhorias quanto à grade de oferta dos serviços médicos.

Em resumo, observa-se emergir dois eventos complementares: de um lado, a ato administrativo de sistematização da Medicina de forma capilarizada no espaço social, sob a justificativa de planejamento e formação de uma *política da saúde*; e, de outro, a mercantilização do saber médico, sob o argumento de ser estabelecida uma *economia da saúde*. Esses eventos empreendem a inclusão da prática e da pesquisa médica em um tipo de política de mercado cujo fundamento está na referência convencionada em relação à lógica da compra e da venda, entre a criação de demanda e a oferta de mercadoria. Isto é, a Medicina

⁴⁴ Impulsionado pela questão de como se produziu a socialização médica a partir do século XIX, Foucault propôs, na conferência *O nascimento da medicina social* (1977 [1979]), retratar a história da medicalização das sociedades e da população. Nessa perspectiva, certificou-se de que haveria três etapas de formação da medicina social: 1. medicina do Estado, 2. medicina urbana e 3. medicina da força de trabalho. Ao explicar de quais maneiras se sucederam essas três formas do desenvolvimento da medicina social, o autor afirmou ter se inspirado no emblema atribuído a K. Marx e ao marxismo de que a filosofia é alemã, a política, francesa, e a economia, inglesa. Assim sendo, a medicina de Estado, criada na Alemanha, por exemplo, configurou-se mediante organização de um sistema médico fundamentado na administração pública da saúde e pelo aperfeiçoamento da força estatal; a medicina urbana, criada na França, configurou-se a favor da pesquisa médica assente no fenômeno e nos efeitos da urbanização, da estruturação das cidades e das condições gerais de manutenção da saúde na vida citadina, em oposição à do campo; e a medicina da força de trabalho, criada na Inglaterra, configurou-se por meio da questão do saber médico de pretender assegurar saúde aos pobres e trabalhadores, com base no controle de doenças oriundas das classes sociais mais necessitadas.

como um produto ou como algo produzível para fins de se efetuar transações e negócios de mercado, o comércio dela.

Em um artigo acerca da História da Medicina intitulado *A política da saúde no século XVIII* (1976 [2016]), Foucault, apoiado no que denomina de nosopolítica⁴⁵, assinala que uma das condições para que a Medicina pudesse instituir-se não apenas como um saber, mas também como uma prática social (e assim ter concretizado o projeto de medicalização da vida das populações), está no fato de se passar a considerar a doença como um problema político e econômico. Isso significa incorporar as doenças e, por conseguinte, a questão da gestão da saúde, como quesitos que devem ser julgados e resolvidos, sobretudo com base em decisões de conjunto e por meio de estratégias globais:

[...] a saúde e o bem-estar físico das populações apareceram como um objetivo político que a “polícia” do corpo social deve garantir, ao lado das regulamentações econômicas e das coações da ordem. A importância repentina que a medicina ganhou no século XVIII tem seu ponto de origem ali onde se entrecruzam uma nova economia “analítica” da assistência e a emergência de uma “polícia” geral da saúde. A novidade nosopolítica inscreve a questão específica da medicina dos pobres no problema geral da saúde das populações (FOUCAULT, 1976 [2016, p. 361-362]).

Vejamos que o ponto para entender o destaque alcançado pela Medicina no século XVIII está no papel social de subsídio que ela oferece ao novo objetivo em comum entre a Política e a Economia em relação às populações: o empenho permanente pela manutenção da boa saúde, a partir da tentativa de controle da disseminação de possíveis doenças e da organização e prestação de assistência a membros carentes ou necessitados da comunidade. Para Foucault (1976 [2016]), o sucesso na realização desse objetivo partilhado entre Política, Economia e Medicina, de salvaguardar a saúde como um bem coletivo, tão somente seria alcançado mediante a ação de união de uma espécie de “polícia da saúde⁴⁶” com uma forma

⁴⁵ Com o termo nosopolítica Foucault procura definir as *políticas de saúde* emergentes entre os séculos XVIII e XIX, embora encontremos também nos seus textos sobre medicina social a tradução *políticas da doença*. Tendo em vista que o prefixo *noso* deriva do grego *nósos* e exprime a noção de afecção, enfermidade, o autor faz referência à nosopolítica para assinalar tanto as políticas públicas, que têm a saúde como um ideal, como também as doenças.

⁴⁶ Com a expressão “polícia da saúde” Foucault se refere ao modo operacional como a Medicina exercia seus propósitos terapêuticos sobre a população, utilizando-se de uma estrutura policial. Entretanto, a polícia que o autor menciona não se trata da instituição policial, assim como a concebemos hoje, mas corresponde ao denominado *estado de polícia* emergente, uma forma de governar as sociedades nos séculos XVII e XVIII. Em *Segurança, território e população* (1977-1978 [2008]), nas aulas de 29 de março e 5 de abril de 1978, encontramos a definição de polícia como um conjunto técnico integrado à razão governamental. Portanto, uma polícia compreendida como constitutiva dos processos de formação dos Estados (e não apenas estando a serviço deles), o que implica estar junto às demandas relativas às práticas governamentais bem como às formas que assegurem a coexistência dos indivíduos. Por esse motivo, o *Estado de polícia* terá como metas: deliberar sobre as questões em torno das necessidades da vida, da saúde, do número de habitantes, da regulamentação do trabalho e da circulação de mercadorias. Logo, caberá a Medicina, uma vez que está submetida à configuração policial do Estado, a função de polícia da saúde ao incumbir-se do bem-estar coletivo.

de “economia da assistência⁴⁷”. De modo que, em consequência dessa função de assessorar fins políticos e econômicos, ocorra certamente uma responsabilização em torno do saber médico quanto ao cumprimento da tarefa de programatizar uma população mais longa, saudável, economicamente ativa e com indicadores estatísticos mais equânimes.

Outro ponto indicado pela análise foucaultiana, que auxilia na compreensão do episódio político-econômico de medicalização das populações, está no caso particular da “medicina dos pobres” no contexto da demanda pela saúde coletiva. Ou seja, como os indivíduos pobres e doentes tornaram-se o núcleo sobre o qual recairiam as intervenções médicas, em um cenário cuja preocupação geral seria a garantia da saúde de toda uma população. Em vista disso, a proposta foucaultiana é a de procurar identificar de que maneira, considerando a convergência de interesses voltados às classes mais pobres no problema da saúde, estabeleceram-se as condições que instauraram formas de sociabilização da atividade e do serviço médico para todo o conjunto populacional.

De acordo com Foucault (1976 [2016]) é justamente pela compreensão do que caracteriza a estratégia nosopolítica que será possível explicar as operações de medicalização realizadas sobre a sociedade e sua estreita relação com a questão de classe desde o século XVIII. Para o autor, um dos traços mais marcantes da nosopolítica seria o deslocamento de como se passou a abordar o tema da doença que, considerado um assunto de incumbência coletiva, foi transposto da perspectiva das técnicas de assistência para o campo dos problemas de saúde. As questões relativas às enfermidades em geral deixam de ser retratadas por meio da prática do assistencialismo aos pobres para, daí em diante, serem discutidas como um conteúdo pertinente às políticas de saúde.

Esse é o ponto em que Foucault (1976 [2016]) busca tocar no curso da sua argumentação, destacando o fato de que a nosopolítica, apesar de ser um evento próprio das civilizações modernas para lidarem com doenças de alcance coletivo, concerne a uma conjuntura sócio-histórica cuja raiz tem proveniência em bases assistencialistas e de beneficência. E também, que o saber médico pôde atingir um alto valor cultural como

⁴⁷ Quanto à expressão “economia da assistência” ou “economia da saúde” Foucault menciona às práticas assistencialistas (precedentes à instalação do que seriam as políticas públicas de saúde no século XVIII), por funcionarem à semelhança do modelo econômico. Isto é, o assistencialismo como uma estratégia social a partir da qual se efetiva o reparo e a restituição dos indivíduos carentes e enfermos com relação à distribuição e proporcionalidade do acesso a direitos, bens e serviços medicinais. Segundo Foucault, o que está em jogo na economia da assistência, quando consideramos sua contribuição para o processo de medicalização das sociedades é o fato de o saber médico encontrar-se ainda subordinado ao trabalho assistencial, como um tipo de atendimento que compõe os serviços de “socorro”. No artigo *A política da saúde no século XVIII* (1976 [2016]), o autor explanará sobre o aspecto da assistência aos pobres doentes funcionar como uma medida conjunta entre Medicina e Economia.

acompanhamos, decorrente de certa emancipação dos serviços de assistência social, para daí se tornar um suporte das políticas públicas de saúde.

Compreendemos com Foucault (1976 [2016]) que o emprego do termo nosopolítica, refere-se, portanto, ao projeto público-administrativo de criação de uma política da saúde/doença, iniciado no século XVIII, na Europa, cuja finalidade estaria em estipular a preservação do bem-estar físico do coletivo. Um bem-estar que seria validado pelo monitoramento médico das doenças, em particular e inicialmente pelo monitoramento dos pobres doentes. A nosopolítica representaria assim, a formação e a atuação de modelos político-econômicos de medicalização, interposta pela medicina social no desafio com o problema geral da saúde das populações.

No entanto, para Foucault (1976 [2016]), esse projeto-saúde, embora tenha uma natureza política, não se impunha conforme o modelo político tradicional, no qual o Estado geralmente encontra-se na condição de determinar, com exclusividade, suas diretrizes e ações de governo. No caso da Medicina, seja sobre como o Estado determina os métodos e procedimentos utilizados pela prática médica, seja na maneira como a Medicina é acessada e inserida em meio à população. Mas, na realidade, trata-se de um projeto inaugural que, estando assente no saber médico, culminaria no desenvolvimento de formas variadas de controle e regulação distribuídas por zonas táticas de todo corpo social e, nesse sentido, podendo atuar para além do alcance do comando de Estado:

A problematização da nosopolítica no século XVIII não traduz uma intervenção uniforme do Estado na prática da medicina, mas, antes, a emergência, em múltiplos pontos do corpo social, da saúde e da doença como problemas que demandam, de uma maneira ou de outra, uma incumbência coletiva. A nosopolítica, mais do que o resultado de uma iniciativa vertical, aparece, no século XVIII, como um problema de origens e direções múltiplas: saúde de todos como urgência para todos; o estado de saúde de uma população como objetivo geral (FOUCAULT, 1976 [2016, p. 358-359]).

Notemos como a questão da estratégia nosopolítica evoca a ideia de que a Medicina não somente tornou-se o alvo de fortes interposições num determinado período, como também destaca que essas interposições partem tanto do Estado quanto das instituições sociais. Tratando-se, nessa situação, de interferências e disputas de procedência heterogênea que são sobrepostas à prática médica. Com isso, Foucault (1976 [2016]) procurou evidenciar na sua análise como o problema da saúde e da doença das populações pôde emergir da interação entre forças de origens distintas, mas também inseparáveis. Nessa direção é que uma política da saúde se torna uma demanda e um compromisso de todos para com todos.

Podemos assim pontuar que a nosopolítica enquanto uma representação acerca de uma conjuntura histórico-social específica reúne as seguintes características: 1. medicina social é o instrumento e o meio pelo qual, dentro da categoria médica, promove-se a medicalização da população em nome da saúde coletiva; 2. as classes mais pobres foram uma das primeiras a receberem investidas de controle e monitoração das doenças mediante política da saúde; 3. o aparelho estatal e as entidades sociais combinados são os domínios que orientam e dividem entre si o gerenciamento das ações que perfazem o processo de medicalização; 4. os cuidados com a saúde e com o bem-estar físico do coletivo são considerados como de responsabilidade estendida a todos de uma população: indivíduos, casais, famílias, setores e instâncias sociais.

Apresentada brevemente a forma como foi instaurado o processo de medicalização do social nos séculos XVIII e XIX, vejamos agora quais circunstâncias colaboraram para que desse mesmo contexto decorresse o processo de medicalização do sexo, segundo Foucault:

Todos estavam centrados nas relações matrimoniais: o dever conjugal, a capacidade de desempenhá-lo, a forma pela qual era cumprido, as exigências e as violências que o acompanhavam, as carícias inúteis ou indevidas às quais servia de pretexto, sua fecundidade ou a maneira empregada para torná-lo estéril, os momentos em que era solicitado (períodos perigosos da gravidez e da amamentação, tempos proibidos da quaresma ou das abstinências), sua frequência ou raridade: era sobretudo isso que estava saturado de prescrições. O sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações. A relação matrimonial o foco mais intenso das constrições (FOUCAULT, 1976 [1988, p. 38]).

Na medicalização do sexo as especulações e ações médicas estão diretamente ligadas ao interesse pelo comportamento dos cônjuges na ocasião do ato sexual. Isto é, estaria a cargo da Medicina exercer com mais proximidade o trabalho delicado e minucioso de orientar, acompanhar e garantir que os casais cumprissem os “deveres conjugais” do modo mais saudável e moralmente recomendado para, a partir daí, realizar o monitoramento das relações sexuais reprodutivas, delimitar as atividades que devem preceder e suceder o coito, estabelecer os limites entre o normal e o patológico, entre o permitido e o proibido, além de circunscrever, de maneira geral, o jeito como os parceiros atuariam entre si e a performance do casal no momento do sexo. Nesse sentido, tudo aquilo que fizesse referência à vida sexual no casamento estaria delimitado pelo exame médico: o cotidiano do casal, os pequenos gestos da vida em comum, a maneira como eles se tratariam mutuamente, a frequência da atividade sexual, a forma como praticariam o sexo, em especial, qual o uso que fariam de métodos contraceptivos e em quais circunstâncias.

Ao analisar o discurso médico produzido na passagem do século XIX para o XX no texto *O prazer no casamento* (1996), Margareth Rago descreve como as pesquisas e os

manuais de Medicina no Brasil (influenciados por diretrizes da literatura médico-científica europeus) funcionaram, por exemplo, como espaços por meio dos quais se puderam divulgar e prescrever aos cônjuges o modelo de condução da relação sexual e dos hábitos a ela associados. Segundo a autora, mesmo em um cenário no qual os homens usufruíam de maior liberdade sexual, as recomendações apresentadas pelos médicos eram direcionadas sobretudo aos maridos, visto que eram considerados protagonistas e responsáveis pela gerência do aspecto sexual no matrimônio.

Mesmo assim, uma série de preceitos eram definidos de modo a orientar os maridos, principalmente, na boa condução da relação sexual: urinar antes de copular [...], evitar a ingestão de bebida alcoólica, para que não se acostumassem a copular sob a ação de um excitante, evitar alimentar-se de uma a duas horas antes da cópula. Já durante o ato sexual, recomendava-se que a relação se restringisse ao “coito vaginal”, isto é, “a intromissão do pênis na vagina, estando o corpo em posição horizontal e ficando a mulher em plano inferior em relação ao homem”; dormir ou repousar um pouco após o ato; e, sobretudo, nunca repetir a cópula [...] o “coito interrompido” era condenado também por não resultar em satisfação sexual para as mulheres (RAGO, 1996, p. 105).

Notemos os pormenores contidos nas instruções médicas, pois tudo parece ter valor no processo de medicalização do sexo dos casais e muito pouco se conseguiria esquivar do olhar clínico, desde como proceder nos atos preparatórios até nas condutas posteriores à relação sexual. Alto nível de exigência imposto ao casal para fixar critérios de ordem, de sequência e de limites no sexo. Em vista disso, Rago (1996) continua:

Prescreviam o horário noturno, isto é, ao se deitar para dormir, como o mais adequado para a realização do sexo por vários motivos: neste horário, as pessoas podiam relaxar, já que não tinham mais obrigações, nem horários a cumprir. Embora muitos casais mostrassem preferências pelo sexo logo ao se despertar pela manhã, o saber médico apontava para a “falta de poesia” que implicava o ter que levantar-se para as necessidades biológicas fundamentais. A primavera era considerada “a estação mais favorável aos amores e a uma bela fecundação”, enquanto que os períodos de calor ou frio excessivos seriam inconvenientes para a satisfação do apetite sexual, pois o organismo estaria mais debilitado e o fruto da fecundação poderia não ser muito robusto (RAGO, 1996, p. 106).

Investigando-se sobre a maneira pela qual o casamento e o sexo foram objetos de intensa problematização por parte da Medicina brasileira no século XX, numa perspectiva histórica, Rago (1996) apresenta o que ficou definido pelos médicos como sendo o roteiro sexual saudável e moralmente aprovado, assim como as funções que marido e esposa deveriam estar aptos para desempenhar devidamente em cada momento. Urinar antes de fazer sexo; não beber álcool; alimentar-se até determinado horário; dormir logo após o ato; não repetir a relação amorosa; a relação consistiria apenas em penetrar o pênis na vagina para fins

reprodutivos (qualquer ação fora dessa rota seria “antinatural”); ter relações no turno da noite, preferencialmente, em certas estações do ano e sob um clima de temperaturas amenas. Essa série de afazeres, no mínimo curiosa, funcionou como um guia prático da atividade sexual humana e mostra as condições de austeridade e o grau de doutrinação sob os quais se achavam os cônjuges em prol do marco reprodutivo.

Quando Rago (1996) menciona o ponto da condenação da prática do coito interrompido e a conseqüente insatisfação sexual para a mulher, por exemplo, o que está implícito na preocupação dos médicos com relação ao coito interrompido e com as mulheres não seria exatamente dar a atenção adequada ao problema da satisfação sexual delas (no sentido da importância e dos cuidados com o orgasmo feminino), mas sim, assegurar o programa de reprodução humana a partir de corpos sadios, bons casamentos, retidão no comportamento e instrumentalização da relação sexual para que finalmente se obtenha a boa prole, a descendência adequada. O objetivo maior, mascarado na questão do prazer da mulher, era o compromisso com a regularidade da relação sexual reprodutiva entre os casais, certificando que se cumprisse a meta de que para isso fosse preciso condenar ou tornar patológico o recurso contraceptivo, como de fato aconteceu.

Todas as investidas do saber médico de conservar as prescrições mais severas, a forte restrição comportamental e as altas exigências nos costumes se explicam, portanto, pelo intuito de contribuir para o conjunto da socialização aliando-se às campanhas de direcionamento à incitação ou à restrição das atividades sexuais anticonceptivas. Segundo Foucault, uma das estratégias mais eficazes que a Medicina encontrou para inibir a anticoncepção (quando fosse preciso responder às necessidades de Estado, em específico, às urgências demográficas) foi condenar e patologizar atividades contraceptivas como o coito interrompido, por exemplo, ao vinculá-lo a um perigo de conseqüências nocivas à saúde individual e para a população.

Assim, a interrupção do coito estaria associada a contratempos ligados ao contexto das perturbações nervosas (problemas de ordem psíquica) do indivíduo, ao mesmo tempo em que se associaria a contratempos ligados a fenômenos demográficos próprios da configuração de uma sociedade (em aspectos como natalidade, produção econômica, distribuição étnica etc.). Com relação aos efeitos nocivos sobre o coletivo, o impacto mais premente seria na redução das taxas de nascimento, como exposto no aspecto econômico da socialização, uma vez que o fundamental seria cobrir o marco regulatório das relações sexuais reprodutivas para atingir um determinado contingente populacional. No entanto, tão determinante quanto à ideia de manutenção da média dos nascimentos é a questão acerca da natureza desses nascimentos.

Isto é, embora haja uma meta aspirada do número de indivíduos por população, há, ao lado disso, uma meta de tipo qualitativa em relação a quem serão esses indivíduos nascidos.

Em virtude disso, refazemos as seguintes perguntas: no projeto que tem como estratégia principal a socialização das condutas de procriação qual seria o grupo de indivíduos estimulados a se casarem e a reproduzirem? Quais seriam os nascimentos desejosamente previstos? De qual composição genética deveria ser constituído o corpo do bebê humano considerado dentro de uma suposta normalidade? Em última instância, qual a descendência ideal esperada e os fatores hereditários positivamente transmitidos? Parece-nos, antes de tudo, que nesses pontos do conjunto da socialização das condutas de procriação (referentes à medicalização do sexo e aos efeitos nocivos do coito interrompido sobre o coletivo), o que também precisa ser discutido é que a produção de descendentes está vinculada à temática da divisão étnico-racial. O problema da procriação estaria condicionado, portanto, às diretrizes dadas pelos programas médicos e a serviço de estratégias demográficas e campanhas eugênicas, não devendo acontecer de modo desenfreado ou a qualquer custo pelos casais.

As estatísticas, os programas de gestão para garantir uma descendência saudável, as estratégias demográficas, assim como as estratégias eugênicas, têm no corpo dos indivíduos e nas populações seu alvo privilegiado. Os corpos passam a estar sujeitos à gestão política, seja para seu melhoramento ou maximização, seja para sua supressão ou aniquilamento. Para que essa gestão seja possível, é necessário multiplicar as estatísticas de morbidade e mortalidade, registrar e comparar os dados e fatos, observar atentamente as características daqueles que podem ser considerados como sujeitos perigosos ou fora da norma (CAPONI, 2009, p. 534-535).

Ao considerar os estudos de Foucault sobre a biopolítica da população, no artigo *Biopolítica e medicalização dos anormais* (2009), Sandra Caponi reitera a questão da importância atribuída aos corpos (tanto o individual quanto o coletivo) na formação dos quadros estatísticos, das linhas estratégicas, das atividades de previsão e probabilidade e dos esquemas de coleta e análise de dados. O corpo compreendido como entidade na qual e a partir da qual se fará a intervenção médica conjunta à ação política. Caponi (2009) enfatiza não apenas o fato de os corpos tornarem-se objeto da gestão política, mas também destaca quão ambivalente é o modo de operar dessa gestão do corporal, pois ao mesmo tempo em que ela incidirá sobre os corpos para melhorá-los, potencializá-los, também será capaz do oposto, de agir para degradá-los e suprimi-los.

Nesse contexto, as estratégias eugênicas se sobressairiam como operações especiais, dentre as utilizadas para a gestão médico-política dos corpos, porque produziriam a categoria racial como critério base para se estabelecer as diferenças entre o grupo de pessoas que apresentaria condições desejáveis para terem o direito de nascer, de viver e de manterem-se

vivas e o grupo que não as apresentariam. De maneira que a teoria eugênica, com seus marcadores étnico-raciais, genéticos ou de hereditariedade, acabaria por contribuir fundamentalmente para a imposição daquilo que seria o limite entre o corpo considerado normal e o outro, o dito anormal. Logo, Caponi (2009) pontua como a gestão biopolítica da população encontrará na eugenia uma ferramenta eficaz nas campanhas de controle dos nascimentos no que tange aos corpos abjetos, uma vez que ela operaria em função de demarcar e de selecionar a considerada boa descendência.

Essa biopolítica não tem o objetivo de curar ou de normalizar os desvios, seu objetivo prioritário é antecipar a emergência do perigo. Com essa finalidade, será construído um instrumento médico-político capaz de controlar a hereditariedade da grande família dos degenerados e, ao mesmo tempo, controlar as populações e raças consideradas perigosas: as estratégias higiênicas e eugênicas dos séculos XIX e XX. O alvo prioritário dessas estratégias era o controle das famílias dos anormais (CAPONI, 2009, p. 543).

Caponi (2009) explica que uma das características da gestão biopolítica consiste em promover intervenções, mediante um instrumento médico-político, que articulam formas de controle das famílias dos anormais em uma população. Revelando como o objetivo biopolítico de gestão dos corpos individual e coletivo estaria assegurado em grande parte nas estratégias higiênicas e eugênicas, que buscam pela prevenção mais do que pela cura ou pela normalização. A ideia elementar presente nessas estratégias seria que pudessem antever e precaver os traços de degeneração (definidos como próprios a certos grupos ou raças) nos futuros descendentes, para que assim fosse factível evitar a perpetuação e a expansão de eventuais desvios herdados e dos perigos geneticamente transmitidos. Nessa direção, a autora prossegue:

Já não se trata de curar, mas de antecipar, de prevenir. Para isso serão criadas estratégias de controle da sexualidade e da reprodução, estratégias que têm como alvo a grande família dos anormais. Desse modo, a psiquiatria se institui como defensora da ordem social. Pode-se afirmar que ela demanda para si um poder ainda maior que o dos juristas e dos higienistas: ela demanda a gestão da anormalidade (CAPONI, 2009, p. 540).

Notemos como o compromisso essencial da eugenia dentro da esfera biopolítica está relacionado à ação de controle direcionada à sexualidade e à reprodução. Em particular, ao exercício de controlar as práticas sexuais reprodutivas entre pessoas ou grupos identificados como de raça inferior ou degenerada e, com isso, tentar escapar às supostas ameaças congênicas. A eugenia enquanto um saber médico-psiquiátrico sobre as raças funcionaria como um recurso de tipo higienista aliado à Política e à Economia na gestão dos indivíduos,

dos casais e das populações na tentativa de designar quais os casamentos e os nascimentos legítimos. Assim como Foucault, Caponi (2009) destaca a situação específica em que se encontraria a Psiquiatria no meio médico dos séculos XVIII e XIX, acumulando e estando a cargo de boa parcela das responsabilidades sociais para a garantia da ordem, conduzindo esse trabalho de intervenção e recorrendo centralmente a um determinismo de cunho étnico-racial que validaria formas de conhecimento relativo às raças.

Esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, um “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores [...] a eugenia, cuja meta era intervir na reprodução das populações. O termo “eugenia” – *eu*: boa; *genus*: geração – foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton (SCHWARCZ, 1993, p. 78).

Em *O espetáculo das raças* (1993) Lilia Schwarcz, ao realizar uma extensa pesquisa sobre a questão racial no Brasil do século XIX, demonstra como historicamente o discurso médico-psiquiátrico, por intermédio de estratégias eugênicas e higiênicas, pôde participar da gestão da reprodução das populações, ao forjar uma espécie de “ideal político”, no qual se pressupõe a diferenciação entre raças e um grau valorativo entre elas. Por definição, o termo eugenia designa o que provém de boa geração, nesse sentido, o ideal político seria aquele no qual o casal normal, saudável, não-degenerado em união sexual reprodutiva gerasse descendentes igualmente normais, saudáveis, não-degenerados.

Schwarcz (1993) examina quão representativo foram os avanços, no caso da Medicina brasileira, em torno das produções literárias, dos discursos médicos e científicos, artigos acadêmicos, arquivos e documentos sobre o tema eugênico. Todos escritos, elaborados e amplamente divulgados em textos de jornais, revistas e manuais médicos com o objetivo de determinar e reforçar os critérios que distinguissem as raças superiores das raças inferiores; os casais que são aptos para viver e se reproduzirem dos casais que não os são. Além dessa expressiva produção textual houve também investimentos arquitetônicos e institucionais, como a criação de museus e universidades. Segundo Schwarcz (1993) as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro são os primeiros exemplares desse novo movimento que se inaugura envolvendo os debates acerca da eugenia e da higiene pública e suas implicações na reprodução das populações.

Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de “nascimentos, desejáveis e controlados”; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e, talvez o mais importante, desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (SCHWARCZ, 1993, p. 79).

Na citação acima as palavras da autora são explícitas e bem sintetizadas no que se referem ao lugar central ocupado pela teoria eugênica na Medicina psiquiátrica do século XIX, assim como os encargos que lhes foram atribuídos nesse período, a eugenia tornou-se um saber científico-social sobre as raças cujas proporções são de alcance cultural. De modo a pretender intervir tanto nas leis da hereditariedade (no controle da produção de descendentes legítimos) quanto na promoção dos casamentos (estimulando ou desencorajando a formação de casais entre certos grupos). Dentre os impactos apreendidos desse contexto estão: 1. imposição do considerado normal dentro de um campo hiper-restrito; 2. patologização de determinadas condutas e condições congênitas da existência humana; 3. rigorosas exigências morais e comportamentais; 4. desvalorização da vida de certos grupos e 5. racismo e violência deliberada.

Posto isso, doravante, examinaremos os pontos que poderiam correlacionar a estratégia da socialização das condutas de procriação ao discurso freudiano, encerrando a discussão que estamos propondo ao longo deste capítulo acerca dos conjuntos estratégicos de poder-saber, descritos por Foucault (1976 [1988]), e das possibilidades de aproximação e distanciamento da teoria freudiana da sexualidade com cada um deles.

Assim, em vista de seguir com nossos objetivos, questionamos: sob quais aspectos ou em que medida será abordada na psicanálise o problema da reprodução sexual? Como Freud entenderá o papel da procriação na teoria da sexualidade? Haveria no discurso freudiano argumentação acerca do valor patogênico atribuído às práticas contraceptivas? Quais problematizações serão encontradas sobre o casamento e o recurso ao coito interrompido como parte das relações sexuais dos casais? Quando insistimos na formulação de questões à teoria psicanalítica (assim como fizemos nas seções anteriores deste capítulo), intentamos cogitar estabelecer uma linha investigativa que nos possibilite identificar as probabilidades de o discurso freudiano contribuir para a formação do dispositivo de sexualidade por meio da socialização.

Com o advento da puberdade, introduzem-se as mudanças que levarão a vida sexual infantil à sua configuração definitiva normal. A pulsão sexual, que era predominantemente autoerótica, encontra agora um objeto sexual. Ela operava a partir de diferentes pulsões e zonas erógenas, que buscavam, cada qual de forma independente, determinado prazer como única meta sexual. Agora ela recebe uma nova meta sexual e todas as pulsões parciais cooperam para alcançá-la, enquanto as zonas erógenas se subordinam ao primado da zona genital (FREUD, 1905 [2016, p. 121]).

Nos *Três ensaios...* (1905 [2016]) avistamos como o tema do terceiro deles, as transformações da puberdade. Servimo-nos desse fragmento acima que introduz o ensaio sobre as mudanças verificadas na adolescência, porque recuperamos nele um elemento introdutório que nos auxiliará no entendimento do papel da procriação na teoria da sexualidade freudiana. Devido ao fato de ter sido no terceiro ensaio que Freud (1905 [2016]) examinou a partir do período da puberdade como a pulsão sexual passará por mudanças constitutivas radicais, tal qual, a alteração dos aspectos de florescimento infantil da sexualidade para a configuração definitiva na conduta sexual do adulto, deflagrando em rapazes e moças o germe daquilo que doravante poderá os fazer procriar. Sendo assim, na puberdade é que a nova *meta* e o novo *objeto* sexuais se definirão e que as zonas erógenas sujeitar-se-ão à zona genital. Dito de outra maneira, as pulsões parciais distribuídas pelas zonas erógenas do corpo que antes buscavam aleatoriamente a satisfação de forma autônoma nas próprias zonas erógenas, na puberdade, se tornarão interdependentes e trabalharão prioritariamente como que ao redor e em proveito do processo de excitação e preparação para o ato sexual (a ereção do genital masculino, o umedecimento da vagina). Para Freud (1905 [2016]) as transformações características da puberdade acontecerão de modo diferente para os dois sexos, e pelas circunstâncias acessíveis à época, o caso do desenvolvimento sexual masculino será o exemplo utilizado.

No homem, a nova meta sexual consiste em descarregar os produtos sexuais. Não é absolutamente alheia à anterior, de obtenção de prazer; ocorre, isto sim, que o maior montante de prazer está ligado a esse ato final do processo sexual. A pulsão sexual se põe agora a serviço da função reprodutiva; torna-se, por assim dizer, altruísta (FREUD, 1905 [2016, p. 122]).

Observemos que o estágio de puberdade vivido pelos homens fica marcado pelo início da produção do sêmen e pela nova meta de estabelecer ações para descarregá-lo, posto que esteja situada nesse ato final da sequência sexual a concentração da soma de maior prazer que poderia ser experimentada por eles; o orgasmo masculino, a fabricação de satisfação subsequente da descarga dos produtos sexuais. Nessa lógica e a contar do momento do empubescer a pulsão sexual estará então disponível para servir a fins reprodutivos. De acordo com o que está escrito no texto freudiano a pulsão sexual incumbir-se-á de uma posição compreendida como altruísta, dado que poderá atuar a favor e na direção de outrem, de um objeto, isto é, de algo que não seja o voltar-se da satisfação sobre si mesmo, diferenciando-se, portanto, daquilo que era próprio da fase autoerótica.

[...] a pulsão sexual humana não serve originalmente aos fins da procriação, tendo por meta, isto sim, determinadas formas de ganho de prazer [...] portanto, o desenvolvimento da pulsão sexual vai do autoerotismo ao amor objetal e da autonomia das zonas erógenas à sua subordinação, sob o primado dos genitais postos a serviço da procriação (FREUD, 1908 [2015, p. 370]).

Nesse trecho de *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908 [2015]) encontra-se uma indicação que condensa e ilustra bem qual seria em suma o posicionamento apontado por Freud acerca do problema da reprodução sexual na sua teoria. No texto, a tese retomada e defendida é a de que a pulsão sexual no ser humano não estaria originalmente direcionada para a procriação, sendo sua primeira finalidade a satisfação de prazeres. Freud (1908 [2015]) considerará, portanto, a procriação como uma das etapas e não como um propósito do processo complexo no qual se desenvolve a pulsão sexual. Nesse sentido, não implicaria dizer que relacionando a procriação à pulsão haja entre elas algum tipo de determinação constituinte, mas sim, uma contingência própria da vida sexual, pois, apesar da possibilidade de se reproduzir sexualmente ser um desfecho incontornável do desenvolvimento sexual humano (por conta da progressão do aparelho reprodutor e dos órgãos genitais), a procriação é um dos pontos dentro do circuito pulsional, cujo início está no autoerotismo e nas zonas erógenas e o fim no amor objetal e no primado dos genitais.

Na seção anterior, sobre a estratégia de psiquiatrização do prazer perverso e o discurso freudiano das perversões, iniciamos uma discussão sobre o prazer como categoria psiquiatrizável, segundo Foucault. Isto é, como a Psiquiatria encontrou na noção de prazer a base para explicar aquilo que distingue a normalidade da anormalidade no contexto das perversões sexuais. Vimos como na perspectiva medico-psiquiátrica a conduta considerada perversa e anormal seria toda a prática não subordinada à função reprodutiva e que tivesse na experiência do prazer a finalidade última a ser alcançada. Vimos também a importância do discurso freudiano ao se estabelecer na contramão dessa ideia quando questiona a exclusividade da pulsão sexual para a função reprodutiva, a partir de conceitos como *objeto* e *meta* sexuais.

Nesta seção sobre a estratégia de socialização das condutas de procriação e o problema da reprodução sexual em Freud, retomamos a temática do prazer, agora no contexto do controle da relação sexual reprodutiva do casal, para nos atualizarmos de que quando Freud desenvolveu a teoria da sexualidade, procurou demonstrar com o conceito de *Trieb* que a sexualidade estaria presente desde a infância, manifestar-se-ia para além da atração entre sexos opostos e, o que em particular nos interessa agora, que ultrapassaria a união genital e o coito como única relação erógeno-sexual possível, normal. Em última instância, desvincularia

a pulsão da tradicional função reprodutora e sinalizaria que ela opera, especialmente, em função da obtenção de prazer.

Assim, baseando-nos no que vem sendo discutido no nosso trabalho, podemos responder que as reflexões depreendidas do que se relaciona ao problema da reprodução a partir do conceito de pulsão sexual na teoria da sexualidade freudiana, passam na verdade pelo questionamento do encargo comum atribuído à sexualidade assim como pelo redirecionamento de suas fontes, manifestações e características. Parece-nos que para Freud o que mais lhe interessa não está na atividade do coito, enquanto união dos genitais masculino e feminino para a procriação apenas, ou seja, o ato reprodutivo em si, como uma ação isolada, mas, talvez, o que mais lhe estimula à investigação são os trajetos que levam os adultos a estabelecerem aquilo que será o comportamento sexual definitivo. Na concepção da psicanálise, por exemplo, vimos que o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher requereria também explicações.

Cabe-nos agora perguntar se a relação sexual no casamento legítimo pode oferecer plena compensação pelas restrições anteriores ao casamento [...] lembremo-nos, antes de tudo, que a nossa moral sexual cultural restringe também a relação sexual no casamento, já que os cônjuges são obrigados a contentar-se com certo número, em geral, pequeno, de procriações. Devido a essa consideração, apenas por alguns anos há relações sexuais satisfatórias no casamento [...] após esses três, quatro ou cinco anos, o casamento fracassa enquanto promessa de satisfação das necessidades sexuais (FREUD, 1908 [2015, p. 377]).

Mais adiante, nesta outra passagem de *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908 [2015]), Freud examina junto ao caso da reprodução a situação das relações sexuais no casamento. O autor interroga se o tempo de abstinência e do resguardo sexual, exigido moralmente aos jovens adultos até o momento do casamento, seria recompensado quando enfim se casassem para poderem ter relações sexuais cujo objetivo seria o de gerar descendentes. Será que o modelo de vida a dois implicaria para o homem e para a mulher a satisfação sexual que lhes faltara na solteirice? Será que a prática do sexo somente para procriar satisfaria a vida sexual dos casais? O diagnóstico freudiano mostra como a série de advertências e as altas expectativas em torno do modo como os casados deveriam conduzir suas relações sexuais no matrimônio acarretariam neles o esgotamento do casamento como fonte de satisfação das necessidades sexuais.

Segundo Freud (1908 [2015]), a moral sexual cultural ao agir limitando as relações sexuais ao campo do matrimônio, assim como reduzindo o sexo entre cônjuges à finalidade reprodutiva colocaria ao casal heterossexual fortes exigências morais a ponto de causarem o

sofrimento e o adoecimento dos indivíduos envolvidos, além, evidentemente, da frustração com a esperada vida de casal. Nessa direção, o autor complementa:

[...] todos os meios até agora utilizados para prevenir a concepção reduzem o prazer sexual, ferem a sensibilidade das duas partes ou agem de forma diretamente patogênica. O medo das consequências do ato sexual faz desaparecer, primeiramente, a afeição física entre os cônjuges, e depois, em geral, também o apego psíquico, que deveria suceder à tempestuosa paixão inicial. Com a decepção psíquica e a privação física, que vêm a ser o destino da maioria dos casamentos, os dois cônjuges são lançados de volta ao estado anterior ao matrimônio, empobrecidos com a perda de uma ilusão e precisando novamente recorrer à própria firmeza para dominar e desviar a pulsão sexual (FREUD, 1908 [2015, p. 377]).

Vejamos como de maneira clara e direta o texto freudiano descreve aquilo que seria o destino da maioria dos casais que estivesse sob o regime dessa moral sexual austera: o empobrecimento da relação, a gradativa perda da afetividade e da atração mútua, o desencanto entre os parceiros por não encontrarem um no outro a satisfação sexual a qual aspiravam. Nesse sentido, Freud (1908 [2015]) operaria uma espécie de dessacralização da experiência e da rotina do casamento ao mesmo tempo em que assinala um item importante: além de todos os fatores externos e morais que se impõem rigorosamente sobre o casal e o matrimônio, um dos motivos que contribuirá para o fatal desgaste entre os casais estaria na prática de certos hábitos para impedir a concepção durante o ato sexual. Notemos que o próprio fato de os casais recorrerem às práticas contraceptivas acaba por evidenciar o interesse dos indivíduos em tentar estabelecer relações sexuais que não sucedam necessariamente em filhos. O que revela a insatisfação e a conseguinte infração por parte de alguns indivíduos às regras morais sexuais definidas no século XIX.

O problema está no fato de que infringir as regras estabelecidas traria para as pessoas casadas não somente o sentimento de que estariam fazendo algo de errado ou de culposo por manterem relações sexuais não reprodutivas, no sigilo, mas, em especial, porque as levariam a um grave estado psíquico. Uma vez que precisariam adotar, na intimidade, métodos que reduzissem o risco da concepção. No entanto, esses mesmos métodos teriam o ônus de impedir a plena satisfação sexual com o parceiro e, em função disso, promoveriam o adoecimento de ambos. O que nos interessa destacar do discurso freudiano a respeito desse assunto está na parte da argumentação que afirma o valor patogênico atribuído às práticas contraceptivas; dos efeitos nocivos em longo prazo para a saúde psicofísica dos indivíduos casados.

Se retomarmos um texto de Freud que faz parte do conjunto dos primeiros escritos psicanalíticos, intitulado: *Sobre os motivos para separar da neurastenia um complexo de*

sintomas, a “neurose de angústia” (1895 [2023]), encontraremos, considerando a investigação etiológica que o autor faz da neurose de angústia, a explicação na qual associa a prática do coito interrompido nas relações sexuais dos casais com o desenvolvimento do quadro de angústia.

O coitus interruptus é quase sempre nocivo; para a mulher, porém, é assim apenas quando o marido o pratica sem consideração, ou seja, interrompe o coito quando está próximo da ejaculação, sem se preocupar com o curso da excitação na mulher. Se, ao contrário, ele aguarda a satisfação da mulher, então um coito desses tem para ela o significado de um normal; mas então o homem adoece de neurose de angústia (FREUD, 1895 [2023, p. 95-96]).

Atentemos para a situação de que esse texto segue, em conformidade com a perspectiva de raciocínio em que Freud (1895 [2023]) defende a tese da relação etiológica das neuroses com perturbações e influências oriundas da vida sexual. Dito isso, com as investigações acerca da etiologia da neurose de angústia não poderia ser diferente. O autor dedicará uma longa exposição a essa temática em *Sobre os motivos para separar da neurastenia um complexo de sintomas, a “neurose de angústia”* (1895 [2023]), examinando as condições a partir das quais será recorrente a incidência da neurose de angústia sobre os indivíduos e encontrando também em questões vinculadas ao casamento, em específico, a atividade do *coitus interruptus* ou *reservatus*, a procedência da doença.

Freud (1895 [2023]) abordará separadamente os casos de adoecimento em homens e mulheres listando os efeitos que o recurso ao coito interrompido operaria sobre cada um deles. Contudo, de antemão, alerta que para a maior parte dos casos a prática do coito interrompido seria prejudicial. De qualquer maneira, maridos ou esposas sairiam adoecidos se mantivessem uma prática regular durante um período de tempo. Primeiro em relação às mulheres, pois o estado de angústia consecutivo do coito interrompido viria da insatisfação de sua excitação sexual pelo fato de os maridos não considerarem o prazer feminino, parando quase que imediatamente o ato da penetração do pênis na vagina quando rente à ejaculação. Logo, estaria nesse impedimento no curso da excitação das mulheres, no obstáculo repentino à descarga de tensão sexual na ocasião do coito, as precondições que as fariam padecer.

Em relação aos homens, o estado de angústia decorrente do coito interrompido viria da tentativa malograda de aguardar algum tempo pela satisfação das esposas, pois, por um lado sofrem ao terem de reter, segurar, sua própria meta de descarga dos produtos sexuais e, por outro lado, sofrem também se não conseguem controlar a descarga que, apesar de interrompido o ato da penetração, mesmo assim ejaculam precocemente em relação às

parceiras. Logo, estaria nessas nuances entre o tempo de retardamento e o de precocidade da ejaculação, as condições que os fariam adoecer.

Como já foi dito, o coitus interruptus é prejudicial à mulher quando é feito sem atentar para a satisfação dela; mas se torna nocivo para o homem quando este, a fim de alcançar a satisfação da mulher, dirige-se arbitrariamente ao coito, retardando a ejaculação. Desse modo se compreende que, entre os casais que utilizam o coitus interruptus, apenas um dos parceiros adoecer habitualmente. Além disso, é raro que o coitus interruptus dê origem a uma pura neurose de angústia nos homens; na maioria das vezes há uma mistura dela com a neurastenia (FREUD, 1895 [2023, p. 97]).

Reparemos que, segundo Freud (1895 [2023]), haveria um agravante na situação dos homens quanto às consequências do uso do coito interrompido em suas relações sexuais, qual seja, a possibilidade de ser estabelecida a combinação entre tipos de neurose. O exemplo dado pelo texto freudiano, no caso de haver combinação na formação do quadro neurótico, faz referência a uma mistura entre a neurose de angústia com a neurastenia.

Ora, diante dos aspectos reunidos sobre o quesito da reprodução sexual na teoria freudiana e também sobre o tema do casamento e do recurso ao coito interrompido como parte das relações sexuais dos casais, como seria possível problematizá-los ao conjunto estratégico da socialização das condutas de procriação? Se retomarmos o que Foucault (1976 [1988]) destaca como os três eixos distintos por meio dos quais se estabeleceria o processo de formação da estratégia de socialização (1. o econômico, 2. o político e 3. o médico) e os dispuséssemos em perspectiva ao discurso psicanalítico, quais inferências poderíamos extrair dessa operação?

Sabendo-se que o que está em jogo no espectro econômico da socialização seria o fator regulador do fluxo de natalidade de um grupo, que a questão no espectro político seria supervisionar a regularidade com a qual se formam os casais e que o ponto no espectro médico seria a caracterização dos métodos contraceptivos como patogênicos, perguntamos: o discurso psicanalítico se aproximaria de pressupostos econômicos, isto é, do caráter regulador se utilizando de ações e medidas de fiscalização para desempenhar formas de controle da fecundidade? Haveria no discurso freudiano uma aproximação com os pressupostos políticos, isto é, do caráter administrativo, de direcionamento, que poderiam ser aplicados às campanhas de incitação ou restrição da prática do casamento? Encontraríamos na teoria psicanalítica aproximações com os pressupostos médicos, isto é, o caráter preventivo, de tratamento e de cura ao orientar e advertir os casais em relação ao uso indiscriminado do recurso contraceptivo na ocasião do ato sexual?

Em relação ao eixo econômico da socialização, a teoria freudiana parece não se ocupar em criar métodos de distribuição, de proporcionalidade, de coordenação, para fiscalizar o número de relações sexuais reprodutivas permitidas ou não permitidas aos casais. Tampouco aparenta promover campanhas natalistas ou antinatalistas com o propósito de atender a uma demanda de quantitativo populacional de seu tempo. Ao contrário, Freud (1908 [2015]) procurou mostrar como os parâmetros socioeconômicos que estabelecem a quantidade de filhos que um casal deve ou não deve ter contribuem na verdade para que cada casal coloque sobre suas atividades sexuais um autocontrole excessivo tanto para se reproduzirem e atenderem um determinado marco de natalidade quanto para não se reproduzirem além do permitido. Daí o recurso ao coito interrompido pelos casais da época. Devido à escassez de métodos anticoncepcionais mais seguros, eles se viam obrigados, de certa forma, a recorrer a tal prática.

Em relação ao eixo político da socialização, o discurso psicanalítico também adotará um posicionamento indagador quanto à temática do casamento e da responsabilização social posta sobre os cidadãos em relação ao matrimônio e à formação da família. Não poderíamos dizer que na teoria freudiana aparecem direcionamentos de incentivo ao casamento nem a sua supervalorização enquanto uma relação de status ideal entre o homem e a mulher. Longe disso, vimos em alguns dos textos de Freud como o autor assumiu uma atitude crítica diante da austeridade e das obrigações da moral sexual de sua época (acentuando as contribuições da educação e seu papel como fator etiológico) ao desconstruir a ideia do casamento como um relacionamento perfeito e também como único tipo de relação na qual deveriam ser satisfeitas as necessidades sexuais.

Nessa direção, Freud também questionou o rigor do pacto de exclusividade sexual feito entre os casais, a monogamia institucionalizada e, em especial, questionou o porquê de as relações sexuais só poderem ser feitas para fins reprodutivos se, originalmente, a pulsão sexual buscava pela satisfação de prazeres. Talvez, esse seja o ponto alto da teoria freudiana sobre a sexualidade, o reconhecimento da categoria do prazer como algo primordial no desenvolvimento da pulsão sexual nos seres humanos, além do fato de desfazer, a partir de termos técnicos como o *objeto* e a *meta* sexuais, a causalidade entre pulsão sexual e procriação.

Em relação ao eixo médico da socialização, em primeiro lugar, é evidente que Freud, devido a sua formação profissional, parte de bases da Medicina para elaborar aquilo que será propriamente a psicanálise e que é possível sim extrair da teoria freudiana a argumentação acerca do valor patogênico atribuído às práticas contraceptivas, em particular, a nocividade

atribuída ao coito interrompido como condição da neurose de angústia. No entanto, não compreendemos que a psicanálise operaria segundo ações medicinais cuja função estaria em criar sistemas de inspeção, de vigilância, das práticas contraceptivas realizadas pelos casais, embora encontremos na teoria objeções ao uso do coito interrompido. Arriscamo-nos a afirmar que Freud ao criar e utilizar-se dessa técnica aspirava a objetivos terapêuticos de promover a manutenção da saúde bem como à prevenção, o tratamento e a cura das afecções psíquicas; o que, por outro ângulo, o faria aproximar-se ainda mais daquilo que é a especialidade do saber da Medicina. E, por fim, a socialização médica também faz referência à situação de facilidade que teriam os médicos e os profissionais de saúde quanto ao acesso à vida sexual dos seus pacientes. De fato, Freud mencionará sobre a pouca dificuldade de conseguir extrair dos pacientes relatos de conteúdo erótico e, nesse sentido, divergindo dos seus colegas que majoritariamente afirmavam o contrário. Mas o material que Freud colhe quando escuta não serve de investida contra o próprio sujeito que fala, ele não roteiriza o modo de condução das relações sexuais para os casais, antes, faz com que os indivíduos se questionem sobre a razão de seus desejos. Em todo o caso, pareceria que o objetivo de Freud estaria mais conectado ao desmonte de certas ilusões morais ligadas a hipervalorização do casamento como também em trabalhar pela reeducação do nosso trato com o sexual.

Capítulo 3

Sobre a irreduzibilidade da teoria freudiana ao dispositivo foucaultiano

3.1 – Unindo as pontas do dispositivo de sexualidade

Com base no material teórico exposto, desenvolvido e acumulado ao longo dos dois capítulos anteriores, agora, poderia indagar indo direto ao ponto crucial da nossa problemática: o discurso acerca da sexualidade (presente na teoria freudiana) nos conduziria à interpretação de equivalência da psicanálise com aquilo que Foucault nomeou de dispositivo de sexualidade? Ademais, a psicanálise se encontraria entre as condições que possibilitaram a emergência histórica do dispositivo de sexualidade no século XIX, em função do posicionamento teórico tomado por Freud, ao discutir temas que seriam centrais para as operações do dispositivo?

A hipótese que pretendo propor é a de que a teoria freudiana não seja redutível ao conceito de dispositivo nem, tampouco, que ambos possuam o mesmo valor, força ou peso. À vista disso, doravante, proponho-me a reiterar o caráter de irreduzibilidade da teoria quando relacionada a esse conceito e, desse modo, defender que o que marcaria a relação entre um e outro seriam pontos de tensionamentos, ou seja, aspectos que, simultaneamente, promoveriam aproximações e distanciamentos entre a teoria psicanalítica e o dispositivo foucaultiano.

Para cumprir com tal propósito, o primeiro e o segundo capítulos nos servirão como matrizes, pelo fato de ter sido distribuída neles uma série rigorosa de citações, apontamentos, teorizações, observações e argumentos que, encadeados numa determinada sequência lógica, permitiram-nos a materialização desta pesquisa, reunindo aqui os resultados apurados. Somente assim teremos condições de discutir sobre a hipótese da irreduzibilidade da teoria psicanalítica ao dispositivo foucaultiano proposta. Por hora, nosso objetivo com esses dois primeiros capítulos consiste em construir alicerces, assim como quem faz a fundação de uma casa num terreno firme. Quando pensei no roteiro para escrevê-los, imaginei-os como dois blocos de concreto, que para uni-los, a fim de fazer a fundação, precisaríamos de “estribos de aço”, “tábuas”, “pregos”, “barbantes” e “materiais de impermeabilização”. Nesses termos, partindo então desse imaginário tomamos a direção da escrita do terceiro capítulo, ao passo que damos continuidade e colocamos termo na nossa investigação.

Assim, convido-lhes a pensarmos neste capítulo como uma espécie de representação da lista de materiais de construção que mencionei logo acima, pois, uma vez que é chegada a

hora de unirmos nossos “blocos” (capítulos), para enfim ser feita a “fundação da nossa casa” (da nossa tese), não conseguiríamos concluir o projeto de fundação sem o recurso essencial do material listado. Quero dizer e demarcar com isso a reconhecida importância deste capítulo terceiro, o qual, ao articular os dois primeiros, pôde garantir a estruturação e o ordenamento da pesquisa como um todo. Apesar dos desafios para construí-lo, sem essa terceira e última etapa do nosso texto, na qual teremos a oportunidade de fazer coalizão do material teórico recolhido até aqui (da mesma forma como fazem os insumos da lista ao unirem os blocos para fundação), correríamos o risco de ficar indevidamente alicerçados, adquirir rachaduras, fissuras ou até mesmo ruir.

Dito isso, foi no intuito de agrupar um número de provas que demonstrassem a validade da irredutibilidade da teoria freudiana ao dispositivo de sexualidade, que planejei uma pesquisa, de modo que começássemos compondo a concepção foucaultiana de dispositivo de sexualidade, já que, para explicar o atributo de irredutibilidade denotado por nós à psicanálise, precisaríamos definir aquilo ao que ela propriamente não se reduziria. Por esse motivo, escolhi começar pelo exame do conceito de dispositivo na modalidade do dispositivo de sexualidade. Sendo assim, tomando como base a *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1976 [1988]), no decorrer das seções do primeiro capítulo explanei sobre o pensar a sexualidade como um dispositivo, o que Foucault entende exatamente por esse termo e o porquê de vinculá-lo às formas do saber e às relações de poder.

Em primeiro lugar, para que compreendêssemos bem o que definira o dispositivo de sexualidade, tive que demarcar a natureza das investigações presentes na história da sexualidade narrada por Foucault, detectando sob qual perspectiva o autor aborda a temática do sexo. De início, ficou entendido que, em *A vontade de saber* (1976 [1988]), a análise feita pelo filósofo retrata a série de estudos sobre os discursos acerca do sexo e de como o sexo, tomado como objeto científico de um campo do saber denominado de sexualidade, pôde, a partir daí, ser combinado a certas relações de poder, tornando-se objeto de conhecimento e de regulação nas sociedades ocidentais modernas. Em razão disso, pudemos descobrir logo que a noção de sexualidade nos termos do pensamento foucaultiano se distinguiria radicalmente da concepção tradicional. Se, por um lado, na sexologia a sexualidade restringe-se a algo inato, sendo representada nas figuras do homem e da mulher, na relação de exclusividade entre eles manifesta-se por via de padrões instintivos para fins de reprodução. Por outro lado, Foucault defende uma ideia de sexualidade que se configuraria afinada a outros princípios, antes de tudo, pela negativa do modelo do instinto. O autor aborda a questão da sexualidade como um

dispositivo histórico, circunscrevendo-o como algo resultante das relações produtivas entre poder, saber e sexo.

Nesta direção que busca apurarmos a noção de dispositivo de sexualidade, deparei-me com o fato de que seria preciso (além de diferenciar a noção tradicional de sexualidade ligada às ciências sexuais do século XIX), compreender que a proposta de Foucault, quando aborda as relações entre sexualidade e poder, não destaca a questão da censura generalizada que o poder exerceria sobre o sexo, como apontamos o que propõem as teorias sexuais. Ao contrário, o filósofo propõe uma teoria na qual as relações entre poder e sexualidade sejam pensadas como de natureza produtiva. Observamos que, para Foucault, a questão do poder se trata de um termo relacional, isto é, que se dá por meio de relações de poder com natureza de caráter positivo: sendo propositivas, coordenativas e que promovem determinados efeitos, tendo certas finalidades a serem alcançadas no interior de um dado sistema.

Por isso, dando seguimento ao raciocínio, busquei expor as diferenças entre o que Foucault denominou como concepção jurídico-discursiva do poder (a concepção tradicional de poder, da qual Foucault é crítico) e o poder enquanto relações de força e disciplina (nova concepção de poder, da qual Foucault é defensor), ou seja, distinções entre o poder repressor e as relações de poder produtivas. Dessa forma, a partir da noção de dispositivo, obtivemos, simultaneamente, novas formas de conceituar o poder e a sexualidade: o poder como esfera produtora e a sexualidade como efeito de estratégias de poder-saber.

Na sequência, foi importante que nos detivéssemos no exame da teoria do poder de interesse para a argumentação: o poder entendido enquanto relações de força, em seus aspectos disciplinar e regulamentar, ou ainda, a dimensão produtiva das relações de poder. Apenas assim, examinando a ideia foucaultiana de considerar a noção de poder em sua dimensão produtiva e descrevendo-a na sua capacidade reguladora e administrativa dos indivíduos, poderíamos nos aproximar da conceituação do dispositivo de sexualidade. E por que dizemos isso? Porque se o dispositivo é uma rede onde o que está em jogo é o estímulo, a intensidade, a incitação, a formação, o reforço do controle e a resistência, pode-se interpretar daí que as funções de acionar essa rede e promover a mobilidade entre seus componentes no jogo mútuo de interações seriam garantidas devido a esses efeitos produtivos das relações de poder.

Justamente, por conta disso, insisti em tratar da questão do dispositivo de sexualidade mediante uma análise do poder em Foucault. Considerando que ele analisou tipos diferentes de poder — poder jurídico, poder disciplinar e regulamentar, biopoder — quisemos explorar a variedade de definições reveladas em cada tipo de poder para o autor e destacar o ponto de

vista do poder na forma de relações de força e em seus aspectos técnicos. Dessa forma, teríamos condições de associar as habilidades operacionais do dispositivo e o modo de seu funcionamento interno ao espectro de produtividade da qual seria dotado o poder.

Propus, então, essa maneira de interpretação do pensamento de Foucault, na qual acreditei que passar em revista pelos tipos diferentes de poder nos levaria aos conceitos de dispositivo e de dispositivo de sexualidade, vislumbrando que, na noção foucaultiana de poder, poderia estar a chave tanto para a compreensão do que ligaria/conectaria a rede de combinações do dispositivo, fazendo-o funcionar, quanto do que habilitaria/capacitaria o seu sistema de comunicação bem suceder, desempenhando assim a interatividade dos polos que o compõe.

Vimos que Foucault afirma em suas análises a insuficiência do recurso teórico ao poder, como tendo ação ou efeito privilegiado de censura, interdição ou barragem e, se quiséssemos apreender a história do dispositivo, teríamos de superar tal representação, partindo em busca de uma teoria do poder que declarasse o teor de sua produtividade, criatividade e de sua capacidade de realização com aquilo que estivesse relacionado.

Nessa perspectiva, percebemos as relações produtivas de poder atuar como força propulsora na engrenagem do dispositivo, pois, sem elas, não conseguiríamos pensar a sexualidade conforme Foucault: como interações produtivas das relações de poder e saber, isto é, como decorrente da produção discursiva-social composta por relações positivas de poder com o saber sobre o sexo. Ou ainda, a sexualidade como algo produzido historicamente com base em estratégias que inter-relacionam as categorias do saber e do poder.

O poder entendido somente como agente punidor, cuja ação é restritamente inibidora, não poderia estar nas bases daquilo que se caracteriza por dispositivo, posto que o dispositivo foucaultiano pressupõe uma ação de feitura, de criação. O dispositivo de sexualidade é um conceito-instrumento que fomenta a reflexão de como a sexualidade humana se definiria como de natureza forjada, ocasionada, construída socialmente a partir de determinados conjuntos estratégicos de poder-saber. Observamos que quando Foucault concebe o dispositivo de sexualidade ele o define, procurando estabelecer um significado diverso dos discursos que tratam da conduta sexual, entendendo-a como um comportamento interdito e, de antemão, estabelecido na vida dos indivíduos.

Para evidenciar o ponto da sexualidade como um dispositivo, Foucault precisou lançar mão de uma noção de poder que se inserisse e que englobasse toda essa tática de fabricação, e não mais uma noção de poder, amparada historicamente no Direito Penal e tendo por efeito geral a submissão. Lembremo-nos de que para o filósofo pensar o poder como positivo, ser-

lhe-ia muito útil como ferramenta teórica para o avanço de suas investigações e, na verdade, cumpriria uma função estratégica na estruturação do seu próprio pensamento, o de chegar à formulação de que quando se perfaz a história da sexualidade nas sociedades ocidentais o que se encontra não é um estado de repressão radical ao sexo, mas sim, um fenômeno de superprodução discursiva sobre o sexo e um interesse generalizado sobre a vida sexual.

Ao dar-se sequência ao argumento, além de identificarmos no dispositivo que as relações positivas de poder seriam o meio a partir do qual se dariam as medidas de conectividade e de interatividade da rede que ele instaura, reconhecemos também nas técnicas disciplinares e nas operações reguladoras as formas de expressão para que se direciona essa positividade. Daí o fato de termos nos perguntado, nesse momento do texto, como se configuram os poderes de tipo disciplinar e regulamentar, ou seja, como funcionariam as atividades de disciplina e de regulação na qualidade de poderes produtores no interior do dispositivo. A consequência disso foi que, posteriormente, deparamos com a noção de biopoder na teorização de Foucault. Contudo, antes de chegarmos ao problema do biopoder relacionado ao dispositivo, tracei uma exposição daquilo que Foucault afirma ser a disciplina e a regulação.

Quanto à disciplina, seu princípio de produtividade agiria em consequência do controle e da obediência individual. Acompanhamos que as técnicas disciplinares se caracterizam, conforme Foucault, como relações de poder que recaem sobre o corpo do outro e para o controle do outro. Entretanto, vimos também que haveria, segundo o autor, em paralelo com a ideia das disciplinas enquanto ações de controle sobre o outro, a concepção a partir da qual as atividades disciplinares são compreendidas como ações voltadas ao autocontrole.

Invariavelmente, o ponto é que, para ele, as disciplinas passaram a funcionar como operações modernas de dominação sobre os corpos. De forma que, se fizemos uma breve comparação entre as concepções de poder, apresentadas como opostas, notaremos que no poder jurídico o corpo daquele que comete um crime, por exemplo, seria aniquilado pelos processos de tortura. No poder disciplinar o corpo de um dado infrator passaria a ser reformado.

Por isso mesmo, reiteramos a qualidade das disciplinas como que propulsoras (com as ações regulamentares) de atividades e manobras essenciais do dispositivo, pois sendo elas um dos polos de expressão do poder produtor, orientariam suas operações no sentido de criar formas de como se pudessem antever as habilidades dos indivíduos e exaurir seu potencial. O que está em jogo nas disciplinas é o que Foucault chama de “docilidade-utilidade”, em que, numa dada relação, se estabelece um vínculo de dominação segundo certo grau de eficácia e

aceitabilidade que esse tipo de vínculo deve engendrar. Com destaque para o fato de que esse vínculo de dominação pode ser tanto estabelecido de um indivíduo para outro quanto como na forma de uma docilização autoproduzida. Nesse sentido, quando relacionadas ao dispositivo de sexualidade, as técnicas disciplinares se responsabilizariam por garantir, a partir do corpo, a produção individualizada do modo como cada pessoa deveria se conduzir, com o seu próprio corpo, com o corpo dos outros e o uso que faz desse corpo na vida sexual.

Seja com o outro ou consigo mesmo, o que se apresenta nessas relações disciplinares é a busca pela sustentação do controle da ordem, da obediência aos critérios estabelecidos e da aceitação, por parte de quem obedece, do que seria tido como correto. No contexto da sexualidade, os parâmetros mantidos como padrão tem a ver com o que já dissemos anteriormente: o binarismo, a monogamia e a reprodução. As técnicas disciplinares trabalhariam, portanto, no investimento pelo aperfeiçoamento do corpo individual, na alteração das condutas e na mudança da constituição dos corpos. Tudo isso com o intuito de fazer com que cada indivíduo de determinado coletivo permanecesse em conformidade com o que fosse prescrito sexualmente.

De todo modo, se enumerássemos os apontamentos que conseguimos reunir acerca das disciplinas e das técnicas disciplinares, segundo Foucault, diríamos que são constituídas enquanto vínculos de dominação: pelo poder de vigília e monitoramento da maneira como alguém atua, se localiza e utiliza o tempo no decurso de suas atividades, pela força de desenvolvimento no próprio indivíduo da capacidade de autovigilância, pela homogeneização dos comportamentos e pela medição de capacidades por intermédio da comparação. Restando-nos perguntar: o que encontraríamos em comum no centro de interesse dessas técnicas disciplinares? O exame detalhado do corpo, de se voltar à reforma de cada corpo individualmente, para que se alcance por meio dele certo grau exigido de competência.

Se reposicionarmos as ações disciplinares, trazendo-as para a conjuntura do dispositivo de sexualidade, poderemos pará-los da seguinte maneira: os vínculos de dominação, a vigília, a autovigilância, o monitoramento, a homogeneização, a capacitação, a comparação, o rendimento e a submissão consentida (enquanto propriedades relativas ao poder disciplinar) serviriam ao dispositivo de sexualidade, como agentes propulsores, exatamente porque, combinados entre si, produziriam no tocante a cada pessoa, individualmente, o estabelecimento de um sistema eficaz de controle e obediência sobre a dimensão sexual de suas vidas, tão necessário para a funcionalidade de parte do dispositivo.

Em síntese, o poder produtivo, manifesto nas relações de força e disciplina, e interposto por técnicas disciplinares, subsidiaria as operações do dispositivo de sexualidade fazendo-nos,

por exemplo, sujeitos: dóceis, ao estimular o temperamento manso e de submissão (aquele que aprende e acata com facilidade, sem resistência, aos preceitos de uma ética sexual); temerosos e angustiados, ao estimular o imaginário do medo como forma psicológica de punição (caso se pense ou se cogite o descumprimento da conduta sexual fixada na monogamia/reprodução); inferiorizados, ao incitar as práticas comparativas entre as pessoas (quando se faz medir o rendimento, a capacidade, na disputa entre homens e mulheres); normalizados, ao reforçar o controle dos comportamentos sexuais, vistos como patológicos, anormais ou desviantes (no instituir de fronteiras entre o normal e o anormal ou entre a heteronormatividade e a homossexualidade) e, por fim, fazendo-nos resignados e adestrados ao formatar e corrigir os corpos em conformidade com as bases biológicas do binarismo de gênero (ao manter as classificações de masculino e feminino como únicos indicadores da identidade pessoal e social de alguém).

Quanto à regulação, seu princípio de produtividade agiria em consequência da supervisão e da gestão coletiva. Acompanhamos que a regulação, como atividade que se distingue da disciplina por ter como alvo o corpo social, funcionaria como operação voltada a produzir uma série de processos relacionados à vida em comum e de estratégias desenvolvidas para a administração das massas, da população. O poder regulamentar lidará, portanto, com questões do tipo: média de natalidade, índice de mortalidade, estatísticas de produção e consumo de seus membros. Por isso mesmo, reiteramos a qualidade das regulamentações como que propulsoras (com as técnicas disciplinares) de atividades e manobras essenciais do dispositivo, pois, sendo elas o outro polo de expressão do poder produtor, orientariam suas operações no sentido de criar formas de como se pudessem programar mecanismos de ordenação cuja capacidade regulamentar-administrativa agisse sobre a constituição da população, entendida como espécie e fenômeno político-social.

O que está em jogo nas operações de regulação é o que Foucault chama de “homem-espécie”, o que se pondera é a questão da vida em coletividade como parte do poder. Daí o uso recorrente, por Foucault, do termo biopolítica, ao fazer referência às práticas regulamentares. Pelo fato de um grande número de pessoas, vivendo em grupo, na qualidade de população, estar no centro de preocupações político-regulamentares enquanto espécie ou seres divididos em grupos que partilham de certas características. Isto é, a população ao mesmo tempo em que é encarada como um problema político também seria vista como um problema biológico. Com as operações de regulação ou biopolíticas objetiva-se, especialmente, regulamentar a massa de indivíduos, por meio de práticas e conhecimentos relacionados à manutenção vital dessa mesma massa.

Fazendo-se uma rápida equiparação temos que, na disciplina, o poder tramitará por meio do corpo do indivíduo, que deve funcionar bem, mantendo-se com constante utilidade. Na regulação, o poder acontece por meio da população, considerada como base na lida com processos de tipo biológico e político. Nesse sentido, quando as operações regulamentares estão relacionadas ao dispositivo de sexualidade são responsáveis por garantir, a partir do corpo social, a produção coletivizada do modo como um dado grupo deveria guiar-se, a fim de que se pudesse determinar o modo de sua organização, detectar certas tendências e mapear os comportamentos de seus membros. Isto é, governar a vida ao regular a população.

O que se apresenta nessas relações de regulação são estratégias que buscam lidar com o controle relativo à ordem administrativa da gestão populacional, de como conduzi-la segundo necessidades tidas como prementes e, também, de como o poder regulamentar trabalharia no investimento da otimização do corpo coletivo, à base do recolhimento de informações na forma de dados que serviriam para obter a identificação de cada cidadão. Para assim conseguir, num contexto de convivência coletiva, de desenvolvimento de mecanismos de previsão, de estimativa e de medição, reconhecer e fiscalizar as pessoas, garantindo-lhes à sobrevivência.

De todo modo, se enumerados os apontamentos que conseguimos reunir acerca das regulações e das operações biopolíticas, segundo Foucault, diríamos que são constituídas enquanto vínculos de dominação, tais quais as técnicas disciplinares: pelo poder de vigília administrativa das massas populacionais, a partir do controle das taxas demográficas; pela homogeneização das condutas entre os casais ao buscarem imprimir a regularidade dos casamentos e o modelo para a procriação, e pela medição da periodicidade/frequência das relações sexuais, do nascimento dos filhos, do número de nascidos vivos. Restando-nos perguntar: o que encontraríamos em comum no centro de interesse dessas operações biopolíticas regulamentares? A questão da população, da organização do corpo social como um todo, da manutenção da vida coletiva, para que se atenda a uma demanda social em que se busca administrar seus cidadãos em conjunto.

Se reposicionarmos as ações regulamentares trazendo-as para a conjuntura do dispositivo de sexualidade, assim como efetuamos com as técnicas disciplinares, poderemos paré-los da seguinte maneira: a inspeção, as medidas fiscais e governamentais, e as estratégias de coordenação e distribuição das massas (enquanto propriedades relativas ao poder regulamentar) serviriam ao dispositivo de sexualidade, como agentes propulsores, em parceria com as disciplinas, exatamente porque combinados entre si produziriam, no tocante a

um dado grupo de indivíduos, o estabelecimento de um sistema eficaz de governança e direcionamento sobre as questões relacionadas à vida sexual.

Em síntese, o poder regulamentar manifesto nas relações produtivas da biopolítica, interposto por técnicas regulamentares, subsidiariam as operações do dispositivo de sexualidade, fazendo-nos, por exemplo, sujeitos casados, ao estimular os laços conjugais responsabilizando-nos pela formação da família (ao desempenhar estratégias administrativas relacionadas à responsabilização social imposta sobre os cidadãos com relação ao casamento); monogâmicos, ao reforçar as relações amorosas com um único parceiro (moralizando condutas distintas como os relacionamentos abertos e a poligamia); reprodutores sexuais em série, por incitar somente as condutas procriadoras como corretas, em detrimento da relação pelo prazer (ao promover campanhas pró-natalistas dirigidas ao público adulto e em idade fértil, com vistas à regulamentação sociodemográfica) e, por fim, fazendo-nos medicalizados, ao monitorar e patologizar o uso de práticas contraceptivas pelos casais (orientando e advertindo em relação ao uso indiscriminado do recurso contraceptivo na ocasião do ato sexual).

Contudo, nossos esforços para compreender os tipos de poder disciplinar e regulamentar, segundo Foucault, nos levou, inevitavelmente, a outra noção de poder ainda mais complexa e particularmente interessante, definida por ele como biopoder. Se quiséssemos investigar a proximidade entre as noções de dispositivo de sexualidade e biopoder e também como as operações de biopoder contribuem para a produção da sexualidade como dispositivo, deveríamos compreender o que o definiria. Portanto, entendemos que o biopoder (enquanto uma categoria do poder) referia-se à disciplina e à regulação como os dois polos em que as relações de poder em torno da vida se interligariam, ambos os polos fazendo parte dessa mesma categoria.

Foucault realçará o biopoder como a expressão máxima da capacidade de produtividade, na qual as relações de poder são constituídas precisamente por reunir operações que disciplinam o corpo e que regulam a população. Pudemos ver como, para o autor, o biopoder seria um composto de poderes: poder disciplinar e poder regulamentar que incidem diretamente sobre o corpo, seja individual ou social. Quando Foucault propõe pensarmos o biopoder o que está em questão é a sua defesa da perspectiva produtivista das relações de poder, as quais são exercidas como poder sobre a vida, mas, em especial, é também sua indicação para a entrada da Biologia no panorama do qual se fala. De maneira que a concepção de biopoder, expressa na forma da disciplina dos corpos (anatomopolítica) ou na

forma da regulação da população (biopolítica), retrataria esse investimento sobre a vida em decorrência da trama de relações políticas e biológicas.

Com tais características, tanto as técnicas disciplinares quanto os controles reguladores funcionam como instrumentos voltados à manutenção da vida individual e social, cuja orientação estaria nos princípios básicos do biopoder: modos de promover e manter a vida não a ameaçando. Deve-se, portanto, gerenciar a vida para que se possa mantê-la durante o maior tempo e sob o menor custo. Lembremo-nos da importância que tem o conceito de biopoder para as análises de Foucault, na medida em que ele faz alusão a uma época, um ciclo, um período denominado a “era do biopoder”, pois o que podemos acompanhar é uma mudança histórica do modo como se concebe a vida dos indivíduos e de como se manejam as massas.

O que nos levou a essa altura do texto questionar: como a produção da sexualidade na forma do dispositivo se relacionaria propriamente com as operações de biopoder, considerando os aspectos do poder disciplinar e as especificidades do poder regulamentar? O biopoder estabelece em relação ao dispositivo a função do poder de gestão sobre a vida e a sexualidade aparece na análise foucaultiana como um instrumento facilitador para que ocorra essa gestão. De acordo com Foucault, a importância assumida pela sexualidade para o funcionamento otimizado das ações do biopoder deve-se ao grau de maleabilidade do sexo, o que o torna central para as relações produtivas de poder. O sexo funcionou como instrumento facilitador, por meio do qual as estratégias políticas tornaram-se aplicáveis, em proveito do controle individual e coletivo.

Mostramos como no argumento foucaultiano o sexo insere-se, simultaneamente, nos dois registros: estaria relacionado às técnicas disciplinares, pelo adestramento do corpo e dos comportamentos ao exercer vigilância em torno da conduta sexual individual, investigando, por meio de exames médicos e psicológicos, suas práticas e desejos particulares; e estaria ligado às regulações na população pelo controle da reprodução sexual e das doenças sexualmente transmissíveis ao pautar campanhas de moralização do sexo e de incitação ou freios à procriação. O sexo faz parte tanto do uso que o indivíduo faz do seu corpo, isto é, daquilo que lhe pertence e que lhe constitui; como faz parte também do corpo social, quando pensamos nos índices demográficos e no estado de saúde de uma dada população.

Evidenciamos que ao defender o caráter essencial do sexo para o biopoder na questão sobre a gestão da vida, Foucault propõe uma primeira análise em que seja possível distinguir quatro conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos de saber e poder a respeito do sexo: a *pedagogização do sexo da criança*, a *histerização do corpo da mulher*, a *psiquiatrização do prazer perverso* e a *socialização das condutas de procriação*. Daí

assimilarmos que, se há um domínio do saber acerca da sexualidade, esse arranjo se formaria a partir da tecnologia política do sexo, desenvolvida em torno das figuras centrais da criança, da mulher, do perverso e do casal reprodutor.

Portanto, ressaltaria que o percurso escolhido de procurarmos apontar para os argumentos e ponderações, os marcadores e as amostras coletadas até aqui, assegurou-nos as premissas necessárias para que pudéssemos chegar a uma apresentação precisa das noções de dispositivo e de dispositivo de sexualidade, no pensamento de Foucault sobre as relações de poder-saber e o sexo, assim como elencada abaixo:

1. O dispositivo se caracteriza por ser um tipo de conjunto de natureza heterogênea, ou seja, um modelo de agrupamento que reúne componentes distintos entre si e que os dispõe de maneira não uniforme. Essa variedade de elementos que se apresenta reunida na forma do dispositivo abrange desde categorias discursivas até instituições sociais, discursos científicos e filosóficos, leis e medidas administrativas, empreendimentos arquitetônicos e práticas sociais.

2. As relações estabelecidas entre os elementos que compõem o dispositivo, além de não serem uniformes, porque se tratam de elementos diferentes entre si, se caracterizam como um tipo de jogo. E, nesse sentido, envolve movimento, táticas, mudanças e correlações; portanto, a natureza das interações entre os elementos que constituem o dispositivo se apresenta na forma relacional de tipo descontínua, irregular, desigual.

3. O dispositivo se formaria a partir de uma necessidade circunstancial para atender às demandas de uma época; sua função é sumamente estratégica, pois visaria aplicar com eficácia os recursos que dispõe e exploraria as condições favoráveis com vistas a alcançar determinados objetivos.

4. O dispositivo também é uma “gênese” e Foucault distingue esse aspecto em dois momentos distintos: o primeiro em que se define o alvo, ao qual será aplicada a estratégia, e o segundo que se refere à formação do próprio dispositivo. Esse segundo momento, por sua vez, consideraria dois elementos; um, os efeitos de rearticulação entre os elementos do conjunto; dois, a constância na renovação de objetivos e urgências. Em síntese, o que está em questão na gênese e suas subdivisões são as condições possíveis a partir das quais o dispositivo se forma e as linhas estratégicas sobre as quais atua em seus objetivos.

Com base nesses quatro aspectos Foucault buscou caracterizar uma concepção geral a partir da qual se pôde compreender a ideia de dispositivo: configura um conjunto heterogêneo, estratégico, atravessado por uma rede de interações que tem no modelo do jogo sua natureza; que se forma a partir de uma demanda social com vistas a alcançar certos

objetivos urgentes, os quais passam pela questão do controle e da dominação. O dispositivo abarca, em sua variedade de elementos, o dito e o não dito, ou seja, os discursos e as práticas. Está estruturado com base nas relações de poder-saber, de relações produtivas entre formas de conhecimento e práticas sociais. O caráter positivo das relações de poder é fundamental para compreendê-lo, uma vez que suas ações produzem, geram, criam.

Nesse sentido, como poderíamos pensar o dispositivo na modalidade singular do dispositivo de sexualidade?⁴⁸ Ora, dado que o dispositivo se caracteriza por ser um conceito referente a um conjunto de natureza relacional, de função estratégica e formado segundo condições específicas para atender a determinados fins dentro de um contexto sociocultural, dessa mesma cepa depreende-se o conceito de dispositivo de sexualidade como sendo um termo que opera à semelhança de sua matriz, porém, destinado, exclusivamente, às questões relativas ao campo do sexual. Isto significa que o dispositivo de sexualidade foucaultiano se definirá como um procedimento que tem no sexo uma prerrogativa. Então, estaria no universo das práticas de natureza sexual, somente nelas e por meio delas, a concretude sobre as quais se consolidam as ações desse conjunto aparelhado como um dispositivo.

De maneira que se o dispositivo demarca um agrupamento diverso, que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, por sua parte, o dispositivo de sexualidade também demarcaria esse mesmo agrupamento e sua heterogeneidade, só que com destaque para o fato desses componentes estarem consorciados à temática do sexo: a formulação de discursos sobre a sexualidade no modo de enunciados científicos, o estabelecimento de instituições e organizações arquitetônicas que se estruturam com suporte na questão sexual e na divisão entre os sexos, a tomada de decisões regulamentares e medidas administrativas que promovam intervenções que atinjam a conservação do corpo social fundamentada no argumento da procriação, a criação de leis, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, com o propósito de pautar campanhas e instituir diretrizes de moralização do sexo etc.

Além disso, se a relação que pode existir entre os elementos que compõem o dispositivo tem a natureza do jogo, das correlações de força, das mudanças de posição e modificações de funções, com o dispositivo de sexualidade ocorre de modo igual: haveria um tipo de jogo que

⁴⁸ Embora esta pesquisa não discuta outros tipos de dispositivos, além do dispositivo de sexualidade, sobre a ideia de que a filosofia de Foucault pode ser pensada como uma “análise concreta de dispositivos” ou ainda, uma “filosofia dos dispositivos”, devido ao fato do autor tratar de dispositivos diversos, no plural, tais como: dispositivo prisão, dispositivo hospitalar, dispositivo da cidade, dispositivo de aliança, dispositivo de sexualidade etc., ver o texto *O que é um dispositivo?* de Gilles Deleuze no livro *Michel Foucault, filósofo* (1990).

envolve movimento, táticas, em que a importância econômica assumida pelo sexo, devido ao seu alto grau de adaptabilidade dentro do jogo biopolítico de adestramento do corpo e de controle da reprodução populacional, faria, por exemplo, da criança, da mulher, do perverso e do casal heterossexual figuras centrais em meio a estratégias de poder-saber, tais como, a pedagogização, a histerização, a psiquiatrização e a socialização. No dispositivo de sexualidade são os corpos das crianças masturbadoras, das mulheres histéricas, dos adultos perversos e dos casais reprodutores que estão sujeitos na dinâmica do jogo às manobras interventivas, modificações de funcionalidades e mudanças de posicionamento. A regra do jogo desse dispositivo está em fazer desses corpos alvos de disputas políticas marcadas pelos saberes médicos, pedagógicos, econômicos, demográficos e jurídicos.

De outro ponto, se o dispositivo é um tipo de formação que tem por encargo principal atender a uma urgência que se apresente em determinado período histórico; o dispositivo de sexualidade segue similarmente a mesma esteira: sua formação acontece em função de uma necessidade circunstancial para atender às demandas de Estado, no século XIX, de superintendência dos coletivos humanos mediada pelo controle das atividades sexuais dos indivíduos e das populações. Nessa perspectiva, o dispositivo de sexualidade tem por desígnio atender às solicitações do biopoder de governar a vida. Sendo o sexo, por sua vez, o instrumento que melhor efetua essas operações. Pelo sexo e pela sexualidade se pode ter mais eficácia nas atividades de gestão e controle, próprias dos mecanismos de biopoder.

Por último, se o dispositivo é uma gênese, no sentido de pensarmos nos termos de sua concepção, de ser forjado ou de engendrar-se em conformidade com certas condições possíveis, sendo criado como que para solucionar a um chamado social frente a certo diagnóstico e procurando atuar em prol de suas metas seguindo linhas fixadas estrategicamente; de forma parecida, o dispositivo de sexualidade compartilhará esse mesmo aspecto: ao constituir-se por sobre o controle do sexo, a docilização dos corpos e a regulamentação das populações (estabelecidos enquanto demandas sociais e urgências políticas do século XIX) para que, por meio deles, faça-se então emergir naquele momento a configuração do dispositivo de sexualidade, tal qual um produto para lidar com essa circunstância específica. O dispositivo de sexualidade (assim como o dispositivo-matriz) também procura promover rearticulações entre os diversos elementos que o compõem, com o intuito de viabilizar sua autoformação, buscando realizar renovações constantes de seus objetos e objetivos, os quais passam, reiteradamente, pela questão do controle e da dominação.

Dito isso e em face do que obtivemos da exposição acerca do dispositivo de sexualidade, arriscaria, agora, apoiado numa espécie de analogia, a me mover em relação ao âmbito desse conceito, deslocando-me no eixo dentro do qual pretendo entendê-lo desde sua feitura, estruturação e funcionamento, na busca por ser fidedigno àquilo que foi assinalado por Foucault. À vista disso, quando imagino o dispositivo de sexualidade penso-o feito uma rede de pesca, tal como uma tarrafa, um arrastão ou uma rede de emalhe.⁴⁹ E por qual motivação formo essa imagem mental? De largada, porque Foucault, ao elaborar uma primeira caracterização da noção de dispositivo de sexualidade descreverá, quando menciona os elementos que em conjunto constituem o dispositivo: “(...) o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.” (FOUCAULT, 1979 [1988, p. 244]). Está frase curta e aparentemente simples, foi lida por nós, como uma pista valiosa, em meio ao nevoeiro de procurar apresentar na nossa pesquisa a complexidade do conceito proposto pelo autor, embora saibamos que ele mesmo nunca tenha elaborado propriamente a definição, mas sim, uma aproximação.

A indicação dada por Foucault de que o dispositivo é a rede que pode ser estabelecida entre elementos de um determinado conjunto nos fez refletir sobre qual tipo de “rede” estaria em questão para o filósofo. A primeira imagem que me veio à mente foi a da palavra “rede” relacionada ao campo da Informática, numa franca alusão ao *modus operandi* de um sistema de rede, que, por ser constituído por malhas, interliga milhares de sistemas computacionais (computadores ou dispositivos de computação) para a transmissão e troca de dados e compartilhamento de recursos.

Devo assumir que, enquanto escrevia esta seção do nosso texto, fiquei fortemente tentado a fazer uma analogia do dispositivo de sexualidade como um sistema operacional de rede. Ainda mais porque na língua portuguesa a palavra “dispositivo”, também possui, assim como o vocábulo “rede”, um registro semântico no campo da informática, identificando a um conjunto dos mecanismos e componentes que, estando conectados a um computador, são capazes de transferir, armazenar e processar dados, informações etc.⁵⁰ Contudo, apesar de sedutor, o recurso da informática ficará para uma outra oportunidade ou para outros

⁴⁹ Crucial esclarecer que, como analogia, a presente tem a sua limitação ao ter como objetivo tentar evidenciar certos aspectos do dispositivo, mais do que estabelecer uma equivalência em sentido forte.

⁵⁰ Tanto nos dicionários franceses de uso comum bem como nos de língua portuguesa, a definição do termo “*Dispositif*” (Dispositivo), afora seu sentido tecnológico no campo da Informática, se distinguirá também pelo seu significado nos campos do Direito (parte de uma lei; prescrição; regra; parte da sentença que decide e dispõe) e das Ciências Militares (o conjunto dos meios dispostos em conformidade com um plano, com uma situação tática; localização das organizações militares no território nacional).

pesquisadores. Deixo aqui registrado, timidamente, o meu interesse pelo que possa vir a ser outra contribuição passível de ser desenvolvida em torno da ideia foucaultiana de dispositivo.

A possibilidade de paridade que de fato me atraiu, fazendo-se imagem presente na minha cabeça e trazendo grande entusiasmo a ponto de arriscarmo-nos numa analogia, diz respeito ao termo “rede”, ligado ao campo das redes de pesca, ao universo das artes de pescaria nas águas do mar e dos rios. As redes de pesca, utilizadas tradicionalmente como apetrechos de pescaria, são aparelhos de captura, adotadas tanto na pesca artesanal quanto na industrial para o apanhe de peixes e outros pescados, como crustáceos e moluscos marinhos. O exercício de imaginarmos o dispositivo de sexualidade, feito uma rede de pesca, terá como fundamento a pesca de tipo artesanal marinha, na qual os principais petrechos são a tarrafa, o arrastão e a rede de emalhe. Desde a sua confecção, as redes de pesca são normalmente feitas de malha formada por atar fio fino. A malha é um tecido com fios tramados na horizontal, que resulta do entrelaçamento de fios ou laços e caracteriza-se por ser elástico e bem maleável. Suas propriedades são distintas dos outros tecidos, por ser flexível e poder ser mais facilmente construído em pedaços menores, auxiliando nos detalhes da feitura e na finalização da costura das redes.

A flexibilidade da qual é favorecida a malha da rede de pescar, advém da sua matéria-prima, até se encorpar na forma própria de um fio. É na fibra que começa o processo de confecção de um tecido, a fibra se transforma em fio e o fio, por sua vez, é misturado com outros fios, e, juntos, dão origem ao tecido, no caso, o tecido de malha das redes. Ao lado disso, tomamos nota também de que para o seguimento da manobra de finalização da sutura de uma rede serão acrescentados alguns pesos de chumbo, que são presos nas suas bordas, dando caimento e densidade à rede, na ocasião de ser arremessada nas águas, e uma corda anexada no seu centro, cuja finalidade é puxá-la. Sendo assim, para que, em sua materialidade, a rede de pesca seja finalmente produzida, comercializada, são utilizados diversos elementos para sua composição: os fios de náilon, que formam a malha; a agulha de tecelagem de rede; o malheiro, que determina o tamanho dos buracos-armadilhas; os pequenos pesos distribuídos em torno de toda a circunferência da malha, dando-lhe profundidade; a corda central, para o lançamento e arremate e, por último, mas não menos importante, o trabalho de tear do tecelão.

Quanto ao quesito da sua funcionalidade, se as redes de pesca servem como aparelhos para a captura de animais subaquáticos, elas devem realizar esse apanhe da maneira mais econômica, precisa e eficaz, a fim de que num só arremesso deva emalhar e arrastar o maior número de pescado possível, mantendo o cardume atado nas malhas da rede. O pescador,

quando vai em direção ao mar para jogar a tarrafa, por exemplo, precisa ter consigo todo um domínio técnico do que está fazendo e do modo como está praticando sua pescaria.

Nesse cenário, a tarrafa deve ser arremessada pelo pescador de tal forma que esta se abra por completo no ar, que se abra o máximo possível antes de cair na água, para assim obter algum êxito. Além do mais, o pescador sabe que em sua rotina de trabalho (apesar de ser necessária técnica, estratégia, agilidade e força) se deparará constantemente com o fato de que lançar (com o seu corpo e com a sua rede) ao mar, também é uma ação de aposta, é um risco que ele corre, porque, mesmo estando com sua atenção plena durante todo o curso do jogo, pode acontecer de não cair peixe nenhum na rede ou de não capturar o que deseja ou capturar algo impróprio para consumo.

Seja no universo da pescaria oceânica, costeira ou de praia, que são os tipos de pesca no mar destacados aqui, todas têm nos pescadores a figura do artífice, que com a sua tarrafa, arrastão ou rede de emalhe encontrará no mar a sua arte, o seu trabalho, o seu alimento, em última instância, e a sua sobrevivência. Com isso, é comum situar como tradição entre pescadores o aspecto da religiosidade, por localizarem no mar o seu artigo de fé, confiando que das águas salgadas trará peixe bom. Ainda sobre o quesito da funcionalidade, a rede de pesca, por melhor que consista a sua qualidade, só terá serventia para os pescadores se, e somente se, eles obtiverem condições favoráveis na natureza, tais como: o ciclo da lua e o movimento das marés, a situação climática, o equilíbrio do ecossistema local, a migração dos peixes. Destarte, com todos esses elementos em jogo, a pescaria terá grandes chances de ser garantida.

Feito desse modo, como poderia pensar então uma analogia com o dispositivo de sexualidade, comparado sob esses mesmos aspectos (considerando os aspectos de feitura, de estruturação e de funcionamento das redes de pesca)? Ora, vimos que uma das primeiras informações dadas por Foucault no tocante ao dispositivo foi a da sua configuração ao modo de uma rede, resultante da interatividade de seus componentes variados. Vimos também como o movimento de interação entre os elementos acontece por meio de relações de forças produtivas do poder com o saber, as quais conectam e impulsionam os pontos nos quais se localizam os itens que em conjunto tecerão uma rede. Nessa direção, procuramos mostrar como no dispositivo de sexualidade essas relações produtivas seriam expressas nos tipos de poder disciplinar e regulamentar, isto é, nas formas do biopoder que efetivariam as operações do dispositivo de controlar os indivíduos e de gerir as populações. E, por último, mostramos como coube ao sexo o papel de garantir a melhor mediação possível para o sucesso dessas operações, trazendo à tona o que viria a ser o dispositivo de sexualidade.

Com base nessa perspectiva, gostaria de pontuar, por último, alguns traços comparativos:

1. Entendo que a dimensão produtiva das relações de poder, por atravessar a formação do dispositivo de sexualidade, seria análoga, em certo sentido, à trama dos fios dos quais são tecidas as redes de pesca. Se, por um lado, no dispositivo de sexualidade, sua estruturação dependeria do poder em suas relações de força para assegurar a conectividade e a propulsão entre os elementos que o compõem, por outro lado, na tarrafa, o modo dos entrelaçamentos dos fios afiançaria a sua estrutura dando-lhe simultaneamente força, elasticidade e resistência. Seja no caso do dispositivo de sexualidade ou no caso da tarrafa, são as tramas entre relações de força e o atar das pontas dos fios que os atravessam, a base sobre a qual se produzirão a teia-malha que sustentará a formação e a materialidade de ambos. De maneira que entre o dispositivo e a tarrafa se intercambiariam os aspectos de serem propulsores, conectores, elásticos e resistentes, salvo as devidas proporções.

2. Compreendo a diversidade desses elementos que, em formato de conjunto, constituem o dispositivo (discursos, leis, práticas, instituições, estruturas prediais, medidas administrativas etc.). Podendo ser aproximada da variedade de itens que, reunidos, são ferramentas essenciais para a confecção da tarrafa: os fios de náilon, a agulha, o malheiro, os pesos de chumbo e a corda central. Tanto no dispositivo de sexualidade quanto na rede de pesca, apesar da origem heterogênea daquilo que lhes formam, em ambos os casos, as peças constituintes não serão escolhidas aleatoriamente, pelo contrário, são bem determinadas em suas funções e objetivos. Cada artigo, cada item formativo do conjunto que compõe o dispositivo ou do conjunto que compõe a tarrafa, tem sua razão de ser e de estar ali, nada se situará à toa dentro desses contextos.

3. Identificada as bases estruturais sobre as quais o dispositivo de sexualidade será produzido, isto é, a partir do elenco de certos elementos e da interatividade contínua que lhes são peculiares, penso ser possível retomar mais uma de suas qualidades, para efeito de comparação com a rede de pesca: o dispositivo, uma vez que emerge (embora seja definido como uma espécie de conglomerado) sua estrutura, não deve ser apreendida como rígida, tampouco como algo estanque, pois, para que suas operações disciplinares e reguladoras sejam realizadas em prol de metas do biopoder, o aspecto de maleabilidade faz-se imprescindível. Portanto, feito dessa maneira, o dispositivo de sexualidade acaba por se consolidar em suas atividades, ao ser uma estrutura flexível, elástica, que se estica, alarga-se, encolhe-se, em especial, molda-se conforme aquilo que busca capturar. Quanto à tarrafa, temos aí algo a mais em comum com a feição do dispositivo: quando pronta essa rede de

pesca, ela também tem de ser invariavelmente maleável, leve e ao mesmo tempo resistente para que assim se efetive com vitória o apanhe dos peixes, evitando que escapem.

4. Em relação ao dispositivo de sexualidade, se ficou entendido que a propriedade de flexibilidade lhe será atribuída, devido ao uso das práticas sexuais pelo biopoder de encontrar no sexo um instrumento, para melhor atender às demandas de controle individual e coletivo; em relação à rede de pesca, seu grau de flexão estará na qualidade da fibra do fio que será usada para a confecção da rede de malha da tarrafa. Desse jeito, imaginamos, analogamente, que o sexo e as práticas sexuais estarão para o dispositivo de sexualidade, assim como a fibra estará para a tarrafa. Ambos, o sexo e o náilon constituirão, respectivamente, a matéria-prima, a liga essencial para que haja ações de deslocamento que façam mover o dispositivo (nas direções de disciplinar os indivíduos e de regular as populações) e para que se deem as atividades de manejo próprias à rede de pesca (na direção de capturar os peixes).

5. Outra vertente possível de associarmos é a de que na situação do fazer-se emergir de um dispositivo, o que está em jogo com o seu surgimento são certas condições de possibilidade que o garantirão, isto é, uma série de circunstâncias que precisa coexistir para seu aparecimento e manutenção, a saber, o caráter de efeito diante de uma demanda colocada num determinado período histórico, uma urgência social que precisa ser resolvida prontamente. No caso do dispositivo de sexualidade, sua criação faz frente à necessidade estratégica de governo dos indivíduos de uma população, com técnicas e operações do biopoder. Na consolidação do dispositivo de sexualidade as condições de possibilidade para sua feitura têm relação com a descoberta feita pelos Estados de que as práticas sexuais são extremamente funcionais para a gestão dos grupos humanos. O sexo pôde ter se tornado objeto de interesse político, exatamente por se situar como algo transversal tanto para o indivíduo quanto para a população. No caso da tarrafa, por ser uma técnica de pescaria artesanal, sua fabricação e utilização vem atender às urgências vitais como, a necessidade de se alimentar, trabalhar e sobreviver por parte das comunidades costeiras, ribeirinhas etc. No exemplo das redes de pesca, as condições possíveis para que haja pescaria e de que o pescador possa se lançar com a tarrafa ao mar tem a ver com as condições impostas pela natureza aos pecadores (as fases da lua, o encher e o vazar das marés, o transmigrar dos peixes).

6. Por fim, e a cabo das nossas comparações, sugiro assimilarmos que o dispositivo de sexualidade, a partir do elemento sexual, quando estiver a serviço das operações do biopoder, por intermédio da disciplina do corpo individual e da regulação do corpo social, envolverá tipos de estratégias de poder-saber, que recairão sobre corpos determinados: a criança masturbadora, a mulher histórica, o adulto perverso e o casal reprodutor (cada qual a seu

modo, se considerarmos os fios). Se pensarmos na tarrafa enquanto um jogo estratégico, que implica relações de poder com o saber, ela exercerá, ao operar como um aparelho de captura, domínio e controle sobre aquilo que enreda, ao passo que também será preciso para o seu uso que se detenha um tipo devido de saber, de técnica sobre a arte de pescar.

Por um lado, temos que o dispositivo de sexualidade é a rede que se obtém como fruto da interatividade de estratégias biopolíticas que operam no intuito de capturar corpos e grupos para fins de dirigi-los, orientá-los.⁵¹ Por outro, temos que a tarrafa é um apetrecho de captura, feito para operar no emalhe de cardumes e outros pescados. Interessante observar, que no ato de capturar, tanto no dispositivo de sexualidade quanto na tarrafa, o objetivo é ter o alcance de uma ação totalizante, de arremate do todo.

Ao lançar a tarrafa ao mar, o objetivo do pescador não é pescar um peixe apenas, mas o máximo de peixes possíveis, de forma econômica e eficaz. Além disso, a tarrafa é um tipo de rede de pesca feita para que se peguem determinados tipos de animais subaquáticos (linguado, sardinha, robalo, camarão) e não todas as espécies. Quando na ocasião de captura dos peixes, deve-se apanhar os peixes tidos como bons, saudáveis e adequados para a alimentação ou comercialização.

O objetivo biopolítico dos Estados de gestão dos grupos humanos, com base na dimensão sexual, não se faz controlando somente a conduta sexual de cada pessoa, mas se faz no controle sexual da coletividade, procurando fazê-lo do modo menos custoso e categórico. Além disso, o dispositivo de sexualidade é um tipo de dispositivo aparelhado em cima da captura dos corpos de certas crianças (as que se masturbam), de algumas mulheres (as com histeria), de determinada classe de adultos (os pervertidos sexualmente e os de idade fértil) e não com base em todos os corpos e comportamentos.

Apesar de estarmos todos sob os desígnios do dispositivo de sexualidade, as ações estratégicas de poder-saber destacadas (*pedagogização, histerização, psiquiatrização e socialização*) com as personagens, que por elas são investidas, organizariam o centro a partir do qual se arquiteta o moderno dispositivo de sexualidade. E, quando da ocasião de suas operações, o dispositivo deve atuar feito um filtro que apura a população para que se alcance a suposta melhoria dos corpos acima mencionados, bem como se mantenham o controle dos que já são considerados bons, sadios e normais.

⁵¹ A respeito de interpretar o “dispositivo” como um aparelho estratégico de captura e como uma palavra que seja um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault, ver o ensaio *O que é um dispositivo?* de Giorgio Agamben na edição de número 5 da *Revista Outra Travessia* (2005).

3.2 – Trançando os fios entre os conjuntos estratégicos e a teoria freudiana

Uma vez tendo feita, no primeiro capítulo, uma investigação do que significou pensar a sexualidade como um dispositivo e de ter apresentado o que Foucault entendeu por esse termo e o porquê de vinculá-lo às formas do saber e às relações produtivas de poder, o passo seguinte desta pesquisa consistiu em discutir como (a partir dos conjuntos estratégicos de poder-saber, que integram o dispositivo de sexualidade) poderíamos estabelecer um dado diálogo com a psicanálise, em específico, com o discurso freudiano da sexualidade, ao considerar os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905. Isso porque, como vimos de antemão, ao descrever a sexualidade como um dispositivo histórico, Foucault estabelece uma espécie de equivalência da teoria freudiana com o dispositivo de sexualidade, ao destacar a variabilidade de papéis desempenhados pelo discurso psicanalítico da sexualidade na formação desse dispositivo. Restando-nos, portanto, na segunda parte da pesquisa, ter procurado definir o que seriam esses conjuntos estratégicos de poder-saber e, ao mesmo tempo, problematizá-los em relação aos *Três ensaios...* (1905 [2016]), verificando se compartilhariam de princípios e funções semelhantes.

Obviamente, a escolha por termos executado essa manobra (buscando estipular um dado diálogo entre a psicanálise e os conjuntos estratégicos do dispositivo) está na expectativa de chegar ao ponto crucial desta tese: articular uma discussão que nos faça poder discernir se o discurso acerca da sexualidade, presente na teoria freudiana, conduzir-nos-ia à interpretação de equivalência da psicanálise com aquilo que Foucault nomeou de dispositivo de sexualidade.

Sob tal perspectiva, neste terceiro capítulo, os esforços consistem em (após análise detida dos textos) reiterar o caráter de irreduzibilidade da teoria freudiana relacionada a esse conceito. E, desse modo, insistir na defesa de que o que marcaria a relação entre um e outro seriam pontos de tensionamentos, isto é, aspectos que, simultaneamente, promoveriam aproximações e distanciamentos entre a teoria psicanalítica e o dispositivo foucaultiano.

À vista disso, a escrita de um segundo capítulo objetivou analisar a questão da caracterização do discurso freudiano como um dispositivo de sexualidade, a partir dos conjuntos de poder-saber, definidos por Foucault, como estratégias por meio das quais se constituiu a apropriação e a importância socioculturais atribuídas à sexualidade, mediante interações de poder, saber e sexo. Como já indicado, os conjuntos de poder-saber são: a *pedagogização do sexo da criança*, a *histerização do corpo da mulher*, a *psiquiatrização do prazer perverso* e a *socialização das condutas de procriação*. Ao longo das partes do segundo

capítulo, buscou-se priorizar e submeter a exame os quatro conjuntos, com o intento de estabelecer uma interlocução que envolvesse diretamente as hipóteses presentes na teoria freudiana da sexualidade. Nesse sentido, assimilamos que os temas da infância, da histeria, do prazer perverso e da procriação sobressairiam em meio às formulações do discurso freudiano.

Em virtude disso, relacionou-se o conjunto da pedagogização do sexo da criança com o tema da sexualidade infantil presente no discurso freudiano, devido à proximidade temática a ser problematizada: a sexualidade na infância. Partindo desse pressuposto, optou-se por fazer, em primeiro lugar, considerações acerca da estratégia de pedagogizar. Logo, no tocante à pedagogização do sexo da criança, o que está em questão nesse tipo de estratégia de poder-saber é a crescente especulação em torno do período que abrange a infância e a totalidade de acontecimentos envolvidos nessa fase específica, isto é, a formação de uma série de discursos que têm por objetos o universo infantil, o corpo da criança e a sexualidade de que esse corpo seria dotado. Daí pôde-se depreender o caráter pedagógico dessa estratégia, porque se desenvolve em vista de determinadas técnicas que objetivam educar, instruir, aprimorar a conduta da criança.

Assim sendo, ficou especificado como a pedagogização do sexo da criança baseou-se no direcionamento estratégico da maneira como elas se comportam. Para isso, foram desenvolvidos métodos que validassem os discursos sexuais emergentes sobre a verdade acerca da sexualidade infantil, ao mesmo tempo em que se buscava garantir o aprendizado, por parte da criança, de dados comportamentos ou crenças a serem incorporados. Nesse caminho, segundo Foucault, os discursos que sustentaram as formas modernas pelas quais se exerceu o controle na infância ora defendiam a importância do sexual para efeito de domínio sobre a conduta das crianças ora privilegiavam as ideias que defendessem a negação da sexualidade infantil, no sentido de que ela estaria simplesmente ausente nessa fase.

Cientes disso, pergunta-se: como se poderia pensar (com base em Foucault) as investigações em torno da sexualidade infantil como algo extremamente importante para os procedimentos de controle, que seria, simultaneamente, caracterizado como um perigo quando encontrado no comportamento das crianças? De acordo com o autor, na perspectiva da pedagogização as crianças seriam encaradas como seres passíveis de experimentar atividades sexuais, no entanto, esse mesmo discurso consideraria que as expressões da sexualidade infantil seriam definidas como marcas de anormalidade em que a precocidade indicaria certa corrupção, isto é, um discurso de negação do caráter regular de manifestações sexuais em crianças.

No curso da nossa pesquisa, pudemos notar a maneira como Foucault resolveria esse impasse teórico presente na pedagogização, sobre a simultaneidade entre os discursos de negação da sexualidade infantil e os discursos que a afirmam, ao identificar as crianças como seres sexuais “limiades” nesse conjunto estratégico, as quais já trariam em si certas características ditas sexuais, mas que ainda não estariam reguladas pelo que se espera como função sexual na vida adulta: a união sexual para a reprodução da espécie. Desse ponto de vista, entendemos que a manifestação de características e atividades sexuais em crianças seria considerada como conduta desviante, precisamente porque escaparia à finalidade da reprodução, assim como não se adequaria aos preceitos morais da época.

Fica notório para nós como o conjunto da pedagogização, segundo Foucault, refletiria o modo como se buscou estar atento às ditas ameaças das quais se deveria precaver: o onanismo ou a masturbação, que figurou como exemplo de anormalidade e perigo à saúde sexual. Nessa rota, observou-se no argumento foucaultiano como a infância e a criança onanista foram colocadas no interior de um conjunto de técnicas disciplinares e operações reguladoras, a fim de delinear seu comportamento e obter algum controle sobre tais práticas. Assim, pôde-se testemunhar como se passou, num mesmo discurso, a vincular a masturbação, entendida como um modo precoce e irregular de conduta, e a etiologia de certas doenças.

Ainda, segundo a indicação de Foucault, pudemos ver todo o esforço de luta contra o onanismo, entre os séculos XVIII e XIX, por meio da estruturação de uma série de instrumentos de vigilância e controle; primeiro, para a garantia do ensino de uma conduta moral para a criança, pois, não era correta a atividade de se masturbar; segundo, para uma suposta manutenção da saúde, uma vez que tal atividade desencadearia na criança ou no futuro adulto graves prejuízos à saúde individual, além de produzir consequências danosas que poderiam recair sobre a saúde coletiva. Nesse interim, tivemos a oportunidade de seguir como a criança masturbadora chegou a tornar-se um novo objeto de exame que partia de dentro do seio de sua família para os confins dos consultórios médicos. Possibilitando inferir, portanto, que esse saber sobre a criança, em especial, buscou destrinchar o que mais intimamente dizia respeito a ela, desde o local onde dormia até a esfera do seu próprio corpo.

Em consequência desse interesse geral pela sexualidade na infância, surgiu, para Foucault, uma nova tecnologia do sexo. Realça-se que a novidade que acompanhou essa tecnologia esteve na apropriação do tema do sexo pela Pedagogia, pela Medicina e também pela Economia. Reparou-se que caberia a cada campo cumprir uma função no que diz respeito à sexualidade das crianças: à Pedagogia coube educar, à Medicina indicar o risco da doença do indivíduo e à Economia controlar os gastos e perdas para a população.

Depois, procuramos expressar (considerando o contexto de valorização sociocultural atribuída à infância e às potencialidades do corpo da criança para que se pudesse melhor educá-la) como, segundo Foucault, o Estado moderno e suas instituições encontraram no biopoder o apoio necessário para cumprir o objetivo de administrar a população infantil, de garantir a saúde de seus membros e, por conseguinte, a sobrevivência da espécie. O que acabou deixando clara para nós a trama de como a relação da pedagogização com as operações do biopoder retrataria essa espécie de investigação, de educação, de domínio do saber sobre a infância.

Em resumo, ficou compreendido que, de acordo com Foucault, a formação do conjunto estratégico de pedagogização do dispositivo de sexualidade estaria direcionada, por um lado, à ideia de uma espécie de ambivalência sexual da infância, ao fato de existir manifestações sexuais desde esse período e, em simultâneo, à negação das atividades sexuais infantis, por não estarem sob a orientação da reprodução e, por outro lado, em relação ao discurso que apresenta a precocidade das atividades sexuais infantis como propensas a desencadear doenças.

Posto isso, propôs-se colocar a questão da pedagogização na psicanálise, em virtude de estabelecer uma interlocução que abarcasse diretamente as hipóteses presentes na teoria freudiana com a noção de dispositivo de sexualidade. E também, porque um dos fundamentos teóricos que sustentam o discurso psicanalítico se encontra na hipótese, desenvolvida por Freud, de regularidade da sexualidade na infância. Nesse contexto, perguntou-se: em que consiste o discurso freudiano acerca da sexualidade infantil? E de que modo a presença da sexualidade na infância apareceria no texto freudiano junto ao tema da masturbação?

De acordo com essa orientação, buscou-se investigar em que medida a psicanálise poderia contribuir para a formação do dispositivo de sexualidade, se a considerarmos em função das operações biopolíticas que compõem a estratégia da pedagogização. Para isso, questionou-se se a teoria freudiana da sexualidade infantil exploraria a ideia de uma relação entre as manifestações sexuais infantis e o desenvolvimento de certas afecções.

Em síntese, parte da nossa proposta desenvolvida na primeira seção do capítulo dois, teve a ver com reunir alguns apontamentos na intenção de examinar sob quais aspectos o discurso freudiano se aproximaria ou se distanciaria das técnicas que disciplinam o corpo da criança e das campanhas de regulação que recaem sobre a parte infanto-juvenil de uma população. Para tanto, utilizou-se o texto *Três ensaios...* (1905 [2016]), no qual se pode encontrar, como tema do segundo ensaio, a sexualidade infantil.

O primeiro ponto do texto freudiano trazido para ser articulado em nossa análise foi o de que o autor defende a ideia da existência de manifestações sexuais da infância, isto é, da presença da pulsão sexual desde esse período como expressão comum dentre os comportamentos de uma criança. Em consequência disso, sugere investigar as formas específicas como as atividades sexuais infantis se manifestam e os processos psíquicos envolvidos nelas. Além de ter caracterizado certas condutas da criança como manifestação de tipo sexual, Freud afirmou quão equivocada seria a interpretação tradicional que se fez, em sua época, ao afirmar a ausência da pulsão sexual na infância. Revelando, nesse sentido, o quanto para ele considerar o fato da sexualidade na infância poderia tanto desfazer essa concepção equivocada, quanto evidenciar as origens da pulsão sexual e o curso de seu desenvolvimento nos indivíduos.

Com isso, identificou-se já nas primeiras leituras que fizemos dos *Três ensaios...* (1905 [2016]) que poderíamos considerar o discurso da sexualidade, presente ali, como relacionado a um aspecto importante da pedagogização pela possibilidade de sexualizar os corpos das crianças, ao afirmar a regularidade da sexualidade na infância e atribuir a certas experiências infantis caráter sexual. Explicamos, na ocasião, que sexualizar articula-se a um movimento crescente de poder-saber por parte das instituições sociais, em especial, da comunidade médica e de pedagogos, em torno do corpo da criança (do processo de erotização do corpo da criança), tornando-o objeto de especulação por meio principalmente da sexualidade que lhe seria conferida.

No segundo ensaio, pôde-se observar que Freud, ao apresentar sua teoria da sexualidade infantil, inicialmente parte do pressuposto de que existiria um descaso para com os aspectos da sexualidade na infância. Com isso, além de propor que as expressões na conduta da criança seriam próprias da pulsão sexual, vimos que ele também ampliaria, nesse sentido, as investigações acerca da sexualidade infantil, contribuindo para o aumento das teorias sexuais sobre a infância. Nessa perspectiva, ocorreu que tais elementos nos permitiram estabelecer uma primeira aproximação da psicanálise com parte da estratégia de pedagogização e, por conseguinte, com o dispositivo de sexualidade.

Na sequência, discorreu-se sobre quais seriam as manifestações sexuais da infância, segundo Freud, identificando como o ato de chupar caracterizaria a primeira manifestação sexual infantil. Frisa-se o ponto de como o autor reconhece nesse comportamento da criança, no sugar com deleite, o modelo da vida sexual, justamente por advir dessa ação as primeiras sensações de satisfação, isto é, as primeiras experiências de prazer. E, nessa ocasião considerada oportuna perguntou-se: ao localizar nos lábios uma zona erógena (que em contato

com o peito materno proporciona ao bebê satisfação para além da função de nutri-lo), Freud não estaria estabelecendo e reforçando aí uma forma de sexualização do corpo infantil, como diz Foucault?

Ficou claro que se seguíssemos entendendo que sexualizar implicaria em atribuir caráter sexual a certas condutas, poderíamos sim dizer que Freud, ao tomar como modelo a conduta erótica da criança a partir do ato de chupar, formularia um discurso que associaria a sucção a uma atividade de tipo sexual. O fato de ser uma expressão regular faz com que, na teorização freudiana, se reconheça isso no conjunto das fantasias e nas relações de objeto. De certo modo, essa seria a própria descoberta freudiana. Retomaremos esse ponto da discussão de forma específica mais à frente.

Ao dar-se andamento à descrição de quais seriam as atividades sexuais da infância, notamos que Freud defendeu também como exemplo de manifestações sexuais infantis, as atividades masturbatórias: a masturbação da zona anal e dos genitais. Passamos em revista à explicação dada por ele sobre a particularidade de como esses processos masturbatórios aconteceriam e os efeitos psíquicos envolvidos, buscando ter o cuidado de mencionar que, para o psicanalista, a partir de algumas modificações internas de sua teoria, seria possível distinguir três fases da masturbação infantil: a primeira delas como pertencendo ao período da amamentação; a segunda, ao breve período de florescimento da atividade sexual, a terceira corresponde à masturbação da puberdade. Nessa direção, mostrou-se, do ponto de vista da psicanálise, a importância de se entender que as práticas masturbatórias (por meio do estímulo dos genitais, como o ato de chupar e a masturbação da zona anal) estariam vinculadas, por apoio, às funções vitais do corpo; respectivamente, micção, alimentação e defecação.

Portanto, foi possível considerar, de acordo com o que apreendemos da teoria freudiana da sexualidade infantil, que as atividades sexuais se manifestariam ao longo do processo de desenvolvimento da criança, sendo a primeira delas, o ato de chupar, acompanhado depois das masturbações anal e genital. Notoriamente, se reunidas, essas atividades sexuais revelariam, segundo Freud, alguns aspectos essenciais da sexualidade infantil: primeiro, são atividades orientadas pelas pulsões parciais e partem de zonas caracterizadas como erógenas, pois são fontes suscetíveis aos estímulos prazerosos; segundo, as zonas erógenas localizam-se e emergem de zonas relacionadas às funções vitais do corpo; terceiro, o alvo sexual infantil se encontra no próprio corpo; e esse é um dos pontos altos que destacamos da teoria freudiana, a definição da conduta sexual das crianças como autoerótica, baseada na capacidade da pulsão sexual de encontrar satisfação no corpo em que se origina independente de outrem, independente de um objeto sexual externo a si.

Outra questão citada, à qual se atribuiu relevância está no argumento freudiano que define a sexualidade infantil como de disposição perversa polimorfa. Discriminamos que tal caracterização deveu-se ao fato de as pulsões sexuais, ao surgirem por apoio, em dadas funções vitais do corpo, desprendem-se dessas funções ao longo do desenvolvimento da criança, para assumirem a função específica de produzir prazer. Nesse sentido, efetuam alteração da função a qual antes estavam associadas. Por isso, perversa, porque a pulsão sexual se perverte da função da qual se origina, e polimorfa, porque as fontes de excitabilidade sexual são variadas na infância.

Assim, uma vez enumerados alguns dos traços principais presentes na teoria freudiana, acerca da sexualidade infantil, atualizou-se uma das questões colocadas: pode-se dizer que o discurso freudiano estabelece uma forma de pedagogização do sexo da criança? Ao que se pôde perceber, o texto freudiano parece estar em conformidade com alguns aspectos referentes ao conjunto da pedagogização, já que propõe, primeiro, à formulação de uma teoria da sexualidade infantil, que defende a regularidade da pulsão sexual desde esse período e que descreve de quais maneiras se manifestam e se registram as atividades sexuais na criança; segundo, que descreve a masturbação e amplia a concepção tradicional da prática de masturbar os genitais, para incluir a masturbação da zona anal e, mais tarde, da zona oral; e terceiro, afirma que as zonas erógenas genitais, apesar de estarem ativas na infância, não desempenham ainda a função principal de reproduzir. Esse último ponto possibilitou interpretar que subjaz ao discurso freudiano a ideia de uma sexualidade presente quanto à atividade e ausente quanto à sua finalidade.

Desse ângulo, o discurso freudiano se situaria como teoria que problematiza o tema e as manifestações da sexualidade infantil e, em consequência disso, colabora de algumas maneiras com o movimento de investigação crescente no século XIX, que sexualiza o corpo e a conduta da criança, ao lhes atribuir aspectos sexuais, inserindo-a como objeto de saber. Entretanto, apesar de estarmos de acordo com a ligação de alguns aspectos da teoria freudiana da sexualidade ao conjunto da pedagogização, foi necessário que fizéssemos algumas observações quanto às especificidades do discurso freudiano, em meio às demais teorias sexuais e no interior desse conjunto.

Evidenciou-se que, ao propor uma teoria da sexualidade infantil, Freud procurou diferenciar a interpretação dos conceitos e argumentos em relação às teorias sexuais de seu tempo. Com isso, ao formular sua teoria da sexualidade, embora tenha feito recurso e compartilhado de termos utilizados por autores e médicos contemporâneos a ele, Freud rompeu com os discursos correntes que associavam as atividades sexuais infantis às formas

patológicas, quando situou a masturbação, por exemplo, como conduta regular das manifestações sexuais presentes na criança.

Atesta-se que, ao ter defendido a regularidade da pulsão sexual na infância e descrito suas formas de manifestação, Freud (ao mesmo tempo em que produziu uma espécie de erotização do corpo da criança, num contexto em que as crianças que demonstrassem comportamento erótico seriam punidas e encaradas como depravadas ou doentes) contribuiu para o esclarecimento sobre o desenvolvimento sexual da criança, em que a punição não deveria ser utilizada. Observa-se que quando o autor formula a hipótese da sexualidade infantil, introduz seu discurso no debate em torno da problematização da sexualidade e da sexualização da infância e, também, uma discussão sobre a masturbação. Porém, declaramos que sua inserção na formação do saber sobre a sexualidade se estabeleceu de maneira diferente quando o pensamos em relação aos princípios do conjunto da pedagogização do sexo da criança.

Portanto, quando perguntamos sobre o modo como o discurso freudiano poderia se relacionar ao conjunto da pedagogização e, por assim dizer, às relações disciplinares e reguladoras sobre o corpo das crianças, compreende-se que Freud e suas concepções não poderiam escapar de seu contexto histórico. Inegavelmente, a teoria freudiana, como toda teoria, fez parte de seu tempo e esteve submetida ao contexto e aos avanços culturais de uma época. E seus interesses teóricos sobre a infância, sobre a masturbação, num momento em que a Medicina e a Pedagogia se apropriaram desse conhecimento, evidenciaram isso; constatamos como o seu discurso é um domínio do saber sobre a infância e compartilha do privilégio de um discurso legitimado pela autoridade científica, da qual parte.

Inicialmente Freud recebeu duras críticas dos próprios colegas ao tentar expor seu pensamento, especialmente ao apresentar a hipótese da sexualidade infantil. Junto ao privilégio de ser médico havia a rejeição, a estranheza, a incredulidade da classe à qual pertencia devido ao teor disruptivo das ideias para a sua época e, também, por ser judeu, “uma raça corrompida”. Por essa razão, houve ambivalência no cerne da própria produção teórica de Freud.

Em todo caso, interessante foi poder notar a maleabilidade desse discurso, que, mesmo contextualizado em meio às teorias sexuais infantis, afasta-se da função discursiva de disciplinar a conduta, ao questionar as formas tradicionais de comportamento, a pulsão sexual e os limites entre normal e patológico, o que fez, segundo a nossa opinião, com que promovesse mais rupturas do que condicionamentos. Com sua argumentação Freud não nos pareceu disseminar, por meio da psicanálise, um discurso discriminatório sobre a conduta

sexual das crianças, tampouco funcionou como uma forma de campanha moralizante para elas à base de regras punitivas. De maneira oposta, o autor talvez pudesse ser lido na verdade como alguém ligado ou mesmo fundador de uma corrente-escola antipedagógica⁵². Com isso, quisemos reforçar a ideia da ausência de propostas educativas em suas teorias, no sentido de que não haveria um ideal de homem normal a ser alcançado.

Consecutivamente, na segunda seção do capítulo dois, buscando dar continuidade à discussão de como, a partir dos conjuntos estratégicos de poder-saber que integram o dispositivo de sexualidade, poderia se estabelecer um dado diálogo com a psicanálise, relacionando o conjunto da histerização do corpo da mulher à questão da histeria na teoria freudiana, justamente pela proximidade temática a ser problematizada: a histeria feminina. Desse jeito foi que se optou por fazer, em segundo lugar, considerações acerca da estratégia de histericizar. Verificou-se que, assim como no conjunto estratégico da pedagogização do sexo da criança, na histerização do corpo da mulher, Foucault destacou em sua argumentação o interesse generalizado, por parte dos saberes e das instituições, na apropriação de um dado objeto de investigação, de modo a produzi-lo historicamente como uma forma de conhecimento. Na histerização, observou-se que o objeto em questão foi a mulher.

Em relação ao conjunto da histerização, que teve no comportamento histórico seu principal instrumento, pôde-se acompanhar como o corpo da mulher centralizou os debates. Foucault assinalou como o corpo feminino passou a ser analisado segundo três categorias: a primeira, que consideraria o corpo feminino como algo impregnado de sexualidade, a mulher em si, em sua integralidade, entendida como um ser demasiado erótico; a segunda, parte do entendimento de que a mulher estaria sujeita a uma patologia própria do corpo feminino relacionada ao útero, a histeria, precisamente pela natureza sexual da qual esse corpo seria excessivamente dotado; e a terceira, em que a mulher estaria designada, em função de sua sexualidade, aos papéis sociais de reprodutora e também de mãe na tutela dos filhos gerados.

Nesse rumo, entende-se que ao redor da mulher se desenvolveu uma ampla gama de conhecimentos e assertivas a respeito do que seria ser um indivíduo do sexo feminino, que conduta deveria tomar, quais funções lhes seriam inerentes e exigidas no contexto que estivessem inseridas e, para Foucault, vimos também que o que deu suporte a essa série de

⁵² Ainda que encontremos em dados momentos da teoria freudiana um posicionamento favorável à reforma dos costumes e aos modelos de educação da época, não nos autorizaria afirmar que em Freud há um projeto educativo, didático-pedagógico, voltado para crianças. Quando tangencia o tema da educação em suas argumentações, o autor investiga as contribuições dela e o seu papel específico como fator etiológico das neuroses; e não para estabelecer uma doutrina formativa acerca dos modos de proceder da infância. Para a interpretação das ideias de Freud como teorização que coparticiparia de um movimento antipedagógico, ver *Freud Antipedagogo* (2003) de Catherine Millot.

discursos seria a oposição entre o lugar que é socialmente desejável, esperado para a mulher como mãe, gestora, responsabilizada pela educação das crianças e o lugar indesejável para uma mulher, ou seja, disso que jamais poderia estar presente na sua conduta, a exemplo da esterilidade e da histeria.

Procuramos mostrar como, segundo Foucault, esse conflito sob o qual se encontrou a mulher do século XIX, entre a maternidade e o risco iminente à histeria, constituiu a base do processo de histerização, que incidiu sobre este corpo que, ao mesmo tempo em que evidenciaria as exigências colocadas à mulher, também demarcaria os limites entre as mulheres que são consideradas normais e as doentes. Assim, entende-se que a histerização da mulher, por meio da sexualização do seu corpo, não buscou compreendê-la pelo que ela seria em seus anseios individuais; ao contrário, as investidas em torno do corpo feminino se dariam mais pelo que elas representariam para a manutenção do coletivo, pelo que seu corpo sadio seria capacitado a fazer e pela produtividade que nele poderia ser desenvolvida.

Nessa direção, alguns elementos presentes no argumento foucaultiano nos permitiram associar algo importante: a histerização do corpo da mulher, para que funcionasse enquanto estratégia na formação do dispositivo de sexualidade, compartilharia da questão da família, entendida como instrumento que viabilizaria um maior controle desses indivíduos. Daí termos nos dedicado, em parte do nosso trabalho, a explorar o tema da família e a indicar a situação na qual se encontram as mulheres em relação à instituição familiar. No entanto, foi importante destacar que a ação estratégica da histerização privilegiaria a mulher que não correspondesse às demandas familiares tradicionais, ou seja, aquela que, nesse percurso rumo à conduta ideal de uma mulher dita aceita e normal para o século XIX, tivesse seu itinerário desviado por não conter sua sexualidade exacerbada.

A providência em realçar, na teorização de Foucault, a importância da família como alicerce para a estratégia de histerização ocorreu devido ao fato de que a instituição familiar localizaria e identificaria o corpo da mulher num universo restrito, o familiar, podendo-se rastrear melhor suas funções e desvios de conduta em um campo de fácil alcance e intervenção. Averiguou-se, nesse sentido, acerca do funcionamento da família como um instrumento importante para a apropriação disciplinar sobre o corpo da mulher e para a produção histórica de sua identidade social, isto é, do que é identificado como próprio do ser feminino e o lugar que lhe é intrínseco para o coletivo.

Logo depois, compreendeu-se que a ideia de Foucault, ao ter explorado em suas análises o papel da família, objetivava sinalizar que a instituição familiar, além de servir aos propósitos dos conjuntos estratégicos de poder-saber, também viabilizaria a alternância entre

os dispositivos de sexualidade e o de aliança. Explicou-se brevemente do que se trata o dispositivo de aliança e qual seria sua relação com o da sexualidade, porém, o que ficou mais marcado foi ter podido mostrar de que forma, para Foucault, a família atuaria como o permutador entre esses dispositivos, ao considerá-la como modelo das relações interpessoais e como base para que se pudesse manter o movimento de expansão da capacidade de controle individual e social.

Com isso, seguindo a mesma lógica da seção anterior (relativa ao conjunto da pedagogização do sexo da criança e ao tema da sexualidade infantil em Freud), optou-se por também estabelecer problematização semelhante em relação ao conjunto da histerização do corpo da mulher, ao considerarmos certos aspectos da teoria freudiana e do seu discurso acerca da sexualidade. Nesse sentido, buscou-se compreender qual a importância do fenômeno histórico para Freud e de que modo a teoria psicanalítica propôs um discurso sobre a histeria, podendo vincular-se ao movimento de histerização da mulher ou até mesmo distanciar-se dele. Foi com vistas a esclarecer tais proposições que se questionou: quais as ligações existentes na psicanálise entre o tema da histeria e o da sexualidade? Como Freud entendeu o papel da mulher e, por conseguinte, o da família se pensarmos na trama edípica formulada por ele como estruturante do aparelho psíquico? Acredita-se que colocar essas questões nos permitem analisar as probabilidades de o discurso freudiano contribuir, por meio da histerização, para a formação do dispositivo de sexualidade.

Certificou-se que o ponto inicial de onde se elaborou o saber psicanalítico procedeu de investigações em torno da histeria no século XIX. Observou-se que os fenômenos históricos, em particular, o mecanismo psíquico envolvido nesses fenômenos, formaram a base do que interessou primeiro a Freud analisar. Em *Estudos sobre a histeria* (1893-1895 [2016]) foram encontradas hipóteses acerca da etiologia dos sintomas históricos. A partir desse texto, pôde-se examinar que o autor insiste em descrever como, nos casos de histeria, a variabilidade dos sintomas derivaria de circunstâncias específicas que, mesmo acontecidas há muito tempo e não recordadas, permaneceriam atuantes na vida psíquica dos indivíduos em questão, mas na forma atual de uma patologia. No entanto, aprendeu-se que o que distinguiria o quadro de histeria das outras afecções estaria no fato de haver a presença de perturbações de natureza patológica, mas que não estariam associadas a lesões ou a traumas ligados ao corpo físico. Sendo assim, a histeria é caracterizada como uma psicose, porque se trata de um conjunto de problemas cuja etiologia é de ordem psíquica, relacionada a uma experiência vivida e à comoção ligada a ela.

Observou-se nesse caminho, em algo essencial para a discussão pleiteada aqui, o quanto Freud considerou o quadro histérico como, em geral, encontrado no indivíduo do sexo feminino. Ainda assim, mesmo que essa assertiva não tenha se mantido, porque em sua trajetória encontrou e reconheceu casos de histeria masculina, há uma evidência maior de casos referidos à mulher. Por outro lado, independentemente do gênero dos sujeitos em que se apresentam os sintomas, as causas que determinam a histeria, em ambos, são as mesmas: o trauma psíquico e o elo com o fator sexual. Apuramos, por exemplo, como em *Análise fragmentária de uma histeria “O caso Dora”* (1905 [2016]), Freud procurou mostrar como os sintomas histéricos estariam intimamente vinculados às vivências de tipo sexual, caracterizadas como próprias da infância.

Inegavelmente, o notório acerca do interesse de Freud, ao investigar o fenômeno histérico, foi o ponto de ele ter buscado compreender qual seria a fonte traumática da neurose histérica, e menos, dele pretender contribuir para um movimento de controle sobre o corpo das mulheres. Percebe-se que, a questão para Freud, estaria em evidenciar como os sintomas histéricos revelariam a dimensão de erogeneidade do corpo e de certos órgãos ligados às funções vitais e, nesse sentido, revelariam também os prazeres experimentados pelos histéricos como sendo os mesmos da criança. Pôde-se observar como essa consideração levou Freud a associar o estado anímico dos neuróticos e parte de seus comportamentos aos da infância, e identificar, na sintomatologia da histeria, condutas relacionadas à pulsão sexual como práticas observáveis já nas crianças. De todo modo, explica-se que o que estaria por trás dessa postura de problematizar o fator etiológico das neuroses e das razões do trauma psíquico seriam as modificações teóricas relacionadas ao advento da teoria da fantasia em adaptação à teoria da sedução.

Logo, ao considerar os temas da histeria e da sexualidade, segundo a maneira como essas questões foram pensadas no interior do discurso psicanalítico, indagou-se: como relacionar aspectos específicos do discurso freudiano ao conjunto da histerização do corpo da mulher? Ao examinar as ideias presentes no discurso freudiano, ficou claro como a mulher figuraria dentre os alvos de interesse desse discurso, um interesse que teve como base os fenômenos histéricos. Indica-se como o texto *Estudos sobre a histeria*, por exemplo, mostra a prevalência de casos de histeria feminina que Freud elencou e procurou analisar nos primeiros anos de pesquisa desde a Srta. Anna O., (analisada, em particular, por Breuer) ao caso da Srta. Elizabeth Von R (analisada pelo próprio Freud), cujos casos reunidos formam o ponto partida do saber psicanalítico.

No caso do discurso freudiano, ao pensar na questão dos excessos de cuidados voltados à saúde sexual da mulher, nota-se que na etiologia da histeria, por exemplo, encontram-se vivências de natureza sexual, seja entendida na forma de uma experiência real de sedução ou enquanto uma fantasia. Isto é, de uma forma ou de outra, a importância da sexualidade estaria relacionada diretamente como fator patogênico da histeria, o que nos leva a compreender como a teoria freudiana da histeria se aproximaria do conjunto da histerização por associar a condição histórica das mulheres às perturbações ligadas à vida sexual, uma vez que esse conjunto teria como uma de suas ideias o adoecimento da mulher devido à suscetibilidade ao sexual.

Outro tema pertinente à histerização e que pôde ser aproximado ao discurso freudiano, diz respeito à família e ao papel da mãe nesse espaço. À vista disso, questiona-se: na histerização, a família e as funções atribuídas à mulher são peças fundamentais para a manutenção da instituição familiar e do controle sobre o corpo feminino? Como Freud abordou os temas da família e do papel da mulher em relação a ela?

Mostrou-se como no discurso freudiano a questão da família estaria representada pelo conflito edipiano vivido entre pais e filhos. Observa-se como a família tem um papel estruturante na teoria freudiana, uma vez que faz parte do desenvolvimento psíquico das crianças e ao mesmo tempo da pulsão sexual. E, nesse sentido, a mulher que também fosse mãe assumiria função imprescindível ao despertar na criança, por meio da amamentação, os primeiros registros de satisfação provocados pelo prazer de chupar iniciado no peito materno. No entanto, ao observar bem a possibilidade de filiação do discurso freudiano com o movimento de histerização, descobriu-se que poderia haver alguns desacordos.

Quando o discurso freudiano se ocupou das questões históricas das mulheres, assim como as fizeram de alvo de suas discussões, o fez de modo diverso, contribuiu com certo grau de desopressão e de autonomia para os interesses femininos. Em *Análise fragmentária de uma histeria* (1905 [2016]), por exemplo, não entendemos que Freud fez de Dora um alvo de inquirição, a fim de controlar sua sexualidade a partir do corpo dela, ao contrário, a investigação freudiana pôde trazer à luz o conteúdo sexual envolvido nas causas sintomáticas da histeria em Dora, buscando elucidar o caráter conflitivo que ligaria às vivências sexuais infantis ao fato do adoecimento.

Por fim, esse ponto levou-nos a outro aspecto da questão da histerização: a associação do risco de doença na mulher ao fato de sua natureza sexualizada. Ficou esclarecido que, na teoria freudiana, o papel do fator sexual na etiologia da histeria não se basearia na afirmação de hipersexualização do corpo feminino, nem do seu adoecimento em função disso. Ao

identificar a raiz sexual dos problemas histéricos, o discurso freudiano não determinou que a razão da histeria estava no simples fato de estarem ligados à vida sexual, não seria a ligação em si com a sexualidade a matriz do problema, mas os enganos em torno da maneira como se compreende e se vive o sexual numa dada sociedade.

Desse modo, entende-se que Freud questionou, mais do que reiterou, o valor social atribuído à sexualidade e acabou por deslocar o problema do caráter negativo do sexual para as formas morais de como se lida com a sexualidade. Por exemplo, ao desenvolver o argumento de que a etiologia das doenças nervosas poderia se vincular à repressão social da sexualidade, em *Moral sexual “cultural” e nervosismo moderno* (1908 [2015]), Freud evidenciou o quanto a dimensão da questão moral e as exigências comportamentais excessivas feitas aos indivíduos acarretariam em prejuízos na vida sexual e, nesse sentido, na manutenção da saúde como um todo.

Ao problematizar o conjunto da histerização em relação à histeria na teoria freudiana, supõe-se que nos colocaram novamente diante do caráter ambivalente do discurso freudiano. Ao mesmo tempo em que estaria situado como um domínio de saber sobre a mulher, que tematiza as relações entre sexualidade e histeria, e a importância da família e da mulher para ela, o discurso freudiano questionaria os papéis definidos para a mulher na sociedade, desassociando seu corpo da qualidade de pura erotização e desmistificando as relações familiares como fonte apenas de amor e como um espaço tradicionalmente neutro na formação psicosexual dos seus membros.

Para dar seguimento à discussão preliminar, na terceira seção do capítulo dois, relacionou-se o conjunto da psiquiatrização do prazer perverso e o discurso freudiano acerca das perversões, devido à proximidade temática a ser problematizada: as perversões sexuais. Consequentemente, optou-se por fazer, em terceiro lugar, considerações acerca da estratégia de psiquiatrizar. Antes de tudo, confirmou-se na estratégia da psiquiatrização do prazer perverso, o traço presente nos conjuntos anteriores de que se constituiria, assim como os relativos à criança e à mulher, segundo as premissas foucaultianas de eficácia do poder e da produtividade do saber. Enfatizando assim como, em todos os casos (da criança, da mulher e do adulto perverso), a partir de seus corpos e de certo momento da história passaram a protagonizar o movimento de formação de saberes específicos que comporiam o dispositivo de sexualidade.

Ponderou-se que na psiquiatrização as perversões sexuais foram o alvo sobre o qual as relações de poder e saber se aplicaram na formação de um domínio do conhecimento acerca do comportamento dito perverso e da especificação sexual inerente a ele. Sublinhou-se o dado

em que Foucault destacou a importância da ideia de instinto sexual⁵³ no interior da estratégia da psiquiatrização, como peça fundamental nesse processo de apropriação da perversão por meio do saber, do controle e da correção dos corpos.

Nesse contexto, Foucault descreve o conjunto da psiquiatrização como estratégia que tem por modo de proceder, primeiro, o isolamento do instinto sexual; isso quer dizer, segundo ele, que haveria uma separação no âmbito da investigação médica desenvolvida no século XIX, entre uma Medicina do sexo e uma Medicina geral do corpo. Observa-se que essa cisão parte do pressuposto de se conceber o instinto sexual como dotado de uma autonomia biológica e psíquica frente às demais atividades e funções do corpo. Assim, o instinto sexual, tendo uma vez destacada sua importância, é isolado, por ser compreendido como algo que possui leis próprias e necessitaria de um exame dentro de um campo específico do saber desenvolvido a fim de melhor apurá-lo.

Ao lado disso, indicou-se que outra ação do conjunto da psiquiatrização se encontraria na enumeração e na classificação feitas das anomalias que afetariam a regularidade do instinto sexual, sob a prerrogativa de identificação e prevenção dos riscos atrelados à perversão sexual. E, por último, acrescentou-se que o conjunto da psiquiatrização atuaria sobre a validação do instinto sexual como uma espécie de parâmetro por meio do qual se distinguiria a conduta normal da patológica. Ou seja, a depender de como se manifestasse o instinto sexual num dado indivíduo — se regular ou desviante — poderia ser definido, a partir daí, como uma pessoa considerada sadia ou doente. Explicamos que, para Foucault, a causa encontrada nessas ações reunidas em torno do tema do instinto e expressa na forma final do conjunto da psiquiatrização seria essencialmente o objetivo corretivo-disciplinar, voltado às perversões sexuais, consideradas expressões de aberrações ou formas de degeneração do instinto.

Isto é, toda manifestação sexual que transpusesse a lei da reprodução da espécie seria classificada como forma de degenerescência, de anomalia que recairia sobre a atividade regular do instinto sexual. Foi nessa perspectiva de garantir a manutenção da lei e o controle dos comportamentos sexuais que Foucault afirmou desenvolverem-se as operações de disciplina e regulação por meio de uma Medicina específica do sexo.

⁵³ Recordemo-nos das diferenças conceituais, demarcadas anteriormente, entre os termos instinto e pulsão. Adiante, retomaremos essas distinções entre os termos e entre as abordagens dadas por Foucault e por Freud, a respeito deles.

Ainda de acordo com Foucault, o surgimento histórico de uma Medicina do sexo assentou-se na investigação do instinto sexual e do quanto ele se relacionaria com as formas patológicas do comportamento humano, de como, por meio do discurso médico-psicológico, pôde-se encontrar e identificar no instinto sexual a razão etiológica para um dado estado de anomalia. Destacamos que, para o autor, a importância de problematizar a aproximação dos aspectos sexuais com as manifestações ditas anormais estaria na possibilidade de fazer emergir o domínio das perversões.

Portanto, segundo Foucault, se o tema da anomalia pôde ser transpassado pelo da sexualidade, esse processo surgiu das seguintes proposições: a primeira, pela relação estabelecida entre a questão da anomalia e sua ligação com os fenômenos de herança e de degeneração; e a segunda, pela identificação das anomalias como um todo ao campo específico das perturbações próprias à anomalia sexual. Nesse sentido, o conjunto da psiquiatrização do prazer perverso se basearia na estratégia de apropriação pela Psiquiatria da temática da sexualidade a partir das categorias de anormal e de perverso.

Nesse contexto, Foucault buscou também relacionar a proximidade da Psiquiatria com o judiciário, representada na especialidade da Medicina Legal e do exame médico-legal. Compreendeu-se dessa aproximação que os conhecimentos técnico-científicos da psiquiatria estariam a serviço de fatos de interesse da justiça e que a concepção de exame nesse sentido funcionaria como um elo entre esses saberes.

Outro aspecto essencial que mencionamos acerca da estratégia da psiquiatrização foi que, ao problematizar a questão das perversões sexuais à luz da psiquiatria, esse conjunto localizaria na infância o alvo preferencial sobre o qual recairia sua ação. Sendo assim, a psiquiatrização do prazer perverso, como domínio de saber sobre as perversões sexuais, se caracterizaria, portanto, por encontrar na conduta sexual da criança, ou seja, nas formas infantis de experiência de prazer, a matriz das investigações psiquiátricas.

Por último, no tocante ao conjunto da psiquiatrização do prazer perverso, foi feita menção à concepção de prazer, tal qual foi compreendida e tornada objeto da Psiquiatria, segundo a interpretação foucaultiana. Isso porque assimilou-se que não apenas a categoria das perversões interessaria ao saber psiquiátrico, como também a ideia relativa à experiência do prazer que as acompanha. À medida que a perversão se ligaria às formas irregulares de prazer, representadas na síntese do prazer perverso, ambas seriam objetos psiquiatrizáveis.

Para Foucault, o fato de se psiquiatrizar o prazer colocou, de certa maneira, questionamentos ao paradigma da reprodução, uma vez que o prazer se manifestaria também em outras condutas sexuais que não seriam as reprodutivas. Aliás, destacou-se, nessa direção,

como a categoria do prazer possibilitou à Psiquiatria questionar a própria finalidade do instinto sexual, como sendo a reprodução da espécie por meio da união sexual, ao ser evidenciado o vínculo essencial que a experiência e o registro de prazer estabeleceriam na constituição das perversões sexuais.

Desse modo, concluiu-se que a categoria de prazer apontou para um novo campo de análise das condutas sexuais que não a reprodutiva, possibilitando consolidar-se dessa maneira o campo que investiga a sexualidade considerada anormal, manifesta nas formas de aberrações ou perversões sexuais, denominadas assim porque envolveriam experiências de prazer que independeriam do coito. Daí a temática do prazer perverso, pois o que estaria em questão são as manifestações do instinto sexual relacionadas ao prazer oriundo de formas ditas anormais de satisfação.

Ao retomar a questão proposta ao longo deste capítulo acerca da relação dos conjuntos estratégicos de poder-saber com a teoria freudiana da sexualidade, pode-se perguntar: como a teoria freudiana das perversões sexuais se aproximaria ou se distanciaria do conjunto estratégico da psiquiatrização do prazer perverso? De que maneira Freud abordaria na teoria da sexualidade o tema das perversões e da pulsão sexual? E, por último: o discurso freudiano se caracterizaria como um domínio do saber acerca das perversões em vista do controle e da regulação dessa categoria de indivíduos?

Em *Três ensaios...* (1905 [2016]) observa-se que Freud apresenta, no primeiro deles, intitulado *As aberrações sexuais*, uma discussão acerca das condutas consideradas como perversões sexuais, a partir do exame da noção de sexualidade nos termos de pulsão sexual. Demonstra-se que Freud inicia seu primeiro ensaio destacando a conceituação corrente que se teria na ciência e na cultura de sua época sobre as características relativas à pulsão sexual, a saber, de sua ausência na infância; que despertaria apenas no período da puberdade, manifestando-se na atração e união sexual entre indivíduos de sexo oposto para fins reprodutivos.

Expressa-se como, segundo o autor, essa concepção geral convencionalizada, sobre o que definiria a pulsão sexual, estaria baseada em hipóteses erradas, ideias imprecisas, visto que a realidade se apresentaria de outras maneiras. Para Freud, a definição de pulsão sexual se basearia em fundamentos teóricos distintos dos vigentes para descrever a sexualidade humana, uma vez que ele defendeu em suas investigações haver expressões pulsionais sexuais desde a infância e, por outro lado, afirmou que a pulsão sexual, em suas formas de manifestação, não se reduziria à união sexual, nem tampouco à exclusividade de relação com o sexo oposto.

Fica esclarecido que ao demarcar em sua análise a importância dos termos *objeto* e *meta*, ambos relativos à pulsão sexual, Freud procura justificar a partir deles sua tese sobre a sexualidade. Isto é, ao definir o *objeto* e a *meta* como elementos componentes da pulsão, o autor pôde descrever, em paralelo com a norma, a série dos considerados desvios pulsionais, referentes tanto à forma como se manifestam na relação com os objetos que são causa de atração quanto nas ações para alcançar a satisfação. Pode-se deduzir que Freud, à medida que expôs os desvios de *objeto* e de *meta* sexual, contrapôs-se às teorias sexuais tradicionais ao ter discutido o que compreendem por desvios, ao mesmo tempo em que suas teses questionaram a concepção vigente de pulsão e as normas para ela estabelecidas.

Para manter a linha desse raciocínio, utilizou-se o exemplo da inversão, a partir de seu destaque no pensamento freudiano, para explicar o desvio de *objeto*. Expondo o modo como Freud explica em que se baseiam as teorias tradicionais quando concebem o modelo normal de proceder da pulsão sexual em relação ao seu objeto: na narrativa, cujo fundamento estaria na ideia de que o *objeto sexual* do homem seria exclusivamente a mulher e vice-versa. Os indivíduos que não seguissem em direção a essa conduta, ao aspirarem como objeto, por exemplo, os indivíduos do mesmo sexo, seriam classificados pela Medicina e Psiquiatria emergentes como sexualmente invertidos. Assim, a pulsão sexual na inversão expressaria um modo anormal da manifestação pulsional e, em última instância, expressaria a manifestação de uma perversão.

Na sequência, examinou-se o caso dos desvios de *meta* relacionados à pulsão sexual, no qual Freud relatará as condutas que fogem à união dos genitais masculino e feminino, considerada como *meta* sexual normal. Nessa esteira, cita-se o ato de duas pessoas se beijarem, por exemplo, como sendo considerada uma conduta desviante, uma vez que não reproduziria a *meta* normal, apesar de se ter reconhecida culturalmente nessa prática uma significação sexual. Marca-se também que Freud chama a atenção para o fato de que as condutas desviantes, denominadas perversas, como o beijo, estão presentes no repertório sexual daqueles ditos mais próximos da pulsão sexual normal. Sendo possível, assim, constatar que o que a teoria freudiana pareceu estabelecer, mediante evidência dos inúmeros desvios sexuais, foi uma contraposição à opinião corrente de que existiria uma via uniforme, fixa e pré-determinada para a expressão da sexualidade, tal qual a concepção clássica de instinto.

Observa-se então que a importância dada por Freud ao estabelecer o que se compreende por *objeto* e *meta sexuais*, de acordo com a sua teoria da sexualidade, e as diferenças que esses mesmos termos representam para as teorias tradicionais, estaria na definição da

sexualidade enquanto pulsão. Verifica-se que, tanto os desvios relacionados ao *objeto* quanto os relacionados à *meta* demonstrariam a perspectiva que a Freud interessou abordar o problema: a partir do tema da sexualidade poder demarcar a natureza e as características da pulsão e retratar o fato da diversidade da vida sexual humana.

Pôde-se comprovar que em *Três ensaios...* (1905 [2016]), por definição, o conceito de pulsão teria como fonte um órgão específico do corpo humano e desse órgão de função erógena partiriam os estímulos, cujo mecanismo de excitação traduzir-se-ia em expressão psíquica. Da ação motora que os impulsos sexuais se dão, em nível representacional no psiquismo, caracterizando a pulsão como uma noção fronteira, porque estabeleceria as combinações do físico com o psíquico. Assim, para Freud, a pulsão seria definida a partir das interações entre as excitações somáticas e as manifestações no psiquismo dessas excitações.

Nesse quadro, o imperativo foi ter de circunscrever (ao considerar o contexto de traduções do vocábulo alemão *Trieb*) a importância de se preservar o caráter ambivalente ou de simultaneidade que Freud procurou atribuir a esse conceito. E, por causa disso, optou-se por manter a tradução que verte *Trieb* como pulsão e não como instinto, ao ter analisado que a palavra pulsão pareceu ser mais adequada para traduzir com maior fidelidade o conceito freudiano. Apoiados numa tradição de tradutores e comentadores, verter *Trieb* por instinto limitaria o discurso freudiano a um campo do saber preestabelecido e o vincularia aos determinismos biológicos que Freud com esse termo buscou evitar. Ao propor *Trieb*, o psicanalista parece querer se referir ao sexual antes como algo dinâmico e variável em seus objetos e metas — como sugere a ideia de pulsão — do que o sexual como algo em definitivo e, de antemão, estabelecido pela natureza — como sugere a ideia de instinto.

Interessa pontuar também, sobre a definição do termo pulsão elaborado por Freud, que houve uma série de dificuldades por parte do autor ao procurar descrevê-lo da forma mais precisa. Na verdade, nota-se que Freud revela essas dificuldades conceituais que envolvem a indeterminação da pulsão ao tentar delinear-la, por vezes, no curso de suas investigações, tanto em *Três ensaios...* (1905 [2016]) quanto em *As pulsões e seus destinos* (1915 [2010]).

Posto isso e frente a algumas das características que constituiriam as pulsões sexuais, seria interessante a possibilidade de acentuar, da mesma maneira, no pensamento freudiano, as características gerais referentes às perversões sexuais com as quais as pulsões se relacionariam. Para tanto, buscou-se ver em *Conferências introdutórias à psicanálise* (1916-1917 [2014]) como Freud, ao abordar o tema da vida sexual humana na “teoria geral das neuroses”, retomou a questão das perversões.

Sondou-se que, nessa conferência, Freud procurou colocar em questão a concepção psiquiátrica acerca da conduta tida como perversa, referente a toda prática não subordinada à função reprodutiva e que teria na experiência do prazer sua finalidade. Nesse sentido, o perverso (segundo a tradição médico-psiquiátrica) seria aquele que, em suas pulsões sexuais ou por meio delas, buscaria integralmente pela satisfação; seja se pervertendo com outro objeto que não o sexo oposto seja se pervertendo em outra meta que não a união genital. De modo distinto, e uma vez tendo contornada a concepção tradicional, viu-se que o que ocorre no caso das perversões em relação às pulsões na teoria freudiana é a caracterização das próprias pulsões sexuais como perversas e não que a perversão está ligada à pulsão, a partir do vínculo que ela manteria com a meta e com o objeto estabelecidos como normais. Notou-se que isso revelaria, segundo o autor, que a perversão, se considerada como um atributo pulsional, estaria presente numa gama maior de indivíduos que não apenas os neuróticos analisados por ele, ao ter expressado que o ‘anormal’ é o comum e, portanto, todos nós teríamos certa dose de anormalidade.

O que ficou captado, assim, foi que ao remodelar a perversão à categoria de variação, Freud defenderia que, em relação à sexualidade, o que existe não é um quadro genérico de patologias, mas uma mera variedade em relação à norma. E a norma em Freud é entendida como uma diferença mais quantitativa do que qualitativa, o que se opõe radicalmente, por exemplo, à ideia de degenerescência. Com isso, ele nos preveniu de que palavras como *degeneração* ou *perversão* são termos que deveriam ser utilizados com alguma cautela quando referidos às condutas sexuais.

Ora, uma vez diante dos aspectos reunidos acerca da teoria freudiana sobre as pulsões sexuais e também sobre o tema das perversões, pode-se interpelar como seria possível problematizá-las no conjunto estratégico da psiquiatrização do prazer perverso. Infere-se que o discurso psicanalítico, ao passo que investiga o tema das perversões e das pulsões sexuais, caracteriza-se, inevitavelmente, como um campo do saber sobre esses respectivos assuntos. No entanto, pareceu diferenciar-se da perspectiva psiquiátrica e médica pela qual define a sexualidade nos termos de pulsão e não de instinto, além de discutir o problema das perversões, distanciando-se de uma significação puramente patológica.

Ao pensar no quesito referente às pulsões na teoria freudiana e, nesse sentido, quando acompanhamos em Foucault que a estratégia de psiquiatrização tematizou a questão do prazer sexual, pensado como instinto, foi possível reconhecer as diferenças terminológicas e de abordagem entre os autores. Afirmou-se que Foucault analisou a noção de “instinto” sem necessariamente ter se preocupado em discriminá-la em suas especificidades e funções

psicossomáticas. Sugeriu-se daí que o seu objetivo pareceu ser o de localizar o instinto sexual no interior do saber médico-psiquiátrico como uma categoria que serviria de instrumento para o controle individual, a partir da suscetibilidade própria do instinto sexual ao desenvolvimento de anomalias. Já em Freud, especificou-se que, quando faz uso da noção de “pulsão”, ele elabora no contexto dos fenômenos psicológicos e, ao mesmo tempo, reconhece as dificuldades em delimitar o que constitui esse conceito, o qual funciona como uma espécie de elo entre os processos que envolvem o corpo e o psíquico.

Lembremo-nos do que Foucault argumentou quando disse que a psiquiatrização atribuiu ao instinto sexual uma espécie de autonomia frente às demais funções do organismo, possibilitou a emergência de uma especialidade médica voltada ao sexual e associou o prazer sexual como medida distintiva entre o perverso e o normal. Dessa maneira, numa primeira impressão, considerando as descrições de Foucault, pode-se logo abrigar o discurso freudiano sob o desígnio de todos esses papéis. Em primeiro lugar, pelo fato de que as teses freudianas definiriam o caráter de autonomia das pulsões sexuais frente à pulsão de nutrição, após, por apoio, emergir dela e seguir a função autônoma de produzir prazer. Segundo, porque Freud estruturou a partir da psicanálise uma forte teorização acerca das questões específicas que envolvem a sexualidade e conferiu a ela valor significativo para o seu discurso. E, por último, ao atribuir valor etiológico às pulsões sexuais na formação das neuroses, o autor pôde refletir acerca dos limites entre o patológico e o normal.

Todavia, mais uma vez foi preciso fazer algumas considerações em relação ao discurso freudiano, o que o distanciariam do conjunto da psiquiatrização, na medida em que, mesmo reconhecida a imprescindibilidade do fator sexual para Freud, não seria possível reduzir a totalidade do saber psicanalítico a uma disciplina exclusivamente voltada à esfera da sexualidade. Cabendo depreender que a noção de pulsão sexual é um alicerce da teoria psicanalítica e não o seu fim.

No tocante ao tema das perversões e ao examiná-lo em relação ao discurso freudiano junto ao que Foucault propõe com o conjunto da psiquiatrização, pôde-se observar como as perversões se constituíram como um campo do saber que outorgou poder à prática psiquiátrica para assim fazer valer a autoridade médica nas determinações entre o normal e o anormal. Segundo Foucault, por meio das perversões pôde-se penetrar nas manifestações do prazer perverso e identificar as formas irregulares de manifestação sexual. Observou-se como, para

Freud as perversões⁵⁴, diferentemente do que pensavam seus contemporâneos, não poderiam ser caracterizadas como manifestações patológicas da pulsão sexual, porque comporiam as condutas sexuais dos indivíduos como um todo.

Quanto à questão do prazer relacionado às perversões, observou-se, a partir da ideia freudiana da criança como perversa polimorfa, que essa caracterização da conduta infantil expressaria como a pulsão sexual se direciona à satisfação das mais variadas formas; o que revela a capacidade de variabilidade pulsional ao submeter-se a alternados focos de prazer. E, nesse sentido, permitiu compreender que a pulsão sexual não seria orientada segundo modelos pré-estabelecidos quanto à maneira de se obter satisfação. Na verdade, o que se testemunhou foi que o que determinaria algo ou alguma conduta como propriamente sexual seria uma questão para Freud e mereceria ser melhor investigada posteriormente. Contudo, pôde-se indicar que o discurso freudiano, ao problematizar a questão do prazer e ao desvincular a pulsão sexual como originalmente em função da reprodução, aproximou-se da estratégia de psiquiatrização, uma vez que ela encontra no tema do prazer um instrumento por meio do qual a Medicina e a Psiquiatria puderam, de acordo com Foucault, desvincular o instinto sexual da meta de reprodução e, assim, adentrarem no campo das perversões.

Ulteriormente, na quarta seção do capítulo dois, relacionou-se o conjunto da socialização das condutas de procriação e o problema da reprodução sexual em Freud, justamente pela proximidade temática a ser problematizada: o ato ou efeito de procriar. Em virtude disso, optou-se por fazer considerações acerca da estratégia de socializar. Até aqui, procurou-se demonstrar como se estabeleceram as operações complexas de natureza disciplinar e reguladora em torno da infância, do feminino e da perversão, manifestas segundo estratégias específicas de poder-saber dadas por Foucault. Ao nos referirmos ao conjunto da socialização, o alvo sobre o qual incidiu as ações disciplinares e reguladoras teve a particularidade de ser ampliado para boa parte de uma população: a adulta e em idade fértil.

Indicou-se que Foucault destacou três eixos distintos por meio dos quais se estabeleceria o processo de formação da estratégia de socialização, três saberes imprescindíveis nesse intercurso: o econômico, o político e o médico. Mostrou-se que a hipótese desenvolvida pelo autor foi a de que haveria um tipo de ordenação entre esses campos do saber, de modo a colocá-los sempre inter-relacionados e em função de viabilizar operações conjuntas voltadas para o público adulto e com capacidade reprodutiva, em especial para os casais. Significando

⁵⁴ Importante mencionar que Freud não discute as perversões mais radicais, tal como elencadas por Krafft-Ebing (zoofilia e afins). Ele mantém-se em torno do narcisismo (deslocando o termo e o retirando dessa acepção), fetichismo e homossexualismo (na acepção do período).

dizer que a Economia, a Política e a Medicina, cada uma a sua maneira, instituiriam o cerceamento da conduta sexual dos indivíduos a partir do modelo do casal, ao criar as condições para que medidas interventivas pudessem ser impostas a eles.

Foucault indicou que o papel desempenhado pela Economia no interior dessa estratégia foi o de operadora de medição da fecundidade entre os casais, ao atuar no controle dos estímulos ou freios à reprodução. Em seguida, assinalou que a função da Política foi a de promover e gerir legalmente a união do homem e da mulher na forma do casamento, a fim de responsabilizá-los pelo montante populacional, ao reforçar ou limitar os vínculos conjugais. E, por último, afirmou que a atuação da Medicina se constituiu no fato de ter atribuído valor patogênico às práticas de controle de natalidade entre os casais, ao determinar que o exercício de tais práticas pudesse trazer consequências danosas, individuais e coletivas.

Detalhou-se nesta pesquisa, no que diz respeito à perspectiva econômica da socialização, como o problema da reprodução sexual dos casais passou a ocupar o centro de uma série de ações e medidas de fiscalização, impostas à conduta íntima deles, que funcionariam como veículos para desempenhar formas de controle da fecundidade. Nesse sentido, entendemos que caberia à dimensão econômica da socialização regular o fluxo de natalidade de um grupo.

Também, explanou-se, no que concerne à perspectiva política da socialização, como o problema da reprodução sexual dos casais se tornou alvo de medidas do governo que funcionariam como condutos para desempenhar estratégias administrativas relacionadas à responsabilização social posta sobre os cidadãos com relação ao casamento. Nesse sentido, compreende-se que caberia à dimensão política supervisionar a regularidade com a qual se formam os casais e, por conseguinte, as famílias, em um grupo.

Por fim, examinou-se o problema da reprodução sexual dos casais, quando relacionado à perspectiva médica da socialização. Expusemos como, de acordo com esse ponto, o casal heterossexual se tornou o centro de uma série de ações medicinais cuja função estaria em criar sistemas de inspeção acerca das práticas contraceptivas realizadas pelos indivíduos nas suas relações sexuais. Desse modo, ficando nítido que competiu à dimensão médica, orientar e advertir os casais em relação ao uso indiscriminado do recurso contraceptivo na ocasião do ato sexual.

Percebe-se, nesse momento do texto, que antes de nos referirmos às operações das quais se originariam as medidas interventivas feitas pela Medicina à conduta sexual dos casais, foi imprescindível compreender primeiro que essas intervenções e o exercício de gestão direcionada ao campo da sexualidade só foram possíveis porque se inseriram em um processo

mais amplo: a consolidação da Medicina, entre os séculos XVIII e XIX, na qualidade de um saber científico elementar para a ordenação social. Observa-se como essa dinâmica criada ao redor da Medicina foi explicada com base no que é descrito como a medicalização do social ou medicina social. Depois de apresentada brevemente a forma como foi instaurado o processo de medicalização do social nos séculos XVIII e XIX, observou-se quais circunstâncias colaboraram para que desse mesmo contexto decorresse o processo de medicalização do sexo, segundo Foucault.

Pôde-se averiguar que na medicalização do sexo as especulações e ações médicas estariam diretamente ligadas ao interesse pelo comportamento dos cônjuges na ocasião do ato sexual. Isto é, estaria a cargo da Medicina exercer com mais proximidade o trabalho minucioso de orientar e garantir que os casais cumprissem os “deveres conjugais” do modo mais saudável e moralmente recomendado para, a partir daí, realizar o monitoramento das relações sexuais reprodutivas, balizar as atividades que devem preceder e suceder o coito, estabelecer os limites entre o normal e o patológico, entre o permitido e o proibido. Nesse sentido, tudo aquilo que fizesse referência à vida sexual no casamento estaria delimitado pelo exame médico: o cotidiano do casal, a frequência da atividade sexual, a forma como praticariam o sexo, em particular, qual o uso que fariam de métodos contraceptivos.

Procura-se dar realce ao fato de que todas as investidas do saber médico de conservar as prescrições mais severas, a forte restrição comportamental e as altas exigências nos costumes se explicariam, portanto, pelo intuito de contribuir para o conjunto da socialização aliando-se às campanhas de direcionamento à incitação ou à restrição das atividades sexuais anticonceptivas. Mostra-se, segundo Foucault, que uma das estratégias mais eficazes que a Medicina encontrou para inibir a anticoncepção foi condenar e patologizar atividades contraceptivas como o coito interrompido, por exemplo, ao vinculá-lo a um perigo de consequências nocivas à saúde individual e para a população.

Assim, por exemplo, a interrupção do coito estaria associada a contratempos ligados ao contexto das perturbações nervosas (problemas de ordem psíquica) do indivíduo⁵⁵, ao mesmo tempo em que se associaria a contratempos ligados a fenômenos demográficos próprios da configuração de uma sociedade (em aspectos como natalidade, produção econômica, distribuição étnica etc.).

⁵⁵ Tornaremos a falar logo adiante sobre o ponto em que Freud, na sua teorização, também supõe isso, mas pela via da interrupção do crescendo de prazer, no sentido de uma ação que não permitiria a satisfação adequada.

Nesse contexto, marca-se, por exemplo, como as estratégias eugênicas se sobressairiam como operações especiais, dentre as utilizadas para a gestão médico-política dos corpos, porque produziriam a categoria racial como critério base para se estabelecer as diferenças entre o grupo de pessoas que apresentaria condições desejáveis para terem o direito de nascer, de viver e de se manterem vivas e o grupo que não as apresentariam. Revelando como na questão do objetivo biopolítico de gestão do corpo individual e coletivo estaria assegurado em grande parte nas estratégias higiênicas e eugênicas, que buscariam pela prevenção mais do que pela cura ou pela normalização. Atesta-se assim, que o princípio dessas estratégias seria o de que pudessem antever e precaver os traços de degeneração nos futuros descendentes, para que assim fosse factível evitar a perpetuação e a expansão de eventuais desvios herdados e dos perigos geneticamente transmitidos. A eugenia, enquanto um saber médico-psiquiátrico sobre as raças, funcionaria como um recurso na gestão dos indivíduos, dos casais e das populações na tentativa de eleger quais os casamentos e os nascimentos legítimos.

Posto isso, doravante, procurou-se analisar os pontos que poderiam correlacionar a estratégia da socialização das condutas de procriação ao discurso freudiano, encerrando assim a discussão que propus ao longo do segundo capítulo acerca dos conjuntos estratégicos de poder-saber, descritos por Foucault, e das possibilidades de aproximação e distanciamento da teoria freudiana da sexualidade com cada um deles.

Assim sendo, em vista de seguir com objetivos, questionou-se: sob quais aspectos foi abordado na psicanálise o problema da reprodução sexual? Como Freud entendeu o papel da procriação na teoria da sexualidade? Haveria no discurso freudiano argumentação acerca do valor patogênico atribuído às práticas contraceptivas? Quais problematizações foram encontradas sobre o casamento e o recurso ao coito interrompido como parte das relações sexuais dos casais?

Em *Três ensaios...* (1905 [2016]) avistou-se como o tema do terceiro deles, *As transformações da puberdade*. Pormenorizou-se de que modo Freud investigou, a partir do período da puberdade, como a pulsão sexual passará por mudanças constitutivas radicais, tal qual, a alteração dos aspectos de florescimento infantil da sexualidade para a configuração definitiva na conduta sexual do adulto, deflagrando em rapazes e moças o germe daquilo que doravante poderá os fazer procriar. Nessa rota é que na puberdade a nova *meta* e o novo *objeto* sexuais se definirão e que as zonas erógenas sujeitar-se-ão à zona genital.

Nessa lógica e a contar do momento do empubescer a pulsão sexual estará então disponível para servir a fins reprodutivos. De acordo com o que se viu escrito no texto freudiano, a pulsão sexual se incumbirá de uma posição compreendida como altruísta, dado

que poderá atuar a favor e na direção de outrem, de um objeto, isto é, de algo que não seja o voltar-se da satisfação sobre si mesmo, diferenciando-se, portanto, daquilo que era próprio da fase autoerótica.

Em *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908 [2015]) encontrou-se uma indicação que condensa e ilustra bem qual seria o posicionamento apontado por Freud acerca do problema da reprodução sexual na sua teoria. Observou-se que, no texto, a tese retomada e defendida foi a de que a pulsão sexual no ser humano não estaria originalmente direcionada para a procriação, sendo sua primeira finalidade a satisfação de prazeres. Mostrou-se como Freud considerou a procriação como uma das etapas e não como um propósito do processo complexo no qual se desenvolveria a pulsão sexual. Sendo assim, ficou entendido que a procriação seria um dos pontos dentro do circuito pulsional, cujo início estaria no autoerotismo e nas zonas erógenas e o fim no amor objetal e no primado dos genitais.

Também na seção sobre a estratégia de socialização das condutas de procriação e o problema da reprodução sexual em Freud, retomou-se a temática do prazer, no contexto do controle da relação sexual reprodutiva do casal, para atualizar que quando Freud desenvolveu a teoria da sexualidade, procurou demonstrar com o conceito de *Trieb* que a sexualidade estaria presente desde a infância, manifestando-se para além da atração entre sexos opostos e que ultrapassaria a união genital e o coito como única relação erógeno-sexual possível.

Assim, com base no que foi sendo discutido no trabalho, pôde-se responder que as reflexões depreendidas do que se relaciona ao problema da reprodução, a partir do conceito de pulsão sexual na teoria da sexualidade freudiana, passam na verdade pelo questionamento do encargo comum atribuído à sexualidade, assim como pelo redirecionamento de suas fontes, manifestações e características. Parece que para Freud o que mais lhe interessou não estaria na atividade do coito para a procriação apenas, ou seja, o ato reprodutivo em si, como uma ação isolada, mas, talvez, o que mais lhe estimulou à investigação são os trajetos que levam os adultos a estabelecerem aquilo que será o comportamento sexual definitivo. Na concepção da psicanálise, por exemplo, observou-se que o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher requereria também explicações.

Mais adiante, também em *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908 [2015]), verifica-se como Freud considerou no caso da reprodução a situação das relações sexuais no casamento. Notou-se o autor interrogar se o tempo de abstinência sexual (exigido moralmente aos jovens adultos até o momento do casamento) seria recompensado quando, enfim, se casassem para poderem ter relações sexuais. O diagnóstico freudiano mostrou como a série de advertências e as altas expectativas em torno do modo como os casados deveriam

conduzir suas relações sexuais no matrimônio acarretariam neles o esgotamento do casamento como fonte de satisfação das necessidades sexuais.

Compreende-se, segundo Freud, que a moral sexual cultural, ao agir limitando as relações sexuais ao campo do matrimônio, assim como reduzindo o sexo entre cônjuges à finalidade reprodutiva colocaria ao casal heterossexual fortes exigências morais a ponto de causarem o sofrimento e o adoecimento dos indivíduos envolvidos, além, evidentemente, da frustração com a esperada vida de casal. Nesse sentido, depreende-se que Freud operaria uma espécie de dessacralização da experiência e da rotina do casamento ao mesmo tempo em que assinalaria um item importante: um dos motivos que contribuirá para o fatal desgaste entre os casais estaria na prática de certos hábitos para impedir a concepção durante o ato sexual.

O que interessa destacar do discurso freudiano a respeito desse assunto está na parte da argumentação, que afirma o valor patogênico atribuído às práticas contraceptivas, dos efeitos nocivos a longo prazo para a saúde psicofísica dos indivíduos casados. Em um texto de Freud, que faz parte do conjunto dos primeiros escritos psicanalíticos, intitulado *Sobre os motivos para separar da neurastenia um complexo de sintomas, a “neurose de angústia”* (1895 [2023]), encontra-se, considerando a investigação etiológica que o autor fez da neurose de angústia, uma explicação na qual associou a prática do coito interrompido nas relações sexuais dos casais com o desenvolvimento do quadro de angústia.

Nesse texto, provou-se que o autor dedicou uma longa exposição a essa temática, pois nele, Freud investiga as condições a partir das quais seria recorrente a incidência da neurose de angústia sobre os indivíduos, e encontrando também em questões vinculadas ao casamento, em específico, a atividade do *coitus interruptus* ou *reservatus*, a procedência da doença.

Diante dos aspectos reunidos sobre o quesito da reprodução sexual na teoria freudiana e também sobre o tema do casamento e do recurso ao coito interrompido, como parte das relações sexuais dos casais, como seria possível problematizá-los ao conjunto estratégico da socialização das condutas de procriação? Retomando o que Foucault destacou como os três eixos distintos por meio dos quais se estabeleceu o processo de formação da estratégia de socialização: 1. o econômico, 2. o político e 3. o médico; e ao tê-los dispostos em perspectiva ao discurso psicanalítico, quais inferências podem-se extrair dessa operação?

Sabendo-se que o que estaria em jogo no espectro econômico da socialização seria o fator regulador do fluxo de natalidade de um grupo, que a questão no espectro político seria supervisionar a regularidade com a qual se formam os casais e que o ponto no espectro médico seria a caracterização dos métodos contraceptivos como patogênicos, perguntou-se: o discurso psicanalítico se aproximaria de pressupostos econômicos, isto é, do caráter regulador

se utilizando de medidas de fiscalização para desempenhar formas de controle da fecundidade? Há no discurso freudiano uma aproximação com os pressupostos políticos, isto é, do caráter administrativo, de direcionamento, que poderiam ser aplicados às campanhas de incitação ou restrição da prática do casamento? Encontra-se na teoria psicanalítica aproximações com os pressupostos médicos, isto é, o caráter preventivo, de tratamento e de cura ao orientar e advertir os casais em relação ao uso indiscriminado do recurso contraceptivo na ocasião do ato sexual?

Em relação ao eixo econômico da socialização, pontuou-se que a teoria freudiana pareceu não se ocupar em criar métodos de distribuição, de proporcionalidade, de coordenação, para fiscalizar o número de relações sexuais reprodutivas permitidas ou não permitidas aos casais. Tampouco aparentou promover campanhas natalistas ou antinatalistas com o propósito de atender a uma demanda de quantitativo populacional de seu tempo. Ao contrário, Freud procurou mostrar como os parâmetros socioeconômicos que estabelecem a quantidade de filhos que um casal deve ou não deve ter contribuem, na verdade, para que cada casal coloque sobre suas atividades sexuais um autocontrole excessivo.

Em relação ao eixo político da socialização, confirma-se que o discurso psicanalítico também adotou um posicionamento indagador quanto à temática do casamento e da responsabilização social posta sobre os cidadãos em relação ao matrimônio e à formação da família. Nessa direção, não poderíamos dizer que na teoria freudiana apareçam direcionamentos de incentivo ao casamento nem à sua supervalorização enquanto uma relação de *status* ideal entre o homem e a mulher.

Nessa rota, enxergou-se que Freud também questionou o rigor do pacto de exclusividade sexual feito entre os casais, a monogamia institucionalizada e, em especial, questionou o porquê de as relações sexuais só poderem ser feitas para fins reprodutivos se, originalmente, a pulsão sexual buscava pela satisfação de prazeres. Dado isso, fez-se o juízo de que, talvez, esse tenha sido um dos pontos altos da teoria freudiana sobre a sexualidade, o reconhecimento da categoria do prazer como algo primordial no desenvolvimento da pulsão sexual nos seres humanos, além do fato de ter desfeito, a partir de termos técnicos como o *objeto* e a *meta* sexuais, a causalidade entre pulsão sexual e procriação.

Em relação ao eixo médico da socialização, em primeiro lugar, ficou evidente que Freud, devido à sua formação profissional, partiu de bases da Medicina para elaborar aquilo que se tornaria propriamente a psicanálise e que seria possível extrair da teoria freudiana a argumentação acerca do valor patogênico atribuído às práticas contraceptivas, em particular, à nocividade atribuída ao coito interrompido como condição da neurose de angústia. No

entanto, não compreendemos que a psicanálise operaria segundo ações medicinais, cujas funções estariam em criar sistemas de inspeção, de vigilância, das práticas contraceptivas realizadas pelos casais, embora encontremos na teoria objeções ao uso do coito interrompido. Observou-se que, a socialização médica também faz referência à situação de facilidade que teriam tido os médicos quanto ao acesso à vida sexual dos seus pacientes. De fato, Freud menciona sobre a pouca dificuldade de conseguir extrair dos pacientes relatos de conteúdo erótico. Todavia, ficou assimilado que, o material recolhido por Freud na ocasião de escuta, não serviria de investida contra o próprio sujeito que enuncia, ele não esquematiza uma maneira correta de condução das relações sexuais para os casais, antes, faz com que os indivíduos se questionem sobre a razão de seus desejos.

3.3 – Como quem ata e desata os nós: aproximações, distanciamentos e a questão da irreducibilidade

Reestabelecamos, portanto, as perguntas iniciais formuladas neste capítulo e que, de certa maneira, alinhavaram o desenvolvimento desta pesquisa como um todo: o discurso acerca da sexualidade (presente na teoria freudiana) nos conduziria à interpretação de equivalência da psicanálise com aquilo que Foucault nomeou de dispositivo de sexualidade? Ademais, a psicanálise se encontraria entre as condições que possibilitaram a emergência histórica do dispositivo de sexualidade no século XIX, em função do posicionamento teórico tomado por Freud, ao discutir temas que seriam centrais para as operações do dispositivo?

Por intermédio dessas questões, procurei sinalizar, de modo preventivo, que nossa tentativa em respondê-las passaria, obrigatoriamente, pela apreciação da hipótese de que a teoria freudiana não seria redutível ao conceito de dispositivo nem, tampouco, que ambos possuiriam o mesmo valor, força ou peso. À vista disso, propus buscarmos reiterar o caráter de irreducibilidade da teoria quando relacionada a esse conceito e, desse jeito, defender que o que marcaria a relação entre um e outro seriam pontos de tensionamentos, ou seja, aspectos que, simultaneamente, promoveriam aproximações e distanciamentos entre a teoria psicanalítica e o dispositivo foucaultiano.

Assim sendo, retomo aqui (fazendo um recorte do que dispomos e procurando ser o mais direto possível), o material específico que pudemos recolher em relação aos pontos de aproximação e de distanciamento entre os conjuntos estratégicos e a teoria freudiana da sexualidade:

1. A pedagogização do sexo da criança e o tema da sexualidade infantil em Freud

a) Aproximações: o texto freudiano pareceu estar em conformidade com alguns aspectos referentes ao conjunto da pedagogização, já que propôs, primeiro, a criação de uma teoria da sexualidade infantil que defende a legitimidade da pulsão sexual desde esse período, e que descreveu de quais modos se expressariam as atividades sexuais na criança. Segundo, descreveu a masturbação e ampliou a concepção tradicional da prática de masturbar os genitais, para incluir a masturbação da zona anal e da zona oral. E terceiro, declarou que as zonas erógenas genitais, apesar de estarem ativas na infância, não desempenhariam ainda a função principal de reproduzir. Além disso, o discurso freudiano se situaria como teoria que problematiza o tema e as manifestações da sexualidade infantil e, em consequência disso, colaboraria com o movimento de investigação crescente no século XIX, que sexualizou o corpo e a conduta da criança, ao atribuir-lhes aspectos sexuais, inserindo-a como objeto de saber.

Compreendemos que Freud e suas concepções, não poderiam escapar de seu contexto histórico do momento em que se encontram quando emergem. Inegavelmente, a teoria freudiana, como toda teoria, esteve submetida a conjuntura cultural de uma época, e seus interesses teóricos sobre a infância, sobre a masturbação, evidenciaram isso. Constatamos como o seu discurso seria um domínio do saber sobre a infância e compartilharia do privilégio de um discurso legitimado pela autoridade científica da qual faz parte.

b) Distanciamentos: primeiro, evidenciamos que, ao propor uma teoria da sexualidade infantil, Freud procurou diferenciar a interpretação dos conceitos e argumentos em relação às teorias sexuais de seu tempo. O autor, ao elaborar sua teoria da sexualidade, embora tenha criado recurso e compartilhado de termos utilizados por médicos contemporâneos a ele, rompeu com os discursos correntes que associavam as atividades sexuais infantis às formas patológicas, quando situou a masturbação, por exemplo, como conduta regular das manifestações sexuais presentes na criança.

Freud, ao mesmo tempo em que produziu uma espécie de erotização do corpo da criança, num contexto em que as crianças que demonstrassem comportamento erótico seriam penalizadas e julgadas como devassas ou doentes, contribuiu para o esclarecimento sobre o desenvolvimento sexual da criança, em que o castigo não deveria ser utilizado. Ademais, não encontramos na teoria freudiana algo semelhante a modelos educativos ou projetos didático-pedagógicos, voltados para crianças.

2. *A histerização do corpo da mulher e a questão da histeria na teoria freudiana*

a) Aproximações: ao examinarmos as ideias presentes no discurso freudiano, ficou claro como a mulher constaria dentre os alvos de interesse desse discurso, um interesse assente nos

fenômenos histéricos. Indicamos como a produção freudiana, por exemplo, nos mostrou a prevalência de casos de histeria feminina que Freud elencou e procurou analisar nos primeiros anos de pesquisa, cujos casos reunidos formaram o ponto de onde partiu o saber psicanalítico.

No caso da teoria freudiana, quando pensamos na questão da saúde sexual da mulher, o que se notou foi que, na etiologia da histeria, por exemplo, encontram-se vivências de natureza sexual. Isto é, a importância da sexualidade estaria relacionada diretamente com o fator patogênico da histeria, o que nos levou a compreender como a teoria freudiana da histeria se aproximaria do conjunto da histerização, por associar a condição histérica das mulheres, às perturbações ligadas à vida sexual, uma vez que esse conjunto teria como uma de suas ideias, o adoecimento da mulher devido à sua propensão ao sexual.

Outro tema que acentuamos pertinente à histerização e que pôde ser aproximado ao discurso freudiano, diz respeito à família e ao papel da mãe nesse espaço. Mostramos como, no discurso freudiano, a questão da família estaria simbolizada pelo conflito edipiano. Vimos como a família tem um papel edificante na teoria freudiana, uma vez que faz parte do desenvolvimento psíquico das crianças e, ao mesmo tempo, da pulsão sexual. E, nesse sentido, a mulher que também fosse mãe, assumiria função imprescindível, ao despertar na criança, por meio da amamentação, os primeiros registros de satisfação provocados pelo prazer de chupar, iniciado no peito materno.

b) Distanciamentos: sinalizamos que, quando o discurso freudiano se ocupou das questões históricas na mulher, o fez de modo distinto, visto que contribuiu com certo grau de atenuação e autonomia para os anseios femininos, ao possibilitar-lhes serem escutadas.

Ficou esclarecido que, na teoria freudiana, o papel do fator sexual na etiologia da histeria, não se basearia na afirmação de hipersexualização do corpo feminino, nem do seu padecimento em função disso. O discurso freudiano, ao identificar a raiz sexual dos problemas histéricos, não determinou que a razão da histeria estivesse no simples fato de estarem ligados, por si só, à vida sexual; não seria a ligação em si com a sexualidade, a matriz do problema, mas, os mal-entendidos em torno da forma como se entende e se experiencia o sexual.

Desse modo, o que ficou registrado, remete ao entendimento de que Freud questionou, mais do que ratificou, o valor social atribuído à sexualidade e acabou por deslocar o problema do caráter negativo do sexual, para as formas morais de como se lida com a sexualidade. Isto é, o autor evidenciou o quanto a dimensão da questão moral e as exigências comportamentais feitas em excesso aos indivíduos, desencadeariam em prejuízos na vida sexual e na manutenção da saúde como um todo.

O discurso freudiano questionaria os papéis definidos para a mulher na sociedade, e desmistificaria as relações familiares como um todo.

3. *A psiquiatrização do prazer perverso e o discurso freudiano acerca das perversões*

a) Aproximações: inferimos que o discurso psicanalítico, ao passo que investigou o tema das perversões e das pulsões sexuais, se caracterizaria inevitavelmente, como um campo do saber sobre esses respectivos assuntos. Lembremo-nos do que Foucault argumentou, quando disse que a psiquiatrização atribuiu ao instinto sexual uma espécie de autonomia frente às demais funções do organismo, possibilitou a emergência de uma especialidade médica voltada ao sexual e associou o prazer sexual como medida distintiva entre o perverso e o normal. Seguindo as descrições de Foucault, pudemos abrigar o discurso freudiano sob o desígnio de todos esses papéis. Em primeiro lugar, pelo fato de que as teses freudianas definiriam o caráter de autonomia das pulsões sexuais, frente à pulsão de nutrição, por exemplo. Segundo, porque Freud estruturou, a partir da psicanálise, uma forte teorização acerca das questões específicas que envolvem a sexualidade, conferindo a ela valor significativo para o seu discurso. E, por último, ao atribuir valor etiológico às pulsões sexuais na formação das neuroses.

Pudemos indicar que o discurso freudiano, ao problematizar a questão do prazer e ao desvincular a pulsão sexual como originalmente em função da reprodução, pôde sim ser aproximado da estratégia de psiquiatrização, uma vez que, esta encontra no tema do prazer, uma ferramenta por meio da qual a Medicina e a Psiquiatria puderam, de acordo com Foucault, desvincular o instinto sexual da meta de reprodução e, assim, adentrarem no campo das perversões.

b) Distanciamentos: afirmamos que Foucault analisou a noção de “instinto”, sem obrigatoriamente ter se preocupado em discriminá-la em suas particularidades e funções psicossomáticas. Sugeriu-se daí, que o seu objetivo pareceu ser o de localizar o instinto sexual no interior do saber médico-psiquiátrico, como uma categoria que serviria de instrumento para o controle individual. Já Freud, especificamos que, quando faz uso da noção de “pulsão”, ele elabora-a no contexto dos fenômenos psicológicos, reconhecendo as dificuldades em delimitar o que constitui esse conceito, o qual funcionaria como uma espécie de elo entre os processos que envolvem aspectos somáticos e anímicos. A abordagem freudiana nos pareceu diferenciar-se da perspectiva psiquiátrica e médica, pela qual define a sexualidade nos termos de pulsão e não de instinto, além de discutir o problema das perversões afastando-se de uma significação puramente patológica.

O discurso freudiano se distanciaria do conjunto da psiquiatrização, à medida em que, mesmo reconhecida a imprescindibilidade do fator sexual, não seria possível reduzir a totalidade do saber psicanalítico a uma disciplina exclusivamente voltada à esfera da sexualidade.

Segundo Foucault, por meio das perversões, pôde-se penetrar nas manifestações do prazer perverso e identificar as formas irregulares de irrupção sexual. Observamos como, para Freud, as perversões, diferentemente do que pensavam seus contemporâneos, não poderiam ser caracterizadas como expressões patológicas da pulsão sexual, porque comporiam as condutas sexuais dos indivíduos como um todo.

Quanto à questão do prazer relacionado às perversões, vimos, a partir da ideia freudiana da criança como perversa polimorfa, que tal caracterização da conduta infantil, expressaria como a pulsão sexual se direcionaria à satisfação das mais variadas formas. Nesse sentido, nos permitiu compreender que a pulsão sexual não seria orientada segundo modelos pré-estabelecidos quanto à maneira de se obter satisfação.

4. A socialização das condutas de procriação e o problema da reprodução sexual em Freud

a) Aproximações: pormenorizamos como Freud investigou, a partir da temática da puberdade, como a pulsão sexual passaria por mudanças constitutivas radicais que a levaria para a configuração definitiva na conduta sexual do adulto, irrompendo em rapazes e moças o germe daquilo que doravante poderá os fazer procriar.

O discurso freudiano parte da argumentação que afirma o valor patogênico atribuído às práticas contraceptivas, com efeitos nocivos em longo prazo, para a saúde psicofísica dos indivíduos casados. No texto de Freud, encontramos, considerando a investigação etiológica que o autor fez da neurose de angústia, a explicação, na qual associou a prática do coito interrompido nas relações sexuais dos casais, com o desenvolvimento do quadro de angústia.

Ficou evidente que Freud, devido a sua formação, partiu da Medicina, para elaborar aquilo que se tornaria a psicanálise e que seria possível sim, extrair da teoria freudiana, a argumentação acerca do valor patogênico atribuído às práticas contraceptivas, por exemplo, quando assinala a nocividade atribuída ao coito interrompido como condição da neurose de angústia. Vimos que, a socialização médica, também faz referência à situação de facilidade que teriam tido os médicos quanto ao acesso à vida sexual dos seus pacientes. Freud mencionará sobre a pouca dificuldade de conseguir extrair dos pacientes relatos de conteúdo erótico.

b) Distanciamentos: notamos que, no texto freudiano, uma das teses defendidas foi a de que a pulsão sexual no ser humano não estaria originalmente direcionada para a procriação, sendo sua primeira finalidade a satisfação de prazeres. Mostramos como Freud considerou a procriação como uma das etapas e não como um propósito do processo no qual se desenvolveria a pulsão sexual.

As reflexões depreendidas do que se relaciona ao problema da reprodução a partir do conceito de pulsão sexual na teoria da sexualidade freudiana, passaram na verdade pelo questionamento do encargo comum atribuído à sexualidade, assim como pelo redirecionamento de suas fontes, manifestações e características. Pareceu-nos que, para Freud, o interessante não seria a atividade do coito para a procriação apenas, mas, talvez, os trajetos que levariam os adultos a estabelecerem aquilo que seria o comportamento sexual definitivo.

Compreendemos, segundo Freud, que a moral sexual cultural, ao agir limitando as relações sexuais ao campo do matrimônio, assim como reduzindo o sexo entre cônjuges à finalidade reprodutiva, colocaria ao casal heterossexual fortes exigências morais, a ponto de causarem o sofrimento e o adoecimento dos indivíduos envolvidos, além, evidentemente, da frustração com a esperada vida de casal.

Pontuei que a teoria freudiana pareceu não se ocupar em criar métodos de distribuição, de proporcionalidade, de coordenação, para fiscalizar o número de relações sexuais reprodutivas permitidas ou não permitidas aos casais.

Confirmamos que o discurso psicanalítico também adotou um posicionamento indagador quanto à temática do casamento e da responsabilização social posta sobre os cidadãos em relação ao matrimônio e à formação da família. Nessa direção, não poderíamos dizer que a psicanálise operaria segundo ações medicinais, cuja função estaria em criar sistemas de inspeção, de vigilância, das práticas contraceptivas realizadas pelos casais.

Ao fazermos o exercício de alinhar os pontos que indicam, em especial, as aproximações da teoria freudiana, com cada uma das quatro estratégias de poder-saber do dispositivo de sexualidade (assim como quem faz o atar dos nós numa costura), encontramos alguns aspectos em comum entre eles, apesar de se referirem a estratégias diferentes: seja em relação à pedagogização, à histerização, à psiquiatrização ou à socialização, o discurso freudiano, ao debruçar-se sobre temas como a infância, o feminino, a perversão e a procriação, e tê-los problematizado considerando-os em relação ao campo da sexualidade, se apresentaria como um domínio do conhecimento, do saber, acerca das figuras da criança, da mulher, do perverso e do adulto reprodutor; por promover a erotização delas, ao atribuir caráter sexual regular a certas manifestações presentes em seus corpos; ao debater os temas da

masturbação infantil, da histeria feminina, da perversão sexual, do casamento e da procriação, dentro de um contexto histórico no qual as investidas em torno dessas questões estavam em plena ascensão; por partir do universo científico, médico-psiquiátrico, quando do abordar dessas temáticas; ao marcar os possíveis vínculos entre condutas sexuais e a etiologia de processos patológicos; por discutir a questão da família, situando-a como importante no interior de sua teorização.

De maneira similar, ao fazermos o exercício de alinhar os pontos que indicam, em particular, os distanciamentos da teoria freudiana com cada uma das quatro estratégias de poder-saber do dispositivo de sexualidade (assim como quem no ato de alinhar precisa também, por vezes, desatar os nós), encontramos os seguintes aspectos em comum entre eles: seja em relação à pedagogização, à histerização, à psiquiatrização ou à socialização, o discurso freudiano, questionaria mais do que reafirmaria o modo como seriam abordados tradicionalmente os temas da masturbação infantil, da histeria feminina, da perversão sexual, do casamento e da procriação, ao ter proposto pensar a sexualidade em termos de pulsão e de ter defendido que a pulsão sexual no ser humano não estaria originalmente direcionada para a procriação, mas sim, para a satisfação de prazeres; por não criar sistemas de direção, inspeção e de vigilância por sobre os corpos dessas figuras; pelo fato de Freud ter valorizado o exercício da escuta dos seus pacientes, não roteirizando suas vivências sexuais; por não apresentar doutrinas pedagógico-educativas e nem promover campanhas natalistas ou antinatalistas; enfim, por questionar os limites entre normalidade e anormalidade.

Com base nesses aspectos (marcadores de proximidades e de dissidências entre os conjuntos estratégicos de poder-saber e a teoria freudiana sobre a sexualidade) que pudemos chegar à afirmação de se tratar de pontos de tensionamentos, no caso, quando nos referimos às interfaces do dispositivo de sexualidade com a psicanálise. O desenrolar do nosso trabalho nos levou à ideia de irreduzibilidade da teoria freudiana ao dispositivo foucaultiano, justo porque, encontramos no lugar da crítica feita por Foucault (a qual equivale o discurso freudiano à formação do dispositivo), o aspecto de tensão e não o de restrição, uma vez que identificamos haver na teoria psicanalítica a característica de ambivalência, pois nela se revelariam nuances que a classificariam como parte do dispositivo de sexualidade e nuances que a afastariam desse conceito. A irreduzibilidade tem a ver com o fato de entendermos que a psicanálise não se limitaria às operações disciplinares e reguladoras do biopoder (que compõem o dispositivo), apesar de termos sinalizado certo avizinhamo. Nesse sentido, que defendemos ser a psicanálise uma teoria que, de alguma maneira, extrapolaria o dispositivo de sexualidade, pelos motivos já mencionados.

Ao realizarmos o exame do termo dispositivo de sexualidade, segundo Foucault, observando-o como que resultante de relações cruzadas entre poder, saber e sexo, e manifesto nas formas dos conjuntos estratégicos da pedagogização, histerização, psiquiatrização e socialização, destacamos como o dispositivo de sexualidade funcionaria ao modo de um aparelho de captura que, por meio de suas ações disciplinares e reguladoras, “abocanharia” os corpos das crianças, das mulheres, dos adultos perversos e dos casais reprodutores, a partir de operações biopolíticas de controle e dominação. Nessa direção, analisamos como, para Foucault, o dispositivo de sexualidade seria uma ferramenta a serviço de atividades ligadas aos Estados de gestão dos indivíduos e das populações.

As leituras que fizemos do texto freudiano e dos textos de comentadores da sua obra, não nos possibilitaram apenas restringir o discurso psicanalítico como que em função da captura-abocanhamento do corpo infantil, do feminino, do pervertido e do reprodutor. Depreendeu-se que haveria também uma dimensão de liberação, devido ao modo de proceder em suas abordagens, quando trata dessas personagens centrais para o dispositivo. Notemos que, quando falamos sobre o teor de irredutibilidade da teoria freudiana, não implica dizer, em absoluto, que ela não se relacione com aspectos do dispositivo de sexualidade. O que estamos insistindo é, precisamente, no ponto de choque, de frisson, de tensão advinda da complexidade entre a faceta do pertencimento e a do não pertencer.

Fica entendido que, na tentativa de aproximar os discursos de Foucault e Freud, mesmo sabendo das diferenças radicais entre ambos, que existiria uma investida, por parte de Foucault, de se apropriar do discurso freudiano, para encerrá-lo como dispositivo. Isto é, como instrumento moderno do Estado que define a sexualidade humana a partir de práticas discursivas e de técnicas disciplinares. No entanto, essa apropriação feita por Foucault nos pareceu inexata, porque foge às especificidades conceituais psicanalíticas, especialmente quanto à concepção de sexualidade que é o tema central para nós aqui e porque essa abordagem generalizada do que seja o discurso freudiano não tem em vista a psicanálise em sua totalidade, com seus temas e práticas. Nessa direção, escreve Renato Mezan:

Seja dito mais uma vez: que *A vontade de saber* contorne a psicanálise sem jamais abordá-la, que desfigure o conceito psicanalítico de sexualidade para enfiá-lo à força numa sequência artificial, não significa que a disciplina freudiana veio de Marte nem que tematize a sexualidade a partir de um relâmpago libertador. Precisar as relações da teoria, da prática e da instituição social que a psicanálise é com a realidade igualmente social na qual se enraíza, e sem a qual não haveria psicanalistas, pacientes, teoria do inconsciente e muito menos teoria da sexualidade, não implica nem caricaturá-la nem idealizá-la, como a chave que permite explicar todos os fenômenos humanos e tudo destes fenômenos. Implica, isto sim, questioná-la a fundo, traçar a rede que lhe serve de suporte e mostrar como se inscreve, alterando-a, nesta rede, obrigando-a a se

rearticular e absorvendo por sua vez os efeitos desta rearticulação (MEZAN, 1985 p. 124).

Mobilizados também pela argumentação desenvolvida por Mezan (1985), inferimos que a psicanálise é sim uma disciplina de amplo alcance cultural. E tornou-se, talvez por isso, objeto de interesse das análises de Foucault na sua *História da sexualidade* (1976 [1988]). Entretanto, foi introduzida nessa análise de forma generalista, exatamente pelos argumentos que viemos desenvolvendo aqui. Mas queremos registrar também, que a interpretação foucaultiana, apesar dos seus limites e incongruências quanto às especificidades relativas ao discurso freudiano, é extremamente rica, por suscitar uma série de questões para a própria psicanálise e seus estudiosos. As investigações de Foucault, mesmo com suas limitações, e talvez por conta delas, nos levaram a revisitar o texto freudiano e a atualizar-nos quanto a sua proposta.

Na análise de como se deram historicamente as relações entre poder e sexo na sociedade ocidental, Foucault, com sua crítica ao discurso freudiano, não nos levou a execrar Freud ou a psicanálise, ao contrário, fez com que retomássemos o sistema de pensamento freudiano e percebêssemos como nesse discurso se articulam seus conceitos, de como se chega a certas hipóteses e de como se estabelece e se modifica o significado de alguns de seus termos e teorias e, conseqüentemente, com que aprendêssemos com as reflexões que o discurso psicanalítico promove e ainda pode promover.

Por último, a despeito ainda do que caracterizaria a noção de dispositivo de sexualidade, aparecendo como desdobramento e nos servindo como elemento complementar à reflexão pleiteada aqui, se refere à questão de que o dispositivo (além de operar como estratégia para produzir controle e dominação), também teria como efeito geral a criação de processos de subjetivação. Nessa perspectiva, escreve Giorgio Agamben:

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares, e, por que não, a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata, provavelmente sem se dar conta das conseqüências que se seguiriam, teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2005, p. 40-41).

Em seu artigo *O que é um dispositivo?* (2005), ao elaborar a pergunta acerca do que definiria esse conceito, Agamben o fará, a partir da filosofia foucaultiana. Assim, irá

descrevê-lo, como toda e qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de capturá-los. Capturar os seres vivos, as pessoas, com o objetivo de orientação, interceptação, remodelagem de seus gestos e comportamentos. Na lista de itens que enumera como tendo a capacidade de captura, Agamben (2005) acrescenta alguns elementos distintos, para além dos já conhecidos (como as escolas, fábricas, disciplinas) pelos leitores de Foucault, em particular, cita os exemplos da caneta, da Filosofia, do cigarro, dos computadores, dos telefones celulares e da linguagem. Em vista disso, o comentador continua:

Ao ilimitado crescimento dos dispositivos no nosso tempo corresponde uma igualmente disseminada proliferação de processos de subjetivação. Isso pode produzir a impressão de que a categoria da subjetividade no nosso tempo vacila e perde consistência; mas se trata, para ser preciso, não de um cancelamento ou de uma superação, mas de uma disseminação que leva ao extremo aspecto de mascaramento que sempre acompanhou toda identidade pessoal (AGAMBEN, 2005, p. 41-42).

Agamben (2005) afirma haver também, em paralelo à formação desenfreada de dispositivos no nosso tempo, a proliferação de processos de subjetivação. O crescimento em conjunto desses dois eventos, revelaria um dos movimentos mais radicais a que chegamos, quanto à engenhosidade acerca dos modos criados para se subjetivar alguém. Se, para o autor, toda identidade pessoal é marcada por um mascaramento, isto é, por ser forjada, seria definida por sobre aquilo que constroem sobre nós ou aquilo que construímos a respeito de nós mesmos, na contemporaneidade essa marca chega ao ápice. A subjetivação, entendida como processo de produção de subjetividades, ou seja, como o conjunto de ações e atividades atuantes na direção de tornarmos-nos sujeitos por meio de dispositivos diversos, seria a marca do nosso tempo.

Para terminar, quero dizer que, decidimos fazer alusão a esse aspecto do dispositivo de sexualidade (como que operador de processos de subjetivação), para encerrar as discussões levantadas e desenvolvidas aqui, porque entendemos, em última instância, que os conjuntos estratégicos atuariam como formas de subjetivação aplicadas por sobre certos corpos e, nessa medida, defendemos que a teoria psicanalítica não se destinaria à função de subjetivar, nesses termos. A proposta presente no discurso freudiano parece mais procurar reaver o processo pelo qual nos tornamos quem somos desde a infância, do que dirigir-nos nessa direção.

Alcançamos a compreensão de que, o teor dos assuntos presentes em nossa pesquisa, também dá margem para a possibilidade de inserirmo-nos em diálogos com discussões prementes da contemporaneidade, a título de informação: nos debates sobre a noção de subjetividade; nos estudos de gênero, o feminismo (em relação à própria psicanálise) e o feminismo negro; nas questões acerca do conceito de interseccionalidade; nas polêmicas em

torno das biotecnologias e da ideia de corpo; nas críticas referentes às questões de educação e da prática escolar etc.⁵⁶, ou ainda, nas problematizações relativas aos conjuntos estratégicos de poder-saber do dispositivo de sexualidade, a partir da realidade brasileira. Mas isso seriam motes para pesquisas vindouras.

⁵⁶ Apercebemo-nos, a partir desta pesquisa, que a discussão pleiteada aqui, tem ressonância com esses variados assuntos e também com a variedade de autores que se dedicaram a eles, a saber, Giorgio Agamben, Judith Butler, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Paul Preciado, Sandra Caponi, Patrícia Porchat, Sueli Carneiro, Bell Hooks, Donna Haraway, entre outros.

Considerações Finais

Neste trabalho buscamos problematizar ideias de Foucault e Freud ao discutir a possibilidade de caracterizar o discurso acerca da sexualidade, presente na teoria freudiana, como um dispositivo de sexualidade. Com base nessa proposta apresentamos a análise de Foucault sobre a noção de dispositivo, respaldando-nos na sua teoria do poder elaborada a partir da temática do discurso sobre o sexo. Consequentemente, pôde-se observar como a concepção de poder foucaultiana, definida enquanto relações de força de natureza produtiva, auxiliou-nos a compreender por meio de quais modos as interações entre o poder, o saber e o sexo constituíram a formação do dispositivo de sexualidade nos séculos XVIII e XIX.

Segundo Foucault, é por meio dos conjuntos estratégicos de poder-saber — a pedagogização, a histerização, a psiquiatrização e a socialização — e das funções disciplinares e reguladoras que lhe são atribuídas, que o dispositivo se perfaz na forma de uma tecnologia geral do sexo. Dessa maneira, o dispositivo de sexualidade se estruturaria apoiado na apropriação e no investimento, em especial sobre os corpos das crianças, das mulheres, dos perversos e dos casais, podendo assim vincular-se ao biopoder, ao contribuir para o controle e para a gestão da vida dos indivíduos em questão.

Uma vez colocado o quesito do dispositivo de sexualidade como constituído pelos conjuntos estratégicos de poder-saber, em seguida, procuramos examinar em que consiste cada um desses conjuntos de acordo com Foucault, destacando suas especificidades e os domínios que investigam. Mostramos como a *pedagogização do sexo da criança*, a *histerização do corpo da mulher*, a *psiquiatrização do prazer perverso* e a *socialização das condutas de procriação* funcionam como operações ou procedimentos fundamentados basicamente nos discursos médico, educacional, econômico-político, jurídico e moral, a fim de exercer vigilância, controle e regulação. Por outro lado, expusemos também alguns dos aspectos referentes à teoria freudiana da sexualidade e sua relação com os temas da sexualidade infantil, da histeria, das perversões e da procriação, procurando destacar a abordagem dada por Freud acerca dessas questões no interior do saber psicanalítico. Ao reunir os conjuntos estratégicos de poder-saber com conteúdos específicos presentes na teoria freudiana objetivamos estabelecer tensionamentos — aproximações e distanciamentos — entre a teoria sexual psicanalítica e o dispositivo de sexualidade.

Por último, destacaria que quando procuramos demarcar essas interfaces, ao longo do segundo capítulo do trabalho, indicando alguns dos pontos que supostamente aproximariam

ou distanciariam a teoria freudiana da sexualidade do dispositivo foucaultiano, depreendemos, a partir da criação desse campo interativo, em particular, as ambivalências que cercam a teoria freudiana quando retesada a cada um dos conjuntos estratégicos de poder-saber. Insistimos que residiria nessa qualidade de ambivalência, nessa dificuldade de estabelecer ou de fixar o discurso freudiano como parte integrante, em definitivo, das estratégias de poder-saber, porque entendemos que o caráter de indeterminação é uma particularidade fecunda da teoria freudiana. Isto é, o que estamos em defesa é da ideia de que a psicanálise seria irreduzível ao conceito de dispositivo, ainda que ela crie e estabeleça novas formações discursivas, novas discursividades, por estar em meio ao fenômeno sociocultural da superprodução de saberes sobre o sexo no século XIX.

Nessas condições, primeiramente fizemos tensão da estratégia da pedagogização face ao discurso freudiano. Na ocasião, procuramos mostrar a importância do período da infância para Freud e de como o autor identificou na puerícia um dos pilares de suas investigações sobre as pulsões sexuais, o que fez da hipótese da sexualidade infantil um marco para a teoria freudiana, possibilitando-nos sinalizar, por exemplo, as operações promovidas no saber psicanalítico entre as adaptações das teorias da sedução e da fantasia. Entendemos que Freud e seus interesses teóricos pela infância, pela masturbação, num momento em que a Medicina e a Pedagogia se apropriaram desses conhecimentos, também evidenciam como o seu discurso é um domínio do saber sobre a infância e que compartilha do privilégio de um discurso legitimado pela autoridade científica. Embora, seja importante destacarmos que a teorização de Freud sobre a sexualidade sofreu duras críticas do discurso científico vigente na época. Então se, de um lado, ele tem a legitimação de sua autoridade como médico e pesquisador, de outro, teve sua teorização questionada e criticada, como não sendo científica, inapropriada, malsã. Isto é, haveria uma ambivalência no cerne da própria produção teórica de Freud.

Ademais, chamamos a atenção também para a maleabilidade desse discurso que, mesmo contextualizado em meio às teorias sexuais infantis, afasta-se da função discursiva de disciplinar a conduta ao questionar as formas tradicionais de comportamento, a pulsão sexual e os limites entre normal e patológico, o que faz com que entendamos que esse discurso promove mais rupturas do que condicionamentos. Ao abordar o tema da sexualidade Freud está considerando as formas de suas manifestações no psiquismo e no modo como nos relacionamos com as experiências de prazer desde o período da infância. O autor parece dirigir suas pesquisas à estrutura psíquica da criança e ao registro na forma da memória das primeiras experiências erógenas e suas consequências na vida adulta. Além disso, Freud não

se propõe a ser educador ou instrutor de como se deve sexualizar a criança ou mesmo de como torná-la objeto de estudo para recriminar ou punir o que há de sexual nela.

Na sequência, tensionamos a estratégia da histerização face ao discurso freudiano. Mostramos a abordagem dada por Freud à histeria e ao corpo feminino e também como o fenômeno histérico acometeria tanto mulheres quanto homens. Nessa abordagem, enxergamos que mais do que objetificar o corpo feminino, como sugere a tese da histerização da mulher; Freud escutou as mulheres e pôde fazer algo com o que foi escutado. Assim, problematizar o conjunto da histerização em relação à histeria na teoria freudiana, colocou-nos novamente diante do caráter ambivalente do discurso freudiano: ao mesmo tempo em que está situado como um domínio de saber sobre a mulher, que tematiza as relações entre sexualidade e histeria, e a importância da família e da mulher para ela, o discurso freudiano questiona os papéis definidos para a mulher na sociedade e desassocia seu corpo da qualidade de erotização.

Em Freud, vimos como as relações familiares entre o pai, a mãe e os filhos fugiriam dos parâmetros afetivos que se têm como comuns ou pelo menos dos parâmetros presentes no imaginário popular de um manancial de amor puro e romântico. Contudo, diferente disso, para Freud, as relações familiares, as relações parentais seriam envoltas por relações tensas de erotismo e ódio. Portanto, o que entendemos é que mesmo falando da mulher e de seu papel no seio familiar, a teoria freudiana retrata a figura feminina e a família de modo distinto das demais teorias que versam sobre o que Foucault chamou de *histerização do corpo da mulher*.

Em seguida, fizemos tensão da estratégia da psiquiatrização face ao discurso freudiano. Nesse ponto, mostramos como para Freud a perversão, diferentemente do que pensavam seus contemporâneos, não poderia ser caracterizada como manifestação patológica da pulsão sexual, porque comporia as condutas sexuais dos indivíduos como um todo. A perversão seria uma qualidade, uma disposição da própria pulsão sexual, portanto, da própria conduta humana. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se filia a tendência científica de tomar como objeto de estudo a perversão sexual, Freud se afasta da ideia mais comum do que se compreende por perverso, fazendo-nos deduzir, portanto, que a teoria da sexualidade opera na realidade um questionamento de que a perversão sexual, seja uma degeneração, uma anomalia, ou mesmo uma indecência, como é encontrada na literatura especializada das perversões sexuais no século XIX.

Por fim, entrelaçamos a estratégia da socialização face ao discurso freudiano. Da última seção depreende-se que as questões demográficas, a partir das práticas de controle de natalidade, não estão no centro dos estudos freudianos. As contribuições trazidas por Freud

sobre o tema da procriação direcionam-se mais para um posicionamento de hesitação quanto à exclusividade da prática sexual para fins procriativos do que para uma implementação de estratégias de manejo populacional através de estatísticas sociais. O que a teoria sexual freudiana faz, por exemplo, ao estabelecer as categorias objeto e alvo sexuais, é exatamente questionar a exclusividade da pulsão sexual ao ato de procriar. Em última análise, para Freud, a pulsão aspiraria por satisfazer-se à revelia de qualquer modelo comportamental. Com efeito, teses como essas fizeram sim do autor um crítico diante da austeridade e das obrigações da moral sexual de sua época. Pensamos que a proposta de Freud é menos prescrever normas comportamentais do que colocar as já existentes à prova.

Em suma, para dizer o essencial, no terceiro capítulo desta pesquisa empreendida por nós, com base no conceito de dispositivo de sexualidade, buscou compenetrar-se no exame dos quatro conjuntos estratégicos de poder-saber, na definição e no tipo de ligação que haveria entre eles, assim como propor interfaces com a teoria freudiana da sexualidade, a partir de assuntos que lhes são caros como a infância, a histeria, a perversão e a reprodução sexual. Interpretamos que o fato de Freud, por meio da psicanálise, manifestar claro interesse por esses temas (que são ao mesmo tempo definidos por Foucault como conjuntos estratégicos de controle dos Estados) não significaria implicar sua teoria *stricto sensu* à categoria de dispositivo de sexualidade por conta dos conteúdos que compartilham, pois, a metodologia com a qual Freud aborda tais conteúdos diferencia-se substancialmente.

Não assimilamos o discurso freudiano como um saber-poder que supunha um ordenamento discursivo-coercitivo das formas comportamentais e nem que estaria puramente a serviço das técnicas de biopoder e de suas atividades disciplinares e operações reguladoras, através da formulação de certas regras de normatização a partir de um discurso verdadeiro sobre a sexualidade. Ao contrário, defendemos o posicionamento de que a teoria sexual freudiana não se restringiria à caracterização de dispositivo, pois tivemos a oportunidade de aprender como os estudos freudianos provocaram na verdade mudanças e acréscimos não apenas nos campos da Medicina, da Psiquiatria, da Psicologia e das psicopatologias como também em toda esfera sociocultural, devido ao alto valor de suas reflexões.

O que pudemos perceber também no decurso da pesquisa são as limitações da interpretação e da crítica de Foucault quanto ao saber psicanalítico, os limites de seus argumentos que acabam por enquadrar Freud e sua teoria sexual na restrita função de normatização e controle das condutas, escapando às especificidades conceituais psicanalíticas com seus temas e práticas. Precisamos marcar que Foucault e Freud partem de perspectivas fundamentalmente diferentes, uma vez que elaboram abordagens distintas daquilo que

chamam de sexualidade. Quando Foucault analisa o discurso da sexualidade ele tem em vista as relações entre saber e poder implícitas à formação sociocultural dos discursos, ao passo que Freud estuda a noção de sexualidade enquanto pulsão e considerando-a em relação ao funcionamento do psiquismo humano. Para falar da teoria freudiana e para encaixá-la em sua analítica do poder, em *A vontade de saber* Foucault omitiu as especificidades conceituais da psicanálise. A noção de inconsciente é um exemplo claro disso. Nenhuma alusão a esse sistema e ao seu modo de operar no aparelho psíquico

De todo modo, estamos conscientes também dos limites da nossa própria proposta de querer analisar a teoria sexual freudiana como um dispositivo, haja vista as diferenças estruturais que há entre esses saberes. Assim, querendo vincular o pensamento de Foucault ao de Freud tivemos, de antemão, de entender seus distintos objetos de estudo para sermos razoáveis em nossa tarefa. Entretanto, queremos registrar também que a interpretação foucaultiana apesar de conter limites e incongruências quanto às especificidades relativas ao discurso freudiano, é extremamente rica por suscitar uma série de questões para a própria psicanálise e seus estudiosos.

Em *Michel Foucault 1926-1984* (1989 [1990, p. 254]), Didier Eribon, ao elaborar uma biografia do filósofo, recorda-nos que na publicação original de *A vontade de saber* em 1976, na França, Foucault havia renunciado a seguinte lista na contracapa do livro: *História da sexualidade*: 1) *A vontade de saber*. A seguir: 2) *A carne e o corpo*; 3) *A cruzada das crianças*; 4) *A mulher, a mãe e a histérica*; 5) *Os perversos*; 6) *Populações e raças*. Mais recentemente, no quarto e último volume escrito por Foucault da *História da sexualidade: confissões da carne* (2018 [2020, p. 7]), publicação póstuma, Frédéric Gros, ao advertir o leitor antes da lida com o texto, também retoma a lista feita por Foucault na contracapa original do seu primeiro volume, na qual anuncia uma próxima sequência em cinco volumes. Tanto Eribon (1989 [1990, p. 254]) quanto Gros (2018 [2020, p. 7]) nos dizem a mesma coisa: nenhum dos títulos anunciados por Foucault se concretizará, nenhuma dessas obras aparecerá. Nas palavras de Eribon: “A lista que figura na contracapa permanecerá letra morta” (1989 [1990, p. 256]). Ao fazermos menção final a esses episódios nossa ideia é expressar que, de certa maneira, eles trouxeram inspiração à nossa pesquisa de querer dar continuidade ao pensamento de Foucault e de, modestamente, mantê-lo vivo.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, G. *O que é um dispositivo?* in: *A exceção e o excesso. Agamben & Bataille*; trad. Nilcéia Vadati. – Santa Catarina: Revista Outra Travessia, ed. número 5, 2005.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*; trad. Dora Flaksman. – Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BERTIN, C. *A mulher em Viena nos tempos de Freud*; trad. Marina Appenzeller. – Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- CAPONI, S. *Biopolítica e medicalização dos anormais*. Physis: Revista de saúde coletiva, 19(2), 529-549. Rio de Janeiro: 2009.
- CHAVES, E. *Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1988.
- DIDEROT, D. *Jóias indiscretas*; trad. Eduardo Brandão. – São Paulo: Global editora, 1986.
- ERIBON, D. *Michel Foucault, 1926-1984*; trad. Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*; trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*; trad. Raquel Ramallete. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- _____. *Os anormais: curso dado no Collège de France (1974-1975)*; trad. Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*; trad. Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Sobre a história da sexualidade* In: *Microfísica do Poder*; org. e trad. Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *A política da saúde no século XVIII*. In: *Ditos e Escritos – Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, v.7; org. Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- FREUD, S. “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) in: *Obras completas (1901-1905)*, volume 6: trad. Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das letras, 2016.
- _____. “As pulsões e seus destinos” (1915) in: *Obras completas (1914-1916)*, volume 12: trad. Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- _____. “Análise fragmentária de uma histeria [O caso Dora]” (1905) in: *Obras completas (1901-1905)*, volume 6: trad. Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das letras, 2016.

_____. “Estudos sobre a histeria” (1893-1895) in: *Obras completas (1893-1895)*, volume 2: trad. Laura Barreto. – São Paulo: Companhia das letras, 2016.

_____. “Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses” (1906) in: *Obras completas (1901-1905)*, volume 6: trad. Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das letras, 2016.

_____. “Cinco lições de psicanálise” (1910) in: *Obras completas (1909-1910)*, volume 11: direção-geral da trad. Jayme Salomão. – Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Conferências introdutórias à psicanálise” (1916-1917) in: *Obras completas (1916-1917)*, volume 13: trad. Sérgio Tellaroli. – São Paulo: Companhia das letras, 2014.

_____. “Moral sexual “cultural” e nervosismo moderno” (1908) in: *Obras completas (1906-1909)*, volume 8: trad. Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das letras, 2015.

_____. “Sobre os motivos para separar da neurastenia um complexo de sintomas, a neurose de angústia” (1895) in: *Obras completas (1893-1899)*, volume 3: trad. Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das letras, 2023.

HOFFMAN, M. *O poder disciplinar*, In: Michel Foucault: conceitos fundamentais/ editado por Dianna Taylor. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LYNCH, R. *A teoria do poder de Foucault*, In: Michel Foucault: conceitos fundamentais/ editado por Dianna Taylor. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MACHADO, R. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MALTHUS, T. R. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática – Ensaio sobre a população*, In: Os economistas; trad. Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. – São Paulo: Editora Nova Cultural/Círculo do Livro, 1996.

MEZAN, R. “Uma arqueologia inacabada: Foucault e a Psicanálise”. In: RIBEIRO R. J. (org.). Recordar Foucault. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MONZANI, L. R. *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: UNICAMP, 1989.

NUNES, S. *Histeria e psiquiatria no Brasil da Primeira República*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, V.17, supl.2, dez. 2010, p. 373-389.

RAGO, M. *O prazer no casamento*, In: Cadernos CERU, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 96-111, 1996.

ROUSE, J. *Poder/conhecimento*, In: Foucault, org. Gary Gutting. – São Paulo: Ideias e Letras, 2016.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições, e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAVARES, P. H. *Sobre a tradução do vocábulo Trieb*, In: “As pulsões e seus destinos” *Obras Incompletas (1914-1916)*, volume 2: trad. Pedro Heliodoro Tavares. – Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013.

TAYLOR, C. *Biopoder*, In: Michel Foucault: conceitos fundamentais/ editado por Dianna Taylor. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

VALAS, P. *Freud e as perversões*; trad. Dulce Duque Estrada. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Bibliografia Consultada

- ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- BAZZICALUPO, L. *Biopolítica: um mapa conceitual*; trad. Luisa Rabolini. – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2017.
- BIRMAN, J. *Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a Psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- _____. *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BOCCA, F. V. / MONZANI, L. R. “Novo aporte ético em face da concepção freudiana da sexualidade”. In: *Ipseitas*, São Carlos, v.1, n.1, 2015.
- BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*; trad. Rogério Bettoni. – Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*; trad. Ingrid Müller Xavier. – Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- DAVIDSON, A. I. “Arqueologia, Genealogia, Ética”. In: *Cultura y sociedad* – Buenos Aires: Nueva Vision, 1988.
- _____. *L’émergence de la sexualité. Épistémologie historique et formation des concepts*, trad. Pierre – Emmanuel Dauzat, Paris, Albin Michel, 2005.
- DELEUZE, G. *Foucault*; trad. de Claudia Sant’Ana Martins. – São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. *O que é um dispositivo?* In: Michel Foucault, filósofo; trad. de Wanderson Flor do Nascimento. – Barcelona: Gedisa, 1990.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*; trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- _____. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*; trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. *História da Sexualidade IV: as confissões da carne*; org. Frédéric Gros; trad. Heliana de Barros Conde Rodrigues e Vera Portocarrero. – São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- _____. *Histoire de la Sexualité: les aveaux de la chair*; Bibliothèque des Histoires - Éditions Gallimard, 2018.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*; trad. Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *A Ordem do discurso*; trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. – São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *Malhas do Poder*. Revista de cultura libertária: Barbárie, especial anarquismo. Ano 3. n. 4. Salvador, 1981.

_____. *Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. In: Ditos e Escritos, v.1; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Genealogia da ética, Subjetividade e Sexualidade*. In: Ditos e Escritos, v.9; org. Manoel Barros da Mota; trad. Abner Chiquieri. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. *Estratégia, Poder-Saber*. In: Ditos e Escritos, v.4; org. Manoel Barros da Mota; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Ética, Sexualidade, Política*. In: Ditos e Escritos, v.5; org. Manoel Barros da Motta; trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978 – 1979)*; trad. Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)*; trad. Andréa Daher. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. *Sobre a sexualidade: cursos e trabalhos de Michel Foucault antes do Collège de France*; trad. Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. *La sexualité: cours donné à l'université de Clermont-Ferrand (1964) suivi de Le discours de la sexualité: cours donné à l'université de Vincennes (1969)*; In: Hautes Études – Éditions Seuil/Gallimard, Octobre 2018.

FREUD, S. “A repressão” (1915) in: *Obras completas (1914-1916)*, volume 12: trad. Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das letras, 2010.

_____. “O inconsciente” (1915) in: *Obras completas (1914-1916)*, volume 12: trad. Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das letras, 2010.

_____. “Totem e tabu” (1912-1913) in: *Obras completas (1912-1914)*, volume 11: trad. Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das letras, 2012.

_____. “Observações de um caso grave de hemianestesia em um homem histérico” (1886) in: *Obras completas (1886-1889)*, volume 01: direção-geral da trad. Jayme Salomão. – Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

- GAY, P. *Freud: uma vida para o nosso tempo*; trad. Denise Bottmanns. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUIMARÃES, D.M. *Foucault e Freud: acerca da sexualidade em discurso nos Três Ensaio sobre Teoria Sexual*. Dissertação de mestrado, apresentada ao PPGF da UFBA, defendida em 19/12/16. Salvador – BA.
- _____. *A vontade de saber em Foucault: uma análise sobre a construção do discurso da sexualidade*. Monografia de graduação, apresentada ao PGF da UFBA, defendida em 20/10/12. Salvador – BA.
- Krafft-Ebing, R. *Psychopathia sexualis*; trad. Claudia Berliner. – São Paulo: Martins fontes, 2000.
- LANTERI-LAURÁ, G. *A leitura das perversões*, trad. Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- LAPLANCHE, J / PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*; trad. Pedro Tamen. – São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LAPLANCHE, J. *Vida e morte em psicanálise*; trad. Cleonice Paes Barreto e Mourão e Consuelo Fortes Santiago. – Porto Alegre: Artes médicas, 1985.
- _____. *El extravío biologizante de la sexualidad en Freud*; trad. Sílvia Bleichmar. – Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*; trad. Renata Santini. – São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MILLOT, C. *Freud Antipedagogo*; trad. Ari Roitman. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- MONZANI, L. R. “O que é Filosofia da Psicanálise”. In: *Philosophos*, Goiânia v.13, n. 2, 2008.
- REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*; trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. – São Carlos: Claraluz, 2005.
- ROUDINESCO, E. / PLON, M. *Dicionário de psicanálise*; trad. Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antônio Coutinho Jorge. – Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SCARFONE, D. *As pulsões*; trad. Paulo Neves. – São Leopoldo: UNISINOS, 2005.
- SHERIDAN, A. *Discours, sexualité et pouvoir initiation à Michel Foucault*, traduction par Philip Miller – Bruxelles: Pierre Mardaga editeur, 1980.
- SOUZA, P. C. *As palavras de Freud – O vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

TESHAINER, M. *Psicanálise e biopolítica: contribuição para a ética e a política em Michel Foucault*. Porto Alegre, RS; Zouk, 2006.

TRILLAT, E. *História da histeria*; trad. P. Porchat. – São Paulo: Escuta, 1991.